

ALFA
Revista de Lingüística

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Reitor

Herman Jacobus Cornelis Voorwald

Vice-Reitor

Julio Cezar Durigan

Pró-Reitora de Pesquisa

Maria José Soares Mendes Giannini

Apoio:



PROPe
Pró-Reitoria de Pesquisa

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

ALFA
Revista de Lingüística

ISSN 1981-5794 (ON LINE)
ISSN 0002-5216 (IMPRESSA)

Alfa	São Paulo	v.53	n.1	p.1-327	2009
------	-----------	------	-----	---------	------

Alfa: Revista de Lingüística
UNESP – Universidade Estadual Paulista – Campus de Araraquara
Departamento de Lingüística
Rodovia Araraquara-Jaú, km 1
14800-901 – Araraquara – SP
alfa@unesp.br

Editoria Executiva
Cristina Carneiro Rodrigues
Gládis Massini-Cagliari
Marize Mattos Dall’Aglio Hattner
Rosane de Andrade Berlinck
Sebastião Carlos Leite Gonçalves

Editor responsável
Arnaldo Cortina

Capa
Adriana Bessa Dammann

Revisão
Sílvia Maria Gomes da Conceição Nasser

Revisão dos Abstracts
Bento Carlos Dias da Silva

Assessoria Técnica
Ana Cristina Jorge

Diagramação
Eron Pedroso Januskevictz

Conselho Editorial

Ângela Cecília Souza Rodrigues (USP), Arnaldo Cortina (UNESP), Ataliba Teixeira de Castilho (USP), Bento Carlos Dias da Silva (UNESP), Christian Hudelot (CNRS), Claudia Maria Xatara (UNESP), Claudia Nivia Roncarati de Souza (UFF), Clélia Cândida Abreu Spinardi Jubran (UNESP), Daniel Leonard Everett (University of Manchester), Dermeval da Hora (UFPA), Diana Luz Pessoa de Barros (USP), Edair Gorski (UFSC), Esmeralda Vailati Negrão (USP), Ester Miriam Scarpa (UNICAMP), Fábio Lopes da Silva (UFSC), Helena Hatsue Nagamine Brandão (USP), Ieda Maria Alves (USP), Ingedore G. V. Koch (UNICAMP), Jacques Fontanille (Université de Limoges), Jacyntho Luís Brandão (UFMG), João Azenha Júnior (USP), João Wanderlei Geraldi (UNICAMP), John Robert Schmitz (UNICAMP), José Luiz Fiorin (USP), Kanavillil Rajagopalan (UNICAMP), Laurent Danon-Boileau (Paris V – CNRS), Leda Bisol (PUC-RS), Leonor Scliar Cabral (UFSC), Lúcia Teixeira (UFF), Luís Antônio Marcuschi (UFPE), Luís Carlos Travaglia (UFU), Maria Augusta Bastos de Mattos (UNICAMP), Maria Beatriz Nascimento Decat (UFMG), Maria Bernadete M. Abaurre (UNICAMP), Maria Helena de Moura Neves (UNESP), Maria Helena Vieira Abrahão (UNESP), Maria Luiza Braga (UFRJ), Maria Marta Pereira Scherre (UnB), Mariangela Rios de Oliveira (UFF), Mary Aizawa Kato (UNICAMP), Pedro de Souza (UFSC), Renata Coelho Marchezan (UNESP), Roberta Pires de Oliveira (UFSC), Roberto Gomes Camacho (UNESP), Rodolfo Ilari (Srockholms Universitet), Rosa Virginia Barretto de Mattos Oliveira e Silva (UFBA), Rosemary Arrojo (State University of New York), Seung Hwa Lee (UFMG), Silvana Mabel Serrani Infante (UNICAMP), Sírio Possenti (UNICAMP), Vera Lúcia Paredes Pereira da Silva (UFRJ), Zélia de Almeida Cardoso (USP).

Publicação semestral/Bi-annual publication

Alfa: Revista de Lingüística / UNESP – Universidade Estadual Paulista – v.1 (1962) –
v.23 (1977); v.24 (1980) – São Paulo, UNESP, 1962-1977; 1980 –

Semestral
Publicação suspensa de 1978-1979

ISSN 0002-5216 (Impressa) 1981-5794 (On line)

Os artigos publicados na Alfa: Revista de Lingüística são indexados por:
The articles published in Alfa: Revista de Lingüística are indexed by:

CSA: Linguistics and Language Behavior Abstracts – DOAJ: Directory of Open Access Journals – Francis DataBase –
INIST (Institut de l’Information Scientifique et Technique du Centre National de la Recherche Scientifique) – MLA
International Bibliography

APRESENTAÇÃO

Este número da Alfa traz quatorze artigos e uma resenha para o público leitor interessado nos estudos linguísticos. Os mais diversos assuntos, sob as mais variadas óticas, estão reunidos neste volume. Língua e linguagem definem o largo foco em questão e, para abordá-las, são convocadas diferentes correntes de pensamento e várias metodologias de estudo. O interesse nos estudos linguísticos vem crescendo e as ideias estão em pleno processo de expansão e difusão é o que mostra este volume, que também reflete o que acontece no cenário brasileiro em relação aos estudos de linguagem. Há autores de diferentes regiões brasileiras que aqui se encontram para divulgar suas reflexões e suas visões sobre os objetos que trazem para discussão.

A Alfa tem crescido em número de página. O espaço *on line* da revista propicia o aumento de artigos a cada volume, mas não é esse o motivo principal que justifica seu tamanho. Se este volume traz quatorze artigos, isso foi resultado da seleção de um conjunto muito maior que chegou a mais de cinquenta submissões à revista. O processo de seleção e de discussão com os autores e os pareceristas, que é um trabalho árduo e, ao mesmo tempo, gratificante, porque me permite transitar entre as mais diversas opiniões e os mais diferentes enfoques dos estudos linguísticos, acabou chegando ao conjunto de textos que ora se apresenta. Não quis agrupá-los por proximidade temática nem teórica, preferi deixar que o ritmo dinâmico da editoração fosse assentando cada um deles num determinado lugar, de tal forma que cheguei a uma sequência disforme, aleatória, frenética, num zigue-zague constante. Mesmo correndo o risco de parecer um editor displicente, deixei que essa dinâmica representasse o que chamei acima de diversidade dos trabalhos em linguística produzidos no Brasil atualmente. A (des)organização deste volume da Alfa é um reflexo da ebulição dos estudos brasileiros sobre língua e linguagem.

Meu intuito como editor, e o dos demais membros da Editoria Executiva, consiste em fazer com que a Alfa seja sempre o retrato do que de melhor se produz sobre os estudos linguísticos no momento atual. Aquele que acredita ter algo a dizer sobre língua e linguagem terá sempre espaço nesta revista que, embora pertença à UNESP, acolhe todos os pesquisadores que querem se fazer ouvir pelos leitores brasileiros e, por que não, estrangeiros, uma vez que o espaço *on line* que ocupa a Alfa faz com que ultrapasse as fronteiras que cerceiam as revistas impressas.

Arnaldo Cortina

SUMÁRIO / CONTENTS

ARTIGOS ORIGINAIS / ORIGINAL ARTICLES

- Análise de Categorias de Pertença (ACP) em estudos de linguagem e gênero: a (des) construção discursiva do homogêneo masculino
Membership Categorization Analysis (MCA) in studies of language and gender: the discourse (de)construction of the homogeneous masculinity
Mariléia Sell e Ana Cristina Ostermann 11
- Argumentos: complementos e adjuntos
Arguments: complements and adjuncts
Márcia Cançado 35
- Aspectos da semântica discursiva do Modernismo brasileiro: polêmica e interincompreensão em torno da noção de “cópia”
Aspects of discourse semantics of Brazilian Modernism: polemics and inter-incomprehension around the notion of “copy”
Fernanda Mussalim 61
- O desenvolvimento de uma base de dados léxico-conceitual bilíngue (inglês norte-americano/português brasileiro)
The development of a bilingual (North-American English and Brazilian Portuguese) lexical-conceptual database
Ariani Di Felippo e Bento Carlos Dias-da-Silva 77
- “Desvio de linguagem”: descaminho científico
“Language deviation”: a scientific sidetrack
Márcio Thamos 99
- A filologia saussuriana: debates contemporâneos
Saussurean philology: contemporary debates
Marcio Alexandre Cruz 107
- A hipo e a hipersegmentação nos dados de aquisição de escrita: a influência da prosódia
Hypo- and hyper-segmentation in writing acquisition data: the influence of prosody
Ana Paula Nobre da Cunha e Ana Ruth Moresco Miranda 127

▪ Identidade, alteridade e cultura regional: a construção do <i>ethos</i> milongueiro gaúcho Identity, alterity, and regional culture: the construction of the gaucho <i>milongero</i> ethos <i>Maria da Glória Corrêa Di Fanti</i>	149
▪ Pausas preenchidas e domínios prosódicos: evidências para a validação do descritor fluência em um teste de proficiência oral em língua estrangeira Filled-in pauses and prosodic domains: evidence for the validation of the fluency descriptor of an oral proficiency test in a foreign language <i>Vanessa Borges de Almeida</i>	167
▪ Retrospectiva dos estudos em morfologia prosódica: das circunscrições e regras à abordagem por ranking de restrições Review of prosodic morphology in generative grammar: from circumscriptions and rules to rank constraints <i>Carlos Alexandre Gonçalves</i>	195
▪ Subjetividade e construções de futuro no português brasileiro Subjectivity and future-oriented constructions in Brazilian Portuguese <i>Lilian Vieira Ferrari e Karen Sampaio Braga Alonso</i>	223
▪ Para uma taxonomia de paráfrases explanatórias A taxonomy of explanatory paraphrases <i>Félix Bugueño Miranda</i>	243
▪ Teorias Semânticas e a implicitação na língua(gem) Semantic theories and the implicit meanings in language <i>Érika de Moraes</i>	261
▪ Os verbos recíprocos no PB e a hipótese da determinação semântico-lexical sobre a sintaxe Reciprocal verbs in Brazilian Portuguese and the hypothesis of a lexical-semantic determination in syntax <i>Luisa Godoy</i>	283

RESENHA / REVIEW

▪ As políticas linguísticas <i>Milton Francisco</i>	303
▪ ÍNDICE DE ASSUNTOS	313
▪ SUBJECTS INDEX	315
▪ ÍNDICE DE AUTORES / AUTHORS INDEX	317
▪ ÍNDICE DE RESENHA / REVIEW INDEX	319

**ARTIGOS ORIGINAIS /
*ORIGINAL ARTICLES***

ANÁLISE DE CATEGORIAS DE PERTENÇA (ACP) EM ESTUDOS DE LINGUAGEM E GÊNERO: A (DES)CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO HOMOGÊNEO MASCULINO*

Mariléia SELL¹

Ana Cristina OSTERMANN²

- **RESUMO:** Estudos sobre as relações entre linguagem, gênero e, agora, sexualidade, a partir de uma perspectiva etnometodológica, trouxeram mudanças profundas na maneira como são compreendidas essas relações. Gênero, não mais visto como natural e pré-discursivo, passa a ser entendido como uma construção social, negociada, atualizada, reificada e/ou refutada a cada interação. Essa transformação epistemológica das concepções de gênero e sexualidade em sua ligação com a linguagem requer instrumentos analíticos adequados. Para entender como as identidades de gênero são negociadas na esfera da fala-em-interação, apresentamos a relevância da Análise de Categorias de Pertença, quando aliada à Análise da Conversa (SACKS, 1992), por meio da análise de interações entre uma psicóloga e candidatos à vasectomia em um posto do SUS. Trata-se de consultas em que pacientes buscam o seu aval de sanidade mental para conseguirem o direito à vasectomia pelo Programa Nacional de Planejamento Familiar. Pela ação de “categorizar” observada nessas interações, é possível perceber a ordem social generificada, ou seja, as concepções normativas de gênero que operam em contextos macro-sociais e que são trazidas para a micro-esfera interacional. Categorizar é, assim, uma ação explícita ou implícita de exercitar a agentividade (BUTLER, 1990) no mundo, expondo a tensão entre as vivências de cada um e as expectativas convencionais de performances de gênero.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Análise de Categorias de Pertença (ACP). Análise da Conversa (AC). Fala-em-interação. Gênero. Sexualidade. Homogeneidade. Etnometodologia.

Introdução

Gênero, em uma perspectiva pós-estruturalista, é entendido como uma construção social direcionada aos corpos biológicos, a qual acontece por meio

* Este trabalho foi realizado com apoio do CNPq, FAPERGS e Ministério da Saúde por meio de Bolsa de Produtividade (Processo nº 311288/2006-5) concedida à segunda autora e pelo auxílio à pesquisa obtido através do Edital MS/CNPq/FAPERGS 06/2006 (Processo nº 0700767).

¹ UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Novo Hamburgo – RS – Brasil. 93310-070 – morgasell@yahoo.com

² UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada – São Leopoldo – RS – Brasil. 93022-000 – aco@unisinos.br

da linguagem e precisa ser (re)validada e reificada a todo instante de forma situada (BUTLER, 1990; BUCHOLTZ; HALL, 2003, 2004, 2005). Por não existirem identidades homogêneas, estáveis e pré-discursivas, elas precisam ser propostas e (re)construídas **na e pela** interação com o outro, que as ratifica ou não. Entendendo a construção das identidades como um empreendimento situado e colaborativo, em vez de apriorístico e individual, pode-se dizer, então, que as interações são **constitutivas** desse empreendimento e não um produto dele.

Gênero, nessa visão, passa a ser considerado como uma **ação** ou performance, não um **estado** (BUTLER, 1990, 1993). Essa mudança epistemológica demanda também dispositivos de análise que deem conta dessa perspectiva. Nesse sentido, a Análise da Conversa de base etnometodológica (doravante também AC) proposta por Harvey Sacks, em 1963, constitui um aparato analítico que se consolida, cada vez mais, em pesquisas sobre a interação entre linguagem e gênero (OSTERMANN, 2003a, 2003b, 2006; KITZINGER, 2000, 2007; SPEER, 2005; SPEER; POTTER, 2000; WEATHERALL, 2002). A Análise das Categorias de Pertença³ (doravante ACP), também desenvolvida por Sacks no início dos anos 60, apenas recentemente começou a ser utilizada como um recurso produtivo para entender como o gênero é interacionalmente co-construído pelos falantes (SPEER, 2005).

Enquanto a AC serve de aporte para verificar como interagentes fazem gênero na sequencialidade interacional do turno-a-turno, a ACP foca seu interesse nas categorias usadas pelos membros – também de forma situada e localmente gerenciada – na interação. Dado o caráter da situacionalidade da negociação das identidades de gênero, é importante destacar que ambas as proposições analíticas são de natureza etnometodológica (COULON, 1995) e de abordagem êmica. Portanto são abordagens analíticas que focalizam a fala naturalística dos interagentes como acontece no mundo, a partir das orientações e categorizações desses interagentes, e não as do pesquisador. Stokoe (2003) lembra que os recursos de que as pessoas dispõem para fazer categorizações são culturalmente estabelecidos, reafirmando a ideia cunhada por Sacks (1992) de que, através da microanálise da fala-em-interação, é possível compreender melhor a ordem social, ou, para os propósitos deste artigo, a ordem generificada da vida social (KITZINGER, 2007; OSTERMANN, 2003a, 2003b; SELL, 2007; SPEER, 2005; STOKOE; WEATHERALL, 2002; BUCHOLTZ; HALL, 2003, 2005; BUTLER, 1990, 1993; CAMERON, 2005; ECKERT, 1984; ECKERT; McCONNELL-GINET, 1992).

Categorizar não significa, contudo, colar etiquetas nas pessoas ou em si mesmo. Constitui uma atividade em que os falantes negociam, em mútua orientação, comportamentos normativos e expectativas de gênero (MARTIN,

³ *Membership Categorization Analysis* (SACKS, 1992).

2003). Essa ação de categorizar é também volátil, pois as pessoas se orientam para os diferentes contextos e para os momentos interacionais atentas àquilo que julgam que é esperado delas ao produzirem suas falas e performances de gênero.

É importante ter em mente que tanto homens quanto mulheres se constroem e são socializados dentro de perspectivas de gênero, ou seja, eles vão aprendendo aquilo que é esperado deles dentro das “comunidades de prática” das quais fazem parte (WENGER, 1998; ECKERT; McCONNELL-GINET, 1992; OSTERMANN, 2003a, 2003b; 2006). O olhar não essencialista sobre o corpo generificado busca entender, então, os processos por meio dos quais homens e mulheres se constroem em diferentes contextos e como negociam sua agentividade (BUTLER, 1990) no mundo. A dinamicidade da negociação identitária se dá, assim, na esteira de dois fatores primordiais nos estudos sobre linguagem e gênero: o primeiro deles é que a linguagem não é um veículo do pensamento, ou um espelho que meramente reflete a realidade, mas é **ação constitutiva da realidade**; o segundo, que as identidades de gênero não existem fora do discurso (linguagem).

Apresentamos na próxima seção os fundamentos da Análise de Categorias de Pertença para, então, demonstrar sua aplicabilidade em dados naturalísticos e, no caso deste artigo, para estudos sobre as relações entre linguagem e gênero.

Análise de Categorias de Pertença: entendendo a maquinaria da ação de categorizar

A Análise de Categorias de Pertença é uma abordagem analítica pioneira desenvolvida por Harvey Sacks em 1963 e 1964, que passa referencialmente pela Análise da Conversa. Os dois métodos contribuíram para redimensionar o evento da fala-em-interação como instância privilegiada de negociação da vida social e não como uma ação desordenada e caótica. Para Sacks, os falantes se entendem porque a organização social é observável dentro das estruturas das conversas mais triviais. O pesquisador estava interessado principalmente na série de movimentos recorrentes – a “maquinaria” – que tornam a conversa viável, ou seja, na organização do “sistema de tomada de turnos.” (SACKS; SCHEGLOFF; JEFFERSON, 1974).

Com a ACP, Sacks (1992) procura entender quando e como os membros fazem descrições, com o objetivo de expor os dispositivos ou os métodos através dos quais elas são produzidas⁴. Esses dispositivos, que operam por trás da ação de categorizar da mesma forma como operam na ação de falar, remetem à ideia de

⁴ A ACP, a exemplo da Análise da Conversa, também prioriza a visão êmica.

maquinaria e constituem uma espécie de matriz geradora que possibilita aos membros fazerem descrições.

Para explicar a noção de dispositivo de categorias de pertença, Sacks (1992) propõe o clássico exercício de descrição em que as identidades dos envolvidos são apagadas, como em “X chorou. Y pegou-o no colo”⁵. Sacks indaga o porquê de estarmos inclinados a “ouvir” que X é um bebê e não um professor, por exemplo, e, ao assumir que X é um bebê, por que pensamos que Y é um adulto e, provavelmente, a mãe do bebê?⁶

Além de construirmos a história acima do modo como Sacks sugere, também acreditamos em que ela seja uma descrição do que aconteceu, sem termos, de fato, visto as circunstâncias do evento. O objetivo de Sacks (1992) é então, explicitar o dispositivo que permite aos falantes e ouvintes a ação de categorizar. Sacks está interessado, como na Análise da Conversa, em verificar a operacionalização de um sistema que é, nesse caso, como nós compreendemos a história de X e Y da forma como a compreendemos. Ou seja, os mecanismos acionados para fazer essa leitura são o eixo de interesse de Sacks na perspectiva da ACP.

Sacks (1992) acredita em que ouvimos a história com base na inferência de que as categorias **bebê** e **mãe** pertencem a uma coleção que inclui também outras categorias como avô, avó, filha, filho, que chamamos de **família**. Enquanto a coleção família pode incluir várias categorias, outras são mais propensas a serem construídas de forma binária, como é o caso de gênero (homem e mulher)⁷ e raça (negro e branco)⁸.

Quando lemos o mesmo acontecimento em jornais diferentes, como exemplifica Silverman (1998), é possível ver como cada um deles utiliza diferentes categorias para descrevê-lo. Essas identificações têm implicações sobre o que colamos às pessoas e a seus comportamentos. Por exemplo, ao pinçar determinadas características para descrever uma mulher, eu revelo como eu a vejo e como construo as identidades de gênero. Eu posso enfocar seus atributos físicos, sua profissão, seu estado civil, entre outros aspectos.

⁵ “*The X cried. The Y picked it up*” (SACKS, 1992, tradução nossa).

⁶ É importante ressaltar que há, no exemplo usado por Sacks, uma tendência normativa de ver o adulto que pega o bebê como mãe e não como pai. Não podemos deixar de ressaltar aqui que essa relação entre categoria e atividade deixa implícitas assunções de que é a mulher (e não o homem) quem naturalmente cuida de criança.

⁷ Importante enfatizar que, ainda que exista essa tendência, não nos alinhamos com uma concepção binária e essencialista de gênero.

⁸ Sacks (1992) nos dá um exemplo de categorias inesperadas formando uma coleção. É o caso de criança e cachorro, que são categorias não permitidas em um determinado condomínio residencial. Nessa situação elas formam uma coleção, fato que nos alerta para a necessidade de olharmos os eventos de forma situada, pois as categorias e as coleções (conjunto de categorias com as quais estabelecemos afinidades de pertencimento) não são fixas e disponíveis em um catálogo de etiquetas que colamos às coisas para descrevê-las.

Estudos feministas (CAPPS, 1999; FALUDI, 1991; BUTLER, 1993; SPEER, 2005; BUCHOLTZ; HALL, 2005, ECKERT; McCONNELL-GINET, 1992) apontam que muitas vezes as mulheres são descritas pelo seu estado civil, número de filhos e aparência física. Já Capps (1999) analisa como as desordens psicológicas são **coladas** à categoria mulher por meio de ações colaborativas emergentes no curso da interação social. Essa descrição que remete à insanidade e à irracionalidade, conforme a autora, tem significado de controle social e é amplamente encontrada na literatura médica, desde sua instituição até os dias de hoje⁹. Ainda sobre qualificadores atribuídos à categoria social mulher, Faludi (1991) estuda a construção do sexismo na linguagem por meio da representação da mulher e sua genitália como sobremesas ou tipos de comida.

Embora certo repertório de identidades possa de fato se aplicar a uma mulher, a escolha de alguns aspectos (e não de outros) por algum falante revela aquilo que quer, circunstancialmente, tornar relevante. Por isso, ao descrever alguém e colocar essa descrição em negociação, o falante pode estar dando pistas de si mesmo, pois expõe seu modo de ver o mundo e as pessoas. Quem ouve suas descrições avalia questões do tipo que pessoa faria esse tipo de descrições?. Cameron (2005) lembra, porém, que as pessoas estão atentas para o fato de que, em determinados contextos, por exemplo, atitudes homofóbicas são condenadas, como em uma entrevista de emprego. Já em uma mesa de bar, a demonstração homofóbica pode servir como uma afirmação da conhecida masculinidade – valorizada no mercado heterossexual – e é, portanto, aceita.

Regras de categorização

Sacks (1992) identifica algumas regras no processo de categorização que são importantes para uma compreensão mais ampla da ACP. A primeira regra é a da **economia**, ou seja, a inteligibilidade da descrição é alcançada através do uso de uma única categoria. No caso das categorias mãe e bebê, não é necessário saber detalhes sobre como é essa mãe e esse bebê, pois é possível estabelecer uma referência adequada.

A segunda regra que Sacks identifica é a da **consistência**, que prevê que, uma vez que uma categoria (violinista) de determinada coleção (concerto) é usada para categorizar um membro da população, outras categorias da mesma coleção podem ser usadas em outros membros da população (trompetista,

⁹ Temos inúmeros exemplos sobre como é construída a irracionalidade feminina, comumente atribuída à questão hormonal. O caso talvez mais explícito é a TPM (tensão pré-menstrual), que é aceita e ratificada pela própria legislação brasileira, que confere atenuantes à mulher infratora durante os dias que antecedem o período menstrual (TPM). O interessante é constatar que nem todas as sociedades reconhecem a TPM e que mulheres que passam a viver em sociedades onde ela existe, possam apresentar os sintomas. Esse processo é amplamente estudado pela Antropologia e é chamado de *culture bound syndromes* (HUGHES, 1996; SCHEPER-HUGHES, 1992).

flautista etc) (PSATHAS, 1999). Sacks (1992) lembra que uma categoria (bebê, por exemplo) pode pertencer a mais de uma coleção (coleção estágio da vida ou coleção família, por exemplo). A categoria bebê pode ainda ser usada para expressar bem-querer (situações românticas) ou crítica a alguém que não teve um comportamento considerado adequado à sua faixa etária de adolescente ou de adulto.

Para resolver a ambiguidade que esses diferentes pertencimentos podem ocasionar, Sacks (1992) sugere um corolário de regras de consistência¹⁰. Ao ouvirmos duas categorias (bebê e mãe), nós as compreendemos em relação à sua coleção (nesse caso, família), que é também vista como um time, e nela as colocamos. Também as entendemos uma em relação à outra (mãe e bebê). Logo, a mãe não é a mãe de outro bebê, mas daquele que ela pegou no colo. Essa maneira de ouvir é o que Sacks chama de a máxima para a organização duplicativa do ouvinte¹¹. As categorias mãe e bebê, além de fazerem parte de um time (família), constituem também um par de posições, com direitos e obrigações mútuas (SACKS, 1992; GOFFMAN, 1999). Nesse sentido, para Sacks, o bebê tem o direito de ser alimentado, mas possui, conseqüentemente, a obrigação de não chorar o tempo todo. Esse tipo de relação também se estabelece entre outros pares, chamados por Sacks de pares relacionais padronizados¹²: esposo-esposa, namorado-namorada¹³, terapeuta-paciente, adulto-criança. Basicamente, como sistematiza Schegloff (2007), as coleções de categorias se estabelecem pelo tipo de relacionamento que as une ou pelo conhecimento profissional acionado.

Várias atividades são relacionadas a determinadas categorias de pertença. Sacks (1992) a elas se refere como atividades ligadas a categorias¹⁴. Desse modo, a atividade da pessoa (chorar) pode encaixar-se em categorias sociais específicas (bebê); da mesma forma, a categoria¹⁵ (bebê, por exemplo) pode inferir os tipos de atividades em que poderá se engajar (chorar, por exemplo). Em razão desse mecanismo é que, provavelmente, Sacks teria sugerido que X é um bebê e o Y é a mãe do bebê na história “X chorou e Y o pegou no colo”.

¹⁰ *Consistency rule corollary.*

¹¹ *The hearer's maxim for duplicative organization.*

¹² *Standardized relational pairs.*

¹³ Inserimos aqui pares relacionais homossexuais, embora não estejam originalmente contemplados na obra de Sacks, pois pretendemos justamente questionar as implicações heteronormativas que circulam como naturais.

¹⁴ *Category-bound activities (CBAs).*

¹⁵ Embora para Silverman (1998) identidade e categoria sejam sinônimas, tomamos aqui a noção de identidade como uma atividade e não uma categoria. Butler (1993) define identidade como uma prática e uma performance ativamente construída, ao invés de pré-existente. Atores sociais assumem uma variedade de identidades, por isso seria mais adequado usar a palavra no plural, conforme Butler (1993).

É importante lembrar que, segundo Sacks (1992), a ação de chorar não é exclusiva dos bebês, e que um adulto pode ser chamado de bebê eventualmente¹⁶. Em razão dessa não rigidez é que se torna crucial olhar para as situações de forma local e acionar o que Sacks chama de mecanismo de busca¹⁷ quando acontecem ambiguidades.

Dentro da Análise das Categorias de Pertença, Sacks nomeia de *Membership Category Devices* ou (MCDs)¹⁸ – que traduziremos aqui como Dispositivos de Categorização de Pertença (DCM)¹⁹ – os propósitos locais dos membros, utilizados e produzidos por falantes e ouvintes para formular e reformular os significados das atividades e das identidades (SACKS, 1992). Essa ação, eminentemente voltada para a situacionalidade da interação e organizada sequencialmente, é complementar, então, à análise da organização sequencial da conversa: a Análise da Conversa (SILVERMAN, 1998; WATSON, 1997).

A ACP não se propõe a recorrer a categorias prontas ou produzidas pelo pesquisador para explicar aquilo que está acontecendo e nem tampouco apela para categorias do senso comum. Essa abordagem analítica, tal qual a Análise da Conversa, olha para a ação dos atores sociais sempre em seu contexto sequencial e mutuamente negociada. Por esse caráter engajado e de produção local é que não se justifica a crítica de Schegloff (apud SILVERMAN, 1998) de que a ACP seja **promiscua**, facilmente reduzida a observações do senso comum e dependente da autoridade do pesquisador. A MCA tem sido revisitada por vários pesquisadores que a utilizam como ferramenta analítica importante nas suas pesquisas, incluindo as de gênero (EGLIN, 2002; STOKOE; WEATHERALL, 2002; STOKOE, 2003, 2003; STOCKILL; KITZINGER, 2007; PSATHAS, 1999):

Categorização de pertença é um processo continuamente produzido e orientado pelas partes e não necessariamente um ato explícito de nomear ou descrever a si mesmo ou a outro com o nome de uma categoria que pertence a alguma coleção (PSATHAS, 1999, p.156).²⁰

¹⁶ Ao chamar um adulto de bebê, ele é posicionado numa categoria muito abaixo da sua, o que normalmente significa um rebaixamento, uma crítica. O reverso também se aplica; um adolescente pode ser premiado por alguma atitude tida como adulta.

¹⁷ *Searching procedure*.

¹⁸ *Membership Category Devices* podem ser entendidos como as ações orientadas e específicas dos membros de categorizar pessoas, eventos e coisas.

¹⁹ Encontramos na literatura a tradução “dispositivos de categorização” (sem “pertença”) nos textos de Alencar (2006) e de Beato Filho (1991).

²⁰ “*Membership categorization is shown to be a process ongoing produced and oriented to by the parties and not necessarily an explicit naming or describing of oneself, or the other, with the name of a category from some collection*”.

Watson (1997) e Silverman (1998) sustentam que a ACP é coerente com o que Sacks propõe na Análise da Conversa, ou seja, seu interesse teórico recai nas atividades sociais como uma produção sequencial e colaborativa. Psathas (1999) define a ACP com as palavras-chave análise sequencial. De acordo com Watson (1997), Sacks entende a ação de categorizar como uma atividade cultural e dinâmica e não como uma grade cultural inerte onde as categorias são inseridas. Ainda para Sacks (1992), as categorias adquirem significado em contextos específicos, o que podemos comprovar por meio do exemplo trazido anteriormente sobre o uso da categoria bebê.

Outras características do trabalho de Sacks o afastam do perigo da promiscuidade sugerida por Schegloff. Uma delas é, segundo Watson (1997), a centralidade do papel da maquinaria operando por trás da ação de categorizar, ou seja, os processos pelos quais as pessoas fazem uso de categorias. Assim, na Análise da Conversa o interesse central recai na operacionalização da ação (a de categorizar) e não no conteúdo em si. Também não há a intenção de atribuir o uso das categorias a processos psicológicos, mas a recursos culturais, que são “públicos, compartilhados e transparentes.” (WATSON, 1997, p.4).

Sacks (1992) traz outro exemplo clássico para ilustrar a noção de DCP e pares relacionais em uma interação entre um combatente do Vietnã e um repórter. Na entrevista, o repórter pergunta ao soldado como ele se sente ao saber que provavelmente suas bombas mataram alguém. O soldado está atento ao fato de que matar alguém não faz parte do esquema moral e, na sua resposta, faz uma série de escolhas que ajudam a projetar uma imagem positiva de si mesmo. Ele começa dizendo que não gosta da ideia de matar ninguém e que, como militar, precisou jogar bombas, assim como outros militares. Ele diz também que nesse negócio é preciso ser impessoal.

Sacks aponta que a escolha da categoria militar abona a atividade de **jogar bombas**, porque é isso que os militares atuando em guerra fazem. O entrevistado faz alusão ainda a outros militares que, assim como ele, jogam bombas. Dessa forma, ele estabelece um par relacional que tem obrigações mútuas de jogar bombas um no outro. Uma vez estabelecidas essas obrigações, como lembra Sacks, não haveria o que recriminar. A categoria **negócio** usada pelo soldado, ligada à atitude de **ser impessoal**, justifica não somente uma atitude a ser adotada em campo de batalha, mas também em outros **negócios** também. Se a conduta da impessoalidade fosse exclusiva do exército (e não é), então o problema poderia ser com o exército. Essas escolhas mostram como a moralidade é interacional e situacionalmente negociada entre os falantes, que constroem suas falas de forma sincronizada e orientados para a questão “por que isso agora” (SCHEGLOFF, 2007).

Análise de Categorias de Pertença em ação: “A pessoa fica um pouco preocupada, né?”

Apresentamos a seguir uma análise da construção de identidades de gênero a partir da perspectiva da Análise de Categorias de Pertença e da Análise da Conversa. Os excertos examinados advêm de interações entre pacientes aspirantes ao procedimento de vasectomia e uma psicóloga em um posto de saúde do Sistema Único de Saúde, localizado em uma das regiões metropolitanas do sul do Brasil. Trata-se de consultas psicológicas em que os pacientes buscam o aval de sanidade mental para conseguirem o direito à vasectomia ou à laqueadura pelo Programa Nacional de Planejamento Familiar (BRASIL, 1996). Foram gravadas e transcritas 25 consultas que aconteceram entre agosto de 2006 e fevereiro de 2007. Embora tanto homens quanto mulheres se candidatem à esterilização, selecionamos, para os propósitos deste artigo, somente interações entre homens e a psicóloga responsável pela provisão desse aval.

A análise qualitativa dos dados se deu pelo critério da recorrência. Tínhamos por objetivo focalizar como a categoria homem constrói aspectos identitários relacionados a gênero no momento da negociação da esterilização. Lembramos, contudo, que, em análises dessa natureza, é preciso estar atento se gênero é de fato relevante sempre que os interagentes utilizam a categoria homem. Como lembra Kitzinger (2007), é preciso olhar como os membros se orientam para essas categorias (nesse caso, homem) e, sobretudo, se a invocação dessas categorias e de seus atributos associados é realmente central para o foco da análise, ou se não estaria obscurecendo ações nas quais os participantes estão engajados.

O excerto analisado a seguir mostra como Jacob se constrói como homem em um momento em que ele manifesta preocupações relacionadas à esterilização²¹.

²¹ As convenções de transcrição usadas são normalmente aquelas propostas por Jefferson e que, para o presente trabalho, foram utilizadas a partir da tradução e adaptação proposta por Schnack, Pisoni e Ostermann (2005), e se encontram em anexo.

Excerto 1 [29/11/2006; 0-384]

- 148 BINA: preocupação com o quê seu jacob?
- 149 JACOB: preocupação quanto a:::: quanto a o: o: o: a
- 150 cirurgi::a,=
- 151 BINA: =°uhum°
- 152 JACOB: né↑ se ela se (2.0) se ela não (.) não pode causá
- 153 algum proble::ma=
- 154 BINA: =uh[u:m]
- 155 JACOB [né]↑ (1.0) (devido) o órgão sê:: o órgão
- 156 principal né >no caso< (2.0) do homem né↑ (.)°da
- 157 reprodução° (.) que a pessoa fica um pouco
- 158 preocupada né↑ mas
- 159 (2.0)
- 160 BINA: o senhor disse que é o órgão da reprodução >tá
- 161 mas< a vasectomi↑a é pra não se reproduzir mais=
- 162 JACOB: =sim xx
- 163 BINA: preocupação então não seria com a reprodução↑
- 164 (1.0)
- 165 JACOB: tá é que xx xxx
- 166 BINA: tem me[do de-]
- 167 JACOB: [talvez] eu tenha falado mal não me
- 168 expressei bem né↑ (.) preocupação é:: todo homem-
- 169 é o órgão que:: é:: no caso da da relação↓
- 170 BINA: uh[um]
- 171 JACOB: [x a] relação é uma coisa importante pro ser
- 172 humano né↑
- 173 BINA: uh[um]
- 174 JACOB: [a] relação sexual↓
- 175 BINA: uhum
- 176 JACOB: então o medo é de talvez ocasioná algum
- 177 proble::ma né↑
- 178 (3.0)
- 179 BINA: de brochá? medo de brochá?
- 180 JACOB: é:

Bina e Jacob estão engajados na ação de esclarecer a preocupação de Jacob. O par relacional terapeuta-paciente está assentado e mutuamente ratificado, pois ambos interagentes se orientam para o enquadre (TANNEN; WALLAT, 1998) da consulta terapêutica, correspondendo às expectativas dos papéis envolvidos nesse evento discursivo. É interessante notar que isso não é declarado por ambos em nenhum momento específico, mas é justamente a orientação mútua dos participantes para aquilo que se sabe sobre consulta terapêutica que nos permite dizer que as categorias de terapeuta e paciente são invocadas e reconhecidas. Tanto Bina quanto Jacob sabem o que este “precisa” para alcançar o seu propósito – o laudo de sanidade mental –, o que instaura os direitos e obrigações dos envolvidos na interação.

Jacob, o paciente, mostra-se hesitante ao abordar a sua preocupação, o que se revela por meio de falas alongadas (linhas 149-150), interrupções (linha 159) e repetições. Essas características mostram sua orientação para um assunto problemático ou delicado, talvez denunciando uma crise das concepções sociais normativas sobre masculinidade. O paciente traz justificativas com elevada carga morfológica (como nas linhas 155-158 e 167-169), pois está na posição de ter de esclarecer sua preocupação²².

Ao mesmo tempo em que Jacob precisa demonstrar segurança sobre o desejo de fazer a vasectomia, ele também quer elucidar seu temor, o que pode gerar certa tensão. Ao empregar categorias inclusivas – “do homem” (linha 156), “todo homem” (linha 168) – e categorias não genericadas, mas generalizadoras (KITZINGER, 2007) – “a pessoa” (linha 157), “ser humano” (linhas 171 e 172) – Jacob constrói a preocupação como sendo um sentimento não apenas particular, mas de todos os homens, de todos os seres humanos. Assim, ao mesmo tempo em que o incluem, essas categorias não o tornam o único preocupado com o fato de ter prejuízos na vida sexual. O uso dessas categorias generalizadoras serve, assim, como uma proteção de face (GOFFMAN, 1999) para Jacob.

O paciente começa justificando sua preocupação com a cirurgia por envolver “o órgão da reprodução” (linhas 155-157). Ele termina sua explicação dizendo que “a pessoa” fica um “pouco preocupada”. O uso de “pouco” parece operar como um mitigador de um sentimento que Jacob precisa administrar na interação. Ou seja, ao mesmo tempo em que precisa esclarecer sua dúvida sobre possíveis problemas decorrentes da vasectomia, não pode comprometer a autorização do seu atestado de sanidade mental para a obtenção do direito ao procedimento. Ainda, ao final da elaboração de Jacob, ele faz uso do “né” em tom ascendente, buscando alguma

²² A necessidade de prover maiores justificativas recai normalmente sobre aquele que tem menor poder na interação. As interações institucionalizadas são geralmente tidas como assimétricas (SACKS, 1992; HUTCHBY; WOFFFITT, 1998), o que, contudo, pode ser contestado se uma das partes subverte ou não se alinha a essa assimetria (MONDADA, 1998).

ratificação de Bina. Depois de dois segundos de silêncio, esta toma o turno. Ela o faz retomando a fala de Jacob para problematizá-la: “mas vasectomia é pra *não* reproduzir mais” (linhas 160-161). Jacob se orienta para essa não validação do motivo, produz uma fala colada assertiva – “sim” (linha 162) – e legítima, assim, a expertise de Bina em detectar o seu real medo. Após essa concordância de Jacob, Bina resume a investida interacional de Jacob com a formulação (HERITAGE; WATSON, 1979, 1980) “a preocupação então não seria com a reprodução” (linha 163), com o que Jacob novamente concorda (linha 165).

Note-se que a “preocupação” de Jacob é renomeada por Bina como “medo” (linha 166). Jacob está atento a essa negociação moral ao produzir uma fala sobreposta à de Bina e redefine seu sentimento como sendo “preocupação” e não “medo” (linha 168). A sua justificativa mostra que ele está atento ao fato de que sua identidade de homem está em negociação. Ele diz que talvez tenha se expressado mal e desloca seu foco de preocupação do “órgão da reprodução” (linhas 155-157) para o “órgão da relação” (linha 169), levando a cabo a correção iniciada por Bina nas linhas 160 e 161. A terapeuta, ao emitir um continuador “uhum”, devolve o turno de fala ao paciente, que empacota sua ação com a afirmação de que “a relação é uma coisa importante para o ser humano” (linhas 171-172). Observa-se aqui mais uma vez o uso da categoria mais abrangente “ser humano”, que desloca questões de sexualidade e gênero (expressão generalizante e não generificada). Novamente Bina aloca Jacob como o próximo falante, quando ele resume a sua afirmação anterior e especifica, pela primeira vez, o tipo de relação de que está falando “a relação sexual” (linha 174). Interessante observar que, embora o assunto em pauta esteja intimamente relacionado a sexo, ao longo da interação, Jacob utiliza termos correlatos não tão explícitos: “reprodução”, “órgão”, “relação” e somente uma vez menciona a palavra “sexual”. Após mais um “uhum” de Bina, Jacob troca a palavra “preocupação” (da qual até então se utilizara) por “medo” (linha 176) – anteriormente proposta por Bina, mas não usada por ele –, porém não formula textualmente o motivo do medo.

Após um silêncio de três segundos e várias tentativas prévias de Bina – por meio de uma escuta ativa (HUTCHBY, 2005), da provisão de continuadores para que Jacob desse seguimento à elaboração do seu medo, do uso de correções e da não interrupção das falas de Jacob –, para que Jacob formulasse seu medo, ela faz a formulação final do tópico em questão em projeção ascendente de fala: “medo de brochar?” (linha 179). Jacob afirma que sim ao providenciar o turno “é” (linha 180).

O tabu da impotência sexual parece estar bem presente nas ações de Jacob. Ele não o nomeia²³ e orienta-se para o assunto como sendo delicado, por meio

²³ É sabido que muitas pessoas não nomeiam aquilo que temem, pois atribuem ao ato de nomear uma força de invocação. Assim, por exemplo, as doenças (e.g. câncer), o diabo, a morte, são, muitas vezes, apagadas das falas

de falas indiretas, de alongamentos, de repetições e até mesmo pela própria dificuldade em nomeá-lo. Na verdade, como vimos, ele não o faz, pois é Bina quem dá nome àquilo que o amedronta: a possibilidade de “brochar”. Quando Bina finalmente dá voz ao medo real de Jacob, ele apenas se alinha, confirmando-o, mas não o repete.

Uma das características socialmente atribuídas à categoria homem é a atividade de ser sexualmente ativo. Inúmeros discursos autorizados, especialmente a medicina, constroem o homem dessa forma: como portador do hormônio da testosterona²⁴, incumbido de distribuir o sêmen para garantir a continuidade da espécie. Essa construção social do homem acaba por autorizá-lo a uma maior liberdade sexual e, conseqüentemente, coloca-o na quase obrigatoriedade de ser sexualmente potente.

Construções dessa ordem funcionam como normas de gênero, a exemplo das construções acerca das mulheres (MARTIN, 2003). Jacob está orientado para essa norma e demonstra, na interação, dificuldade em admitir o medo da impotência. O próprio medo é, na socialização dos meninos, um sentimento não validado como típico de homem²⁵. Demonstrar medo está, muitas vezes, associado à fragilidade e à fraqueza. O medo é ainda a deflagração da identidade não homogênea, ou seja, sentir medo é conflitante com o que normalmente é esperado do homem: o destemor. A potência sexual é, por sua vez, também discursivamente construída e não dada a priori, haja vista o medo de brochar, que aparece de forma recorrente nas falas dos homens participantes desta pesquisa. Os construtos identitários homogêneos precisam da constante reificação interacional, o que é prova cabal de que não são homogêneos, mas construídos como tais.

O excerto que analisamos a seguir também traz a questão do medo de perder a ereção vinculado à vasectomia. Os interagentes envolvidos são a psicóloga Bina e o aspirante à vasectomia Jaison. Essa situação interacional consta do momento em que a psicóloga rotineiramente realiza uma checagem sobre o grau de informação dos pacientes acerca dos procedimentos cirúrgicos da laqueadura e da vasectomia e a certeza deles em querer realizá-las.

ou então rebatizadas. Quando, no entanto, o indizível tem de ser dito, há uma série de rituais para se proteger, como bater na madeira, benzer-se, entre outros.

²⁴ Pesquisas sobre hormônios (MARTIN, 1996; MACHADO, 2005; FAUSTO-STERLING, 2000) procuram, por exemplo, explicar comportamentos histéricos das mulheres (vide a panacéia em torno da TPM) e comportamentos viris nos homens, que, por conta da testosterona, são mais propensos a ter mais parceiras sexuais. Esses exemplos ilustrativos mostram como o discurso hormonal está a serviço da naturalização de concepções de gênero. O discurso é tão mais poderoso na medida em que é vivido por homens e mulheres, que passam a experimentar seus hormônios de forma culturalmente estabelecida.

²⁵ Enunciados do tipo: “Você já é um homenzinho, não pode ter medo” são bastante comuns na socialização dos meninos em categorias de gênero. Desde cedo eles vão aprendendo quais as atividades relacionadas às categorias sociais homem e mulher.

Excerto 2 [12/02/07; 0-539]

- 162 BINA: te explicaram como é que é [que] funciona?
- 163 JAISON: [sim]
- 164 BINA: e:: tu tem alguma dúvida?
- 165 JAISON: é:: uma duvidazinha será que mais tarde assim
- 166 futuramente (.) não vai dá um tchick ((faz um
- 167 barulho imitando o de um corte de tesoura))
- 168 BINA: um o quê?
- 169 JAISON: tipo cortá o: o restante que sobrá? @ @
- 170 BINA: como assim o restante?
- 171 JAISON: não corta assim a:: (.) a vontade [assim]
- 172 BINA: [o tesão]?
- 173 JAISON: é↓ isso↓
- 174 BINA: esse- essa [a tua] pergunta?
- 175 JAISON: [é é:]
- 176 BINA: ou é- o::u é por ca- ãh:: a vontade de tê mais
- 177 filhos depois?
- 178 JAISON: não↓ não é a vontade
- 179 BINA: tá↓ então [é ãh:: (.) o que] que tu pensa
- 180 JAISON: [que já tenho ma-]
- 181 BINA: sobre isso ja:- seu jaison?(.) de essa- esse medo
- 182 de perdê o tesão?
- 183 JAISON: nã↑o assim porque::: no caso o esperma sai xx↑
- 184 não vai [tê mais]
- 185 BINA: [@ @] @ (1.0) [tá mas e daí] vai sê
- 186 JAISON: [e daí vai]
- 187 BINA: interrompido o caminho dele [ali]
- 188 JAISON: [sim] mas e:: foi

Em suas interações com pacientes aspirantes à esterilização, Bina sempre pergunta se eles receberam orientação nas palestras sobre planejamento familiar ou de algum médico. Quando ela pergunta a Jaison se “explicaram como é que é” (linha 162), ele responde que sim, antes mesmo de Bina concluir seu turno de fala (linha 163). A terapeuta dá prosseguimento à interação perguntando se o paciente tem alguma dúvida (linha 164), ao que ele diz ter uma “duvidazinha” (linha 165) sobre se mais tarde não terá um “corte” (linhas 165-167). Ele usa uma expressão onomatopéica (“tchick”) em vez de proferir a palavra “corte”, e Bina não valida essa expressão como resposta²⁶, pedindo detalhamento (linha 168). Perante essa solicitação, Jaison se orienta para a sua categoria de paciente e sua atividade de prover respostas, ratificando também a categoria profissional de Bina e sua atividade correlata, a de fazer perguntas. Jaison, em seu turno, leva a cabo o reparo iniciado por Bina e esclarece “tipo cortar o restante que sobrar?” (linha 169).

Novamente a psicóloga não valida a resposta de Jaison e solicita outro reparo (linha 170). O paciente, atento a esse pedido, nomeia o que seria esse restante: “a vontade”. Apesar do esforço, a resposta ainda se apresenta incompleta, pois não diz vontade de quê. Bina faz um questionamento que assume a função de uma formulação – “o tesão?” (linha 172) –, ao que Jaison responde, em tom descendente, “é isso” (linha 173).

Depois desse trabalho interacional colaborativo para elucidar a “duvidazinha” de Jaison, Bina pergunta se era essa a pergunta dele (linha 174), dando mais espaço para ele trazer novas dúvidas. Ele, no entanto, responde que “sim” (linha 175). Bina, mesmo assim, continua perguntando se é só aquilo, ou se está ali implicada a “vontade de ter mais filhos depois” (linhas 176 e 177). Jaison parece estar atento ao fato de que, para conseguir a autorização para a vasectomia, um dos pré-requisitos é não manifestar o desejo de ter mais filhos e responde imediatamente que “não” (linha 178).

Após essa negativa de Jaison sobre “vontade de ter filhos”, Bina retoma o tópico “medo de perder o tesão” (linhas 181-182) como sendo relevante para o paciente. Jaison começa a falar sobre o esperma que não vai ter mais (linha 184). A terapeuta ri (linha 185) e pergunta: “tá, mas e daí?”. Jaison toma o riso de Bina como a necessidade de prover mais justificativas para o seu “receiozinho” e não como um convite ao riso e nem tampouco por se tratar de um tópico engraçado (HAKANA, 2002). É sempre importante lembrar que pacientes normalmente querem se construir como pessoas que podem ser levadas a sério

²⁶ Em sua prática terapêutica, Bina faz um trabalho interacional que leva os pacientes a nomearem aquilo sobre o que têm dificuldade de falar. Segundo ela, esse é um momento em que os pacientes precisam olhar para si, seus medos, angústias, preconceitos, tabus, pois “é pela palavra que vamos nos (re)criando”. (Nota de Diário de Campo)

pelo profissional terapeuta e, para isso, lançam mão de diversas estratégias interacionais, sendo que uma delas é justamente reconhecer o momento apropriado para rir.

Jaison traz um novo elemento à negociação da sua dúvida: o esperma. Bina explica que a cirurgia vai interromper o caminho do esperma (linha 187), ao que ele responde afirmativamente. Contudo, ele lança uso da adversativa “mas”, indicando alguma oposição. Jaison constrói o seu turno com alongamentos e repete o que Bina falou, “foi interrompido o caminho” (linha 189). Bina emite um “tá” (linha 190) que, nesse contexto interacional, funciona como um continuador. Jaison se orienta para o fato de que o turno lhe foi devolvido e continua provendo, em fala colada, material para esclarecer sua dúvida. Seu turno é novamente marcado por falas alongadas, reparos, silêncios e a não elaboração de sua dúvida (linhas 191-192). Bina novamente ri (linha 193) e pergunta: “vai ter o que seu Jaison?” (linha 194). Instala-se um silêncio de oito segundos e ela toma o turno perguntando se alguém fez algum comentário que justificasse a dúvida dele (linhas 196-197), o que Jaison confirma. Bina, então, pergunta se Jaison conversou com o médico (linha 202), ratificando, assim, a categoria médico como aquele que desempenha a atividade de esclarecer as dúvidas, ou seja, aquele que tem o argumento da verdade. Com a resposta afirmativa de Jaison, ela pergunta se mesmo assim ele ficou com dúvida (linha 204). Ele faz um reparo, num volume de voz mais alto, dizendo que “não é uma dúvida assim”. Bina reformula o questionamento de Jaison nas linhas 206 e 207, afirmando que se trata, então, de um ‘receiozinho’, o que é aceito (linha 208). Chama a atenção nesse trecho o uso, pela terapeuta, do diminutivo para qualificar o que Jaison diz que não é “dúvida”, mas, conforme proposto pela terapeuta, “receiozinho”. Bina parece se alinhar com duas ações não esperadas socialmente da categoria homem, “sentir medo” e “expressar medo”. Assim, ela mitiga a palavra “receio” ao propô-la no diminutivo.

Negociada a dúvida de Jaison como “receiozinho” (linha 208), ele agora manifesta o receio em relação ao futuro, ao dizer que “agora [...] somos jovens né”. O uso do “né” em tom ascendente é uma busca de Jaison por uma ratificação de Bina, o que é obtido, pois ela emite um “uhum” e depois fala sobre a idade, sem, contudo, concluir a fala quando Jaison a interrompe com um “isso” confirmativo. Bina termina a sua fala nomeando o “receiozinho” de Jaison – “brochar” (linha 213) – e ainda perguntando “é isso?”. Jaison providencia uma resposta mínima em volume de voz baixo: “sim” (linha 214).

Essa longa trajetória interacional mostra como o tópico “receio de brochar” é delicado também para Jaison. Ele produz elevada carga morfológica para elaborar sua dúvida, construindo-a problemática. Jaison parece estar minimizando seu receio ao usar o diminutivo “duvidazinha” (linha 165) e alinha-se com o uso de

“receiozinho” de Bina (linha 208). No entanto ele se mostra sem muita certeza sobre a possibilidade ou não de a vasectomia ocasionar o corte do “resto que sobrar” (linha 169): a “vontade” (linha 171) que Bina nomeia como “tesão” (linha 172).

Jaison fora orientado pelo médico sobre a modificação do caminho do sêmen, mas fica claro que a explicação científica não o deixou totalmente livre de dúvidas, talvez porque os espermatozóides e a capacidade de fecundação sejam fortemente associados à virilidade, inclusive no discurso médico²⁷. O paciente ainda traz outra preocupação para a interação: a vinculação entre idade e tesão. Essa preocupação pode estar refletindo o tabu que existe sobre sexo e velhice, pois uma das construções sociais mais fortes em torno da masculinidade é a potência sexual ilimitada²⁸.

Conforme observamos nos dados analisados, a identidade masculina socialmente construída como homogênea parece necessitar “se provar” a todo o momento e não pode dar mostras de dúvidas, incertezas ou ambiguidades. Quando essa homogeneidade é, por alguma razão, ameaçada (com a iminência da vasectomia, por exemplo), observa-se, a partir do trabalho interacional dos interagentes demonstrado nos excertos, o quão laborioso se torna trazer os receios para a interação, admiti-los e nomeá-los. Diversas estratégias interacionais são acionadas para redimensionar esses receios de modo a diminuí-los e realocá-los para “fora de si” e no “outro”. Assim, é na ação sequencial de categorizar que se torna visível o trabalho que os interagentes executam ao negociar a realidade social e exercitar sua agentividade no mundo.

Considerações finais

A ação de categorizar e atribuir características às diferentes categorias, conforme exposta ao longo deste artigo, apresenta-se como um recurso valioso para pesquisadores explorarem a construção generificada do mundo. É na ação mundana da fala-em-interação que se dá, para a ACP e a AC, a perpetuação ou a refutação das concepções naturalizadas de gênero. Pela peculiaridade analítica da ACP e da AC, estudos realizados a partir dessas abordagens conseguem

²⁷ Textos científicos constroem estereótipos de gênero ao descrever eventos naturais como o processo de fecundação, por exemplo. Não raro os órgãos sexuais femininos são reportados como passivos, de validade vencida, mais suscetíveis à degeneração, ou seja, comportam-se de um modo feminino. Em contrapartida, aos órgãos masculinos são atribuídos qualificadores como força, ação, velocidade e produção quase vitalícia, ou seja, um comportamento masculino. Esse comportamento na esfera celular é uma representação, muitas vezes, das relações em contextos amplos, naturalizados pelo discurso dito objetivo da ciência (MARTIN, 1996; MACHADO, 2005; FAUSTO-STERLING, 2000).

²⁸ Reforçando essa construção social do homem eternamente erétil, a indústria farmacêutica tem disponibilizado medicamentos para corrigir disfunções eréteis, como o Viagra, por exemplo. O Brasil é o terceiro maior consumidor de Viagra no mundo, ficando atrás apenas para os Estados Unidos e Inglaterra. Mamo e Fishman (2001) relacionam o Viagra como mais uma tecnologia do corpo generificado, uma vez que o consumo está ligado à construção do homem sempre potente.

chegar mais perto do modo como os participantes constroem e gerenciam a sua conduta em relação às expectativas de performances de gênero. No caso deste artigo, vimos como se dá a negociação de aspectos identitários que são tomados pelo senso comum como homogêneos e naturais, mas que, na fala-em-interação, são tensionados e desestabilizados. Vimos também que o status de identidade homogênea requer muito trabalho de manutenção nas interações, o que deflagra justamente o fato de que não existem identidades fora do discurso.

SELL, M.; OSTERMANN, A. C. Membership Categorization Analysis (MCA) in studies of language and gender: the discourse (de)construction of the homogeneous masculinity. *Alfa*, São Paulo, v.53, n.1, p.11-34, 2009.

- **ABSTRACT:** *Studies on the relationships between language, gender, and (currently) sexuality from the ethnomethodological perspective brought about deep changes to our understanding of those relationships. Gender, no longer seen as natural or pre-discourse, is currently understood a social construct that is negotiated, actualized, reified, and/or rebutted at each new interaction. This epistemological change in the concepts of gender and sexuality in their relationship to language requires appropriate analytical tools. To understand how gender identities are negotiated in speech-in- interaction, Membership Categorization Analysis together with Conversation Analysis (SACKS, 1992) are used to analyze interactions between a psychologist and candidates to the vasectomy surgery in a public health clinic in Brazil. In the appointments patients seek to have institutional "proof of mental sanity" so as to become eligible for the no-cost surgical procedure provided by the Brazilian Government Family Planning Program. Through the observation of "categorizing" actions in the interactions it was possible to notice the workings of the gender-driven social order, i.e. the normative gender notions that work at macro-social levels and that are transferred to the interactional microsphere. To categorize is, thus, an explicit or implicit action of exercising agent roles (BUTLER, 1990) in the world through which it is exposed both the tension between individual personal experiences and the conventional expectations of gender performance.*
- **KEYWORDS:** *Membership Categorization Analysis (MCA). Conversation Analysis (CA). Speech-in-interaction. Gender. Sexuality. Homogeneity. Ethnomethodology.*

REFERÊNCIAS

ALENCAR, R. Atribuição de categorias sociais em encontros colegiados de uma cooperativa. *Revista uniRcoop*, Sherbrooke, v.4, n.1, p.237-257, 2006.

BEATO FILHO, C. C. Médicos, suicidas e senso prático. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.6, n.15, p.53-63, 1991.

BRASIL. Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996. Regula o parágrafo 7º do artigo 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: República Federativa do Brasil: Poder Legislativo, Brasília, DF, 12 janeiro 1996. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L9263.htm>>. Acesso em: 16 fev. 2007.

BUCHOLTZ, M.; HALL, K. Identity and interaction: a sociocultural linguistic approach. *Discourse Studies*, Abingdon, v.7, n.4-5, p.585-614, 2005.

_____. Theorizing identity in language and sexuality research. *Language in Society*, Cambridge, v.33, n.4, p.501-547, 2004.

_____. Language and identity. In: DURANTI, A. (Org.). *A companion to linguistic anthropology*. Oxford: Blackwell, 2003. p.368-394.

BUTLER, J. *Bodies that matter: on the discursive limits of "sex"*. New York: Routledge, 1993.

_____. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge, 1990.

CAMERON, D. Language, gender, and sexuality: current issues and new directions. *Applied Linguistics*, Oxford, v.26, n.4, p.482-502, 2005.

CAPPS, L. Constructing the irrational woman: narrative interaction and agoraphobic identity. In: BUCHOLTZ, M.; LIANG, A. C.; SUTTON, L. (Org.). *Reinventing identities: the gendered self in discourse*. New York: Oxford University Press, 1999. p.83-100.

COULON, A. *Etnometodologia*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1995.

ECKERT, P. *Entering the heterosexual market-place: identities of subordination as a developmental imperative*. Palo Alto: [s.n], 1984. (Working papers on learning and identity, n.2).

ECKERT, P.; McCONNELL-GINET, S. Think practically and look locally: language and gender as community-based practice. *Annual Review of Anthropology*, Palo Alto, v.21, p.461-490, 1992.

EGLIN, P. Members' gendering work: women, feminists and membership categorization analysis. *Discourse & Society*, London, v.13, p.819-825, 2002.

FALUDI, S. *Backlash: the undeclared war against American women*. New York: Crown, 1991.

FAUSTO-STERLING, A. *Sexing the body: gender politics and the construction of sexuality*. New York: Basic Books, 2000.

GOFFMAN, E. On face-work: an analysis of ritual elements in social interaction. In: JAWORSKI, A.; COUPLAND, N. *The discourse reader*. London: Routledge, 1999. p.306-320.

HAAKANA, M. Laughter in medical interaction: from quantification to analysis, and back. *Journal of Sociolinguistics*, Haboken, v.6, n.2, p.207-235, 2002.

HERITAGE, J. C.; WATSON, D. R. Aspects of the properties of formulations in natural conversations: some instances analysed. *Semiótica*, Berlin, v.30, p.245-262, 1980.

_____. Formulations as conversational objects. In: PSATHAS, G. (Org.). *Everyday language: studies in ethnomethodology*. New York: Irvington, 1979. p.123-162.

HUGHES, C. Etnopsiquiatria. In: SARGENT, C. F.; JOHNSON, T. M. (Org.). *Medical anthropology: contemporary theory and method*. London: Westport Connecticut, 1996. p.130-150.

HUTCHBY, I. Active listening: formulations and the elicitation of feelings-talk in child counselling. *Research on Language and Social Interaction*, Abingdon, v.38, n.3, p.303-329, 2005.

HUTCHBY, I.; WOOFFITT, R. *Conversation analysis: principles, practices, and applications*. Cambridge: Polity Press, 1998.

KITZINGER, C. Is woman always relevantly gendered? *Gender and Language*, London, v.1, n.1, p.39-49, 2007.

_____. Doing feminist conversation analysis. *Feminism & Psychology*, London, v.10, n.2, p.163-193, 2000.

MACHADO, P. S. O sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.24, p.249-281, jan./jun. 2005.

MAMO, L.; FISHMAN, J. R. Potency in all the right places: viagra as a technology of the gendered body. *Body and Society*, London, v.7, n.4, p.13-35, 2001.

MARTIN, E. *The egg and the sperm: how science has constructed a romance based on stereotypical male-female roles*. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

MARTIN, K. A. Giving birth like a girl. *Gender and Society*, Newbury Park, v.17, n.1, p.54-72, Fev. 2003.

MONDADA, L. Therapy interactions: specific genre or bow up version of ordinary conversational practices? *Pragmatics*, San Diego, v.8, n.2, p.1555-1565, 1998.

OSTERMANN, A. C. Comunidades de prática: gênero, trabalho e face. In: HEBERLE, V. M; OSTERMANN, A. C.; FIGUEIREDO, D. de C. (Org.). *Linguagem e gênero no trabalho, na mídia e em outros contextos*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2006. p.15-47.

_____. Communities of practice at work: gender, facework and the power of habitus at an all-female police station and a feminist crisis intervention center in Brazil. *Discourse & Society*, London, v.14, n.4, p.473-505, 2003a.

_____. Localizing power and solidarity: pronoun alternation at an all-female police station and a feminist crisis intervention center in Brazil. *Language in Society*, Cambridge, v. 32, n.3, p. 351-381, 2003b.

PSATHAS, G. Studying the organization in action: membership categorization and interaction analysis. *Human Studies*, Dordrecht, v.22, n.2-4, p.139-162, 1999.

SACKS, H. *Lectures on conversation*. Oxford: Blackwell, 1992.

SACKS, H.; SCHEGLOFF, E.; JEFFERSON, G. A Simplest systematics for the organization of turn-taking for conversation. *Language*, Washington, v.50, n.4, p.696-735, 1974.

SCHEGLOFF, E. A. A tutorial on membership categorization. *Journal of Pragmatics*, Amsterdam, v.39, n.3, p.462-482, 2007.

SCHNACK, C.; PISONI T. D.; OSTERMANN, A. C. Transcrição de fala: do evento real à representação escrita. *Entrelinhas*, São Leopoldo, v.2, n.2, 2005. Disponível em: <<http://www.entrelinhas.unisinos.br/index.php?e=2&s=9&a=12>>. Acesso em: 22 set. 2008.

SCHEPER-HUGHES, N. *Death without weeping: the violence of everyday life in Brazil*. Berkeley: University of California Press, 1992.

SELL, M. *Identidades de gênero negociadas na fala-em-interação na negociação da esterilização*. 2007. 104f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

SILVERMAN, D. *Harvey Sacks: social science and conversation analysis*. New York: Oxford University Press, 1998.

SPEER, S. A. *Gender talk: feminism, discourse and conversation analysis*. New York: Routledge, 2005.

SPEER, S. A.; POTTER, J. The management of heterosexist talk: conversational resources and prejudiced claims. *Discourse & Society*, London, v.11, n.4, p.543-72, 2000.

STOKOE, E. H. Doing gender, doing categorization: recent developments in language and gender research. *International Sociolinguistics*, Leicestershire, v.2, n.1, 2003. Disponível em: <http://www.crisaps.org/newsletter/backissue/stokoe_back.pdf>. Acesso em: 22 set. 2008.

STOKOE, E. H.; WEATHERALL, A. Gender, language, conversation analysis and feminism. *Discourse and Society*, London, v.13, n.6, p.707-713, 2002.

STOCKILL, C.; KITZINGER, C. Gendered 'people': how linguistically non-gendered terms can have gendered interactional relevance. *Feminism & Psychology*, London, v.17, n.2, p.224-236, 2007.

TANNEN, D.; WALLAT, C. Enquadres interativos e esquemas de consulta de conhecimento em interação: exemplos de um exame/consulta médica. In: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. (Org.). *Sociolinguística interacional*. Porto Alegre: AGE, 1998. p.120-141.

WATSON, R. Some general reflections on 'Categorization' and 'Sequence' in the Analysis of Conversation. In: HESTER, S.; EGLIN, P. (Org.). *Culture in action: studies in membership categorization analysis*. Washington: University Press of América, 1997. p.49-75.

WEATHERALL, A. Towards understanding gender and talk-in-interaction. *Discourse and Society*, London, v.13, n.6, p.767-781, 2002.

WENGER, E. *Communities of practice: learning, meaning and identity*. New York: Cambridge University Press, 1998.

Recebido em setembro de 2008.

Aprovado em novembro de 2008.

Anexo A

Convenções de Transcrição

[texto]	Falas sobrepostas
=	Fala colada
(1.8)	Pausa
(.)	Micropausa
,	Entonação contínua
.	Entonação ponto final
?	Entonação de pergunta
-	Interrupção abrupta da fala
:	Alongamento de som
>texto<	Fala mais rápida
<texto>	Fala mais lenta
°texto°	Fala com volume mais baixo
TEXTTO	Fala com volume mais alto
<u>Texto</u>	Sílaba, palavra ou som acentuado
(texto)	Dúvidas
XXXX	Texto inaudível
((texto))	Comentários da transcritora
@@@	Risada
↓	Entonação descendente
↑	Entonação ascendente
hhh	Expiração audível
.hhh	Inspiração audível

ARGUMENTOS: COMPLEMENTOS E ADJUNTOS

Márcia CANÇADO¹

- RESUMO: Proponho, neste artigo, que a noção de argumento é estritamente semântica, estando associada à atribuição de papéis temáticos, e não tendo relação direta com as noções de complementos de um verbo. Assumo que argumentos também são associados à posição de adjunção e, com isso, estou assumindo que complementos e adjuntos são relações estritamente estruturais, de configuração sintática e de atribuição de casos. A associação entre a estrutura argumental, que é semântica, e a estrutura sintática é feita por regras de correspondência.
- PALAVRAS-CHAVE: Estrutura argumental. Papéis temáticos. Casos. Posições sintáticas.

Introdução

É assumido na literatura que os argumentos de um verbo são relacionados às posições sintáticas de sujeito e complementos desse verbo, e o que não fizer parte dessa estrutura argumental, mas fizer parte de uma sentença contendo esse verbo, não é argumento do mesmo e estará em posição de adjunção. A associação do argumento ao sujeito não se mostra problemática e pode ser sustentada nos dados das línguas em geral; por isso, essa associação ficará fora do escopo deste trabalho. Entretanto a associação do argumento ao complemento de um verbo apresenta dificuldades, e a literatura sobre o assunto não é clara. Basta notar a extensa bibliografia sobre os problemas de se estabelecer com precisão a questão da complementação dos verbos e a transitividade dos mesmos em diversas línguas.

Por isso, usando uma análise na interface sintaxe-semântica lexical, proponho delimitar, com mais precisão, as noções de argumento, de complemento e de adjunto, definindo os argumentos como uma noção estritamente semântica, que envolve a atribuição de papéis temáticos, e os complementos e os adjuntos, como noções estritamente sintáticas, que envolvem a posição estrutural e a atribuição de casos. Assumo que argumentos são estabelecidos em uma estrutura semântico-lexical e são associados, na estrutura sintática, às posições

¹ UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. Belo Horizonte – MG – Brasil. 31270-901.- mcancado@ufmg.br

de sujeito, de complementos e, também, de adjuntos. Com isso, estou propondo que argumento não se restringe às posições de sujeito e de complemento, e que sujeito, complemento e adjunto são relações que se estabelecem estritamente na sintaxe, obedecendo a posições e a funções estabelecidas pela estruturação sintática de uma determinada língua. Isso significa que estou argumentando a favor de um mapeamento não estrito entre seleção semântica e estruturação sintática.

Motivação da proposta

Para justificar tal proposta, vou me valer de duas teorias amplamente utilizadas em análises gramaticais, a Gramática Gerativa (GG) e a Gramática Tradicional (GT). Mostrarei como a associação de argumentos a complementos, dentro da GG, é problemática, gerando divergência entre os próprios pesquisadores. Dentro da GT, mostrarei a inconsistência das definições de complemento e de adjunto e, também, a divergência das análises entre determinados gramáticos. Ainda que a GT não se valha propriamente da noção de argumento, de certa maneira, o conceito de argumento está embutido nas definições dos complementos (objeto direto e objeto indireto). Além disso, a noção de subcategorização dentro da GG é uma reinterpretação da própria GT sobre a predicação verbal, ou seja, sobre a relação entre os verbos e seus complementos. Por essas razões, embora muito já se tenha criticado e falado sobre a gramática tradicional, a discussão sobre esses conceitos dentro da GT ainda se mostra pertinente. Baseada nessas argumentações, proponho, portanto, ser necessária uma revisão desses conceitos.

Argumentos, complementos e adjuntos na GG

A noção de argumento tem sua origem na lógica de predicados, em que um constituinte central, o predicado, que não tem seu sentido completo, ou seja, insaturado, pede um determinado número de argumentos que lhe completem ou saturem o sentido [usando o termo proposto pelo lógico Gottlieb Frege (1978)]. Assim, em um sistema de lógica de predicados, o predicado é especificado quanto ao número de argumentos que ele exige para se tornar uma expressão semanticamente saturada. Por exemplo, o predicado *correr* pede um argumento, sendo, portanto, classificado como predicado de um lugar; o predicado *comer* pede dois argumentos, sendo classificado como predicado de dois lugares; o verbo *colocar* exige três argumentos, sendo tratado como um predicado de três lugares; e assim por diante. Na linguagem lógica, podemos achar predicados de cinco, seis, n lugares. Entretanto, na linguagem natural, conseguimos achar predicados com um máximo de cinco lugares a serem preenchidos, como no caso do verbo *alugar*.

A teoria gerativa toma emprestadas essas noções da lógica e propõe que, tal como em um sistema lógico, as expressões linguísticas podem ser analisadas em um predicado central, ou em um predicador central², e argumentos que lhe completam o sentido, convertendo o predicador em uma expressão semanticamente completa. Na estrutura da sentença, o predicador mais importante é o verbo, que será focalizado nesta proposta. Os argumentos de um predicador verbal correspondem ao sujeito e aos complementos subcategorizados por esse predicador. Entenda-se por subcategorização o fenômeno de cada verbo particular selecionar a categoria gramatical dos constituintes com os quais pode, não pode, ou deve ocorrer no interior do sintagma verbal. Portanto existe uma associação direta dos argumentos que completam o sentido de um predicador com as funções sintáticas de sujeito e complementos. Aos constituintes que não são argumentos semânticos, associa-se a função sintática de adjunto. Em Chomsky (1986), as noções de argumentos (argumento externo e interno) e adjunto são captadas formalmente em termos de inclusão e continência: um argumento é um constituinte incluído na projeção máxima do núcleo com o qual está relacionado; um adjunto é um constituinte que está apenas contido na projeção máxima de um núcleo, uma vez que não é dominado por todos os segmentos da projeção máxima. Do ponto de vista da estruturação sintática, essa formalização não apresenta problemas e define perfeitamente essas funções sintáticas. Entretanto, para se chegar a essa estruturação sintática, precisamos de informações a respeito dos predicadores: o número de argumentos de que eles necessitam para ser saturados e os papéis semânticos associados a esses argumentos, ou seja, a seleção semântica dos predicadores. A GG assume que essas informações estão estocadas no léxico e que o falante aprende essas informações ao aprender determinada língua. É nesse ponto, anterior à estruturação sintática, que se localiza o problema. Existe realmente um consenso entre os falantes ao se estabelecer quantos e quais são os argumentos selecionados semanticamente pelos predicadores? Se a resposta a essa pergunta for negativa, então, como saber quando o constituinte está em relação de inclusão ou continência? Analisemos dois manuais de introdução à GG que tratam de exemplos do português europeu e brasileiro, respectivamente: Raposo (1992) e Miotto, Silva e Lopes (2000).

Vejamos, primeiramente, Raposo (1992). Segundo o autor, as expressões linguísticas contêm um predicador central e um determinado número de argumentos que lhe completam o sentido, tornando a sentença semanticamente completa. Como já definimos anteriormente, também para o autor, os argumentos de um predicador verbal correspondem ao sujeito e aos complementos subcategorizados pelo predicador. No nível do sentido, estabelecem-se tipos de relações semânticas entre o predicador particular e seus argumentos; chamamos

² Como nomeia Raposo (1992).

essas relações semânticas de papéis temáticos. Os papéis temáticos são, portanto, funções semânticas associadas aos argumentos de um predicador, segundo o sentido específico do predicador. Para o autor, o conhecimento linguístico do falante sobre os verbos (ou predicadores em geral) fornece-lhe não só uma lista sobre essas funções semânticas associadas aos argumentos dos predicadores, mas também as informações sobre as posições ocupadas por esses argumentos na sentença. Existe uma lista de papéis temáticos mais geralmente estabelecidos na literatura, tais como agente, paciente, experienciador, tema, fonte, alvo, entre outros. Por exemplo, relativamente ao verbo *comprar*, de acordo com Raposo (1992), o falante sabe que os argumentos que completam o sentido desse verbo são associados respectivamente às funções temáticas de tema e fonte e correspondem aos complementos subcategorizados pelo verbo; ao passo que a função temática de agente é associada ao argumento que está na posição de sujeito. Portanto, segundo as definições dadas, podemos constatar que o autor associa argumentos saturadores do sentido de um predicador verbal a complementos e sujeitos. Exemplificando, em um verbo como *comprar*, teríamos dois complementos:

(1) João comprou *uma casa de Maria*.

Vejamos agora como Miotto, Silva e Lopes (2000) relacionam a noção de argumento a complementos e adjuntos. Para os autores, a derivação das sentenças começa com o acesso ao léxico mental, isto é, ao conjunto de elementos que temos em nossas cabeças quando somos falantes nativos de uma língua. Assim, para montar sentenças, além de outras informações, devemos saber que os núcleos lexicais selecionam outros itens para comporem uma sentença. Chamamos a esses núcleos predicados e aos itens selecionados, argumentos, utilizando o vocabulário da lógica clássica. Assim podemos dizer que os predicados têm lacunas a serem preenchidas pelos argumentos, ou seja, os predicados têm uma estrutura argumental. Veja os exemplos dos autores:

(2) O João encontrou a Maria na semana passada.

Os autores afirmam que o verbo *encontrar* estabelece uma relação de encontro entre os constituintes *o João* e *a Maria*, e, por isso, eles são argumentos do predicador *encontrar*. Isso quer dizer que é impossível montar uma sentença boa gramaticalmente com o verbo *encontrar*, sem que estejam presentes duas expressões equivalentes a *o João* e *a Maria*. A expressão *na semana passada* não faz parte da estrutura argumental do predicador e, por isso, não somos obrigados a colocar essa informação para que a sentença seja gramatical. Essa expressão se insere na sentença como um adjunto. Essas afirmações nos permitem concluir

que os autores estão associando os argumentos necessariamente às posições de sujeito e complemento e o que não é argumento, à posição de adjunto.

Fazendo uma comparação entre a GT e a GG, os autores afirmam que a GG concebe o verbo como núcleo da sentença, e a predicação verbal é o número e o tipo sintático de argumentos que um verbo seleciona como complemento. O modelo gerativo reinterpreta os estudos tradicionais, e o módulo da teoria que se encarrega de atribuir os papéis temáticos, a Teoria-theta, tem uma função fundamental nessa reinterpretação. De acordo com os papéis que um verbo pode atribuir, o predicado verbal pode ser representado por distintas configurações. Para exemplificar a configuração de um verbo que atribui dois papéis temáticos, os autores utilizam-se do mesmo verbo *comprar*, já mostrado anteriormente na análise de Raposo. Para eles, *comprar* é um verbo de dois argumentos, um externo e outro interno, apresentando a seguinte configuração sintática: [SV [SD V' [V SD]]].

Retomando as afirmações anteriores, lembremos que a informação sobre a estrutura argumental do verbo *comprar* faz parte do que o falante sabe sobre a sua língua. Entretanto, diferentemente, Raposo (1992) propõe que o verbo *comprar* atribui três argumentos, o argumento externo e dois internos (complementos); e essa informação faz parte do conhecimento de língua do falante. É nesse ponto que pretendo mostrar que o assumido como sendo um consenso entre os falantes não parece tão óbvio, como é apontado pelos autores; não só por esses, mas também pela maioria dos autores da GG. Não parece ser o caso que haja um consenso entre os falantes sobre o que eles realmente sabem a respeito dos complementos de predicadores, ou seja, como os falantes conseguem definir o que seja a estrutura argumental de um predicador, em termos de associação das funções semânticas às funções sintáticas.

Gostaria de salientar que a ilustração do problema mostrada acima não é nenhuma crítica específica aos autores citados. Se tomarmos outros exemplos e outros autores, teremos também o mesmo tipo de discordância. A crítica é mais ampla. Trata-se da maneira como as noções de argumento e de complemento são associadas. Como o conhecimento semântico do falante, para a GG, não faz parte da teoria gramatical, isso poderia não se constituir em um problema. Entretanto o que me parece problemático é a sustentação das configurações sintáticas propostas baseadas nesse conhecimento semântico, sem que haja uma preocupação maior em se explicitar a sistematicidade desse conhecimento semântico-lexical. Simplesmente, é assumido que os falantes dividem essas informações sobre a sua língua. Basta uma análise um pouco mais apurada, para constatarmos que essas informações não são apresentadas pelos autores de uma forma tão consensual. Parece necessário que uma abordagem mais sistemática sobre as informações semântico-lexicais que o falante tem sobre a sua língua

seja tomada como base para qualquer teoria gramatical. É um fato inegável que essas informações semânticas a respeito dos predicadores de uma língua são fundamentais para estudos sobre seleção argumental, entre outras questões sintáticas. Proponho, pois, que uma análise sistemática sobre as informações semântico-lexicais sirva como base para se estabelecer com mais precisão a natureza da associação entre os argumentos de um predicador e as funções sintáticas de complemento e de adjunto de uma sentença.

Analisando a noção de argumento na GG

Além dos autores acima assumirem um número distinto de argumentos participantes da estrutura argumental do verbo *comprar*, ainda surge uma questão intrigante relativa ao conteúdo semântico dessa estrutura argumental proposta: como o falante distingue que para completar o sentido do verbo *comprar*, precisamos ter um agente e um tema, ou um agente, um tema e um alvo, associando esses argumentos às posições de sujeito e complementos, e o valor fica associado à posição de adjunção, pois não satura o sentido do verbo? A ação de comprar, necessariamente, acarreta um valor, que completa o sentido do verbo *comprar*. Por que, então, escolher somente o tema e o alvo como complementos do verbo, e associar o valor à posição de adjunção?

Saeed (1997), por exemplo, apresenta testes sintáticos que diferenciam os complementos dos adjuntos. Se complementos são argumentos, conseqüentemente, estamos falando da diferença entre argumentos e adjuntos. Um desses testes é a exclusão de sintagmas na sentença, que também é um teste apresentado nas análises de Miotto, Silva e Lopes (2000): os argumentos de um verbo não são suscetíveis de serem excluídos da expressão sintática; as adjunções são mais livres e podem ser excluídas sem danos para a boa formação gramatical das sentenças. Entretanto é fácil mostrar que esse teste não comprova de uma forma eficaz o comportamento sintático das sentenças. Vejamos um exemplo com *vender*, que seria a ação de *comprar* vista de outra perspectiva. Seguindo Raposo (1992), a estrutura argumental de *vender* teria o agente como sujeito, o tema e o alvo como complementos e o valor como adjunto,

- (3) a. João vendeu aquela casa para Maria por cem mil reais.
- b. João vendeu aquela casa para Maria.
- c. João vendeu aquela casa.
- d. Aquela casa vendeu.
- e. * João vendeu.

O que temos em (3) é que os argumentos *João*, *Maria* e, também, o adjunto *cem mil reais* podem ser excluídos da estrutura sintática sentencial. É verdade

que em (d), podemos dizer que temos um argumento implícito. Mas quando não explicitamos o valor, como em (b), (c) e (d), também não temos um argumento implícito, a partir de inferências sobre o item lexical *vender*? Quando interpretamos a sentença em (c), também não temos que a venda foi realizada para alguém? Da mesma maneira, quando interpretamos a sentença em (d), também temos a interpretação necessária de que alguém vendeu a casa. O único sintagma que não aceita ser excluído da sentença é o que está na posição de complemento da sentença básica em (3a), que expressa a diátese mais ampla do verbo. A partir desses dados, a conclusão a que poderíamos chegar é que o verbo *vender* só tem um argumento; entretanto uma análise como essa não teria respaldo em nenhuma teoria gramatical. Seguindo Marantz (1984), proponho que o argumento que está na posição de complemento da sentença básica não pode ser excluído por razões semânticas. Vejamos as evidências. Marantz chama a atenção para a assimetria das posições de sujeito e de complemento. O autor propõe que o argumento que está na posição de complemento tem uma relação semântica mais forte com o verbo, compondo-se primeiramente com este, e sendo mais relevante para a construção do sentido do que o argumento que está na posição de sujeito da sentença. Assim, se apagarmos o complemento da sentença, podemos perder o sentido essencial. Compare a diferença entre os SVs – *quebrar o vaso* – e – *quebrar a firma*; a presença do complemento é indispensável para a construção do sentido. Baseada nesses fatos, proponho que o argumento que é associado à posição de complemento na sentença básica mantém uma relação semântica muito estreita com o verbo, não permitindo a não explicitação na estrutura sintática. Essa hipótese nos permite concluir que a ausência de um argumento na organização sintática das sentenças não tem relação com a sua condição de não ser um argumento do verbo; até mesmo o argumento localizado na posição de sujeito pode não estar explícito na sentença, como em (d).

Outro teste proposto para diferenciar argumento de adjunto é o do deslocamento de constituintes: argumentos são mais difíceis, ou menos preferenciais, para os deslocamentos, exigindo uma entonação mais marcada; os adjuntos são mais livres:

- (4) a. Por cem mil reais, João vendeu aquela casa para Maria.
- b. Para Maria, João vendeu aquela casa por cem mil reais.
- c. Aquela casa, João vendeu para Maria por cem mil reais.

Em relação ao deslocamento de constituintes, não parece haver diferença significativa entre as sentenças. Acredito que as três sentenças exijam uma prosódia marcada para serem aceitas. A conclusão a que chegamos, se aceitarmos a validade desse teste, é que, segundo o deslocamento, os três sintagmas deslocados em (4) são argumentos do verbo.

Ainda, vejamos se existe alguma motivação semântica para afirmarmos que o verbo *vender* tem somente dois ou três argumentos associados às posições de sujeito e complementos. Se pensarmos em saturação de sentido, temos quatro posições argumentais a serem preenchidas: quando usamos o item lexical *vender*, necessariamente estamos assumindo que alguém vende alguma coisa de alguém por um determinado valor, ou seja, associamos ao verbo *vender* quatro argumentos, que são associados aos papéis temáticos de agente, tema, fonte e valor.

Concluindo, não existe nenhum tipo de motivação nem sintática, nem semântica, para assumirmos que os verbos *vender* e *comprar* têm um agente, um tema e um/a alvo/fonte como argumentos, mas não têm um valor como parte de sua estrutura argumental.

Complementos e adjuntos na Gramática Tradicional (GT)

Farei uma breve análise de como alguns autores da GT apresentam a questão da predicação verbal e transitividade dos verbos que, como já apontado por Miotto, Silva e Lopes (2000), é a proposta que dá origem a várias outras teorias sintáticas, inclusive a GG. Para analisarmos a predicação verbal na GT, analisemos o que propõem Cegalla (1985) e Bechara (2000). Lembremos que, nessa teoria, a predicação verbal é composta pelo verbo e seus complementos e, portanto, não entraremos na questão do sujeito como sendo também um argumento do verbo. Para os autores da GT, existem verbos que, por natureza, têm sentido completo, podendo por si mesmos constituir o predicado: são os verbos de predicação completa, por exemplo, verbos como *murchar*, *inchar* etc. Existem outros verbos que precisam, para integrar o predicado, de outros termos (argumentos, na linguagem lógica): são os verbos de predicação incompleta. Os de predicação completa denominam-se intransitivos, e os de predicação incompleta denominam-se transitivos. Nesse ponto, os autores fazem a associação da estrutura sintática com o conhecimento semântico-lexical que o falante tem de sua língua, afirmando que intransitivos são os que não precisam de complemento, pois têm sentido completo. Os transitivos são aqueles verbos que não têm sentido completo, necessitando de complementos que lhes completem o sentido. A transitividade verbal vai se refletir em quatro categorias de verbo: verbos intransitivos, verbos transitivos diretos (um SN como complemento), verbos transitivos indiretos (um SP como complemento) e verbos bitransitivos (um SN e um SP como complementos). Essa relação de transitividade pode ser comparada à noção de subcategorização da GG, ou seja, quantos argumentos os verbos pedem como complemento e quais são as categorias gramaticais que estão associadas a esses argumentos. Os adjuntos (chamados pela GT de adverbiais) são os termos da oração de natureza acessória que exprimem uma circunstância adverbial. Logo o adjunto é classificado apenas semanticamente. Parece-me, portanto, que a associação

de argumento à posição de complemento expressa pela GG é realmente uma releitura da noção de complementação verbal e transitividade da GT. Vejamos, pois, como já na GT, essa associação é falha.

Cegalla (1985), por exemplo, apresenta uma lista de verbos intransitivos entre os quais figuram os verbos *ir*, *vir* e *sair* que, apesar de serem exemplos já bem discutidos na literatura, serão ilustrativos para a argumentação que desenvolvo. Se seguirmos a definição de que os verbos que não têm sentido completo são transitivos, teríamos que afirmar que os verbos *ir*, *vir* e *sair* são verbos transitivos: alguém vai para algum lugar necessariamente, ou alguém vem ou sai de algum lugar obrigatoriamente. Entretanto esses verbos podem aparecer em sentenças sem que estejam explícitos todos os argumentos que saturam seu sentido. Por isso, também a GT parece partir do princípio que a não explicitação de um argumento na estrutura sentencial comprova a inexistência de um complemento:

- (5) O João já vem. (para onde o falante está, provavelmente)
- (6) O João saiu agora. (de onde o falante está, provavelmente)

Os exemplos acima são gramaticais, se inferirmos que existe algum argumento implícito, como nos exemplos ilustrados com o verbo *vender*. Também não parece que em uma sentença como *João veio de Paris*, o termo *de Paris* possa ser considerado um adjunto adverbial, ou seja, um termo de natureza acessória que exprime uma circunstância adverbial, se classificarmos o verbo *vir* como intransitivo.

Outro exemplo ilustrativo da falta de sistematicidade ao se associar complemento a argumento é o do verbo *dar*, que é listado, nas gramáticas consultadas, como um verbo bitransitivo, ou seja, um verbo que pede dois complementos (argumentos) para completar seu sentido, um objeto direto e um objeto indireto. Entretanto, o verbo *receber* não aparece em nenhuma dessas gramáticas como sendo bitransitivo. Se seguirmos a definição de que complementos são necessários para completar o sentido, eu afirmaria que quem recebe, recebe alguma coisa de alguém, necessariamente; portanto *receber* também seria bitransitivo, assim como o verbo *dar* (em seu sentido mais canônico): quem dá, dá alguma coisa para alguém, necessariamente. O verbo *dar*, sintaticamente, é mais usado em sua forma bitransitiva, e *receber* aparece mais frequentemente em sua forma transitiva direta; talvez seja por isso que, apesar de os verbos expressarem a mesma ação no mundo, do ponto de vista inverso, eles sejam classificados distintamente. Veja que a sentença em (7) parece pior do que a em (8), se inferirmos que existe um argumento implícito na interpretação das sentenças:

- (7) João deu uma bola . (O que João deu para seu amigo oculto?)
- (8) João recebeu um presente. (O que João recebeu da Maria ontem?)

Por isso afirmo que não podemos associar a noção de complementação do sentido com a posição de complemento sintático. Argumento pode não estar explícito na sentença, mas não significa que ele não faça parte da complementação do sentido do verbo. Realço ainda que, como a GG reinterpreta essas definições da GT (evidentemente de uma maneira bem mais estrutural), a GG também importa essa falsa relação. Concluindo, proponho não associar a noção de argumento, que é uma noção estritamente semântica, à noção de complemento e adjunto, que são noções estritamente estruturais. Essa afirmação tem ressonância em propostas como as de Franchi (2003), Santorini e Kroch (2007) e Baker (2001), entre outros.

Definindo argumentos e papéis temáticos

Adoto, pois, a proposta da lógica em que o predicador, que não tem seu sentido completo, ou seja, insaturado, pede um determinado número de argumentos que lhe saturam o sentido. Usarei um instrumento formal de análise, proposto por Dowty (1991), para explicitar o que seja saturar o sentido de um predicador. Os argumentos de um predicador, no caso mais específico, de um verbo, são todas as informações de sentido, ou propriedades semânticas, acarretadas lexicalmente por esse verbo para que seu sentido se sature.

Acarretamento, segundo a lógica, é a relação entre duas sentenças, sendo que a verdade da segunda advém necessariamente da verdade da primeira. Por exemplo, se temos os pares de sentença – *Vejo um cão.* – *Vejo um animal* –, não se pode afirmar a primeira e negar a segunda ao mesmo tempo. Estendendo essa noção de acarretamento entre sentenças para o item lexical, Dowty (1991) propõe que acarretamento lexical é o grupo de propriedades semânticas que o falante infere sobre um determinado item lexical cujas propriedades não podemos negar quando o empregamos. Por exemplo, o verbo *comprar* acarreta lexicalmente que existe um comprador, a coisa comprada, a origem da compra e o valor da compra. Todo falante de português infere do sentido do verbo *comprar* que existem essas quatro relações de sentido, necessariamente, quando se usa esse item lexical. Veja que, ao afirmarmos que *João comprou um carro*, não podemos afirmar concomitantemente que *João não pagou nada por isso*: se ele não pagou, então ele não comprou, e só poderíamos usar algum outro verbo para expressar tal ação. Com isso, podemos afirmar que o verbo *comprar* tem quatro argumentos, diferentemente do que é proposto pelos autores gerativistas, que sugerem dois ou três argumentos para esse verbo, ou mesmo por autores da GT, que também apresentam dois argumentos (ou complementos, na nomenclatura

da GT) para esse verbo. Ou, por exemplo, podemos afirmar que os verbos *ir* e *vir* têm três argumentos; pois, quando usamos esses verbos em português, inferimos, necessariamente, que estamos falando de alguém que vai ou vem de algum lugar para outro, mesmo que essa trajetória não esteja explícita na sintaxe. Logo não seriam exemplos de verbos intransitivos, como proposto pelos autores da GT. Esse conhecimento, como já explicitado pela GG, faz parte do aprendizado da língua por um falante e também da sua capacidade de fazer inferências sobre a língua.

Passemos agora para a noção de papel temático. Na GG, os autores afirmam que papéis temáticos são funções semânticas associadas aos argumentos de um predicador, segundo o sentido específico desse predicador. O conhecimento linguístico do falante sobre os verbos (ou predicadores em geral) fornece-lhe uma lista dessas funções semânticas associadas aos argumentos dos predicadores. Entretanto é sabido que essa lista de papéis temáticos, apesar de intuitiva, apresenta definições inconsistentes e vagas, dificultando a inserção dos papéis temáticos em uma teoria gramatical. Então, baseando-me numa definição um pouco reformulada de Dowty (1991), proponho que, a cada argumento acarretado pelos predicadores, existe um grupo de propriedades semânticas relacionadas a esse argumento especificando o conteúdo semântico dessa relação predicador-argumento; é a esse grupo de propriedades acarretadas a um determinado argumento que chamamos de papel temático. Os papéis temáticos, aqui, não serão mais vistos como primitivos de uma teoria, estocados no léxico, mas serão uma função atribuída a determinado argumento, a partir da relação desse argumento com seu predicador. Por exemplo, poderíamos propor que a estrutural argumental do verbo *comprar* teria a seguinte forma mais genérica: [*x* COMPRAR *y* *z* *w*]. Podemos assumir que o papel temático do argumento *x* é o grupo de propriedades semânticas atribuídas a *x*, porque esse grupo é composto de todas as coisas que podemos concluir sobre *x*, somente por saber que a sentença [*x* COMPRAR *y* *z* *w*] é verdadeira. Exemplificando linguisticamente, se é verdade que alguém comprou algo de alguém por um determinado valor, esse alguém tem como propriedades semânticas: ser o comprador, ser o desencadeador de uma ação, ser o controlador dessa ação, ser o que teve a iniciativa sobre essa ação, ser o que usa o dinheiro para realizar essa ação, entre outras propriedades. Evidentemente, definir papel temático dessa maneira é uma forma trivial, não interessante do ponto de vista teórico. Como Dowty (1991) observa, definir papel temático da maneira proposta pode nos levar a um grupo enorme de acarretamentos de papéis temáticos individuais. Portanto podemos ter uma grande lista de acarretamentos e, conseqüentemente, um rol extenso de propriedades semânticas. Entretanto minha proposta é usar na definição de papel temático apenas os acarretamentos relevantes para uma teoria gramatical. Isso foi feito em um processo empírico, em que foi analisada a correlação entre as funções sintáticas e semânticas de sentenças que contêm os papéis temáticos normalmente mais investigados na

literatura³. Dessa lista de propriedades, existem algumas que são mais genéricas e relevantes para uma teoria gramatical, e é a essas propriedades que será atribuído um estatuto teórico, de acordo com a proposta aqui apresentada.

Retornando ao verbo *comprar*, temos que em termos de estrutura argumental, o verbo acarreta lexicalmente quatro argumentos: um comprador, uma coisa comprada por um determinado valor e de alguém. Em termos de papéis temáticos associados a esses argumentos, existe um desencadeador com controle, um objeto afetado, um alvo e um determinado valor, que são as propriedades mais relevantes dentro do quadro teórico assumido. É importante realçar que a estrutura argumental proposta não tem nenhuma informação sobre a estruturação sintática das sentenças, nem mostra nenhum tipo de relação com as posições sintáticas de sujeito, complemento e adjunto.

As posições de complemento e de adjunto

Vejamos, então, como esses argumentos serão associados à estrutura sintática. Propus que a estrutura argumental de um predicador contém as informações sobre quantos e quais são os tipos de argumentos que saturam esse predicado específico. Entretanto, para esses argumentos serem associados à sintaxe, precisamos estabelecer algum tipo de correspondência. Essa relação será estabelecida via regras de correspondência entre as propriedades semânticas e as posições sintáticas de uma sentença, ou mais especificamente, pelo princípio de seleção argumental conhecido na literatura como Hierarquia Temática. Seguindo a proposta de Cançado (2005), proponho que existe uma ordenação semântica e sintática a ser obedecida para que se efetive a estruturação sintática de uma sentença: o papel temático da estrutura argumental de um predicador mais proeminente dessa ordenação é associado à posição de sujeito; o segundo mais proeminente dessa estrutura é associado à posição de complemento; se houver um terceiro ou um quarto argumento, estes são associados à posição de adjunto. Entretanto, como saber, na sintaxe, quais são os sintagmas que exercem essas funções gramaticais? Em línguas que têm um paradigma rico de morfemas como o latim, por exemplo, cada morfema se associa a um caso morfológico que tem exatamente o papel de estabelecer as funções gramaticais dos sintagmas nominais da sentença; é através desses casos que podemos associar os papéis temáticos atribuídos aos argumentos do predicador às funções gramaticais de sujeito, de complemento e de adjunto. Adotando a definição da GG, podemos afirmar que o caso deixa os SNs visíveis para a interpretação do papel temático; se um SN não receber uma marca de caso, não poderemos saber qual é a sua função semântica,

³ Ver Cançado (1995), Moreira (2000), Berg (2005), Corrêa e Cançado (2006), Damasceno (2006), Ciriaco (2007) e Godoy (2008), disponíveis em www.letras.ufmg.br/marciacancado.

ou seja, o seu papel temático na sentença. Vejamos como essa marcação de caso funciona para o PB, que não é uma língua que marca o caso morfológicamente, de uma maneira geral.

Em uma sentença como *João quebrou o vaso*, de alguma maneira sabemos que *João* é o sujeito e, por isso, está associado ao papel de agente dessa ação, e que *o vaso* é o complemento, por isso está associado ao papel de paciente da ação, mesmo que não haja uma marca morfológica tornando visíveis essas funções gramaticais. Para esclarecer esse fenômeno de marcação de casos, vou me valer da GG, seguindo a explicação de Miotto, Silva e Lopes (2000). Os autores afirmam que todas as línguas possuem um sistema de caso abstrato, ou seja, possuem uma categoria gramatical “caso” para tornar visíveis os SNs da sentença para a interpretação dos papéis temáticos dos predicadores. Algumas, como o latim, expressam-se concretamente por meio de um paradigma rico de morfemas; outras vão expressar essa marcação de uma forma mais abstrata, como é o caso do PB. Adotando, pois, essa afirmação geral, assumo, juntamente com a GG, que são três os casos pertinentes para o PB: o nominativo, o acusativo e o oblíquo. Sem entrar em detalhes relevantes para a GG sobre a atribuição de caso, mas não relevantes para a proposta aqui apresentada, assumirei, de uma forma mais geral, que o caso nominativo será atribuído ao sintagma nominal com o qual o verbo concorda; o caso acusativo será conferido, estruturalmente, ao sintagma nominal que é o complemento do verbo; como já temos as duas posições nucleares de um predicador preenchidas, o terceiro caso, o oblíquo, só poderá ser atribuído estruturalmente por meio da inserção de uma preposição encabeçando o sintagma nominal, complemento da preposição. Portanto, para que se estabeleça a correspondência dos papéis temáticos da estrutura argumental de um predicador às posições sintáticas de uma sentença, associamos o argumento que recebe o papel temático mais alto da hierarquia temática ao sintagma nominal que recebe o caso nominativo pela concordância verbal. Se houver um segundo argumento na estrutura argumental desse predicador, o seu papel temático será o segundo em proeminência na hierarquia temática e se associará ao sintagma nominal que recebe o caso acusativo, ou seja, ao sintagma que é o complemento do verbo. Ainda, se houver um terceiro ou um quarto argumento na estrutura argumental desse predicador, os papéis temáticos desses argumentos serão os mais baixos em proeminência da hierarquia e serão associados aos sintagmas nominais que receberão caso oblíquo por meio da inserção de uma preposição, sem que haja entre esses últimos nenhuma estipulação de ordem estrutural.

Ilustremos essa correspondência entre estrutura semântica e estrutura sintática com o verbo *vender*, que tem como estrutura argumental os papéis temáticos: {desencadeador/controle, objeto afetado, alvo, valor}. Associemos,

respectivamente, os sintagmas nominais que podem expressar linguisticamente esses argumentos em um determinado evento: [*os rapazes, um carro, Maria, cem mil reais*]. Para fazer a correspondência entre a estrutura argumental e a estruturação sintática da sentença, assumamos as regras de correspondência entre as duas estruturas, mostradas em (9), baseados em Cançado (2005). A ordenação em (9a) representa a hierarquia temática; a ordenação em (9b) representa a hierarquia sintática:

- (9) a. desencadeador/controle > objeto afetado > alvo/origem/valor
- b. sujeito > complemento > adjunto

Ao SN *os rapazes*, que é o argumento que recebe o papel temático de desencadeador com controle, o mais proeminente na hierarquia temática, atribuímos o caso nominativo pela concordância com o verbo, e o associamos à posição de sujeito, a mais proeminente na hierarquia sintática. Ao SN *um carro*, que é o argumento que recebe o papel temático de objeto afetado, o segundo mais proeminente na hierarquia temática, atribuímos o caso acusativo, associando-o à posição de complemento do verbo, segunda mais proeminente na hierarquia sintática. Restam dois SNs, argumentos do predicador *vender*, que recebem respectivamente os papéis de alvo e de valor, que estão posicionados em último lugar na hierarquia em (9a); esses argumentos receberão o caso oblíquo através da posição de complemento das preposições que são inseridas na estrutura sintática, sendo associados às posições de adjunções da sentença, sem haver preferência de ordem:

- (10) a. Os rapazes vendem um carro *para Maria por cem mil reais*.
- b. Os rapazes vendem um carro *por cem mil reais para Maria*.

Dessa maneira, a atribuição de casos na estrutura sintática deixa visível a interpretação dos papéis temáticos dos predicadores, atribuídos na estrutura semântica, a partir das regras de correspondência que ligam essas duas estruturas.

Definindo assim o processo de ligação entre a semântica e a sintaxe, a diferença entre complemento e adjunto está simplesmente na configuração estrutural e na forma como os SNs localizados nessas posições recebem o caso. Não é mais relevante para a definição dessas noções se os SNs que estão nessas posições são ou não um argumento, saturador de sentido, do predicador. Se em uma posição de adjunção, o complemento da preposição for um argumento do verbo, a preposição que encabeça esse argumento só tem a função sintática de atribuir caso, ou seja, é uma preposição funcional. Se em uma posição de adjunção, o complemento da preposição for um argumento da própria preposição e não do

verbo, a preposição, além de funcional, ou seja, além de atribuir caso, também tem a função predicadora de atribuir papel temático em sua estrutura argumental. Portanto as posições de complemento e adjunção não se distinguem pela seleção semântica de um item lexical, mas são simplesmente estruturas sintáticas distintas, que atribuem caso de maneiras também distintas, estabelecidas pela sintaxe de uma determinada língua. Estou assumindo, ainda, a natureza híbrida de todas as preposições, que ora podem ser itens gramaticais, ora itens lexicais.

As preposições funcionais são, portanto, aquelas que somente encabeçam o SN, argumento de outro predicador, atribuindo-lhe caso e não atribuindo, elas mesmas, nenhuma função semântica ao argumento que está na posição de seu complemento. Entretanto, ainda que essas preposições não sejam atribuidoras de papel temático, seus sentidos têm que ser compatíveis semanticamente com os papéis temáticos associados aos SNs argumentos do predicador verbal. Retomemos novamente o exemplo em (11): *Os rapazes vendem um carro para Maria por cem mil reais*. Os papéis temáticos do argumento *Maria* – ser um alvo do processo – e do argumento *cem mil reais* – ser o valor do objeto envolvido no processo – fazem parte da estrutura argumental do verbo *vender*. Como mostrado, é necessário que as preposições *para* e *por* sejam inseridas na estrutura sintática para que se dê a atribuição de caso a esses argumentos. Entretanto a escolha dessas preposições não é aleatória, também sendo necessário que o sentido lexical dessas preposições funcionais que encabeçam esses argumentos seja compatível com o conteúdo semântico do papel temático acarretado pelo verbo a esses argumentos. Na literatura sobre as preposições, muitas vezes a noção de atribuir papel temático é associada à noção de sentido lexical; alguns argumentam que a preposição que não atribui papel temático é vazia de sentido. Porém estou assumindo aqui que existe uma diferença entre ter sentido e ser um predicador⁴. Portanto a preposição *para*, que encabeça o argumento *Maria*, entre seus possíveis sentidos, tem o de ser um alvo de um processo. A preposição *por*, que encabeça o argumento *cem mil reais*, tem, entre seus possíveis sentidos, o de ser um valor. Veja que só conseguimos trocar a preposição funcional por outra que tenha o mesmo sentido; a preposição *a*, por exemplo, pode ter o mesmo sentido da preposição *para*:

- (11) a. João vendeu aquela casa *para/a* Maria por cem mil reais.
b. João vendeu aquela casa **em/sem* Maria **em/sem/* cem mil reais.

Diferentemente, as preposições que são predicadoras, as que atribuem papel temático ao argumento saturador de seu sentido, mas não a um argumento do verbo, podem ser trocadas sem que as sentenças fiquem agramaticais. Berg

⁴ Cf. BERG, 2005.

(2005) observa que as preposições que estão em posição de adjunção podem ser mudadas de acordo com o evento que se queira descrever e de acordo com as compatibilidades lexicais dos itens:

- (12) a. João quebrou o vaso com/contra/sobre um martelo.
- b. João leu o livro com/sem/sobre os óculos.
- c. João andou sem/com/entre/de/sobre os chinelos.

Outra característica que pode evidenciar essa divisão entre as preposições funcionais e as predicadoras é que, se apagarmos as preposições que encabeçam os argumentos que são acarretados pelo verbo, o ouvinte consegue inferir qual é o papel temático que aquele argumento recebe na sentença; enquanto as preposições predicadoras, se apagadas, fica arbitrário o papel temático que o argumento pode receber na sentença:

- (13) a. João vendeu uma casa ... *cem mil reais* (por: valor)
- b. João entornou açúcar ... *xícara* (em, sobre: alvo)
- c. João despejou lixo ... *aterro* (em: alvo)

- (14) a. João cantou ... microfone (com: instrumento/ sem:modo/ sobre: locativo)
- b. João quebrou um vaso ... martelo (com: instrumento/ sem: modo/ sobre: loc)
- c. João comeu banana ... caminhão (em: locativo/ de: origem/ até: alvo)

A posição de adjunto: locativo do evento e locativo do predicador

Sabemos que todo evento ocorre em um tempo, em um lugar e de um determinado modo. Portanto, podemos afirmar que essas propriedades são inferências gerais que fazemos de todo evento. Com essa observação, poderíamos concluir, então, que locativos não seriam papéis temáticos atribuídos pelos verbos. Entretanto é sabido que existem verbos que, para saturar seu sentido específico, pedem argumentos que recebem o papel temático de locativo. Segundo Corrêa e Cançado (2006), *colocar* acarreta lexicalmente um desencadeador da ação, um objeto deslocado no espaço e um lugar onde esse objeto é colocado. Mas, poderíamos pensar também que *cantar* acarreta um desencadeador da ação e que essa ação se passa em algum lugar, já que toda ação se passa em algum lugar necessariamente. A diferença está em que o verbo *colocar*, para ter seu sentido saturado, pede três argumentos: alguém coloca alguma coisa em algum lugar. A ação de colocar só se efetua, ou seja, só alcança uma referência no mundo,

quando explicitamos (semanticamente) o lugar em que essa ação se completa e, portanto, o locativo é um acarretamento desse verbo. Já o verbo *cantar* só precisa de um argumento para ter seu sentido completo: alguém que canta. A ação de cantar não precisa denotar um locativo para ser realizada e, portanto, o locativo dessa ação é uma inferência sobre o evento, mas não um acarretamento do verbo. As autoras propõem separar esses dois tipos, nomeando-os locativo do evento e locativo do predicador.

Existem classes de verbos cujo argumento, que recebe o papel temático de locativo do predicador, é associado, na sintaxe, à posição de adjunção, inserido por uma preposição que lhe atribua caso e denote lugar. Esses locativos possuem características bem distintas, pois estão sempre relacionados a verbos de movimento que traçam uma trajetória no espaço, indicam lugares mais específicos e, geralmente, estão relacionados ao campo semântico dos sentidos dos outros argumentos do verbo:

- (15) João despejou o lixo no aterro./ o sal no saleiro./ o adubo no jardim.
- (16) João colocou o livro na biblioteca./ a linha na agulha./ açúcar no café.
- (17) ?João despeja/coloca o lixo/o sal/o adubo/ o livro/a linha/o açúcar em BH.

Já os locativos do evento não estão relacionados às trajetórias no espaço, são mais genéricos e, geralmente, não estão relacionados ao campo semântico dos argumentos do verbo; são sempre associados à posição de adjunção, já que será a preposição o predicador que pede o argumento locativo:

- (18) João canta/estuda/ em BH.

Com esses exemplos, estou assumindo que verbos como *despejar*, *colocar*, *derrubar*, *entornar*, entre outros que acarretam trajetória, são verbos que têm três argumentos em sua estrutura argumental, e que a preposição que introduz o terceiro argumento também é funcional, tendo que ser compatível com o conteúdo semântico específico do papel temático atribuído pelo verbo a esse argumento que complementa a preposição. Também esses verbos associam um argumento à posição de adjunto na estruturação sintática. Como esses verbos denotam uma trajetória com um alvo final, as preposições que aparecem em sentenças com esses verbos só podem ter um sentido locativo.

Complementos Preposicionados ou Adjuntos?

Propus que as preposições aparecem em posição de adjunção para atribuir caso, sejam como preposições funcionais que encabeçam um terceiro SN da estrutura argumental de um verbo, sejam como preposições predicadoras que pedem um argumento para terem seu sentido saturado. Entretanto existem classes de verbos que apresentam, na sintaxe, uma preposição encabeçando um segundo SN da estrutura argumental de um verbo. São os chamados, pela GT, verbos transitivos indiretos, ou pela GG, verbos que subcategorizam um SP na posição de complemento. Proponho que essas preposições também são funcionais por atribuírem caso e, ainda, têm outra função semântica de contribuir para a predicação do verbo; nomearei essas preposições de especificadoras do sentido da predicação.

Preposição com função especificadora de sentido: verbos de trajetória, verbos locativos e verbos que denotam direção do evento

Em um amplo estudo sobre os verbos de trajetória, Corrêa e Cançado (2006) propõem que existem sete classes de verbos que denotam trajetória que são diferenciadas por propriedades sintáticas e semânticas distintas. A classe de verbos de trajetória exemplificada anteriormente apresenta uma estrutura argumental com três argumentos: {desencadeador/controle, objeto deslocado, alvo}. Entretanto existe outro tipo de verbo que denota trajetória em que o objeto deslocado é o próprio desencadeador da ação. Para essa classe, temos a estrutura argumental {desencadeador/controle/objeto deslocado, origem, alvo}, que pode ser exemplificada pelo verbo *vir*:

- (19) a. João veio de Paris para BH /para BH de Paris.
b. João veio de Paris./ João veio para BH.

Pela estrutura argumental acarretada pelo verbo *vir*, temos que esse verbo também tem três argumentos, podendo toda a trajetória estar explícita na estrutura sintática, ou somente estar explícito um ponto da trajetória. Quando temos os dois pontos da trajetória, o inicial e o final, explícitos, podemos concluir que a preposição que encabeça o terceiro argumento do verbo é funcional, aparecendo na sintaxe para a atribuição do caso oblíquo. Entretanto, qual seria a função da preposição que encabeça o segundo argumento que deveria estar na posição de complemento? O papel temático já foi atribuído pelo verbo em sua estrutura argumental, e o caso poderia ser atribuído estruturalmente pela posição de complemento do verbo. A minha hipótese é que essa preposição tem que ser inserida por razões semânticas, diferentes da atribuição de papel

temático: a preposição tem a função de especificar, na sintaxe, os pontos inicial e final que demarcam a trajetória denotada pelo verbo, mantendo a compatibilidade semântica com os papéis temáticos de origem e de alvo, atribuídos pelo verbo aos seus argumentos. Não conseguimos fazer nenhum tipo de inferência sobre a trajetória expressa pelo verbo se as preposições não estiverem presentes, mesmo se a sentença apresentar explicitamente somente um argumento:

- (20) a. João veio ...? Paris ...? BH/ João veio ...? Paris./ João veio ...? BH.

Portanto o argumento que seria associado à posição de complemento dessa classe de verbo precisa de uma preposição para especificar o ponto da trajetória a que esse argumento está associado. Mas, se a preposição é inserida na sintaxe, entre o verbo e o argumento que estaria na posição de complemento, ela bloqueia a capacidade do verbo de atribuir caso estruturalmente e, a própria preposição, por estar em posição de irmandade estrutural com esse argumento, atribui-lhe caso, o que confere o estatuto sintático de adjunto ao argumento. Repare, ainda, que os papéis temáticos de origem e alvo estão na mesma ordem da hierarquia temática em (9a), corroborando, também semanticamente, a mesma posição de adjunção atribuída aos dois argumentos. Dessa maneira, assumo que não existe a posição de complemento preposicionado, mas existe sim, um adjunto nessa posição. Essa afirmação é inteiramente compatível com a proposta de não haver uma relação estrita da semântica com a sintaxe. Se adjunção é definida como posição estrutural e maneira de atribuir caso, toda vez que aparecer um argumento encabeçado por uma preposição, teremos uma adjunção, independentemente de esse argumento ser ou não, um argumento semântico do verbo. Em consonância com essa proposta, Baker (2001) também assume que, se um argumento do verbo for introduzido na sintaxe por uma preposição, ele estará em posição de adjunção, já que este tem a mesma estrutura e as mesmas propriedades sintáticas de qualquer adjunto. Isso pode ser comprovado por propriedades típicas de verbos que têm complementos, como as passivas e os participios adjetivos que só se formam a partir de objetos diretos. É impossível se ter com o verbo *vir* essas propriedades, em contraposição a outros verbos transitivos:

- (21) a. João quebrou o vaso./ O vaso foi quebrado por João./ O vaso quebrado
b. João veio de Paris. / * Paris foi vinda por João. * A Paris vinda

Outra classe de verbos que tem comportamento semelhante é a dos estativos, que são verbos que denotam um lugar e têm a seguinte estrutura argumental: {objeto estativo, locativo}. Veja os exemplos dados por Godoy (2008):

- (22) a. João mora/reside na ponte/sobre a ponte/atrás da ponte...
b. A luz incide sobre a mesa/sob a mesa/do lado da mesa/entre as mesas...

Esses verbos também apresentam um argumento encabeçado por uma preposição que não é predicadora, pois o argumento é acarretado pelo verbo. Também não precisaria ser incluída na sintaxe para atribuir caso, pois este poderia ser atribuído estruturalmente pela posição de complemento. Godoy (2008) conclui que essa preposição, assim como a dos verbos de trajetória exemplificados, oferece uma contribuição semântica, não como predicadora, mas como especificadora do sentido da predicação; no caso, especifica a localidade. O papel temático locativo é muito amplo e precisa ser especificado. Essas preposições são sempre compatíveis com o papel temático locativo e não podem ser trocadas por outras que não especifiquem uma localização fixa. Godoy (2008) mostra, ainda, que existem outros verbos desse tipo, que necessitam de uma preposição especificadora do sentido, tais como *votar* e *torcer*:

- (23) a. Eu votei no Lula/contra o Lula.
b. João torce para o Cruzeiro/contra o Cruzeiro.

A estrutura argumental desses verbos é {desencadeador/controle, objeto estativo}, apresentando, portanto, dois argumentos. Como as outras classes acima, a preposição que aparece encabeçando o segundo argumento também tem uma função semântica de especificar a direção do evento, a favor ou contrária ao objeto estativo. Se não houvesse essa especificação, não teríamos como inferir algum sentido das sentenças: *Eu votei/torço...? Lula/Cruzeiro*. Essas preposições também não são cambiáveis por outras que não tenham o sentido de direção.

Concluindo, podemos observar que verbos que apresentam esse tipo de comportamento têm em comum um sentido lexical mais vago, necessitando do sentido de uma preposição para completar o seu sentido. Como a preposição é inserida na sintaxe, bloqueando a atribuição de caso pelo verbo ao complemento, será a própria preposição a atribuidora de caso, além de ser a especificadora da predicação do verbo. Esse argumento encabeçado pela preposição estará em posição de adjunção. Com isso, reafirmo a minha hipótese de que não existem complementos preposicionados (ou objetos indiretos).

Preposições como marca de alternância

Existem, ainda, outros tipos de verbos que apresentam um segundo argumento preposicionado em posição de adjunção. Veja que, nos exemplos abaixo, a preposição não é predicadora, pois os argumentos são acarretados pelos verbos,

e a preposição também não especifica o sentido da predicação, mas ainda assim é inserida na sintaxe, mesmo sem ser necessária para a atribuição de caso:

- (24) a. João (se) preocupa com a Maria.
- b. João carrega o piano com José.
- c. O vaso foi quebrado por João.

Seguindo a proposta de Cançado (2005), assumo que, para esses exemplos, a preposição é introduzida para marcar a violação das regras de correspondência entre a sintaxe e a semântica, com a alternância da diátese básica do verbo, assim como se introduz o clítico *se* em alguns casos de alternâncias ergativo-causativas e mediais. As diáteses básicas dos verbos *preocupar*, *carregar*, *quebrar* produziriam as sentenças:

- (25) a. Maria preocupa João. {desencadeador, experienciador/afetado}
- b. João e José carregam o piano. {desencadeador/controle, afetado}
- c. João quebrou o vaso. {desencadeador, afetado}

Quando aplicadas as propriedades de causativização em (a), de desdobramento de papel comitativo em (b) e a passiva em (c), introduz-se uma preposição para marcar que houve uma mudança na forma básica da diátese do verbo, ocorrendo a violação das regras de correspondência entre a sintaxe e a semântica e esses argumentos alternados serão associados à posição de adjunção. Nesses casos, as preposições introduzidas são fixas, não podendo ser trocadas, nem por outra de mesmo sentido, e elas têm o sentido compatível com o papel temático atribuído ao argumento na estrutura argumental básica.

Preposições inerentes: hipótese histórica

Em todos os exemplos acima, apresentamos uma hipótese que justifica a presença da preposição encabeçando um segundo argumento que deveria estar na posição de complemento, mas que é associado à posição de adjunção, em uma estrutura sintática. Entretanto, ainda existem exemplos que apresentam dois argumentos acarretados pelo verbo em sua estrutura semântica, e o segundo deles é encabeçado por uma preposição na sua estrutura sintática:

- (26) João gosta de bolo./ João cuida da irmã./ João acredita em sacis.

Cançado (2005) propõe que essas preposições que acompanham o verbo sejam vistas como parte inerente desse verbo. Neeleman (1997) nomeia esses casos de “seleção de preposições idiomáticas”. Observe que, nesses casos,

como mostra Berg (2005), não se pode mudar a preposição, como ocorre com as outras sentenças envolvendo preposições predicadoras. Tampouco se pode mudar por outra preposição de mesmo sentido, como ocorre com as preposições funcionais; ainda, essas preposições não são especificadoras de sentido e nem são marcas de alternância de diátese. Nesses casos de preposição inerente ao verbo, também vou assumir que os SPs são adjuntos, pelas mesmas razões explicitadas anteriormente:

- (27) *João gosta com/em bolo./ * João cuida em/para irmã./ * João acredita para/com sacis.

Para explicar a ocorrência dessas preposições, Godoy (2008) propõe que, na ausência de uma explicação sincrônica ou sistemática para a existência de uma preposição fixa, atrelada ao objeto de certos verbos, temos a hipótese de que esse fenômeno é fruto de um processo que se deu em algum momento da história da língua e que não é mais recuperável sincronicamente. Godoy (2008) mostra que existem alguns verbos que apresentam o objeto preposicionado, pois houve uma mudança de diátese, e a forma básica do verbo não existe mais. O objeto preposicionado da nova forma é um adjunto da forma arcaica, recuperável diacronicamente em dicionários, e que, mesmo indo para a posição de objeto, mantém a forma marcada com preposição:

- (28) a. O mecânico aderiu a nova peça ao motor. (diátese arcaica)
b. A nova peça aderiu ao motor.
- (29) a. Os cientista derivam hipóteses de observações. (diátese arcaica)
b. Hipóteses derivam de observações.
- (30) a. Ele pactuou planos com ela. (diátese arcaica)
b. Ele pactuou com ela.
- (31) a. Ele apanhou socos dela. (diátese arcaica)
b. Ele apanhou dela.

A hipótese da autora é que outros verbos que apresentam esse tipo de preposição inerente a eles, como *gostar*, *acreditar* e *cuidar*, por exemplo, também podem ter se originado de uma perda linguística durante o processo evolutivo da língua. Supõe-se que houve um processo sintático-semântico, a alternância da diátese original e, com o processo de uso, houve também uma perda da memória da diátese original.

Conclusões

Propus neste artigo que a noção de argumento é uma noção estritamente semântica que tem relação com a atribuição de papéis temáticos, mas que não tem relação direta com as noções de sujeito e complementos subcategorizados de um verbo. Argumentos também são associados à posição de adjunção, e, com isso, assumo que complementos e adjuntos são relações estritamente estruturais, de configuração sintática e de atribuição de casos. A associação entre a estrutura argumental, que é semântica, e a estrutura sintática é feita por regras de correspondência. A motivação dessa proposta é mostrada na crítica às definições de argumentos, de complementos e de adjuntos encontradas na Gramática Gerativa e na Gramática Tradicional.

Todas as preposições têm uma natureza híbrida, podendo ser funcionais ou predicadoras. Quando se têm argumentos do verbo em posição de adjunção, as preposições que encabeçam esses argumentos são apenas funcionais, ou seja, elas não atribuem papéis temáticos aos seus complementos, pois estes são acarretados pelos verbos. Quando se têm adjuntos em que os complementos das preposições são argumentos destas, as preposições são predicadoras, atribuindo papel temático e caso.

Existem algumas classes de verbos que apresentam dois argumentos em sua estrutura semântica, e o segundo argumento é associado à sintaxe encabeçado por uma preposição. Assumo que também esse argumento encabeçado por preposição é um adjunto, independentemente de seu estatuto semântico de argumento, pois na sintaxe esses sintagmas se comportam como qualquer adjunto, ou seja, assumo que não existem objetos indiretos. Para a inserção dessas preposições na sintaxe, existem três tipos de motivação: ou a preposição é inserida para especificar o sentido da predicação do verbo, ou a preposição é inserida para marcar uma alternância verbal e a conseqüente violação das regras de correspondência, ou é uma preposição inerente que teria uma explicação diacrônica, ainda recuperável em alguns casos, também marcando a alternância da diátese arcaica.

Agradecimentos: Agradeço ao CNPq e à FAPEMIG pelo apoio financeiro. Agradeço, ainda, a Isadora Barcelos pelas valiosas sugestões sobre objetos indiretos e atribuição de casos.

CANÇADO, M. Arguments: complements and adjuncts. *Alfa*. São Paulo, v.53, n.1, p.35-59, 2009.

- *ABSTRACT: This paper claims that the notion of argument is strictly semantic, related to thematic role assignment, and not related to the subject and complement positions. It is claimed that arguments are associated to adjunction positions, and that those positions*

are strictly structural relations, dealing with syntactic configuration and case assignment. The association between argument structure, which is semantic, and syntactic structure is effected by correspondence rules.

- **KEYWORDS:** *Argument structure. Thematic roles. Case assignment. Syntactic positions.*

REFERÊNCIAS

BAKER, M. *On the differences among the lexical categories*. New Jersey: Rutgers University, 2001.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2000.

BERG, M. *O comportamento semântico lexical das preposições no português brasileiro*. 2005. 128f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

CANÇADO, M. Posições argumentais e propriedades semânticas. *DELTA*, São Paulo, v.21, n.1, p 23-56, 2005.

CANÇADO, M. *Verbos psicológicos: a relevância dos papéis temáticos vistos sob a ótica de uma semântica representacional*. 1995. 229f. Tese (Doutorado em Linguística)- Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Ed. Nacional, 1985.

CHOMSKY, N. *Barriers*. Cambridge: MIT, 1986.

CIRÍACO, L. *A alternância ergativo/causativa no PB*. 2007. 114 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

CORRÊA, R.; CANÇADO, M. Verbos de trajetória no PB: uma descrição sintático-semântica. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 14, n.2, p.371- 404, 2006.

DAMASCENO, M. A. *Verbos polissêmicos: propriedades semânticas e processos metafóricos*. 2006. 118f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

DOWTY, D. Thematic proto-roles and argument selection. *Language*, Baltimore, v.67, n.3, p.547-619, 1991.

FRANCHI, C. Predicação. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 11, n.2, p.17-81, 2003.

FREGE, G. Sobre o sentido e a referência. In: _____. *Lógica e filosofia da*

linguagem. São Paulo: Cultrix. 1978. p.59-86

GODOY, L. Preposições e os verbos transitivos indiretos: interface sintaxe-semântica lexical. *Revista da Abralín*, João Pessoa, v.7, n.1, p.49-68, 2008.

MARANTZ, A. P. *On the nature of grammatical relations*. Cambridge: MIT, 1984.

MIOTO, C.; SILVA, M. C. F.; LOPES, R. E. V. *Manual de sintaxe*. Florianópolis: Insular, 2000.

MOREIRA, C. B. *Princípio de ligação sintaxe/semântica: construções estativas*. 2000. 93f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

NEELEMAN, A. PP-Complements. *Natural Language and Linguistic Theory*, Dordrecht, n.15. p.89-137, 1997.

RADFORD, A. *Syntax: a minimalist introduction*. Cambridge: CUP, 1997.

RAPOSO, E. P. *Teoria da gramática: a faculdade da linguagem*. Lisboa: Editorial Caminho, 1992.

SAEED, J. *Semantics*. Oxford: Blackwell, 1997.

SANTORINI, B.; KROCH, A. *The syntax of natural language: an online introduction using the threes program*. 2007. Disponível em: <www.ling.upenn.edu/~beatrice/syntax-textbook>. Acesso em: 12 maio 2008.

Recebido em setembro de 2008.

Aprovado em dezembro de 2008.

ASPECTOS DA SEMÂNTICA DISCURSIVA DO MODERNISMO BRASILEIRO: POLÊMICA E INTERINCOMPREENSÃO EM TORNO DA NOÇÃO DE “CÓPIA”

Fernanda MUSSALIM¹

- RESUMO: Com base nos conceitos de polêmica e interincompreensão formulados por Dominique Maingueneau em *Gênese dos Discursos* (2005), empreenderei, neste artigo, uma análise em torno de uma polêmica que se estabeleceu no campo da arte brasileira, por ocasião da constituição do movimento modernista brasileiro. Essa polêmica envolveu modernistas e “passadistas” e se deu, fundamentalmente, em torno da noção de “cópia”. O *corpus* que tomarei para análise constitui-se de alguns artigos publicados na imprensa brasileira entre os anos de 1917 e 1931, período em que mais acirradamente se deram os embates para a constituição da arte modernista no Brasil. O intuito é, a partir desta abordagem, mostrar como se operacionalizam, em termos de tratamento de dados, os conceitos acima referidos.
- PALAVRAS-CHAVE: Análise do Discurso. Interdiscurso. Polêmica. Interincompreensão. Modernismo brasileiro.

Considerações iniciais

Neste artigo, a partir da perspectiva teórica da Análise do Discurso – mais especificamente com base na proposta de Dominique Maingueneau (2005) apresentada em *Gênese dos Discursos* –, empreenderei uma análise em torno de uma polêmica que se estabeleceu no campo da arte no Brasil, por ocasião da constituição do movimento modernista brasileiro. Essa polêmica envolveu modernistas e “passadistas” e se deu, fundamentalmente, em torno da noção de **cópia**. O *corpus* que tomarei para análise constitui-se de alguns artigos publicados na imprensa brasileira entre os anos de 1917 e 1931, período em que mais acirradamente se deram os embates para a constituição da arte modernista no País.

Início apresentando em linhas gerais o quadro teórico formulado em *Gênese dos Discursos*, a fim de melhor contextualizar os conceitos de **polêmica** e **interincompreensão** que serão mobilizados para a análise que empreenderei do *corpus*.

¹ UFU – Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de Letras e Linguística. Uberlândia – MG – Brasil. 38408-100 – fmussalim@netsite.com.br / fmussalim@hotmail.com

Fundamentação teórica

Em *Gênese dos discursos*, Dominique Maingueneau (2005), a partir da noção de semântica global, desenha para o leitor um roteiro de trabalho que adquire traços de uma metodologia que pode ser seguida em pesquisas sobre outros *corpora*, que não o religioso, analisado nesse livro pelo autor. Várias noções apresentadas na obra, originariamente publicada em 1984², têm se mostrado bastante fecundas: a de comunidades discursivas, de práticas discursivas, de *ethos*, de cena da enunciação e, fundamentalmente, a do primado do interdiscurso.

A tese do primado do interdiscurso apresentada por Maingueneau – segundo a qual, em termos de gênese, o interdiscurso precede o discurso, do que decorre que a unidade de análise pertinente não é o discurso, mas as relações interdiscursivas que se dão num espaço de trocas entre vários discursos de um mesmo campo – é central, como veremos, para a elaboração do quadro teórico de uma semântica global, que se apresenta, em última instância, como um caminho possível de apreensão do modo de funcionamento da interdiscursividade.

Por esse motivo, na elaboração desse quadro teórico, um dos conceitos sobre o qual Maingueneau (2005) se debruça num trabalho de reformulação é o do interdiscurso, noção definida até então, pela Análise do Discurso, de maneira vaga para os propósitos do autor. Buscando especificá-la, ele a redefine a partir da tríade universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo.

A noção de universo discursivo diz respeito ao conjunto de formações discursivas de todos os tipos, que interagem em uma conjuntura dada. Mesmo não sendo possível apreendê-lo em sua globalidade, trata-se de um conjunto finito que define uma extensão a partir da qual serão construídos domínios susceptíveis de serem estudados, a saber, os campos discursivos.

O campo discursivo deve ser compreendido como sendo um conjunto de formações discursivas³ com mesma função social, que se divergem, entretanto, quanto ao modo pelo qual essa função deve ser preenchida. Em uma região determinada do universo discursivo, tais formações discursivas buscam delimitar-se reciprocamente, por meio de uma relação de concorrência, compreendendo este último termo de maneira mais ampla, de modo a significar tanto afrontamento aberto, quanto aliança, neutralidade aparente, etc. O recorte em campos discursivos não define zonas insulares; é antes uma abstração

² Em 2005, o livro foi traduzido para o português por Sírio Possenti, recebendo o título de *Gênese dos Discursos*.

³ A referência à noção de formação discursiva no interior de um campo discursivo deve ser compreendida como posicionamento, que define mais precisamente uma identidade enunciativa forte, um lugar de produção discursiva bem específico (como é o caso, por exemplo, do discurso dos primeiros modernistas no campo da arte no Brasil). De acordo com Charaudeau e Maingueneau (2004, p.392), esse termo designa ao mesmo tempo “[...] as operações pelas quais essa identidade enunciativa se instaura e se conserva num campo discursivo, e essa própria identidade.”

necessária que deve permitir abrir múltiplas redes de trocas. A delimitação desses campos também não tem nada de evidente, mas exige do analista que ele faça hipóteses e escolhas pautadas tanto na materialidade linguística dos supostos discursos que se encontram em relação, como nas condições de enunciabilidade de tais discursos, condições que, por sua vez, circunscrevem-se historicamente.

É no interior do campo discursivo que se constitui um discurso, e sua constituição pode, de acordo com Maingueneau, ser descrita em termos de operações regulares sobre formações discursivas já existentes. Essa hipótese nos conduz a outra noção definida pelo autor, a saber, a noção de espaço discursivo, que deve ser compreendido como um subconjunto de formações discursivas cuja relação o analista julga pertinente considerar para seu propósito. O recorte desse subconjunto deve resultar de hipóteses fundadas sobre um conhecimento dos textos e sobre um saber histórico que serão confirmados, ou não, no decorrer da pesquisa.

Estas três noções propostas por Maingueneau (2005) conferem à noção de interdiscurso um caráter menos vago, porque mais delimitado historicamente e metodologicamente mais operacional, na medida em que tanto os recortes quanto as relações estabelecidas pelo analista são minimamente regulados pelos limites do campo discursivo. Ao postular, portanto, o primado do interdiscurso, o autor não está concebendo o discurso como uma “dispersão de ruínas”, para utilizarmos uma expressão do próprio Maingueneau (2005, p.19). Ao contrário, postula, para além da heterogeneidade dos tipos de textos, dos autores, de sua dispersão no tempo e no espaço, a existência de uma zona de regularidade semântica que estrutura o modo de coesão dos discursos.

A noção de semântica global estrutura-se sobre esse postulado da existência de uma zona de regularidade semântica a partir da qual todos os planos da discursividade – e aqui poderemos considerar como constitutivos desses planos discursivos, desde o léxico, os processos gramaticais, até o modo de enunciação e de organização da comunidade que enuncia o discurso – estão submetidos ao mesmo sistema de restrições globais. Esse sistema de restrições é concebido como um filtro que fixa os critérios que, em uma formação discursiva determinada, distinguem o que é possível ou não de ser enunciado do interior daquela formação. O sistema de restrições deve ser concebido, mais especificamente, como um modelo de competência discursiva, ou melhor, como um modelo de competência interdiscursiva, já que um sujeito discursivo, correlativamente, ao distinguir o que é possível enunciar do interior de uma formação discursiva, identifica também enunciados incompatíveis com o sistema de restrições desta FD como enunciados pertencentes a formações discursivas antagonistas. Em outras palavras, a competência interdiscursiva supõe a aptidão de sujeitos em

reconhecer a incompatibilidade semântica de enunciados de outras formações do espaço discursivo que constituem seu Outro.

Este fato, de considerar que os discursos dispõem de um sistema de restrições, permite à AD “[...] ler a heterogeneidade lá onde se percebia um imenso campo em que se embaralhavam em todos os sentidos o mesmo e o outro.” (MAINGUENEAU, 2005, p.61), já que a interdiscursividade se organiza a partir da exploração sistemática das possibilidades do núcleo semântico de cada FD que compõe o campo discursivo. Esse núcleo semântico é definido em termos de semas, isto é, de eixos semânticos primitivos que asseguram que, em todos os pontos e sobre todos os planos discursivos, existirá ao menos um caminho que permita remontar a esses primitivos. O *optimum semântico* de um discurso, isto é, o núcleo de sua doutrina, decorre de certa forma de organização de seu núcleo semântico, isto é, de certo modo de interação entre os semas que compõem seu sistema de restrições.

É em função desse sistema de restrições que se organizam todas as relações de um discurso com os demais discursos com os quais é posto em relação no espaço discursivo. Maingueneau compreende essa interação entre os vários discursos de um mesmo espaço discursivo como um processo de tradução, de interincompreensão regrada: cada um introduz o Outro em seu fechamento, traduzindo os seus enunciados nas categorias do Mesmo e, assim, sua relação com esse Outro se dá sempre sob a forma do simulacro que dele constrói. Desse modo, para construir e preservar sua identidade no espaço discursivo, o discurso não se relaciona com o Outro enquanto tal, mas somente com o simulacro que dele constrói, pois não há dissociação entre o fato de enunciar conforme as regras de sua própria formação discursiva e de não compreender os sentidos dos enunciados do Outro; trata-se de duas facetas do mesmo fenômeno. Não existe, portanto, o discurso absoluto que num espaço homogêneo regularia todas as traduções de um tipo de discurso para outro, mas uma rede de relações constantemente aberta. Nessa perspectiva, a relação polêmica não existe em si, ela é apenas um aspecto do funcionamento da formação discursiva e se configura como a manifestação de uma incompatibilidade radical entre os discursos – a mesma que permitiu que tais discursos se constituíssem. A relação com o Outro é função da relação que um discurso mantém consigo mesmo, na medida em que, para que ele construa a sua identidade, é preciso relegar o Outro ao interdito, ao espaço do não-dizível, do errado, do culpado, do falível.

Mas, em sua *démarche*, Maingueneau ainda amplia o escopo de aplicabilidade da noção de sistema de restrições do discurso. Rejeitando uma concepção sociológica externa, o autor assume uma perspectiva segundo a qual discurso e instituições se articulam através de um sistema de restrições semânticas comuns. O interesse do autor está justamente na possibilidade dessa articulação e não nas

instituições em si, pois, tal como afirma, “[...] não há antes uma instituição, depois uma massa documental, enunciadores, ritos genéricos, uma enunciação, uma difusão e, enfim, um consumo, mas uma mesma rede que rege semanticamente essas diversas instâncias” (MAINGUENEAU, 2005, p.142). Num certo sentido, Maingueneau (2005, p.134) retoma a questão da materialidade das ideologias de Althusser (1974) – “A organização dos homens aparece como um discurso em ato, enquanto que o discurso se desenvolve sobre as próprias categorias que estruturam essa organização” –, circunscrevendo-a, entretanto, em um novo espaço teórico que problematiza uma concepção, até então razoavelmente unânime na área, de quais vêm a ser os limites do fechamento discursivo, na medida em que as práticas sociais das comunidades discursivas são tomadas como material para uma Análise do Discurso. É nessa perspectiva que em *Gênese dos Discursos* se fala em prática discursiva.

Levando ao limite essa concepção, Maingueneau afirma que a prática discursiva deve também ser considerada uma “prática intersemiótica”, que integra tanto as unidades de um conjunto de enunciados, quanto as produções que relevam de outros domínios semióticos, como o musical, o pictórico, por exemplo. Apresentando o modo da formação discursiva como um sistema de restrições que recai sobre as organizações de sentido e não como uma gramática destinada e engendrar apenas enunciados, o autor propõe a não restringir ao domínio textual a validade do sistema de restrições semânticas próprias de um discurso, mas afirma que tal sistema recai sobre outros tipos de estruturas semióticas. Em outras palavras, a noção de prática discursiva como prática intersemiótica supõe que quaisquer manifestações simbólicas de uma sociedade estão inseridas e são condicionadas pelas mesmas condições de produção, que são histórico-ideológicas. Por isso a possibilidade de estabelecer coesão entre os dois domínios, o essencialmente linguístico e os constituídos em outras semioses, o que não significa que esses domínios sejam isomorfos em seu modo de estruturação, mas somente que o sistema da formação discursiva deve restringir esses modos de estruturação, quaisquer que eles sejam. Nessa perspectiva, o princípio de competência interdiscursiva deve ser compreendido como uma rede de regras de que os enunciadores se dispõem para tratar os materiais significantes. Assim, o pintor e o músico, por exemplo, dado que participam da mesma prática discursiva, dispõem desta mesma rede de regras e são, como os enunciadores de um discurso verbal, capazes de reconhecer a incompatibilidade das produções de seu Outro, assim como a coincidência de tais e tais produções com as regras de sua própria formação discursiva.

Tendo apresentado os fundamentos do quadro teórico apresentado por Dominique Maingueneau (2005) em *Gênese dos Discursos* e, portanto, esboçado minimamente a rede conceitual em que foram formulados e se sustentam

os conceitos de polêmica e interincompreensão, dos quais me valerei para abordar o *corpus* aqui considerado, passarei a seguir a mostrar o que significa operacionalizar tais conceitos em termos de tratamento de dados, empreendendo, como já anunciado, uma análise em torno de uma polêmica que se estabeleceu no campo da arte brasileira, por ocasião da constituição do movimento modernista brasileiro.

A polêmica: cópia como plágio versus cópia como desvio restaurador

Anita Mafalatti, ao retornar da Europa ao Brasil em 1917, realiza em 12 de dezembro deste mesmo ano sua 2ª exposição no País. Essa exposição provocou uma tempestade de protestos, insultos e divagações da crítica nacional. A manifestação crítica que mais gerou efeitos (e que melhor revela a posição dos “conservadores”⁴ em relação à arte modernista) foi a de Monteiro Lobato, intitulada “A propósito da exposição Malfatti” e publicada n’*O Estado de São Paulo*. Neste artigo, Lobato (1972) ataca a pintora, combatendo a arte modernista em favor da manutenção da arte tradicional, consagrada pelo academicismo brasileiro e hegemônica no País. Inicia seu artigo postulando, a partir da noção de artista, a seguinte diferenciação entre as duas correntes estéticas:

Há duas espécies de artistas. Uma composta dos que veem normalmente as coisas e em consequência disso fazem arte pura, guardando os eternos ritmos da vida, e dotados para a concretização das emoções estéticas, os processos clássicos dos grandes mestres. [...] A outra espécie é formada pelos que veem anormalmente a natureza, e interpretam-na à luz de teorias efêmeras, sob a sugestão estrábica de escolas rebeldes, surgidas cá e lá como furúnculos da cultura excessiva. [...] Enquanto a percepção sensorial se fizer normalmente no homem, através da porta comum dos cinco sentidos, um artista diante de um gato não poderá “sentir” senão um gato. (LOBATO 1972, p.45).

O tema colocado aqui por Lobato, sobre o modo de representação da realidade, será discutido por artistas e críticos durante toda a fase de implantação do movimento modernista, período compreendido entre os anos de 1917 e 1931. O discurso modernista retoma esse tema dando a ele um tratamento semântico diferenciado. Nos termos de Maingueneau (2005), diríamos que, a partir de um sistema de restrições próprio, o discurso modernista, procurando definir sua

⁴ Falarei em “conservadores”, ou em “tradicionais”, ou em “acadêmicos”, ou ainda em “passadistas”, para me referir aos praticantes e/ou adeptos da arte hegemônica praticada no Brasil, até o momento de constituição do Modernismo brasileiro, e consagrada pelo academicismo brasileiro. O mesmo vale para derivações como “academicismo” e para expressões como “arte acadêmica”, “arte tradicional”. Apenas para justificar a variação terminológica, gostaria de fazer menção à conferência de abertura da Semana de Arte Moderna nas escadarias do Teatro Municipal, em que Graça Aranha apresenta elogiosamente o acontecimento modernista, sublinhando a oposição entre acadêmicos – movidos pelas “forças do passado” – e modernos.

identidade, busca delimitar suas diferenças em relação aos demais discursos com os quais trava relações no campo discursivo da arte; mais especificamente, em relação ao discurso da arte até então praticada no Brasil (um certo Romantismo, um certo Realismo, um certo Simbolismo, o Parnasianismo), bem como em relação aos movimentos artísticos da vanguarda europeia (o Dadaísmo, o Cubismo, o Impressionismo, o Expressionismo, o Surrealismo, o Futurismo).

Oswald de Andrade, em artigo publicado no *Jornal do Comércio*, sai em defesa da pintora e explicita a posição modernista em relação ao ataque de Lobato: “As suas telas chocam o preconceito fotográfico que geralmente se leva no espírito para as nossas exposições de pintura. *A sua arte é a negação da cópia*, a ojeriza da oleografia” (ANDRADE, 1972, p.50, grifo do autor).

Essa posição modernista decorre de uma proposta mais ampla do movimento, que, no intuito de construir uma identidade cultural brasileira, buscava realizar a renovação estética no País por meio da superação das formas consagradas pelo academicismo brasileiro e dos princípios da vanguarda europeia. Os críticos que levantam a bandeira modernista em prol de uma arte considerada brasileira irão enfatizar essa relação de superação, como nos evidencia Sérgio Milliet, em artigo que versa sobre Tarsila do Amaral:

Passou pelas três fases do cubismo. Convinham-lhe todas parcialmente. E continuou a ser Tarsila do Amaral. [...] Tarsila, sendo brasileira, fez pintura brasileira. É um caso raro. Não admite a nuance importada, o divisionismo das cores. Luz violeta e nítida, cores fortes são o seu apanágio. [...] Procura realizar com elementos brasileiros: luz direta, cores rudes, linhas duras, volumes pesados, uma pintura verdadeiramente nossa. (MILLIET, 1972, p.116, grifo do autor).

Outro artigo, de Antônio Ferro, publicado no Catálogo de Exposição da pintora, reafirma essa relação:

Tarsila recebe influências, como todos, mas tritura-as, imediatamente, na sua personalidade. A pintura de Tarsila é de Tarsila do Brasil. Tudo, tudo é Brasil. Bandeira Amarela e Verde... Ordem e Progresso... a ordem das coisas e das figuras, em continência, o progresso numa pintura nova, numa pintura reveladora, universal, nacional. (FERRO, 1972, p.127, grifo do autor).

Mas essa tentativa de superação ocorre também, como já sublinhado, em relação à tradição acadêmica. Em um artigo sobre Villa-Lobos, Demarquez explicita a relação que o compositor tem com essa tradição, metonimicamente representada pela valorização da técnica: a técnica do compositor, analisa o crítico, é utilizada em função de seu processo de criação. Em outros termos, diríamos que certa tradição adquirida por Villa-Lobos por meio de estudos musicais não

é abandonada, mas transformada; “a técnica geral do compositor modifica-se segundo as exigências da construção da obra” (DEMARQUEZ, 1972, p.355).

Entretanto, essa proposta modernista de superação de elementos e propostas oriundas de outras posições estéticas não é bem vista pelos opositores. Pauci Vero Electi, em artigo intitulado *Balelas Futuristas*, marca a posição dos ortodoxos, que acusam os modernistas de plágio:

Eis aí, redator ilustre, em que dão os independentes, os geniais, os originalísimos mequetrefes, libertos de influências e de cânones: uns copistas, uns incapazes, uns masturbadores. E são eles que atiram os maiores doestos à arte honesta, feita de honesto estudo com sábia experiência misturado! Por hoje os rabiscadores e o Attila do escopro. Amanhã ou depois lhe indicarei as fontes Castálias onde os del Picchia, os Guilhermes, os Osvaldos, os Ronaldes de Carvalho, os Graça Aranha, vão beber. Vão tomar as suas carraspanas de gênio, que depois vomitam sobre as turbas como produtos autênticos e originais, distilados das próprias circunvoluções cerebrais. O plágio e a imitação! A imitação e o plágio! Eis em que estrumeira nasce e cresce, bravo e venenoso pela incultura pavorosa dos seus hortelãos, o pau de agulha em que se resumem as obras destes espinhados gênios aux dependens des autres. (ELECTI, 1972, p.63, grifo do autor).

Esse trecho é bastante interessante para ilustrar o processo de interincompreensão discursiva de que fala Maingueneau (2005). O discurso em favor da manutenção da arte tradicional, reconhecida academicamente, introduz o discurso modernista em seu fechamento, traduzindo-o na forma de simulacro que dele constrói. Assim é que semas do discurso modernista, como independência, genialidade e originalidade são traduzidos pelo discurso da arte acadêmica como cópia, incapacidade e imitação. Em outras palavras, procedimentos que são considerados, pelos modernistas, processos de superação de formas consagradas por outras posições estéticas, são compreendidos, pelos acadêmicos, como plágio e imitação. Nesse sentido, parece-me que a polêmica em torno da noção de cópia é a mais representativa dos embates entre modernistas e acadêmicos. Os trechos até aqui analisados apontam para essa hipótese, que é, por sua vez, fortemente sustentável pelas condições histórico-ideológicas de construção de nossa identidade nacional. Veremos em que sentido tais condições sustentam minha hipótese.

A História não se cansa de nos relatar que toda a cultura latino-americana foi, por meio de um processo de colonização ocidental, assimilada à cultura oficial européia. No Brasil recém-descoberto, por exemplo, os valores indígenas e negros foram fortemente reprimidos pela ação etnocêntrica dos portugueses. A esse respeito, Santiago (1982) afirma que, desde que fizeram da história européia a nossa história, o indígena perdeu a sua verdadeira alteridade – a de ser Outro,

diferente do português colonizador – e ganhou uma alteridade fictícia, passou a ser o Outro europeu.

Independentemente do alcance histórico da análise de Santiago a respeito desse processo de constituição de nossa identidade, dois fatos podem ser destacados a partir de sua afirmação: o de que a nossa formação é constitutivamente híbrida, visto que é, ao mesmo tempo, nacional e estrangeira; e o de que o modo como fomos constituídos – por meio de uma imposição cultural – gerou, especialmente naqueles momentos históricos de maior reflexão em torno de nossa nacionalidade, certo mal-estar em relação ao caráter inautêntico de nossa vida cultural. Abordarei esses dois fatos mais detalhadamente, tomando a literatura como ponto de referência de minha discussão.

Antônio Candido (1987) em seu ensaio *Literatura de dois gumes*, afirma que nossa literatura, em sua formação, é essencialmente europeia, na medida em que desenvolve sua pesquisa fundamentada na tradição da metrópole. Não poderia ter sido diferente; a literatura do período colonial nos foi inevitavelmente imposta, assim como o resto do equipamento cultural dos portugueses. Entretanto, apesar de a cultura brasileira ter se configurado mediante processo de imposição e transferência da cultura do colonizador, não há, neste fato, afirma Candido (1987, p.176), nada de negativo em si, “[...] desde que focalizemos a colonização, não pelo que poderia ter sido, mas pelo que realmente foi como processo de criação do País, com suas grandezas e misérias.”

Desenvolvendo esta sua afirmação, Candido argumenta que os padrões clássicos, importados durante todo o período colonial, foram eficazes por vários motivos, mas, especialmente, por terem possibilitado a integração dos escritores brasileiros na civilização ocidental:

A convenção greco-latina era fator de universalidade, uma espécie de idioma comum a toda civilização do Ocidente; por conseguinte, na medida em que a utilizaram, os escritores do Brasil integraram nessa civilização as manifestações espirituais da sua terra, dentro, é claro e como ficou dito, do propósito colonizador de dominação, inclusive através da literatura. (CANDIDO, 1987, p.177).

Em outras palavras, o que Candido defende é que a utilização dos padrões clássicos fez do escritor brasileiro do período colonial um cidadão da República Universal. Além disso, defende o autor, nossos poetas arcádicos, ao escreverem sobre pastores e a paz virgiliana dos campos, não são mais artificiais que um poeta inglês ou espanhol que escreve baseado nessa mesma convenção livresca.

Desta perspectiva assumida por Antônio Candido, o que gostaríamos de destacar é a agudeza com que o autor assinala o valor contraditório de nossa

prática cultural no período colonial: se, de um lado, intelectuais e escritores reforçaram os valores impostos pelos colonizadores, por outro, deram voz a uma nação que, num certo sentido, não existia no cenário internacional. Entretanto, nem sempre este fato será compreendido a partir desta perspectiva; a reprodução de valores europeus será, em determinadas circunstâncias históricas, interpretada apenas como um índice de nossa dependência cultural, compreendida como um valor negativo.

Roberto Schwarz (1994), em *Nacional por subtração*, relata-nos a mudança que ocorreu em relação à noção de cópia, ao longo da construção de nossa identidade nacional. Antes do século XIX, afirma o autor, a cópia do modelo europeu não constituía um “disparate”; não era sequer uma problemática levantada por intelectuais e escritores. Ao contrário, o cultivo do padrão metropolitano não aparece como deficiência, visto que a estética neoclássica, sendo universalista, “[...] valoriza o respeito e a prática das formas canônicas, de modo que também no plano da teoria da arte a imitação aparecia como um valor positivo.” (SCHWARZ, 1994, p.42).

Entretanto, a partir da abertura dos portos e da Independência, tal noção passa a ter um sentido pejorativo de macaqueação, arremedo ou pastiche. Surge pela primeira vez no País o sentimento aflitivo de sermos uma civilização inferior. Esse sentimento não é produzido pela imitação em si, mas pela consciência emergente de sermos, a partir de nossa independência política, uma nação diferenciada, apartada de Portugal. O fortalecimento de uma ideologia nacionalista passa a opor, assim, o nacional ao estrangeiro, oposição que inaugura também outra contraposição: o original em oposição ao imitado. Sob essa perspectiva, copiar os modelos europeus é colocar-se como um reflexo inferior dos países desenvolvidos, prática e postura ainda bastante vigente no País, mesmo no início do século XX, mas que será ferreamente criticada e combatida pelos modernistas.

Neste combate, o Modernismo buscará eliminar o que era fator de complexo de inferioridade da arte brasileira, transformando-o em virtude. Procurando trabalhar a tensão entre a produção de arte no Brasil e a sua ligação (via tradição universal e vanguardas modernas) com a produção europeia, os modernistas lutam para superar o estado de reverência absoluta mantida pelos acadêmicos, compreendendo a relação com a Europa de uma maneira dinâmica e, sobretudo, contra-aculturativa. O movimento antropofágico dará a fórmula para uma síntese entre o nacional e o estrangeiro, propondo, na boa observação de Carlos Zilio (1982, p.15), “a devoração do pai totêmico europeu, assimilando suas virtudes e tomando seu lugar.” Assim, o programa de Oswald de Andrade alterava a tônica de toda discussão em torno do sentimento de inferioridade causado no Brasil

pela cultura ocidental⁵: será o primitivismo local que devolverá à cansada cultura europeia o sentido moderno. Dessa forma, portanto, Oswald propunha, ao invés de embasbacamento, “[...] uma postura cultural irreverente e sem sentimento de inferioridade, metaforizado na deglutição do alheio: cópia sim, mas regeneradora.” (SCHWARZ, 1994, p.38).

Talvez o embate mais representativo dessa polêmica entre a posição (irreverente) dos modernistas e a posição (de subserviência europeia) dos “passadistas” tenha se dado por ocasião da publicação de *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*, de Mário de Andrade, em 1928. A sua publicação suscita um certo mal estar na crítica especializada, devido ao seu caráter inovador e revolucionário de superar a tradição por meio da fusão de elementos populares a elementos cultos no interior da instituição literária. O comentário a respeito desta obra que mais diretamente ilustraria essa polêmica foi feito por Raimundo Moraes, em um verbete do *Dicionário de Cousas da Amazônia*, mais pelo artigo-resposta de Mário de Andrade⁶ a esta crítica, que pela própria crítica. O verbete de Moraes diz:

Os maldizentes afirmam que o livro *Macunaíma* do festejado escritor Mário de Andrade é todo inspirado no *Von Roraima zum Orinoco* (do sábio Koch-Grünberg). Desconhecendo eu o livro do naturalista germânico, não creio nesse boato, pois o romancista patricio, com quem privei em Manaus, possui talento e imaginação que dispensam inspirações estranhas⁷.

Esse comentário de Moraes não é propriamente uma crítica direta a Mário de Andrade. Trata-se mais da manifestação de uma concepção de obra de arte e de autoria, que de uma crítica propriamente dita. Na verdade, o autor do verbete procura assumir uma posição em defesa de Mário de Andrade, ao desqualificar a afirmação dos maldizentes – de que *Macunaíma* é todo inspirado em *Von Roraima zum Orinoco* –, atribuindo a ela o estatuto de boato. Boato de maldizentes. Nessa defesa, Moraes desloca o enfoque da questão, tal como a colocam os opositores, centrados na análise da obra *Macunaíma*, e focaliza o autor da obra, ao advogar em defesa, não do livro, mas do escritor, valendo-se para isso de atributos como talento e imaginação. No entanto, Moraes partilha da mesma concepção de obra de arte e de autoria dos maldizentes, pois os elevados elogios feitos a Mário de

⁵ De acordo com Santiago (1982), desde o Modernismo, já temos, além da noção de antropofagia cultural, mais dois antídotos contra esse sentimento de inferioridade cultural: a noção de “traição da memória”, formulada por Mário de Andrade através de suas pesquisas em música, com vistas a uma produção nacional-popular; e a noção de “corte radical”, em geral implicado pelos sucessivos movimentos de vanguarda.

⁶ Esse artigo-resposta foi publicado originariamente no *Diário Nacional* em 1931 e reproduzido em Souza (1999, p.163-165).

⁷ Citado por Mário de Andrade no próprio artigo-resposta (SOUZA, 1999, p.163).

Andrade valem como álibis que defendem o escritor de inspirações estranhas, do plágio de que é acusado. Nesse sentido, caso se comprovasse o plágio, caso Moraes viesse a ler o livro *Von Roraima zum Orinoco* (“Desconhecendo eu o livro do naturalista germânico, não creio eu nesse boato”), apesar de seu talento e de sua imaginação, Mário de Andrade muito provavelmente seria criticado também por Moraes.

Ora, para o autor de *Macunaíma* isso não passa despercebido. No artigo-resposta, Mário tece, ironicamente, elogios à generosidade de Moraes:

Sempre tive a experiência de sua generosidade, mas não deixou de me causar alguma pena que seu espírito, sempre alcandorado na admiração dos grandes, preocupado com sucurijus tão tamanhas e absorventes como Hartt, Gonçalves Dias, Washington Luís, José Júlio de Andrade, presidentes, inventores, Ford e Fordlândia, se inquietasse por um pium tão giro que nem eu. (ANDRADE, 1931 apud SOUZA, 1999, p.163).

Em seguida, Andrade passa, no dizer do próprio escritor, a lhe confessar o que é *Macunaíma*. Atribui à obra o caráter de rapsódia, procurando, através de um argumento de autoridade, defender o gênero:

Sabe que os cantadores nordestinos, que são nossos rapsodos atuais, se servem dos mesmos processos dos cantadores da mais histórica antiguidade, da Índia, do Egito, da Palestina, da Grécia, transportam integral e primariamente tudo o que escutam e leem pros seus poemas, se limitando a escolher entre o lido e escutado e a dar ritmo ao que escolhem para que caiba nas cantorias? (ANDRADE, 1931 apud SOUZA, 1999, p.164).

Isso é *Macunaíma*, e “esses sou eu”, afirma o escritor, inaugurando uma concepção extremamente moderna de obra literária que se apresenta como plural, como um espaço onde convivem diferentes vozes, em detrimento de uma visão purista de texto, cuja virgindade constituiria a marca de originalidade e de autoria.

De acordo com Santiago (1978, p.18), a maior contribuição da América Latina para a cultura ocidental é essa destruição sistemática dos conceitos de unidade e pureza, que perdem seu peso esmagador, seu sinal de superioridade cultural, à medida que o trabalho de contaminação dos latino-americanos se afirma, mostra-se mais eficaz: “[...] a América Latina institui seu lugar no mapa da civilização ocidental graças ao movimento de desvio da norma, ativo e destruidor, que transfigura os elementos feitos e imutáveis que os europeus exportavam para o Novo Mundo.” Em alguns trechos, Mário de Andrade assume explicitamente, com tons de ironia, a realização desse movimento de desvio ativo e destruidor:

Copiei, sim, meu querido defensor. O que me espanta e acho sublime de bondade, é os maldizentes se esquecerem de tudo quanto sabem, restringindo a minha cópia a Koch-Grünberg, quando copiei todos. E até o sr., na cena da boiuna. Confesso que copiei, copiei às vezes textualmente. Quer saber mesmo? Não só copiei os etnógrafos e os textos ameríndios, mas ainda, na Carta pras Icamiabas, pus frases inteiras de Rui Barbosa, de Mário Barreto, dos cronistas portugueses coloniais, e devastei a tão preciosa quão solene língua dos colaboradores da Revista de Língua Portuguesa.

[...]

Enfim, *sou obrigado a confessar de uma vez por todas: eu copiei o Brasil, ao menos naquela parte em que me interessava satirizar o Brasil, por meio dele mesmo*. Mas nem a ideia de satirizar é minha pois já vem desde Gregório de Matos, puxa vida! (ANDRADE, 1931 apud SOUZA, 1999, p.164-165, grifo do autor).

Têm-se, assim, materializadas nessa polêmica em torno de *Macunaíma*, duas posições antagônicas a respeito das noções de autoria e de obra literária. Para os “passadistas”, subservientes à cópia dos modelos europeus, a concepção de obra literária fundamenta-se em uma visão purista de texto, cuja virgindade constituiria a marca de originalidade e autoria. Para os modernistas, adeptos de uma postura cultural irreverente e transformadora, a obra literária é concebida como o resultado do mecanismo restaurador de linguagens. Assim sendo, para estes, a noção de autoria ainda estaria resguardada, mas relacionada, não a um sujeito, é verdade, e sim a um domínio de inscrição. Esse é o grande argumento de Mário de Andrade, que termina seu artigo-resposta a Moraes da seguinte maneira: “Só me resta agora o acaso dos Cabrais, que por terem em provável acaso descoberto em provável primeiro lugar o Brasil, o Brasil pertence a Portugal. Meu nome está na capa de *Macunaíma* e ninguém o poderá tirar.” (ANDRADE, 1931 apud SOUZA, 1999, p.165).

Considerações finais

Concluindo a abordagem dessa polêmica nos termos de Mainueneau (2005), diríamos que relação polêmica é apenas um aspecto do funcionamento discursivo, na medida em que, para que um discurso se constitua enquanto tal no campo discursivo em que está inserido, é preciso relegar ao interdito os outros discursos com os quais ele interage no interior deste campo. Nesse sentido, a relação polêmica que se dá entre os discursos acadêmico e modernista nada mais é que a manifestação de uma incompatibilidade radical entre tais discursos. Assim é que aquilo que para os modernistas constitui uma estratégia de superação e de restauração de processos estético-ideológicos, para os “passadistas” constitui plágio e imitação. A cópia só adquire sentido positivo para os acadêmicos, se for pura reprodução dos padrões europeus. Caso contrário, é plágio. A interação

entre estes dois discursos ocorre, portanto, por meio de um processo de interincompreensão, como bem postulou Maingueneau a respeito de qualquer processo de interação discursiva.

MUSSALIM, F. Aspects of discourse semantics of Brazilian Modernism: polemics and inter-incomprehension around the notion of "copy". *Alfa*, São Paulo, v.53, n.1, p.61-75, 2009.

- *ABSTRACT: Based on the concepts of polemics and inter-incomprehension formulated by Dominique Maingueneau in *Gênese dos Discursos* (2005), this paper aims to present an analysis of a debate that was established in the field of Brazilian art during the constitution of Brazilian Modernist movement. Such debate involved modernists and "conservatives" and was basically concerned with the notion of "copy". The present analysis focuses on some articles published by the Brazilian press between 1917 and 1931, period in when the conflicts about modernist art in Brazil were more intense. By means of this approach, the intention here is to demonstrate how the concepts mentioned above can be applied to the treatment of data.*
- *KEYWORDS: Discourse Analysis. Interdiscourse. Polemics. Inter-incomprehension. Brazilian Modernism.*

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Presença, 1974.

ANDRADE, O. A exposição de Anita Malfatti: Jornal do Comércio ("Notas de Arte"), 11/01/1918. In: BATISTA, M. R.; LOPEZ, T. P. A.; LIMA, Y. S de. (Org.). *Brasil: 1º tempo modernista: 1917-1929*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1972. p.50.

CANDIDO, A. Literatura de dois gumes. In: _____. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987. p.163-180.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. Tradução de Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

DEMARQUEZ, H. V. – L. Recortes de Mario de Andrade: IEB, 21/08/1929. In: BATISTA, M. R.; LOPEZ, T. P. A.; LIMA, Y. S de. (Org.). *Brasil: 1º tempo modernista: 1917-1929*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1972. p.355.

ELECTI, P. V. Balelas Futuristas: Gazeta, 22/02/1922. In: BATISTA, M. R.; LOPEZ, T. P. A.; LIMA, Y. S de. (Org.). *Brasil: 1º tempo modernista: – 1917-1929*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1972. p.63.

FERRO, A. Tarsila: catálogo de exposições, 1929. In: BATISTA, M. R.; LOPEZ, T. P. A.; LIMA, Y. S de. (Org.). *Brasil: 1º tempo modernista: 1917-1929*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1972. p.127.

LOBATO, M. A propósito da exposição Malfatti: *O Estado de S.Paulo*, 20/12/1917. In: BATISTA, M. R. LOPEZ, T. P. A.; LIMA, Y. S de. (Org.). *Brasil: 1º tempo modernista: 1917-1929*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1972. p.45.

MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2005.

MILLIET, S. Tarsila do Amaral: *Revista do Brasil*, n.100, abr., 1924. In: BATISTA, M. R.; LOPEZ, T. P. A.; LIMA, Y. S de. (Org.). *Brasil: 1º tempo modernista – 1917-1929*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1972. p.116.

SANTIAGO, S. Apesar de dependente, universal. In: _____. *Vale quanto pesa: a ficção brasileira modernista*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.13-24.

SANTIAGO, S. O entre-lugar do discurso latino-americano. In: _____. *Uma leitura nos trópicos*. São Paulo: Perspectiva, 1978. p.11-28.

SCHWARZ, R. Nacional por subtração. In: _____. *Que horas são?: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p.29-48.

SOUZA, E. M. de. *A pedra mágica do discurso*. 2.ed.rev. e ampl. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.

ZILIO, C. Da antropofagia à tropicália. In: ZILIO, C.; LAFETA J. L., LEITE, L. C. M. *Artes plásticas, literatura*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p.11-56. (O nacional e o popular na cultura brasileira).

Recebido em setembro de 2008.

Aprovado em novembro de 2008.

O DESENVOLVIMENTO DE UMA BASE DE DADOS LÉXICO-CONCEITUAL BILÍNGUE (INGLÊS NORTE-AMERICANO/ PORTUGUÊS BRASILEIRO)

Ariani DI FELIPPO¹

Bento Carlos DIAS-DA-SILVA²

- **RESUMO:** Para os sistemas computacionais que processam línguas naturais, como os de tradução automática, os recursos léxico-conceituais bilíngues ou multilíngues são de extrema importância. Conseqüentemente, o desenvolvimento de tais recursos tem ocupado lugar de centralidade no Processamento Automático das Línguas Naturais (PLN). Para o português do Brasil (PB), os recursos desse tipo ainda são escassos. Neste trabalho, apresenta-se REBECA, uma base de dados léxico-conceitual bilíngue desenvolvida para o par de línguas “inglês americano-PB” (Ingl-PB). Na introdução, contextualiza-se o projeto de desenvolvimento dessa base. Na seqüência, apresentam-se (i) o equacionamento metodológico do projeto, enfatizando as atividades de pesquisa realizadas em cada uma das etapas previstas pela metodologia, (ii) a construção da base com o auxílio do editor de ontologias Protégé-OWL, (iii) as principais características e potencialidades da base REBECA e, por fim, (iv) as possíveis extensões e algumas considerações finais.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Processamento automático de línguas naturais. Base de dados bilíngue inglês-português. Alinhamento léxico-conceitual. Interlíngua estruturada. MultiNet.

Introdução

Em função das aplicações reais para as quais os sistemas de Processamento Automático de Línguas Naturais são escritos, é premente a compilação de recursos lexicais monolíngues e multilíngues que sejam: (i) manipuláveis pelo sistema do qual fazem parte e (ii) linguisticamente motivados (PALMER, 2001; HANKS, 2004). A construção de bases lexicais, principalmente para o inglês (Ingl), como a WordNet de Princeton (WN.Pr) (FELLBAUM, 1998) e a FrameNet (BAKER; FILLMORE; LOWE, 1998), e para as línguas européias, como a EuroWordNet (VOSSEN, 1998) e a MultiWordNet (PIANTA; BENTIVOGLI; GIRARDI, 2002),

¹ UFSCar – Universidade Federal de São Carlos. Centro de Educação e Ciências Humanas. São Carlos – SP – Brasil. 13560-270 – arianidf@uol.com.br.

² UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Departamento de Letras Modernas, Araraquara – SP – Brasil. 14.800-901 – bento@fclar.unesp.br.

confirma a necessidade de recursos que armazenam informações semântico-conceituais das unidades lexicais.

Nesse cenário, destacam-se os recursos multilíngues em que bases monolíngues de línguas distintas estão alinhadas por meio de uma interlíngua. A EuroWordNet e a MultiWordNet são exemplos paradigmáticos desse tipo de recurso.

O alinhamento nessas bases é feito por uma interlíngua não-estruturada, denominada *Inter-lingual-Index* (ILI), e por relações interlinguais rotuladas. Por exemplo, na Figura 1, ilustra-se que o *synset* {finger}³ da WN.Pr está indexado ao ILI {finger} pela relação de equivalência sinonímica *eq_synonym*. Devido a uma diferença léxico-conceitual, o conceito expresso pelo ILI {finger} não é lexicalizado no espanhol; nesse caso, diz-se que há uma lacuna lexical no espanhol. Assim, o *synset*⁴ {dedo} da WordNet espanhola liga-se ao mesmo ILI {finger} pela relação *eq_has_hyponym*. A principal vantagem da interlíngua não-estruturada reside na facilidade de expansão da mesma, pelo acréscimo de conceitos específicos de uma língua (p.ex.: {dedo} do espanhol). A principal desvantagem é o número elevado de *links* entre as unidades lexicais e a interlíngua que as diferenças léxico-conceituais podem causar. Na Figura 1, por exemplo, o *synset* {dedo} liga-se a dois ILIs: {finger} e {toe}.

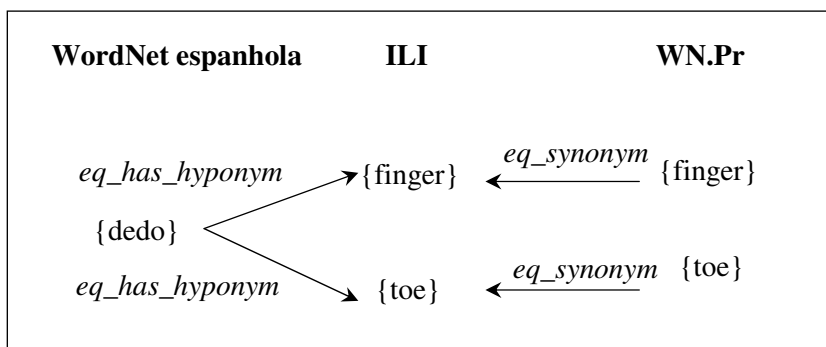


Figura 1 – Indexação léxico-conceitual na EuroWordNet e na MultiWordNet.

Para o português brasileiro (PB), o alinhamento das bases da WordNet.Br (WN.Br) e WN.Pr, que está sendo feito nos moldes da EuroWordNet (DI FELIPPO; DIAS-DAS-SILVA, 2007), resultará no único recurso desse tipo que engloba o PB.

³ Os conceitos, quando codificados em *synsets*, são representados entre parênteses; caso contrário, entre os símbolos <>.

⁴ Construto criado para designar a unidade básica de estruturação da rede, isto é, um conjunto de unidades lexicais sinônimas ou quase-sinônimas que permite ao falante inferir o conceito evocado pelas unidades.

Diante desse cenário, apresenta-se aqui a base bilíngue REBECA, desenvolvida para o par de línguas Ingl-PB. Nessa base, um conjunto de conceitos lexicalizados (isto é, expressos por unidades lexicais) no Ingl está alinhado a um conjunto de conceitos lexicalizados no PB por meio de uma interlíngua estruturada.

Para a apresentação do desenvolvimento da base, apresentam-se os seguintes tópicos na sequência: (i) a concepção de PLN segundo a qual a base REBECA fora construída; (ii) a metodologia adotada para a construção dessa base e as atividades realizadas em cada etapa prevista pela metodologia; (iii) as principais características e potencialidades linguístico-computacionais da base REBECA; (iv) as possíveis extensões para a referida base e (v) algumas considerações finais sobre este trabalho.

Os estudos linguístico-computacionais da linguagem

Os sistemas que processam (interpretam/geram) língua natural (registrada em meio escrito), desenvolvidos no PLN, podem ser vistos, segundo Dias-da-Silva (1996, 2006), como um tipo especial de “sistema especialista”⁵. Isso se baseia no fato de que esses sistemas requerem uma parcela específica do conhecimento humano – o conhecimento linguístico – para realizar tarefas específicas como correção ortográfica, tradução automática, etc.

Em outras palavras, para as pesquisas que adotam a “concepção linguisticamente motivada de PLN”, o computador não poderá satisfatoriamente emular uma língua natural se não conseguir, em alguma medida, compreender o assunto que está em discussão. Logo, é preciso fornecer à máquina descrições e formalizações de dados linguísticos nas dimensões: morfológica, sintática, semântico-conceitual e até mesmo pragmático-discursiva (ROCA, 2000).

Apesar dos sistemas de PLN realizarem satisfatoriamente os passos básicos de processamento da língua, eles não são capazes de “entender” o que os usuários dizem ou fazem (PALMER, 2001). Essa compreensão tem se tornado essencial para alguns sistemas que processam língua, particularmente para aqueles que processam duas ou mais línguas, como os sistemas de “tradução automática”. Para tanto, é notória a necessidade de se tratar o conhecimento de nível semântico-conceitual. No caso, para “entender” ou “interpretar” as expressões linguísticas simples ou complexas (sintagmas e sentenças) de um texto, faz-se necessário o desenvolvimento de recursos bilíngues e multilíngues

⁵ No âmbito da Inteligência Artificial, um sistema especialista (do inglês, *expert system*) é um sistema computacional inteligente, que toma decisões e resolve problemas referentes a um determinado campo de atuação, como finanças e medicina, utilizando conhecimento e regras analíticas definidas por especialistas no assunto (JACKSON, 1990; HAYES-ROTH, 1990; GIARRATAMO; RILEY, 2004). Um sistema de diagnóstico, por exemplo, necessita saber quais as características das doenças a serem diagnosticadas, pois, sem elas, é impossível elaborar um diagnóstico automaticamente.

que armazenam informação semântico-conceitual sobre as unidades lexicais (SAINT-DIZIER; VIEGAS, 1995; PALMER, 2001; HANKS, 2004). Tais recursos para o PB ainda são escassos.

Diante da necessidade de recursos léxico-conceituais e com base na concepção linguisticamente motivada de PLN, fora construída a base REBECA. O desenvolvimento desse recurso, cujos detalhes são fornecidos na seqüência, é visto, então, como um “exercício de engenharia da linguagem humana”.

Metodologia

Para o desenvolvimento da base REBECA, tomou-se por base Dias-da-Silva (1996; 2006), que fornece os passos essenciais para o desenvolvimento de projetos na área do PLN. Para o autor, os sistemas de PLN são vistos como “sistemas especialistas” ou “sistemas baseados em conhecimento” (do inglês, *knowledge-based systems*) (GRISHMAN, 1986). Segundo essa concepção, as pesquisas nesse domínio envolvem uma “engenharia do conhecimento linguístico”. Ao conceber um sistema de PLN dessa forma, Dias-da-Silva propõe que as pesquisas sigam as seguintes etapas, as quais se baseiam em Hayes-Roth (1990): “extração do solo” (isto é, explicitação dos conhecimentos e habilidades linguísticas), “lapidação” (isto é, representação formal desses conhecimentos e habilidades) e “incrustação” (isto é, o programa de computador que codifica essa representação).

A realização de uma pesquisa em PLN fatorada nessas fases ou etapas pressupõe que o corpo de conhecimento necessário à construção desse tipo de empreendimento deve ser investigado em três domínios, a saber: domínio linguístico, domínio linguístico-computacional e domínio computacional (DIAS-DA-SILVA, 1996).

A seguir, apresentam-se as atividades de pesquisa e desenvolvimento da base REBECA organizadas em função dos domínios a que pertencem.

Domínio linguístico

As atividades relativas ao domínio linguístico, em particular, ficaram especialmente concentradas nas atividades de: (i) delimitação do tipo conceitual; (ii) delimitação do domínio conceitual; (iii) compilação dos conceitos que compõem a interlíngua; (iv) identificação dos conceitos lexicalizados e a subsequente montagem da base monolíngue do Ingl; (v) investigação e identificação dos conceitos lexicalizados e a montagem da base monolíngue do PB. A seguir, cada uma dessas etapas é descrita.

Delimitação do tipo conceitual

Nessa etapa, era preciso delimitar quais tipos de conceito seriam armazenados na base (p.ex.: aqueles expressos por nomes, verbos, adjetivos, etc.). Decidiu-se por armazenar apenas os conceitos do tipo “objeto concreto discreto”. Segundo Lyons (1977), os conceitos desse tipo são entidades de primeira ordem e, por isso, intuitivamente categorizam referentes perceptíveis pelos sentidos, localizadas no tempo e no espaço, que são contáveis e indivisíveis. Quanto à expressão linguística, tais conceitos realizam-se por expressões nominais, sejam elas simples, compostas ou complexas. A escolha pelos objetos concretos discretos justifica-se pela sua natureza hierárquica, que torna passível uma sistematização formal desses objetos.

Delimitação do domínio conceitual

Partindo-se do princípio de que os conceitos não estão isolados na mente, mas sim organizados (CRUSE, 2004), delimitou-se o domínio conceitual “veículo com roda” (no inglês, *wheeled vehicle*). A escolha desse domínio não se justifica por questões teóricas, mas sim práticas; no caso: delimitação bem-definida e extensão reduzida.

Compilação dos conceitos constitutivos da interlíngua

O conjunto dos conceitos constitutivos da interlíngua foi manualmente extraído da WN.Pr (2.1). Precisamente, foram selecionados todos os *synsets* organizados sob o *synset* {*wheeled vehicle*}. A escolha da WN.Pr como fonte dos conceitos teve três motivações principais. A primeira diz respeito ao fato de que a WN.Pr, organizada em campos conceituais, engloba o campo “veículos com rodas”. A segunda foi o fato de que a WN.Pr é uma rede semântica e, por isso, seus conceitos/*synsets* podem ser reestruturados em termos do modelo de representação MultiNet, segundo o qual a interlíngua da base REBECA foi formalmente representada. No total, foram obtidos 217 conceitos. Para cada conceito da interlíngua, foi elaborada uma glosa (ou seja, uma definição informal) em PB com base principalmente nos dicionários monolíngues do Ingl (LANDAU, 2001; SUMMERS, 2005).

A identificação dos conceitos lexicalizados e a montagem da base monolíngue do Ingl

Com base nos referidos dicionários monolíngues do Ingl, foi possível identificar que, dos 217 conceitos da interlíngua, 12 não são efetivamente lexicalizados no Ingl (p.ex.: *self-propelled vehicle*; no PB, *veículo autopropulsado*),

ou seja, as expressões linguísticas que compõem os seus respectivos *synsets* não são entradas ou subentradas em tais dicionários. Ressalta-se que a ausência de uma expressão no PB para os 12 conceitos não-lexicalizados (p.ex.: *self-propelled vehicle*; no PB, *veículo autopropulsado*) não caracteriza lacuna lexical. Assim, a base monolíngue do Inglês é composta pelos 205 conceitos da interlíngua que são lexicalizados no Inglês. Tais conceitos são os próprios *synsets* da WN.Pr. Ressalta-se que, para cada unidade lexical constitutiva de um *synset* do Inglês, uma frase-exemplo (isto é, sentença que fornece o contexto de uso mínimo) fora manualmente extraída ou da WN.Pr ou da *Web*. Para a extração da *Web*, utilizou-se o portal WebCorp⁶, que pode ser definido, em linhas gerais, como um conjunto de ferramentas que permite o acesso à *Web* como um *corpus* (ou seja, como uma coleção de textos a partir dos quais fatos sobre a língua podem ser observados e extraídos).

A investigação dos conceitos lexicalizados e a montagem da base monolíngue do PB

Nessa fase, foi preciso investigar e identificar os conceitos pertencentes ao domínio em questão que são lexicalizados no PB. Isso se deve ao fato de que não há uma sistematização desses dados para o PB. Tal identificação teve o Inglês como língua-fonte. Com base na delimitação informal dos conceitos realizada por meio da elaboração de glosas, as unidades do PB foram manualmente identificadas e extraídas, em uma primeira fase, de dicionários bilíngues Inglês-PB (HOUAISS; CARDIM, 1982; WEISZFLOG, 2000). Em uma segunda fase, dicionários monolíngues (WEISZFLOG, 1998; FERREIRA, 2004; HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2001) e de sinônimos (BARBOSA, 2000; FERNANDES, 1997) foram manualmente consultados para a identificação de unidades sinônimas e subsequente montagem dos *synsets*. Em uma terceira etapa, verificou-se manualmente a ocorrência de uso das unidades extraídas dos recursos lexicográficos em *corpora*. Essa verificação foi feita porque, por vezes, as unidades extraídas de tais recursos estão em desuso. Para tanto, foram utilizados os *corpora*: PLN-BR FULL⁷ e textos disponíveis na *Web*. Os textos em PB disponíveis na *Web* foram consultados através do motor de busca Google⁸, lançando-se mão do recurso de restrição das buscas às páginas do Brasil. Dos mesmos *corpora*, foram extraídas as frases-exemplo para as unidades lexicais.

⁶ <http://www.webcorp.org.uk/index.html>

⁷ O PLN-BR FULL é um *corpus* do gênero informativo (e subgênero jornalístico) composto por textos do jornal a Folha de São Paulo, mais especificamente, por textos publicados em apenas um mês de cada ano, no intervalo de 1994 a 2005. No total, o PLN-BR FULL contém aproximadamente 29 milhões de palavras e está disponível para consultas na *webpage* do Philologic (isto é, ferramenta *Web* para buscas, recuperação e análise de *corpora*).

⁸ <http://www.google.com.br/>

Além das unidades lexicais, foram identificados os chamados “sintagmas livres recorrentes” (SLRs) (do inglês, *recurrent free phrases*) do PB (BENTIVOGLI; PIANTA, 2004). Por exemplo, o conceito “caminhão grande destinado ao transporte de cargas pesadas; usualmente sem laterais”, expresso no Inglês por *lorry*, é expresso no PB pelo SLR *caminhão de carga*. De modo geral, os SLRs são combinações livres frequentes e são importantes para o tratamento computacional das “lacunas lexicais”, uma vez que proveem expressões correspondentes para conceitos que não são lexicalizados (BENTIVOGLI; PIANTA, 2004). Os SLRs formam um conjunto próprio, um *phrasets*, sendo que, para cada SLR, uma frase-exemplo também foi selecionada dos referidos *corpora*. Dos 205 conceitos lexicalizados no Inglês que pertencem ao domínio “veículo com roda”, apenas 84 estão lexicalizados no PB, o que equivale aproximadamente a 40,9% do total de conceitos analisados. Dessa forma, nota-se que, no domínio conceitual “veículo com roda”, menos da metade dos conceitos analisados são lexicalizados no PB. Para os demais 121 conceitos (ou 59,1%), o PB apresenta lacunas lexicais, ou seja, o PB não possui unidades lexicais para expressar tais conceitos. Tais dados estão sistematizados na Tabela 1.

Dentre os 84 conceitos lexicalizados no PB e codificados em termos de *synsets*, 11 deles possuem um *phrasets* sinônimo como informação adicional, o que equivale a 13% do total de conceitos que o PB lexicaliza. Os demais 73 (ou 87%) não possuem *phrasets* sinônimo. Dentre as 121 lacunas, observa-se que, em 40 casos, foi possível identificar um *phrasets* que expressa no PB o conceito que é expresso por unidades lexicais no Inglês. Em outras palavras, pode-se dizer que, para 33% das lacunas, foi possível montar um conjunto de SLRs. Para as demais 81 lacunas, não foi possível identificar SLRs correspondentes, o que equivale a 67% do total de lacunas lexicais identificadas no PB. Na Tabela 2, estão descritos alguns exemplos de lacunas no PB. Para dois deles, não foi possível identificar um *phrasets* correspondente.

Tabela 1 – As estatísticas das lexicalizações identificadas no PB.

<i>Descrição</i>	<i>Quant.</i>	<i>Porcentagem</i>
<i>Conceitos lexicalizados no PB (synsets)</i>	84	40,9% (de 205)
<i>com phrasets sinônimo</i>	11	13% (de 84)
<i>Gaps</i>	121	59,1% (de 205)
<i>com phrasets sinônimo</i>	40	33% (de 121)

Tabela 2 – Alguns casos de lacuna no PB.

<i>Conceito</i>	<i>Glosa</i>	<i>Phraset</i>
<i><lorry></i>	“carroça grande e baixa sem laterais”	-
<i><funny wagon></i>	“ambulância usada para transportar pacientes de e para hospitais psiquiátricos”	-
<i><cattle car></i>	“vagão de carga fechado usado para transportar gado”	{vagão gaiola; vagão de gado}
<i><sound truck></i>	“caminhão equipado com alto-falantes, usado para fazer propaganda”	{caminhão de som}

Domínio linguístico-computacional ou representational

Como mencionado, os *synsets* do Ingl e do PB identificados no domínio linguístico foram alinhados em função dos conceitos que expressam. Esse alinhamento foi feito por meio de uma interlíngua estruturada, ou seja, pela formalização dos 217 *synsets* extraídos da WN.Pr. Tal alinhamento, juntamente como a inserção das glosas e frases-exemplo, deu origem à base REBECA.

Assim, nesse domínio, as atividades de pesquisa concentram-se principalmente na escolha do formalismo de representação do conhecimento semântico e, conseqüentemente, na especificação da arquitetura da base de dados.

A arquitetura da base REBECA e sua interlíngua

Para a representação formal dos conceitos da interlíngua, escolheu-se o modelo de representação do conhecimento (RC) denominado MultiNet (HELBIG, 2006) (do inglês, *Multilayered Extended Semantic Networks*).

O paradigma de representação do conhecimento MultiNet

Ao conceber o PLN como uma espécie de “engenharia do conhecimento linguístico”, as atividades nesse domínio podem ser beneficiadas pelas estratégias da Engenharia do Conhecimento. Seguindo essa concepção, adotou-se o modelo de RC MultiNet (HELBIG, 2006), que se baseia na metalinguagem formal das redes semânticas e cujos construtos básicos estão ilustrados na Figura 2.

O MultiNet tem sido empregado principalmente como interlíngua semântica para recuperação de informação na *Web* por meio de interfaces em língua natural (LEVELING, 2004).

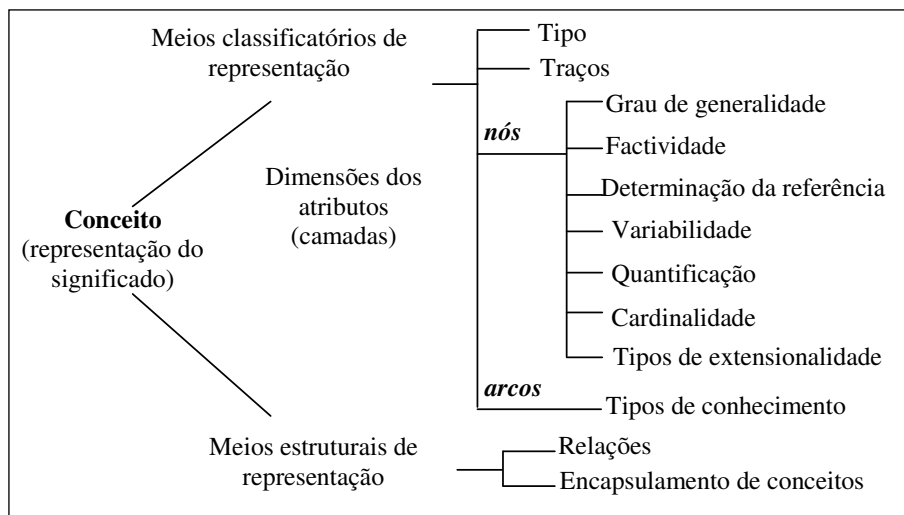


Figura 2 – Os construtos de representação do MultiNet.

A escolha do MultiNet pautou-se principalmente nos critérios de: (i) homogeneidade, isto é, seus meios de representação são capazes de expressar conceitos subjacentes a unidades lexicais, sintagmas e sentenças; e (ii) adequação cognitiva, isto é, todo conceito tem uma representação única por meio da qual toda a informação a ele associada torna-se acessível. Segundo o MultiNet, cada conceito da interlíngua fora representado em função dos construtos da Figura 2, os quais são responsável pela macro e microestruturação da interlíngua.

O MultiNet e a macroestrutura da interlíngua

Tendo em vista a adoção do MultiNet, a interlíngua da base REBECA é, na verdade, uma rede semântica, composta por nós (conceitos) e arcos (relações). Os meios estruturais do MultiNet, ou seja, as relações e o encapsulamento de conceitos, são responsáveis pela macroestrutura da rede. No caso do tipo de conceito escolhido para ser armazenado, a relação SUB (subsunção), responsável pela organização hierárquica, é a mais importante para organizar tais conceitos. Assim, do ponto de vista da macroestrutura, a interlíngua está organizada exclusivamente em função dessa relação.

Além de SUB, os conceitos da interlíngua estão especificados pelas relações PARS (parte-todo) e PURP (propósito), também consideradas fundamentais para

a caracterização do tipo de conceito sob análise. As relações SUB, PARS e PURP de cada conceito da interlíngua também foram extraídas da WN.Pr. Os conceitos relacionados por PARS e PURP, no entanto, não fazem propriamente parte da interlíngua; eles são especificações dos conceitos que constituem a interlíngua.

O encapsulamento de conceitos, por sua vez, garante que o conhecimento estabelecido por um tipo de relação seja adequadamente herdado pelos nós/conceitos mais específicos. Por exemplo, se o conceito codificado pelo *synset* {car, auto, automobile, machine, motorcar} estiver associado a {air bag} através de PARS, os conceitos hipônimos de {car, auto, automobile, machine, motorcar} herdam essa relação. Isso acontece porque a relação PARS é tida como conhecimento prototípico, o qual é herdado por *default* pelos conceitos mais específicos.

O MultiNet e a microestrutura da interlíngua

Os meios classificatórios são responsáveis pela microestrutura da rede, ou seja, pela representação interna de cada nó/conceito. Tais meios dividem-se em: “tipo conceitual”, “traços semânticos” e “atributos multidimensionais”. O tipo conceitual indica a classe mais geral a que o conceito pertence. No caso, os conceitos do domínio “veículo com roda” são do tipo [mov-art-discrete], ou seja, conceitos cujos referentes são objetos do tipo móvel, manufaturado e não contínuo. Assim, todo conceito da interlíngua está associado ao tipo conceitual cujo valor é [mov-art-discrete]. Além dos tipos, o MultiNet conta também com traços (do inglês, *features*), que desempenham papel fundamental na classificação dos objetos e na análise sintático-semântica. Os traços facilitam a formulação de restrições de seleção e da subcategorização dos itens lexicais. No caso, os conceitos do tipo [mov-art-discrete] estão associados aos traços [ARTIF+], [INSTRU+] e [MOVABLE+]. Consequentemente, todo conceito da interlíngua também está associado a esses traços semânticos.

A característica essencial do MultiNet é o conjunto de atributos multidimensionais especificado para os nós e arcos, os quais buscam capturar aspectos extensionais e intensionais do significado das línguas naturais (HELBIG, 2006). Os atributos dos nós são: (a) grau de generalidade (GENER); (b) factividade (FACT); (c) determinação da referência (REFER); (d) variabilidade (VARIA); (e) quantificação (QUANT); (f) cardinalidade (CARD); e (g) extensionalidade (ETYPE). O atributo do arco, em especial, é denominado tipo de conhecimento (K-TYPE). Tais atributos têm vários valores. Como os conceitos que pertencem à interlíngua são tidos como genéricos (p.ex.: <carro>), eles são especificados pelos seguintes pares de atributo-valor: [GENER=ge], [REFER=refer], [VARIA=con] e [FACT=real]. O valor *ge* de GENER indica a natureza genérica do conceito. O valor *refer* de REFER indica que esse tipo de conceito não determina a referência; ele é relacionado a

um elemento prototípico não-especificado. O valor *con* de VARIA indica que esse tipo de conceito não varia no nível pré-extensional⁹. Já o valor *real* de FACT indica que os conceitos em questão fazem referência a objetos reais. Por fim, o tipo de extensionalidade dos conceitos genéricos é geralmente [ETYPE=0], posto que a descrição no nível pré-extensional de um conceito genérico x é um elemento prototípico do conjunto <todos os X>. Quanto ao atributo do arco, ressalta-se que o arco relativo à relação SUB é rotulado por K (do alemão, *Kategorisch*), indicando que o conhecimento é categorial e, por isso, herdado sem nenhuma exceção por todos os subconceitos. Os arcos relativos às relações PARS e PURP são rotulados por D (do inglês, *default knowledge*), indicando que o conhecimento é prototípico e, por isso, herdado como conhecimento padrão.

Na Figura 3, o conceito <cart>¹⁰ (no PB, *carroça*), elemento constitutivo da interlíngua, é representado segundo os pressupostos do MultiNet.

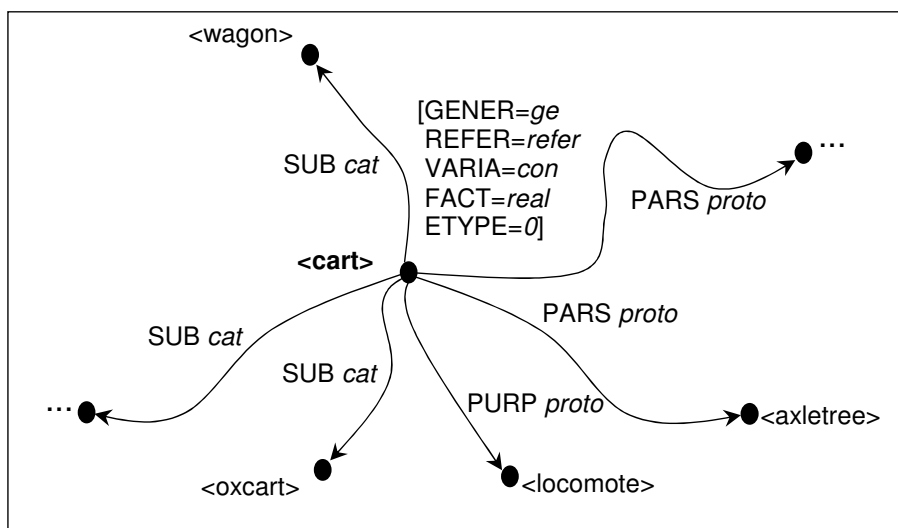


Figura 3 – Representação de um conceito lexicalizado segundo o MultiNet.

Vale ressaltar aqui que, uma vez representados por um modelo de RC (o MultiNet), a interlíngua caracteriza-se como uma “ontologia”, ou seja, “uma especificação formal de uma conceitualização compartilhada” (GRUBER, 1995; BORST, 1997). Nessa definição, “formal” significa que os conceitos estão descritos explicitamente; “conceitualização” significa que uma ontologia fornece uma visão

⁹ O MultiNet distingue dois planos de representação básicos: o “plano intensional” e o “plano pré-extensional”. O primeiro modela as relações entre os conceitos e o segundo modela os conceitos e suas extensões. No plano pré-extensional, são modeladas, por exemplo, a cardinalidade das extensões e as relações entre essas extensões, modeladas pela teoria dos conjuntos.

¹⁰ Vale ressaltar que os rótulos em inglês dos nós (conceitos) da interlíngua são apenas recursos mnemônicos; o rótulo para o conceito <cart>, por exemplo, poderia ser um mero código como C1 (Conceito 1).

simplificada do conhecimento; “compartilhada” significa que a visão simplificada é consensual. Assim, pode-se dizer que a base REBECA utiliza uma ontologia como interlíngua.

As atividades de domínio implementacional

No domínio da implementação, as atividades foram subdivididas em três tarefas bastante distintas.

A primeira, eminentemente computacional, consistiu na escolha de uma ferramenta computacional para a montagem da base de dados. Essa ferramenta desempenhou a função específica de editor, que possibilitou ao linguista inserir e editar as informações da interlíngua e das duas bases monolíngues. A segunda tarefa, essencialmente linguística, concentrou-se na inserção do conhecimento léxico-conceitual no editor, para a qual, aliás, foi preciso realizar certas adaptações dos construtos do editor aos tipos de informação que compõem a base REBECA. A terceira, por fim, também computacional, consistiu na investigação da possibilidade de se gerar uma representação gráfica da base REBECA, que facilitaria, por exemplo, a identificação das diferenças léxico-conceituais entre as línguas em questão.

A seguir, cada uma dessas tarefas é relatada.

A construção da base REBECA no editor Protégé-OWL

Para a construção da base REBECA, utilizou-se um dos editores de ontologia mais difundidos na literatura, o Protégé¹¹. Especificamente, utilizou-se a versão desenvolvida com base na linguagem OWL¹². Esse editor fora escolhido principalmente por sua: (i) interoperabilidade, que busca consentir a compatibilidade com outros sistemas de representação do conhecimento, (ii) usabilidade, que busca garantir a facilidade de uso da ferramenta, e (iii) aplicabilidade, que busca garantir o emprego diversificado das bases por meio da exportação das mesmas em diversos formatos ou linguagens.

Para a utilização do Protégé-OWL, algumas adaptações foram feitas para que as informações especificadas no domínio linguístico pudessem ser adequadamente inseridas. Tais adaptações foram:

¹¹ <http://protege.stanford.edu>

¹² A OWL é a mais recente linguagem desenvolvida pelo *World Wide Web Consortium* (W3C) (<http://www.w3.org/>) para promover a *Web Semântica*, que consiste em uma proposta de estruturação dos documentos da *Web*. Nesse cenário, a OWL foi projetada como anotação-padrão para o conteúdo semântico a ser disponibilizado na *Web*.

- (i) os conceitos da interlíngua/ontologia foram inseridos como “classes”;
- (ii) os demais conceitos, que se vinculam aos da interlíngua pelas relações de PARS e PURP, e os atributos multidimensionais foram inseridos como “propriedades” das classes; mais especificamente, as relações PARS e PURP foram inseridas enquanto ObjectProperty e os atributos multidimensionais enquanto DatatypeProperty;
- (iii) as expressões linguísticas, ou seja, unidades lexicais que compõem os *synsets* do Ingl e do PB e os SLRs que compõem os *phrasets* do PB, foram inseridas como “instâncias” ou “indivíduos” das classes;
- (iv) as glosas foram inseridas como “comentários” das classes (conceitos);
- (v) as frases-exemplo foram inseridas como “comentários” das instâncias (unidades lexicais ou SLRs).

A visualização gráfica da interlíngua e das expressões linguísticas de seus conceitos constitutivos

Na Figura 4, apresenta-se a interface de visualização gráfica do editor Protégé-OWL. Nessa figura, exibem-se um dos 217 conceitos da interlíngua da base REBECA e as expressões linguísticas desse conceito no Ingl e no PB.

Essa exibição é possível devido ao *plug-in*¹³ de visualização TGVizTab, que permite aos usuários visualizar a ontologia de conceitos por meio de representações gráficas dinâmicas e interativas, contribuindo, por conseguinte, para a compreensão da estrutura ontológica, análise das relações, etc. O TGVizTab (do inglês, *TouchGraph Visualisation Tab*) (ALANI, 2003), que equivale a uma aba na interface principal do Protégé-OWL (círculo vermelho da Figura 4), baseia-se na tecnologia denominada TouchGraph, que oferece vários recursos de visualização de uma rede conceitual, como alto grau de interação, rápida renderização¹⁴, visão panorâmica e *zoom*, entre outros¹⁵.

¹³ Pequenos programas de computador que servem normalmente para adicionar funções a outros programas maiores, provendo alguma funcionalidade especial ou muito específica (MICROSOFT PRESS, 1998, p.583). Mais informações sobre os vários *plug-ins* que podem ser associados ao Protégé podem ser encontradas no endereço: <http://protege.stanford.edu/download/plugins.html>

¹⁴ O termo *renderização* pode ser entendido como a produção de uma imagem gráfica a partir de um arquivo de dados em um dispositivo de saída, como um monitor ou impressora (MICROSOFT PRESS, 1998, p.633).

¹⁵ Tais recursos, aliás, têm sido considerados fundamentais para a visualização de redes conceituais extensas. Os recursos do TGVizTab aplicam-se sobre uma visualização que se baseia na técnica denominada *spring-layout*, no qual os nós (classes ou conceitos) se repelem e os arcos ou arestas (relações) atraem os nós (ALANI, 2003). Dessa forma, os nós semanticamente similares ficam dispostos próximos uns aos outros. A tecnologia TouchGraph tem sido empregada em várias aplicações, como o GoogleBrowser, responsável por exibir páginas Web relacionadas, e o AmazonBrowser, responsável por exibir em grafo itens de compra similares, entre outros.

As principais características e potencialidades da base REBECA

De um modo geral, a base REBECA caracteriza-se, nos moldes da EuroWordNet e MultiWordNet, por: (i) armazenar conceitos lexicalizados e, por isso, capturar as lexicalizações e as relações entre as unidades lexicais do PB; (ii) fornecer definições informais para cada conceito da interlíngua e (iii) fornecer uma frase-exemplo para cada unidade lexical de ambas as línguas e para os SLRs do PB. A base REBECA diferencia-se dessas outras bases por (i) utilizar uma interlíngua hierarquicamente estruturada e formal e (ii) englobar apenas conceitos do tipo “objeto concreto discreto” e pertencentes ao domínio dos “veículos com rodas”.

Quanto ao alinhamento, em especial, ressalta-se que a inserção no Protégé-OWL (i) dos conceitos da interlíngua como “classes” hierarquicamente organizadas e (ii) das unidades lexicais (ou *synsets*) do Ingl e do PB e dos SLRs do PB (ou *phrasets*) como “instâncias” das “classes” permitiu que os elementos constitutivos de cada base monolíngue fossem indexados a um único conceito da interlíngua, evitando-se o número excessivo de *links*, característico do uso de uma interlíngua desestruturada. No entanto, a expansão da interlíngua torna-se um pouco mais complicada, pois requer uma reestruturação da mesma. Ressalta-se ainda que, nos casos em que há lacunas no PB, a base REBECA é capaz de fornecer dois tipos de expressões linguísticas alternativas: os SLRs e a(s) unidades lexicais (ou SLRs) que expressam um conceito hiperônimo.

Na Figura 5, por exemplo, observa-se que os conceitos <cabin car> e <baggage car> não são lexicalizados no PB, configurando lacunas lexicais nessa língua (“GAPs”). Nessa Figura, as setas mais espessas, uma pontilhada e outra contínua, indicam os caminhos para a identificação das expressões linguísticas alternativas para essas lacunas. No caso de <baggage car>, é possível, a partir das expressões do Ingl (p.ex.: *baggage car*), chegar ao SLR *vagão bagageiro* do PB por meio da interlíngua, posto que *baggage car* e *vagão bagageiro* são as instâncias das bases monolíngues do Ingl e do PB, respectivamente, que estão indexadas ao mesmo conceito da interlíngua (<baggage car>). No caso de <cabin car>, não há um SLR correspondente no PB. No entanto, devido à estruturação da interlíngua, é possível, a partir das expressões do Ingl (p.ex.: *cabin car*), percorrer a hierarquia conceitual e identificar que, no nível superior, o conceito <railcar> é lexicalizado no PB, expresso especificamente por *carro* e *vagão*.

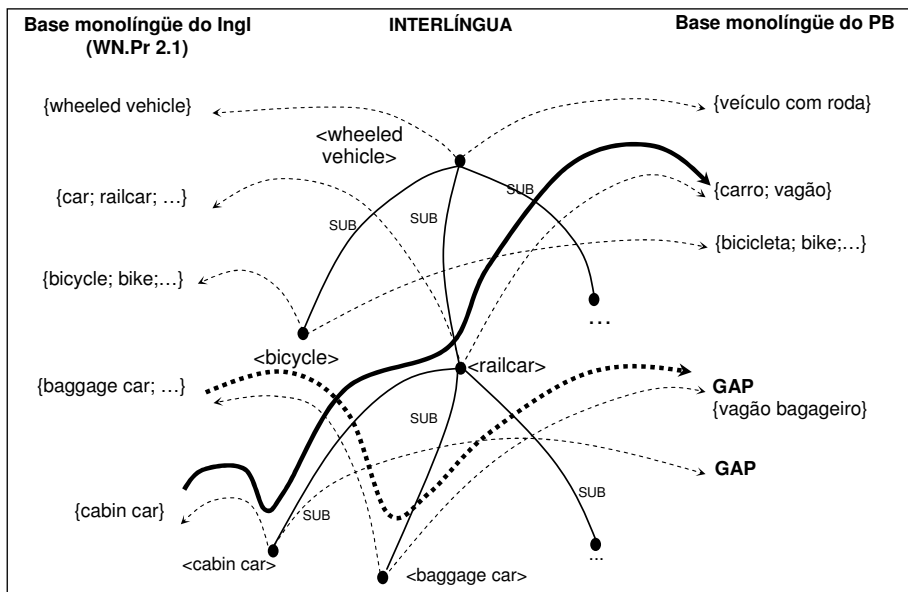


Figura 5 – Os alinhamentos léxico-conceituais na base de dados REBECA.

Dessa forma, sob o ponto de vista linguístico, vê-se que a base REBECA propicia a observação das diferenças nos padrões de lexicalização entre as línguas e no relacionamento léxico-conceitual interno às línguas, pois tais diferenças e relacionamentos ficam evidentes no alinhamento à interlíngua (Figura 5). Conseqüentemente, sob o ponto de vista tecnológico, evidencia-se seu potencial de uso em várias aplicações do PLN, por exemplo, na recuperação de informação multilíngue, pela expansão de unidades lexicais de uma língua a unidades lexicais relacionadas em outra língua via a interlíngua estruturada.

Extensões

Para a ampliação da base REBECA, propõe-se: (i) o refinamento do domínio conceitual “veículo com roda”, (ii) a inclusão dos conceitos “específicos” do PB, e (iii) a inclusão de outros domínios conceituais.

A tarefa (i) pressupõe a identificação de conceitos que ainda não estão armazenados na WN.Pr. Essa identificação poderá consistir na extração de conceitos a partir de *corpora* e poderá ser feita com o auxílio do *plug-in* do Protégé-OWL denominado OntoLT (BUISELLAR, 2004). Tal tarefa poderá contar também com recursos computacionais e lexicográficos do Inglês.

A tarefa (ii) é semelhante à (i) e consistirá na extração de conceitos (e unidades lexicais) lexicalizados especialmente no PB a partir de *corpora*; tal extração

poderá ser feita com o auxílio do *plug-in* OntoLP (RIBEIRO JUNIOR, 2008), que é a adaptação do OntoLT para o tratamento de textos em PB. O OntoLP caracteriza-se pelas tarefas semi-automáticas de extração de unidades lexicais a partir de *corpus* anotado linguisticamente (morfossintaticamente) e identificação de possíveis relações semântico-conceituais entre elas. Para a extração das unidades lexicais e relações semântico-conceituais, o OntoLP utiliza os métodos linguístico (baseado em reconhecimento de padrões léxico-sintáticos) e estatístico (baseado em métricas estatísticas). Uma vez inseridos na interlíngua, o alinhamento do Ingl a esses conceitos específicos no PB poderá resultar na identificação da sua lexicalização ou de lacunas no Ingl.

Quanto à atividade (iii), ressalta-se que a metodologia aplicada na investigação do domínio “veículo com roda” poderá ser empregada na investigação de outros domínios conceituais (p.ex.: o dos recipientes, dos alimentos, etc.). Essa metodologia, que se baseia especialmente em informações extraídas de recursos lexicográficos, poderá ser estendida pela utilização de informações provenientes de corpora, por meio da utilização do OntoLP.

Considerações finais

A construção da base REBECA reflete os primeiros resultados da investigação sobre os padrões de lexicalização (isto é, associação entre um conceito e uma unidade lexical) do Ingl e do PB no âmbito do desenvolvimento de uma base léxico-conceitual bilíngue. É reconhecido que a identificação de tais padrões e o subsequente alinhamento dos conceitos lexicalizados contribui para o tratamento computacional dos problemas causados pelas diferenças léxico-conceituais. Com a extensão da base REBECA, buscar-se-á contribuir diretamente para o tratamento computacional do par de línguas Ingl-PB em aplicações como tradução automática e/ou recuperação de informação multilíngue. Além disso, a pesquisa que resultou na base REBECA busca promover a visão linguisticamente motivada das atividades do PLN e, conseqüentemente, fortalecer o trabalho colaborativo entre cientistas e engenheiros da linguagem.

Agradecimentos

Ao CNPq, pelo financiamento da pesquisa da qual este trabalho é parte.

DI FELIPPO, A.; DIAS-DA-SILVA, B. C. The development of a bilingual (North-American English and Brazilian Portuguese) lexical-conceptual database. *Alfa*, São Paulo, v.53, n.1, p.77-97, 2009.

- *ABSTRACT: The natural languages processing in some applications (e.g. machine*

translation) requires bilingual or multilingual lexical-conceptual resources. Accordingly, one of the main issues of Natural Language Processing research has been the development of such resources. In particular, there are few resources of this kind available for Brazilian Portuguese (BP). In this scenario, this paper presents REBECA, a bilingual lexical-conceptual database for BP and (North-American) English. Accordingly, after contextualizing the project, it is presented (i) the natural language processing framework in which the database is couched, (ii) the methodology that has been applied to the development of REBECA, (iii) the construction of REBECA itself with the help of the Protégé-OWL ontology editor, and (iv) the main features and potentialities of REBECA. Finally, we sketch some future work and present the final considerations.

- **KEYWORDS:** *Natural language processing. Bilingual database. Lexical-conceptual alignment. Structured Interlingua. MultiNet.*

REFERÊNCIAS

ALANI, H. *TGVizTab*: an ontology visualisation extension for Protégé. In: WORKSHOP ON VISUALIZATION INFORMATION IN KNOWLEDGE ENGINEERING, 2., 2003, Sanibel Island. *Proceedings...* Sanibel Island: VIKE, 2003. p.01-06.

BAKER, C. F.; FILLMORE, C. J.; LOWE, J. B. The Berkeley FrameNet project. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON COMPUTATIONAL LINGUISTICS, 17., 1998, Montreal. *Proceedings...* Montreal: COLING/ACL, 1998. p.86-90.

BARBOSA, O. *Grande dicionário de sinônimos e antônimos*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

BENTIVOGLI, L.; PIANTA, E. Extending wordnet with syntagmatic information. In: GLOBAL WORDNET CONFERENCE, 2., 2004, Brno. *Proceedings...* Brno: Association Masaryk University, [2004]. p.47-53.

BORST, W. N. *Construction of engineering ontologies for knowledge sharing and reuse*. 1997. 227f. Thesis (Doctor) – Universiteit Twente, Enschede, 1997. Disponível em: <<http://www.ub.utwente.nl/webdocs/inf/1/t0000004.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2006.

BUITELLAR, A. et al. A Protégé plug-in for ontology extraction from text based on linguistic analysis. In: EUROPEAN SEMANTIC WEB SYMPOSIUM, 1., 2004, Heraklion. *Proceedings...* Heraklion: ESWS, [2004]. p.31-44.

CRUSE, A. *Meaning in language: an introduction to semantics and pragmatics*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

DI FELIPPO, A.; DIAS-DA-SILVA, B. C. Towards an Automatic Strategy for Acquiring the WordNet.Br Hierarchical Relations. In: WORKSHOP IN INFORMATION AND HUMAN LANGUAGE TECHNOLOGY, 5., 2007, Rio de Janeiro. *Proceedings...*

Rio de Janeiro: TIL, [2007].

DIAS-DA-SILVA, B. C. O estudo linguístico-computacional da linguagem. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v.41, n.2, p.103-138, 2006.

_____. *A face tecnológica dos estudos da linguagem: o processamento automático das línguas naturais*. 1996. 272f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1996.

FELLBAUM, C (Ed.). *WordNet: an electronic lexical database*. Cambridge: MIT Press, 1998.

FERNANDES, F. *Dicionário de sinônimos e antônimos da língua portuguesa*. São Paulo: Globo, 1997.

FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário eletrônico Aurélio da língua portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2004. 1 CD-ROM.

GIARRATANO, J. C.; RILEY, G. D. *Expert systems: principles and programming*. Boston: Course Technology, 2004.

GRISHMAN, R. *Computational linguistics: an introduction*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

GRUBER, T. Toward principles for the design of ontologies used for knowledge sharing. *International Journal Human-Computer Studies*, New York, v.43, n.5-6, p.907-928, 1995.

HANKS, P. Lexicography. In: MITKOV, R. (Ed.). *The Oxford handbook of computational linguistics*. Oxford: Oxford University Press, 2004. p. 48-69.

HAYES-ROTH, F. Expert systems. In: SHAPIRO, E. S. C. (Ed.). *Encyclopedia of artificial intelligence*. New York: J. Wiley & Sons, 1990. p. 287-298.

HELBIG, H. *Knowledge representation and the semantics of natural language*. Berlin: Springer-Verlag, 2006.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S.; FRANCO, F. M. de M. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 1 CD-ROM.

HOUAISS, A.; CARDIM, I. (Org.). *Dicionário eletrônico Webster's inglês-português: português-inglês*. Rio de Janeiro: Record, 1982. 1 CD-ROM

JACKSON, P. *Introduction to expert systems*. Wokingham: Addison-Wesley, 1990.

LANDAU, S. I. *Cambridge dictionary of American English*. Cambridge: Cambridge University Press; 2001.

LEVELING, J. Feedback mechanisms for a natural language interface: an application of the critic paradigm. In: RECHERCHE D'INFORMATION ASSISTEE PAR ORDINATEUR – COMPUTER ASSISTED INFORMATION RETRIEVAL, 7., 2004, Avignon. *Proceedings...* Avignon: Le Centre de Hautes Etudes Internationales d'informatique Documentaire, [2004]. p.431-446.

LYONS, J. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977. v.2.

MICROSOFT PRESS. *Microsoft press dicionário de informática*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

PALMER, M. Multilingual resources, multilingual information management: current levels and future abilities. *Linguistica Computazionale*, Piza, v.14-15, p.1-33, 2001.

PIANTA, E.; BENTIVOGLI, L.; GIRARDI, C. MultiWordNet: developing an aligned multilingual database. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON GLOBAL WORDNET, 1., 2002, Mysore. *Proceedings...* Mysore: The Central Institute of Indian Languages, [2002]. p.22-25.

RIBEIRO JUNIOR, L. C. *OntoLP*: construção semi-automática de ontologias a partir de textos da Língua Portuguesa. 2008. 131f. Dissertação (Mestrado em Computação Aplicada) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

ROCA, S. C. Individuación e información parte-todo. Representación para el procesamiento computacional del lenguaje. *Estudios de Lingüística Española*, Madrid, v.8, 2000. Disponível em: <<http://elies.rediris.es/elies8/>>. Acesso em: 10 jun. 2005.

SAINT-DIZIER, P.; VIEGAS, E. *Computational lexical semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

SUMMERS, D. (Ed.). *Longman dictionary of contemporary English*. Essex: Longman, 2005. Disponível em: <<http://www.ldoceonline.com/>>. Acesso em: 28 maio 2008.

VOSEN, P. Introduction to EuroWordNet. *Computers and the Humanities*, Flushing, v.32, n.2-3, p.73-89, 1998.

WEISZFLOG, W. *Michaelis*: moderno dicionário da Língua Portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 1998. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>>. Acesso em: 20 maio 2008.

WEISZFLOG, W. *Michaelis*: moderno dicionário inglês (inglês-português/português-inglês). São Paulo: Melhoramentos, 2000. Disponível em <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/ingles/index.php>>. Acesso em: 10 abr. 2008.

Recebido em setembro de 2008.

Aprovado em novembro de 2008.

“DESVIO DE LINGUAGEM”: DESCAMINHO CIENTÍFICO

Márcio THAMOS¹

- RESUMO: Embora seja uma ideia muito divulgada, considerar a poesia como “desvio de linguagem” é, do ponto de vista teórico, uma noção que não se sustenta. A ideia de “anomalia”, nesse caso, não é, na verdade, um conceito cientificamente embasado senão uma metáfora do senso-comum aceita de modo denotado. As análises que admitem a “anormalidade” da fala poética como um postulado carecem de rigor metodológico e, portanto, não podem ser acolhidas pela linguística.
- PALAVRAS-CHAVE: Desvio de linguagem. Linguagem científica. Linguagem poética. Norma da língua. Função poética.

O princípio fundador da Linguística moderna, do qual todos os demais decorrem, é a dicotomia *língua/fala*, reconhecida por Ferdinand de Saussure (2003, p.26), que, para explicitá-la de maneira mais ou menos didática, diz o seguinte: “Pode-se comparar a língua a uma sinfonia, cuja realidade independe da maneira por que é executada.” A língua é assim entendida como uma rede de relações, distinta de toda realização prática de suas possibilidades. Em outras palavras, “a língua é uma forma e não uma substância.” (SAUSSURE, 2003, p.141).

A língua, como puro sistema de significação, é essencialmente uma forma. Mas a fala não se sustenta somente como substância, pois, abstraída da língua ela não teria qualquer poder expressivo, o que seria um contra-senso. Como afirma Louis Hjelmslev (1975, p.55), “[...] a substância depende exclusivamente da forma” e “não se pode, em sentido algum, atribuir-lhe uma existência independente.” A fala é, por assim dizer, uma substância enformada. Toda fala pressupõe uma língua, da qual depende, e um único signo tem o poder de evocar formalmente todo o sistema do qual faz parte. É só através da língua que se compreende a fala. Qualquer fala. A diversidade dos discursos não deve induzir a se pensar em subsistemas linguísticos. Uma língua permite muitas falas, ou tipos de fala, e, por mais variadas que possam ser, têm como forma sempre essa mesma língua.

¹ UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Departamento de Linguística. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 – marciothamos@uol.com.br.

O conceito de linguagem relaciona língua e fala. Quando se diz “linguagem poética” ou “linguagem científica”, por exemplo, não se deve deixar de ter em mente que há uma língua comum a essas linguagens. O que lhes dá especificidade é a fala. É assim que se poderia dizer, ao invés de e com mais propriedade, fala poética ou fala científica. A distinção entre língua e fala, base dos estudos linguísticos introduzidos por Saussure, talvez venha a ser superada no curso natural de desenvolvimento que segue a Semiótica. Contudo, não parece que já estejamos perto disso. Enquanto questões mais intrincadas, advindas da observação desse primeiro princípio estabelecido no *Curso de Linguística Geral*, vão tomando contorno e se esclarecendo, outras, bem mais simples, às vezes se obscurecem injustificadamente.

Das estranhas ideias que se acabam infiltrando nos estudos linguísticos, uma é, sem dúvida, a de anormalidade da linguagem artística. Vários termos são usados para assim caracterizá-la. Com respeito a eles, eis como se pronuncia o grupo μ :

Parmi les équivalents proposés, souvent innocemment, on relève encore abus (Valéry), viol (J. Cohen), scandale (R. Barthes), anomalie (T. Todorov), folie (Aragon), déviation (L. Spitzer), subversion (J. Peytard), infraction (M. Thiry), etc., tous termes ayant de fortes connotations morales, voire politiques, et l'on comprend que d'aucuns aient réagi contre ce vocabulaire, qui pourrait ramener en somme à la théorie, fort en vogue au XIX^e siècle, de l'art comme phénomène pathologique. (DUBOIS, J. et al., 1970, p.16)².

A noção de poesia como desvio de linguagem, amplamente difundida, tem um clássico defensor no Jean Cohen das *Estruturas da linguagem poética*. Nesse livro, ao procurar justificar seu método, o autor diz: “O fato inicial em que se baseará nossa análise é que o poeta não fala como todo mundo. Sua linguagem é anormal, e tal anormalidade confere-lhe um estilo.” (COHEN, 1974, p. 16). A primeira parte da assertiva é indiscutível: há algo específico na fala do poeta que a torna diferente das demais. Contudo, qualificá-la como “anormal”, antes mesmo de qualquer conclusão que advenha da análise, é um procedimento, no mínimo, tendencioso. Note-se que a “anormalidade” da fala poética é tomada aí como um postulado, isto é, um preceito reconhecido sem prévia demonstração. A análise que parte de tal base dificilmente poderia deixar de concluir que a poesia “[...] caracteriza-se pela sua negatividade, já que cada um dos processos ou ‘figuras’ que constituem a linguagem poética em sua especificidade é uma maneira, diferente segundo os níveis, de violar o código da linguagem normal.” (COHEN, 1974, p. 161).

² Não obstante, três páginas à frente, os autores, sem se dar conta, acabam por engrossar a lista dos termos que condenam, ao empregar a expressão “*distorsion du langage*” para caracterizar a poesia, o que demonstra quão arraigada está tal ideia.

Eis a questão que precisa ser revista do ponto de vista metodológico: a ideia de “anomalia”, nesse caso, não é, de maneira nenhuma, um conceito cientificamente embasado, sendo antes, na verdade, uma metáfora do senso-comum aceita *a priori* – e de modo denotado. Não há problema em que se traduza em termos de certo estranhamento a impressão causada por um texto poético (de fato, é próprio da poesia arrebatá-los de uma condição mental, por assim dizer, mais ordinária e mundana). Contudo, é preciso perceber aí o sentido figurado da expressão para não transformá-lo arbitrariamente em pressuposto indutivo.

As análises estatísticas, em geral, gozam de grande prestígio, pelo caráter científico que, em princípio, a leitura de dados objetivos lhes confere. Nada contra tais análises. Mas, antes de acatar as conclusões que elas sugerem, é preciso que se lhes reconheça a correção dos critérios. Se é verdade que o poeta não fala como todo mundo, é menos certo que nem todo mundo fala como o cientista ou o pesquisador acadêmico? Pois bem, a teoria que considera a poesia como “desvio” ou “impertinência” de linguagem refere-se convictamente “à prosa científica como a norma da língua” (COHEN, 1974, p.152). Segundo o próprio autor, “A noção de ‘desvio’ é uma noção complexa e variável, que não se pode manejar sem precaução”. Por isso, diz ele, “[...] esforçamo-nos sempre por estabelecer primeiro a norma a partir de uma base positiva, pedindo à linguagem escrita dos cientistas que sirva de referência.” (COHEN, 1974, p.158). Daí as análises de Jean Cohen partirem sempre de comparações entre textos científicos e textos artísticos. No caso, entenda-se bem, trata-se do cotejo estilístico entre teses acadêmicas e obras poéticas.

A inadequação do método adotado para demonstrar a suposta anormalidade da linguagem poética revela-se por inteiro na escolha de um “modelo de fala” arbitrariamente eleito para a análise, pois, se “normal” é aquilo que se tem por comum, ordinário, habitual, é um erro evidente tomar a linguagem científica, a fala do homem de ciência, como referência. Sabe-se que, a fim de se fazer inequívoco ou, seria melhor dizer, a fim de provocar um efeito de sentido de “precisão” ou de “seriedade acadêmica”, o discurso científico assume como regra procedimentos que não são típicos de outros contextos e procura deliberadamente desfazer certas figuras de linguagem que, entretanto, ocorrem de modo frequente e espontâneo na fala cotidiana³. Além do mais, o discurso acadêmico, em geral, está eivado de jargão científico, isto é, uma espécie de gíria profissional. Ora, de tal perspectiva, o estilo científico em si mesmo não deixaria de configurar um desvio de linguagem. Se há uma norma aceitável da língua, ela se encontra na linguagem ordinária, na fala média do dia-a-dia, ou seja, na língua em sua expressão coloquial, por ser a mais amplamente divulgada e compreendida. Em

³ Basta aqui lembrar a atenção constante exigida na adoção neutral da 3ª pessoa singular bem como o esforço de objetividade que rejeita tantas vezes a admissão de uma metáfora num texto de caráter científico.

que pese a dificuldade de defini-la, é lícito admiti-la teoricamente. Denotação e conotação, conceitos que levam a situar o discurso científico num ponto oposto ao da poesia, não revelam diferenças essenciais, mas tão-somente estilísticas, no seio da linguagem⁴. A fala coloquial é, por natureza, a que se situa no ponto médio e, conseqüentemente, a que deve servir de referência a todos os outros tipos de fala.

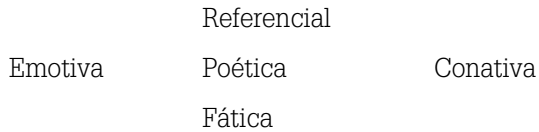
K. Bühler, observando os três fatores fundamentais da comunicação humana, o remetente (primeira pessoa), o referente (terceira pessoa) e o destinatário (segunda pessoa), postulava três funções básicas da linguagem que a eles correspondem; respectivamente, a emotiva (centrada em quem fala), a referencial (enfocando aquilo de que se fala), e a conativa (voltada a quem se fala). A partir desse modelo tradicional, Roman Jakobson (1973), em seu ensaio “Linguística e Poética”, fez observarem-se três outros fatores da comunicação verbal: o contato (ou canal), o código (isto é, a própria língua) e a mensagem (o texto em si mesmo considerado), aos quais correspondem as respectivas funções da linguagem: a fática, reconhecível em enunciados de pouca carga informativa, do tipo “Alô, você está-me ouvindo?”, que serviria apenas para testar o canal, ou em frases reticentes como, num esboço de diálogo, “— Tudo bem? / — Tudo bem. / — Pois é, tudo bem... Será que vai chover?”, cujo objetivo precípua seria tão-somente manter o contato; a metalinguística, quando a linguagem volta-se para si mesma, procurando-se traduzir, de que o dicionário de uso é o maior exemplo; e a poética, que evidencia a preocupação com o arranjo dos elementos na construção da mensagem, chamando a atenção para esta.

Desse modo, completando o modelo de Bühler, Jakobson (1973, p.123) apresenta o seguinte esquema para os seis fatores envolvidos na comunicação verbal:



E o esquema correspondente das funções da linguagem (JAKOBSON, 1973, p.129):

⁴ A respeito, veja-se o texto de Alceu Dias Lima (1992a) “Denotação e conotação”.



Metalinguística

Os seis fatores estão presentes em todo ato de comunicação linguística, e, de acordo com a função dominante que em cada um se verifique, o enunciado será caracterizado como emotivo, referencial, conativo, fático, metalinguístico ou poético, ressaltando-se assim seu pendor para o remetente, o referente, o destinatário, o contato, o código ou a mensagem. De acordo com o próprio Roman Jakobson (1973, p.123), “[a] diversidade reside não no monopólio de alguma dessas diversas funções, mas numa diferente ordem hierárquica de funções. A estrutura verbal de uma mensagem depende basicamente da função predominante”.

Não se imagina dizer que um enunciado em que se destaque a função fática, ou a metalinguística, por exemplo, seja um “desvio de linguagem”. Por que razão se haveria de considerar como tal um enunciado em que seja dada ênfase à mensagem, isto é, em que predomine a função poética? A poesia é uma fala. Por suas características próprias, difere naturalmente das demais. Isso, no entanto, não permite qualificá-la como desvio de linguagem, pois, nesse caso, seria impossível manter qualquer coerência do ponto de vista da análise estilística, uma vez que, havendo de ordinário uma ou outra função dominante em cada ato de comunicação verbal, todos, sem exceção, deveriam ser classificados como desvios, já que também possuem qualidades expressivas peculiares, como consequência do destaque então conferido a determinado fator da linguagem.

Não se trata aqui de condenar retoricamente o termo desvio pela negatividade com que define a poesia, mas, antes, de fazer notar que ele induz a exageros classificatórios e, por conseguinte, a análises duvidosas. Empregadas em sentido metafórico, expressões desse tipo não representam em si mesmas qualquer problema e são, sem dúvida, legítimas do ponto de vista do uso tradicional. No entanto, no momento em que se quer transformá-las em conceitos linguísticos, conferindo-lhes caráter científico com base nos preceitos metodológicos aqui apontados, desvia-se de fato da justa apreciação da questão. A noção de anormalidade, elevada à categoria de conceito operante da teoria poética, leva à ideia de compartimentação estanque da linguagem – sempre una em si mesma – em linguagens, como se as diversas falas, ou textos, produzidos numa única língua formassem subsistemas ou grupos mais ou menos autônomos que chegam

a se opor radicalmente. Um entendimento mais razoável da questão poderia ser esquematicamente assim representado, figurando-se a linguagem como uma linha una e indivisível:

língua

fala científica *(fala ensaística)* *fala coloquial* *(fala prosística)* *fala poética*

Uma noção simples e útil nesse caso é a que reconhece o texto literário como predominantemente narrativo ou descritivo e o texto científico como predominantemente dissertativo. Aquele tendendo, pois, à expressão concreta ou figurativa, este, à expressão temática, abstrata; aquele buscando a todo instante a conotação, este, insistindo a todo custo na denotação. Interpolando-se naturalmente os gêneros e tipos de discurso na prática enunciativa, uma língua possibilita a estruturação de muitas falas, pois a linguagem percorre a todo instante caminhos variados (nas esquinas e encruzilhadas que eles formam, a poesia costuma se postar sedutora à espera de uma carona).

A poesia não se processa no silêncio de invioláveis castelos de cristal, protegida de todo contágio social. Ela é viva, pertence à língua e se integra à linguagem como um todo. Expressões como “um trabalho de fôlego”, “um serviço puxado”, “uma vida mansa”, “o sol nascente”, “a lua cheia”, “cachorro louco”, “contornar um problema”, “encerrar uma questão”, “destacar-se (numa atividade)”, “fechar um contrato”, “quebrar um galho”, “despertar o interesse” são exemplos da inesgotável potência lúdica que a fala coloquial com toda a naturalidade carrega em si – justamente o que caracteriza a fala poética.

E quem duvidará de que, mesmo no discurso científico, se possam encontrar procedimentos essencialmente poéticos? Quem suporta manter um discurso denotativo sem permitir que, em algum momento, recursos da expressão figurada venham, de modo sorrateiro, nele se instalar? Deve-se observar, com Johan Huizinga (1996, p.7), que “Por detrás de toda expressão abstrata se oculta uma metáfora, e toda metáfora é jogo de palavras”, pois a linguagem, como vívida expressão do espírito humano, jamais deixa de trazer em seu bojo o componente lúdico típico da cultura. A Botânica, por exemplo, define “mata ciliar” como “mata que margeia rio, riacho ou córrego”⁵, mas não se pode deixar de ver nessa expressão, técnica em princípio, a imagem poeticamente construída pela analogia com o olho humano. Pode-se sempre levantar o argumento de que se trata de catacrese, isto é, o emprego de um termo figurado, na falta de um termo próprio; mas, nesse caso, à pobreza imaginativa que recusa a expressão “mata

⁵ Cf. o verbete “galeria”, no *Novo Dicionário Aurélio da língua portuguesa* (FERREIRA, 1997).

ribeirinha”, por inconveniente teor popular, não deixaria de ocorrer solução mais sofisticadamente adequada como, talvez, “mata justafluvial”. Melhor ainda seria apropriar-se de um exemplo como “capilaridade”⁶, este sim correspondendo a uma ideia que se presume inicialmente abstrata (pelo emprego do sufixo *-idade*). “Capilaridade” em anatomia, por exemplo, refere-se à qualidade do “vaso sanguíneo, de diâmetro muito reduzido, que interliga as arteríolas e as vênulas”⁷. Por força do contexto em que se emprega, facilmente se esquece a simplicidade com que se cunhou primeiro o termo: em bom português, para a compreensão geral, basta dizer que “capilaridade” designa a qualidade daquilo que é tão fino quanto um fio de cabelo. Vê-se que a necessidade de expressão do cientista não é assim tão radicalmente oposta à do poeta; fato que se compreende com tranquilidade, uma vez que se entenda, como entende Alceu Dias Lima (1992b, p.70), que “a única língua compatível com a sabedoria e com o homem é a da poesia.”

THAMOS, M. Language deviation: a scientific sidetrack. *Alfa*, São Paulo, v.53, n.1, p.99-106, 2009.

- *ABSTRACT: From a theoretical standpoint, despite of being widespread, the idea of poetry as “abnormal language” is unacceptable. In fact, such a notion of “anomaly” rather than being a scientific concept is a denotative-understood metaphor, for it is inadequately based on common sense. The analyses that assume poetical speech as deviation lack methodological rigor and should not, therefore, be accepted by linguists.*
- *KEYWORDS: Language deviation. Scientific language. Poetic language. Standard language. Poetic function.*

REFERÊNCIAS

COHEN, J. *Estrutura da linguagem poética*. Tradução de A. Lorencini e A. Arnichand. São Paulo: Cultrix, 1974.

HJELMSLEV, L. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. Tradução de J. Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 1975.

FERREIRA, A. B. de H. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

HUIZINGA, J. *Homo ludens: o jogo como elemento da cultura*. 4.ed. Tradução de João Paulo Monteiro. São Paulo: Perspectiva, 1996.

JAKOBSON, R. Lingüística e poética. In: _____. *Lingüística e comunicação*.

⁶ Apresentado pelo Prof. Dr. Alceu Dias Lima, em seu curso de pós-graduação “A forma da fábula”, na FCL da UNESP/CAr, em 1996.

⁷ Cf. o verbete “capilar”, no *Novo Dicionário Aurélio da língua portuguesa* (FERREIRA, 1997).

6.ed. Tradução de Isidoro Blikstein e Jose Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1973. p.118-162.

DUBOIS, J. et al. *Rhétorique générale*. Paris: Larousse, 1970.

LIMA, A. D. Denotação e conotação. In: LIMA, A. D. et al. *Latim: da fala à língua*. Araraquara: UNESP-FCL, 1992a. p.89-94.

LIMA, A. D. O golpe do latim. In: LIMA, A. D. et al. *Latim: da fala à língua*. Araraquara: UNESP-FCL, 1992b. p.67-70.

SAUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral*. 25.ed. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2003.

Recebido em abril de 2008.

Aprovado em agosto de 2008.

A FILOLOGIA SAUSSURIANA: DEBATES CONTEMPORÂNEOS

Marcio Alexandre CRUZ¹

- **RESUMO:** Parece que uma determinada representação de Saussure se desfaz sob nossos olhos atualmente, e não é sem um certo embaraço que continuamos a veicular a imagem de um Saussure estruturalista, que teria fundado a ciência linguística ao delimitar seu objeto, a língua – oposta à fala – e que deve ser estudada nela mesma e por ela mesma. Mas a que atribuir essa mudança de representação a que se assiste hoje em torno da figura de Saussure? Certamente à descoberta dos manuscritos do autor, dirão alguns, em particular os filólogos dos textos saussurianos. Essa posição não é, contudo, unânime, e divergências advindas do interior da própria filologia podem ser observadas. É precisamente dessas divergências de que nos ocuparemos aqui. Analisaremos pelo menos duas posições contrastantes relativas a essa problemática, mais exatamente, a posição de Simon Bouquet e a de Rudolf Engler. Trata-se de um estudo em perspectiva histórica. Assim, procuraremos aqui reconstituir o contexto de emergência da filologia saussuriana, recuperando suas motivações iniciais e as formas que ela tomou ao longo do século XX, o que permitirá melhor compreender a problemática que ora levantamos.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Estudos saussurianos. História das ideias linguísticas. Saussurianismo. Saussure. Filologia saussuriana.

Introdução

Parece que uma certa representação de Saussure está se desfazendo sob nossos olhos atualmente, e não é sem um certo embaraço que continuamos a veicular nos cursos de introdução à linguística a imagem de um Saussure estruturalista, que teria fundado a ciência linguística ao delimitar seu objeto, a língua, oposta à fala e definida como um sistema de signos que deve ser estudado nele mesmo e por ele mesmo, abstração feita de toda historicidade ou subjetividade. Afinal, sabe-se hoje que para Saussure a língua não existe independentemente dos sujeitos. Segundo o próprio autor, “[...] a língua não é uma entidade e não existe senão nos sujeitos falantes.” Ela não existe tampouco fora do fato social: “apenas o fato social pode criar um sistema linguístico.” Ainda, não se trata de pensar a língua como um sistema imutável: “[...] a imobilidade absoluta não existindo em matéria de linguagem, no fim de um certo lapso de tempo a língua não será mais

¹ FUNDEPES – Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas. Centro – Maceió – AL – Brasil – 57020-030 – marcioalexandreacruz@hotmail.com

idêntica a si mesma”. Para Saussure, “[...] uma língua é radicalmente incapaz de se defender contra os fatores que deslocam de instante em instante a relação do significado e do significante.” Assim, “[...] o homem que pretendesse criar uma língua imutável [...] se pareceria com a galinha que chocou um ovo de pata: a língua criada por ele seria arrastada quer ele quisesse ou não pela corrente que leva toda língua”. Poderíamos multiplicar as citações.

A tentação é grande de atribuir essa mudança de representação hoje em marcha à descoberta das fontes manuscritas de Saussure. De fato, as críticas que lhe foram endereçadas visavam unicamente o *Curso de linguística geral*, redigido por Charles Bally e Albert Sechehayé. Essa obra, segundo François Rastier (2003, p.25), não ilustra “de modo algum” o pensamento de Saussure. Na opinião de Simon Bouquet (2003, p.11), trata-se aí de uma “herança atrasada”: “[...] o pensamento de Saussure teria sido conhecido, reconhecido, interpretado, criticado, em uma palavra, *assimilado* pela história das ideias, muito antes de serem descoberto em seus textos originais.” Segundo ele, esses textos foram “[...] apagados como os de um palimpsesto sob as linhas do livro de 1916”, de modo que “[...] é somente no século XXI que eles se tornam acessíveis, ao mesmo tempo legíveis em sua continuidade e auxiliados pela filologia necessária.” (BOUQUET, 2003, p.12). Portanto, seria tempo de ler Saussure.

O projeto que se delineia a partir daí visa à reconstituição do seu pensamento, desta vez do suposto verdadeiro porque a partir das fontes manuscritas do autor. Se tal reconstituição pode ser interessante hoje, é que as ideias de Saussure são consoantes, segundo Bouquet (1999), com os desenvolvimentos atuais da linguística: se o século XX foi o século das teorias linguísticas fundadas numa abordagem “lógico-gramatical”, isto é, uma abordagem “fregeana”, em que “se analisa a composicionalidade atômica do sentido”, hoje a linguística parece rearticular essa abordagem a outra tradição das ciências da linguagem, isto é, à tradição “retórico-hermenêutica”, “não-fregeana”, em que “[...] se *interpreta* o agenciamento dos átomos de sentidos a partir de outras bases que sua composicionalidade.” (BOUQUET, 1999, grifo do autor). Na opinião de Bouquet, Saussure é o teórico não somente da dimensão lógico-gramatical, mas da dimensão retórico-hermenêutica também: “[...] se a teoria saussuriana do signo trata, de fato, de um signo composicional [...] Saussure tematiza o valor linguístico de tal forma que ele deixa aberta a questão do sentido [...] de modo que a essa abertura possa corresponder o domínio da linguística da fala”. (BOUQUET, 1999).

O projeto filológico-crítico de Bouquet parece partir das seguintes premissas:

- (1) o *Curso* é um texto inteiramente apócrifo;

- (2) se uma mudança de representação em relação a Saussure se opera atualmente, ela se deve à descoberta das fontes manuscritas, apenas efetivamente acessíveis neste início de século.

Essas ideias não são, contudo, livres de objeções. No que concerne a (1), é preciso observar que as citações de Saussure mais acima apresentadas e que parecem mostrar um Saussure não estruturalista foram extraídas do próprio *Curso de linguística geral*, publicado em 1916². Não pretendemos, evidentemente, com esse arranjo de citações afirmar pura e simplesmente que o *Curso* redigido por Bally e Sechehaye reflete o pensamento de Saussure, mas apenas que as escolhas dos editores não foram tão infelizes como se costuma pensar em geral e que, se o *Curso* não é um texto “autêntico”, ele não é tampouco um texto inteiramente “apócrifo”. Como explicar, por exemplo, uma leitura de Saussure como aquela feita por Maurice Merleau-Ponty (1953, p.55-56), que, não tendo tido acesso às fontes manuscritas, afirmou em 1953:

A união da filosofia e da história revive, como acontece com muitas intuições filosóficas, em pesquisas mais especiais e mais recentes que não se inspiram expressamente de Hegel ou Marx, mas que reencontram seu traço porque elas enfrentam as mesmas dificuldades. A teoria do signo, tal qual a linguística elabora, implica talvez uma teoria do sentido histórico que passa além da alternativa das coisas e das consciências. A linguagem viva é esta concreção do espírito e da coisa que faz dificuldade. No ato de falar, em seu tom e em seu estilo, o sujeito atesta sua autonomia, pois nada não lhe é mais próprio, e, porém, ele é ao mesmo tempo e sem contradição voltado para a comunidade linguística e tributária da língua. [...] Há aí uma racionalidade na contingência, uma lógica vivida, uma autoconstituição da qual nós temos precisamente necessidade para compreender em história a união da contingência e do sentido, e Saussure poderia muito bem ter esboçado uma nova filosofia da história.

A leitura de Merleau-Ponty (1953), com efeito, aproxima-se, em muitos aspectos, de muitas das leituras recentes baseadas em fontes manuscritas, em que uma interpretação demasiado radical das famosas dicotomias saussurianas tende a ser nuançada. Quanto à (2), não podemos esquecer que a maior parte das fontes manuscritas de Saussure (2002) que compõem os *Écrits de linguistique générale* já se encontrava disponível desde 1968. Por que, então, elas não foram devidamente consideradas?

O continente do saussurianismo é um continente de vozes dissonantes e a voz de Bouquet não é certamente a única. No interior desse continente complexo, é fácil identificar pelo menos outra orientação de caráter histórico. Essa

² Confira Saussure (1985, p.19, 157, 273, 110, 111 respectivamente).

orientação trabalha com a hipótese de que se Saussure não foi efetivamente lido, foi menos em função de uma “herança atrasada” do que do modo de existência e de circulação do *Curso de linguística geral*. De fato, para essa orientação, a teoria saussuriana teria sido menos uma teoria efetivamente aplicada, testada e, finalmente integrada/superada, do que um instrumento que permitiu num dado momento da ciência linguística justificar uma série de abordagens que emergem ao longo de todo o século XX. O projeto que se delineia a partir dessa orientação, que chamaremos de histórica, em oposição àquela representada hoje por Bouquet, sobretudo, e que chamaremos, por sua vez, de filológica, é de outra ordem: trata-se de investigar os modos de apropriação do *Curso*, considerado antes de tudo como um objeto histórico (NORMAND et al., 1978; CHISS; PUECH, 1997, 1999; PUECH, 2000).

Críticas ao projeto de Bouquet emergem, contudo, do interior da própria filologia, de modo que não se trata aí de um domínio consensual. Eis precisamente o objeto de nossa contribuição. Analisaremos aqui algumas posições da filologia saussuriana relativas a essa problemática que acabamos de levantar e que pode ser formulada nos seguintes termos: a que atribuir a mudança de representação a que se assiste hoje em relação à figura de Saussure? Não abordaremos aqui, portanto, a posição da orientação histórica em face dessa problemática, que será objeto de uma reflexão futura. Propomos iniciar nosso percurso reconstituindo o contexto de emergência da filologia saussuriana, recuperando suas motivações e interesses iniciais e as formas que ela tomou durante o século XX, o que permitirá melhor situar nossa problemática.

A emergência da filologia saussuriana

Se entendermos a filologia saussuriana como o conjunto de trabalhos visando à reconstituição do pensamento de Saussure – em particular aquele relativo à linguística geral – então sua origem deve ser situada, a bem dizer, muito antes dos trabalhos de Bouquet e mesmo de Rudolf Engler e Robert Godel. Com efeito, esses autores continuam uma tradição iniciada pelos próprios editores do *Curso*. Ainda, é preciso dizer que a filologia saussuriana se desenvolve sob diferentes formas ao longo de toda sua história, de modo que a posição de Bouquet não é uma posição da filologia saussuriana, mas, diríamos, de uma **certa** filologia saussuriana.

Se a filologia saussuriana privilegia, como acabamos de observar, as reflexões de Saussure sobre a linguística geral, é que se trata aí do seu aspecto mais importante para o presente da ciência linguística. Ainda, esse é o aspecto mais instigante das reflexões saussurianas, por diversas razões, em particular, por seu *status* marginal na vida pública de Saussure. Vejamos.

Como se sabe, em dezembro de 1878, Saussure publica sua obra-prima, uma obra de linguística histórica. Trata-se do *Mémoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes*. Antoine Meillet (1938, p.183) então célebre linguista francês, dirá que o *Mémoire* é, sem dúvida, “o mais belo livro em gramática comparada já escrito” e, segundo Morpurgo-Davies (2004, p.15), essa apreciação é válida ainda hoje. Esse trabalho em gramática comparada lhe rende enorme fama aos 21 anos de idade. Para seus contemporâneos, Saussure era, de fato, um eminente comparatista. Suas reflexões sobre a linguística geral se desenvolvem de forma bastante diferente. Saussure em vida apenas publicou trabalhos de linguística histórica³.

Diríamos mesmo, em relação ao lugar da linguística geral na vida de Saussure, que se tratou de um acidente, um duplo acidente. Por um lado, essa reflexão lhe é imposta pela prática de linguista e se inicia, ao que parece, somente depois de seu retorno a Genebra⁴. O fragmento que reproduzimos abaixo é proveniente de uma carta que Saussure escreve em 1894 a seu antigo aluno e amigo Antoine Meillet e ilustra bem esse *status* particular das preocupações de Saussure sobre a linguística geral:

Mas eu estou bem descontente com tudo isso e com a dificuldade que há em geral em escrever dez linhas que sejam tendo o senso comum em matéria de fatos de linguagem. Preocupado, sobretudo, há muito tempo com a classificação lógica desses fatos, com a classificação dos pontos de vista a partir dos quais nós os tratamos, eu vejo cada vez mais ao mesmo tempo a imensidade do trabalho que será preciso para mostrar ao linguista o que ele faz; reduzindo cada operação à sua categoria prevista; e ao mesmo tempo a imensa puerilidade de tudo o que se pode fazer finalmente em linguística.

É, em última análise, somente o lado pitoresco de uma língua, o que faz com que ela difira de todas as outras como pertencente a certo povo que tem certas origens, é esse lado quase etnográfico que conserva para mim um interesse: e precisamente eu não tenho mais o prazer de poder me livrar a esse estudo sem hesitações, e de desfrutar do fato particular tendo lugar num meio particular.

Sem parar, a inépcia absoluta da terminologia corrente, a necessidade de reformá-la e de mostrar para isso que espécie de objeto é a língua em geral, vem estragar meu prazer histórico, ainda que eu não tenha outro desejo que o de não ter de me ocupar com a língua em geral.

³ Os trabalhos de Saussure publicados em vida foram reunidos, em 1922, por Charles Bally e Léopold Gautier numa coletânea intitulada *Recueil des publications scientifiques de Ferdinand de Saussure*.

⁴ Tendo concluído seus estudos na Alemanha em 1880, Saussure parte para Paris onde, a convite de Michel Bréal, ensinará de 1881 a 1891 na École des Hautes Études. Tendo sido em 1891 indicado para substituir Bréal no célebre *Collège de France*, Saussure decide, por razões que restam obscuras, retornar a Genebra onde permanecerá até o fim de sua vida (DE MAURO, 1985a).

Isso terminará apesar de mim com um livro no qual, sem entusiasmo nem paixão, eu explicarei por que não há um só termo empregado em linguística ao qual eu atribuo um sentido qualquer. E é somente depois disso, confesso, que eu poderei retomar meu trabalho no ponto em que eu o havia deixado⁵.

Nesta carta, Saussure confessa seu descontentamento diante dos estudos linguísticos. Ainda que seja apenas esse lado quase etnográfico da pesquisa que conserva para ele um interesse, ele se sente impossibilitado de continuar suas reflexões tendo em vista o estado atual dos estudos linguísticos e a necessidade de uma reforma. Trata-se, portanto, de uma reflexão que se dá em função de um problema com o qual Saussure se depara, problema de ordem menos linguística do que epistemológica.

Outro acidente concerne à exposição pública dessas idéias que Saussure desenvolve no âmbito privado apenas e, provavelmente, assim teria sido até o fim se Joseph Wertheimer não tivesse se aposentado, tendo sido confiado a Saussure o curso até então ministrado por esse professor na Universidade de Genebra, intitulado “linguística geral e de história e comparação das línguas indo-europeias”. Isso se passa somente em 1906. Serão ao todo três cursos, o primeiro, ministrado de janeiro a julho de 1907, o segundo, de novembro de 1908 a junho de 1909 e, finalmente, o terceiro, de outubro de 1910 a julho de 1911. É importante observar ainda que o conteúdo previsto, como o próprio nome do curso indica, não se restringe unicamente à linguística geral, a linguística histórica também sendo contemplada.

É grande o interesse no que seriam os ensinamentos do eminente linguista sobre a linguística geral por parte dos seus contemporâneos. Trata-se aí, com efeito, de um tema em voga no fim do século XIX e início do século XX, período caracterizado pela ideia de que é tempo de constituir uma ciência geral da linguagem depois de um século de pesquisas em torno da diversidade das línguas. O que designa esse termo? Em princípio, ele remete a uma pluralidade de pontos de vista, estando longe de ser objeto de um consenso, podendo significar pelo menos duas coisas: de um lado, uma síntese de resultados, isto é, a uma generalização sob a forma de leis e tendências a partir das pesquisas histórico-comparativas anteriores; de outro, o estabelecimento de princípios *a priori* permitindo definir e descrever toda língua. As reflexões de Saussure concernem a este último, assim como as de Henry Sweet, Kruszewski, Baudouin de Courtenay, Victor Henry... Quanto ao primeiro sentido, este diz respeito aos trabalhos de linguistas como William Dwight Whitney, Michel Bréal, Antoine Meillet, Joseph Vendryes, Otto Jespersen...⁶

⁵ Confira Benveniste (1966, p.37-38).

⁶ sobre esse tema, confira Normand (2000a, 2000b, 2000c).

A tentativa de reconstituição do pensamento de Saussure sobre a linguística geral se inicia imediatamente após a sua morte, em 22 de fevereiro de 1913. Inúmeras declarações de contemporâneos mostram o grande interesse nesse pensamento, a possibilidade de reconstituí-lo, as dificuldades que tal projeto poderia apresentar... Meillet (apud ENGLER, 2004, p.49) observa que

Da reflexão sobre a linguística geral que ocupou uma grande parte dos últimos anos de Saussure, nada foi publicado. [...] Somente os alunos que assistiram aos cursos de Saussure em Genebra tiveram até agora o privilégio de seu pensamento; somente eles conhecem as formulações exatas e as imagens bem escolhidas que ele teria usado para iluminar um novo assunto.

Numa carta de Mme de Saussure endereçada a Antoine Meillet datada de 25 de maio de 1913, podemos constatar o interesse por parte de alunos de Saussure em publicar suas reflexões: “[...] muitos de seus alunos me perguntaram se não poderia haver, entre suas notas, algo de publicável”⁷. Leopold Gautier (apud ENGLER, 2004, p. 49), que assistiu aos dois primeiros cursos, pergunta o que poderia haver nos papéis e notas pessoais de Saussure: “[...] parecia óbvio que [eles] poderiam conter verdadeiros tesouros, que deveriam, é claro, ser compartilhados”. Contudo, nada senão algumas notas não classificadas foram encontradas, de modo que ele conclui: “todo o magnífico esquema estava na mente do autor” (GAUTIER apud ENGLER, 2004, p.49). O problema que se colocava era: como proceder no caso de uma eventual publicação? Em sua correspondência a Meillet, Mme de Saussure (apud ENGLER, 2004, p.49) sugere:

Talvez examinando as notas tomadas por vários estudantes em anos diferentes se possa ter uma ideia relativamente completa de um de seus cursos, mas para fazê-lo, não devemos agir apressadamente – Você não concorda? – Pode-se com uma publicação demasiado apressada desfazer todo um trabalho ao qual se teria feito justiça se se tivesse dado o tempo necessário.

Pelo menos dois projetos editoriais relativos à publicação das ideias de Saussure sobre a linguística geral podem ser identificados nesse momento que se segue à morte do linguista. De um lado, o projeto que Charles Bally concebe, juntamente com Albert Secheyaye e com a colaboração de Albert Riedlinger; de outro, um projeto que Antoine Meillet pretendia realizar com a colaboração de Paul Regard. É importante observar que nem Charles Bally, nem Albert Secheyaye, nem Antoine Meillet assistiram aos cursos de Saussure sobre a linguística geral, de onde o auxílio de Albert Riedlinger e de Paul Regard, que assistiram aos dois primeiros cursos.

⁷ Confira Engler (2004, p.49).

No que diz respeito ao projeto de Bally, este afirma, em correspondência endereçada a Antoine Meillet, datada de 29 de maio de 1913, que, tendo sido informado de seu projeto com a colaboração Paul Regard, logo pediu a opinião de alguns alunos de Saussure a propósito da natureza das lições e das condições mais adequadas de uma possível publicação. Segundo ele, “[...] todos insistem no fato de que, seja qual for o modo de publicação a ser adotado, o trabalho não deveria ser baseado nas notas de *um* estudante tendo assistido a *um* dos três cursos.” (BALLY apud ENGLER, 2004, p.49-50). Eles parecem insistir na importância de não se deter nos detalhes, mas de procurar apreender o conjunto da obra.

Foi essa orientação que prevaleceu na organização do trabalho que Bally e Sechehaye empreenderam com a colaboração de Albert Riedlinger: “[...] nossa ideia orientadora foi a de traçar um todo orgânico sem negligenciar nada que pudesse contribuir para a impressão de conjunto.” (SAUSSURE, 1985, p.9-10). Ao que tudo indica, o projeto de publicação que Antoine Meillet e Paul Regard pretendiam realizar era, diferentemente, o de uma antologia. É ao menos o que parece mostrar o fragmento abaixo em que Paul Regard (apud DE MAURO, 1985b, p.406) faz o seguinte comentário sobre o *Curso de linguística geral*, três anos depois de sua publicação:

Quanto ao livro em si e à questão da publicação póstuma em seu conjunto, pode-se apenas regozijar com o sucesso brilhante que coroou a tentativa de MM. Bally e Sechehaye. Certamente, e eles o sentiram melhor que ninguém, o desenho mesmo que eles conceberam e realizaram é criticável. Um aluno que ouviu uma parte importante das lições de F. de S. sobre a linguística geral e conheceu vários dos documentos sobre os quais repousam a publicação experimenta necessariamente uma desilusão de não mais reencontrar o charme refinado e cativante das lições do mestre. Ao preço de algumas repetições, a publicação das notas dos cursos não teria conservado mais fielmente o pensamento de F. de S. com sua força, sua originalidade? E as próprias variações que os editores pareciam ter medo de publicar não teriam oferecido um interesse singular?

As fontes manuscritas do *Curso de linguística geral*

A recepção do *Curso* pelos contemporâneos de Saussure não suscita muitas discussões sobre a autenticidade da obra, de modo que críticas como essa de Paul Regard são, de fato, raras. Isso não mudará durante muito tempo. Com efeito, a autenticidade do *Curso* só começará a ser questionada na ocasião de um intenso e complicado debate em torno do arbitrário do signo que se desencadeia em 1937, com a publicação no *Journal de Psychologie Normale et Pathologique* do artigo de Edouard Pichon (apud ARRIVÉ, 1999, p.43) intitulado “La linguistique

en France: problèmes et méthodes”. Nele, o autor denuncia um suposto “erro de Saussure”:

[...] o signo é arbitrário, pois um significante tal como b-ö-f não tem nenhuma relação com o seu significado. A possibilidade de expressar em alemão o mesmo significado pelo significante o-k-s é realmente a prova desse caráter arbitrário. [...]

Não é necessário ir mais longe; o erro de Saussure é, na minha opinião, evidente. Ele consiste no fato de que Saussure não se dá conta de que introduz no curso da demonstração elementos que não estavam no enunciado. Define primeiro o significado como sendo a ideia geral de boi; depois, comporta-se como se esse significado fosse o objeto chamado boi, ou pelo menos a imagem sensorial de um boi... Ora, essas duas coisas são completamente diferentes.

Dois anos mais tarde, Benveniste retoma algumas das teses de Pichon em seu artigo intitulado “Nature du signe linguistique”, publicado originalmente na revista *Acta linguística* e, mais tarde, no primeiro volume da coletânea *Problèmes de linguistique générale* (1966). Mas, se Benveniste, por um lado, denuncia o recurso “[...] inconsciente e sub-reptício a um terceiro termo, que não estava compreendido na definição inicial” (BENVENISTE, 1966, p.50), por outro, ele sublinha o contraste entre essa curta passagem do *Curso* e o resto da obra, distinguindo-se, nesse ponto, de Pichon. Como afirma De Mauro (1985a, p.444), Benveniste vê, com efeito, a essência da teoria saussuriana na concepção de língua como sistema de valores relacionais. O lingüista francês atribui, contudo, essa contradição a

[...] um traço distintivo do pensamento histórico e relativista do fim do século XIX, um procedimento próprio dessa forma de reflexão filosófica que é a inteligência comparativa. Observamos nos diferentes povos as reações que suscita um mesmo fenômeno: a infinita diversidade das atitudes e dos julgamentos leva a considerar que nada aparentemente é necessário. (BENVENISTE, 1966, p.50-51).

Uma série de críticas ao suposto “convencionalismo” de Saussure se inicia, porém, após a publicação desse artigo de Benveniste (1966). Charles Bally, Albert Sechehaye, Henry Frei entram no debate defendendo Saussure, ou, antes e, sobretudo, a validade da tese do convencionalismo, afirmando que Saussure era, de fato, um convencionalista. A posição assumida por aqueles que criticavam Saussure e que, portanto, sustentavam a ideia de que o signo é motivado, seja de um ponto de vista onomatopaico, estético, espiritual, etc., bem como aquela assumida por seus defensores, num ponto convergiam: ambas compartilhavam a evidência de que Saussure teria sido um convencionalista. De Mauro (1985b) identifica, contudo, nesse debate, uma terceira posição que, diferentemente

dessas duas, procura, antes, suspender essa evidência e aprofundar o debate estabelecendo, antes de tudo, duas exigências, que ele assim resume:

A primeira é a exigência de aprofundar a interpretação analítica do texto do C.L.G., a propósito do qual se começa a notar os emaranhados, as suturas forçadas, as justaposições ambíguas; a segunda é a exigência de aprofundar o valor intrínseco da noção mesma de arbitrário, especialmente em seu aspecto semântico, pois se a fonemática progressivamente aprofundou a noção saussuriana do aspecto relacional dos valores fonemáticos, a semântica, por sua vez, na época do debate [...] permanece geralmente ligada à crença aristotélica da universalidade dos significantes. (DE MAURO, 1985b, p.444).

Interessa-nos em particular a primeira exigência, que o artigo de Mario Lucidi, entre outros, publicado em 1950, ilustra bem. Nesse texto, lemos:

É perceptível nas passagens a imprecisão que invade toda a exposição do *Curso*, consequência inevitável da gênese do livro, nascido, como se sabe, das lições orais e organizado em diversos cursos que não eram destinados à publicação. Assim por exemplo a proposição “o significado ‘boeuf’ tem por significante *b-ö-f* de um lado da fronteira e *o-k-s* (Ochs) do outro” é inexata em relação aos desenvolvimentos ulteriores da teoria saussuriana, na medida em que o significado sendo unicamente a contrapartida do significante, não se pode falar de um significado “boeuf” em geral se opondo aos significantes *b-ö-f* e *o-k-s*, mas de um significado “boeuf” e de um significado “Ochs”. (LUCIDI apud DE MAURO, 1985b, p.443).

Como podemos observar, diferentemente de Benveniste no artigo citado mais acima, Lucidi parece atribuir a contradição de Saussure à redação do *Curso*, texto, como ele observa, não destinado à publicação. Está posta aí claramente a necessidade de uma leitura do *Curso* auxiliada pelas fontes manuscritas que lhe serviram de base e mesmo textos do próprio do Saussure quando possível, a que responde primeiramente o trabalho do genebrino Robert Godel (1957) intitulado *Les sources manuscrites du “Cours de linguistique générale” de Ferdinand de Saussure*. Esse trabalho consiste numa descrição do material que serviu de base à constituição do *Curso* bem como numa reflexão aprofundada concernente aos principais problemas de interpretação.

Pouco mais tarde, em 1968, o bernense Rudolf Engler publica sua monumental edição do *Curso*, intitulada simplesmente *Cours de linguistique générale Tome 1*. Trata-se de uma edição em que o texto do livro de 1916 é posto em paralelo com as notas dos cadernos de estudantes (entre os quais, cadernos cuja existência era ignorada por Bally e Sechehaye) e rascunhos de Saussure, seguindo um

modelo esboçado por Jean Rychner e indicado a Engler por Georges Redard⁸. Esse modelo consiste mais especificamente numa apresentação do texto em colunas. Na primeira coluna, se encontra o texto do próprio *Curso* redigido por Bally e Sechehaye. Nas três colunas seguintes, B, C e D são apresentadas as fontes conhecidas sempre dispostas em função da primeira coluna. Nas duas colunas restantes, E e F, são apresentadas fontes desconhecidas pelos editores do trabalho de 1916 e os manuscritos do próprio Saussure. Nesse modo de apresentação, as fontes manuscritas aparecem dispostas de forma não linear, na medida em que são apresentadas em função da ordem de exposição do *Curso*. Há, contudo, um sistema de referência permitindo seguir um fragmento qualquer em sua continuidade. Se Bally e Sechehaye optaram pela organicidade, Engler dirá que se trata agora de se interessar pelas variações e hesitações que, a seu ver, inspiram e fecundam o pensamento. O segundo tomo desta edição, publicado em 1974, é consagrado unicamente aos escritos de linguística geral e retoma todos os textos genebrinos disponíveis na época, excetuando os escritos consagrados à linguística indo-europeia.

Essas duas obras servirão de base para um terceiro trabalho crítico sobre as fontes manuscritas do *Curso*, a saber: a edição estabelecida pelo italiano Tullio de Mauro, publicada em 1967⁹. Essa edição do *Curso* traz 305 notas, de um valor inestimável, visando a diversos objetivos: complementar passagens relativas a autores e fatos presentes no texto dos editores; comparar passagens do texto com notas manuscritas inéditas ou a serem publicadas; historicizar o texto de Saussure.

Os dois projetos editoriais posteriores a esses três que acabamos de apresentar e que são mais recentes seguem uma orientação outra. Desta vez, se privilegiará uma apresentação dos textos originais em sua continuidade, tal qual eles se apresentam, isto é, não mais em função do *Curso*, mas neles mesmos e por eles mesmos. Assim, o japonês Eisuke Komatsu edita alguns cadernos de estudantes em sua quase integralidade – são omitidas apenas as partes relativas ao estudo das línguas indo-europeias, aspecto já bastante conhecido do trabalho de Saussure (SAUSSURE, 1993, 1996, 1997).

Comentando a composição do *Curso de linguística geral* redigido por Bally e Sechehaye, Komatsu observa que ela, “[...] longe de ser natural é antes artificial, até mesmo por vezes incompreensível” e, justamente, “[...] um dos objetivos da publicação dos cadernos manuscritos é elucidar o real desenvolvimento do pensamento de Saussure.” (KOMATSU, 1996, p.VII). Esse modo de apresentação

⁸ Confira Engler (2003, p.19).

⁹ Portanto, De Mauro (1985c, p.xvii) teve acesso ao trabalho de Rudolf Engler antes de sua publicação em 1968. Na introdução à sua edição crítica, ele agradece a intervenção de Engler junto à editora Harrassowitz que, desde 1964, permitiu que ele consultasse as provas da edição Engler.

em que se procura opor o *Curso* às fontes manuscritas se radicaliza com Bouquet, cujo projeto editorial será tratado a seguir em particular.

Os *Écrits de linguistique générale* de Ferdinand de Saussure

Trata-se aí de uma edição organizada por Simon Bouquet e Rudolf Engler que traz a integralidade dos textos manuscritos de Saussure sobre a linguística geral, bem como as lições de linguística geral, em sua continuidade. Apenas uma parte dessa edição é constituída de textos inéditos, correspondentes a um fundo descoberto em 1996 na ocasião de uma reforma da residência de Saussure, o restante sendo constituído dos textos já publicados nas edições Engler (1968/1974), a cujo sistema de indexação ela remete.

Bouquet (1999), justificando esse novo projeto, identifica na história da filologia saussuriana dois paradigmas editoriais: o “paradigma do *Curso* de linguística geral como obra” e o “paradigma das lições orais e dos manuscritos de Saussure como obra”. Trata-se de uma classificação que pretende distinguir, de um lado, uma apresentação do pensamento de Saussure segundo uma lógica que não lhe é própria; de outro, uma apresentação realizada de tal forma que uma continuidade do pensamento de Saussure possa ser recuperada. O projeto de Bally e Sechehaye se inscreve, segundo Bouquet (1999), no primeiro paradigma: “Se o *Curso* pode ser considerado como a obra de Ferdinand de Saussure, trata-se em todo caso de uma obra bastante particular. Essa particularidade está ancorada na visão e na vontade de Bally e Sechehaye”, visão esta que Bouquet (1999) assim resume:

Lá onde o mestre, em seus escritos e em seus cursos, elaborava uma meditação de filosofia das ciências a propósito da gramática comparada, ou empreendia uma reflexão metafísica incisiva e hesitante, os alunos tinham como dever reduzir o pensamento saussuriano ao puro programa de uma linguística futura.

O projeto que Antoine Meillet pretendia realizar com a colaboração de Paul Regard, por sua vez, inscreve-se, de acordo com Bouquet, no segundo paradigma. Em relação aos projetos editoriais posteriores, Bouquet inscreve o projeto de Robert Godel no segundo paradigma. Contudo, “não se trata de uma edição de textos propriamente dita, mas (entre outros objetivos) um trabalho preparatório para uma edição dos textos.” (BOUQUET, 1999). Quanto à edição de Engler, esta “[...] vai adotar muito claramente o ponto de vista oposto, a saber, do *Curso como obra*.” (BOUQUET, 1999).

Bouquet parece, em alguma medida, relativizar a importância desses dois trabalhos. Como vimos mais acima, em sua opinião, é somente hoje, isto é, no

início do século XXI, que os textos originais de Saussure se tornam efetivamente acessíveis. No início deste texto, nós alegamos em sentido contrário, afirmando que, na verdade, a maior parte dos textos disponíveis hoje já se encontrava disponível na edição Engler de 1968. Bouquet (1999) responde a tal objeção afirmando que

[...] é, de fato, bem difícil ler, nessa edição [Engler], os instantes das lições orais em sua continuidade. O mesmo sendo válido para os textos da mão de Saussure. O objetivo da obra é permitir, partindo do texto do *Curso de linguística geral* e considerando fragmentos muito curtos deste, ter acesso aos textos originais que, segundo Godel, lhe correspondem. Dito de outro modo: permitir interpretar passagens problemáticas do *Curso de linguística geral*.

Portanto, segundo Bouquet, essa edição, ao preservar a ordem de exposição do *Curso*, inscrevendo-se no primeiro paradigma, preserva, ao mesmo tempo, uma lógica que não lhe é própria, de modo que o suposto verdadeiro Saussure permanece nas sombras, o que justifica seu projeto de reconstituição do pensamento de Saussure.

O *status* do *Curso* parece sofrer uma mudança: de um texto cuja redação – como, aliás, os próprios editores o admitem, de forma bastante honesta – incorre numa dupla crítica (SAUSSURE, 1985, p.10) se passa a um texto que “não ilustra de modo algum o pensamento de Saussure” (RASTIER, 2003, p.25). Claudine Normand comenta essa mudança de *status*:

Correlativamente [ao devoto trabalho de crítica textual] o *CLG* da edição de 1916 é designado como a ‘vulgata’, termo hoje banal que testemunha a sacralização da questão. Alguns chegam até a acusar os editores de ter deliberadamente deformado, transformado ou mesmo censurado o pensamento saussuriano. O texto do *Curso*, em sua continuidade e sua coerência reconstruídas, se encontra assim suspeito, e mesmo anulado, sucedâneo enganador oposto ao pensamento autêntico sustentado por um texto ideal e, como tal inacessível, do qual não conheceremos senão fragmentos ou uma versão, ela própria necessariamente reconstruída. (NORMAND, 2004, p.15).

Em nota de rodapé, a autora observa a propósito do trabalho de Bouquet:

O representante exemplar dessa posição é Simon Bouquet, cujo trabalho de erudição, aliás, extremamente precioso [...] é estragado por essa atitude estranhamente agressiva, ao passo que mesmo o editor escrupuloso das fontes manuscritas, Rudolph Engler, jamais tomou essa atitude. (NORMAND, 2004, p.15).

Com efeito, Engler, que edita e estabelece juntamente com Bouquet os *Écrits de linguistique générale*, curiosamente tem, no que concerne a essa questão, uma opinião radicalmente contrária à de Bouquet. Ele afirma, por exemplo:

Eu insisto e assinalo, eu continuo a afirmar que ele [o *Curso* redigido por Bally e Sechehaye] é algo de bom, que sem ele não teria havido linguística geral saussuriana. Que, uma vez descobertas as ‘fontes’, era, sem dúvida, impreterivelmente necessário trabalhar com os textos ‘autênticos’: foi esse o objetivo do CLG/E [*Curso* edição Engler] e não (como se chegou a pretender) o de perpetuar a ordem e as formulações de Bally e Sechehaye. Eu defendo ainda que é indispensável considerar esse ‘Saussure de 1916’. Ele é a medida da época 1916/57 – Saussure como o viam seus contemporâneos; uma interpretação tão fidedigna quanto certas interpretações do Saussure ‘cronológico’ [isto é, daquele das fontes manuscritas apresentadas em sua continuidade].

[...]

O *CLG* falsificaria a visão de Saussure? O que Jaberd (1916) escreveu de positivo sobre Saussure e o *CLG*, as questões críticas que ele coloca – e que revelam entre as linhas que ele havia podido ler a opinião verdadeira de Saussure – são para mim a prova do contrário. A mesma coisa vale para *De Saussure’s system of linguistics* de Rulon S. Wells, (*Word*, 3, 1947). A repulsa de Schuchardt (que não podia saber que Saussure o admirava!) merece, contudo, até esse dia também a atenção. Rogger, em *Kritischer Versuch über De Saussure’s system of linguistics* [sic] (1941), permite por outro lado medir a incompreensão que reina em outras mentes, uma incompreensão que teria resistido aos ‘textos autênticos’ – tanto quanto ao *CLG*. (ENGLER, 2003, p.18).

Em outro texto, Engler afirma ainda:

Alguns sustentam que Saussure teria sido traído por Bally e Sechehaye e que o *CLG/E*, que segue o uso que eles fazem das lições, era necessariamente ‘inautêntico’, e perpetuou o dano causado pelo *Curso*. Entretanto, um sistema de referências permitia a reconstrução imediata da ordem própria do curso e das notas. Embora eu acolha qualquer reflexão sobre a linguística de Saussure, eu não penso que estudos posteriores baseados em edições ‘cronológicas’ tenham feito grandes progressos, a ponto de as novas interpretações serem tão díspares. (ENGLER, 2004, p.56).

Essas citações falam por si mesmas. Engler se mostra em profundo desacordo com as opiniões de Bouquet, não compartilhando de modo algum as evidências que justificam a hipótese de uma “herança atrasada”, e nesse sentido Engler parece defender um ponto de vista contrário, sendo, assim, um autor da filologia saussuriana que não cede à tentação de uma dicotomia fácil entre o *Curso* e as

fontes manuscritas, portanto, não cede à tentação de atribuir simplesmente à descoberta das fontes manuscritas a mudança de representação em relação a Saussure, a que se assiste atualmente. Criticando a ideia de um Saussure dito autêntico, que, muitas vezes, conduz a uma visão quase mítica de Saussure, Engler (2003, p.18) sustenta que “[...] as correntes anti-saussurianas modernas são completamente legítimas e o saussuriano deveria manter a discussão com elas.” Trata-se aí de um ponto de vista que se pretende, antes de tudo, crítico.

Engler compara a recepção de Saussure com o que se passa num filme intitulado *Distant voices* de Terence Davies, 1987. O filme se inicia com vozes, pedaços de frases, vindos de não se sabe exatamente onde, que tecem uma história fugidia cujo sentido emerge segundo a vontade dos que a escutam: “[...] somos tentados a assimilar a essas vozes a longa história dos textos saussurianos – autênticos, supostos, interpretados (uma vez que o autor não está mais presente) segundo aqueles que os percebem.” (ENGLER, 2003, p.16). Opor as fontes manuscritas ao *Curso*, de alguma forma, conduz a desprezar o trabalho dos editores, e a deixar de lado o estudo do *Curso* e de seu papel, ambíguo, na constituição de disciplinas ao longo do século XX. A posição de Engler, em consonância com a orientação histórica, parece indicar, ao contrário, a importância de um estudo em torno da recepção das ideias de Saussure ao longo do século XX com o objetivo de compreender os interesses implicados nas diversas leituras, a serem situadas geográfica e temporalmente, começando pela própria leitura dos editores. E nesse caso as fontes manuscritas são, sem dúvida, fundamentais. Concluiremos nossa reflexão analisando um aspecto dessa recepção pelos editores.

O trabalho dos editores do *Curso*: traição ou excesso de fidelidade?

A leitura das fontes manuscritas de Saussure permite identificar uma alteração dos editores concernente à ordem de exposição das ideias de Saussure. Como se sabe, o terceiro curso de linguística geral ministrado por Saussure, que serviu de base para o *Curso de linguística geral* escrito por Bally e Sechehaye, inicia-se com uma reflexão em torno da diversidade das línguas, da qual deriva o conceito de língua e não o contrário, como acontece na obra dos editores, que somente na quarta parte, intitulada “Linguística geográfica” o tema da diversidade das línguas é abordado. Segundo Johannes Fehr (2000, p.66):

O que falta no trabalho de Bally e Sechehaye é uma apresentação do conceito [de língua] em perspectiva histórica tal como a estrutura do *Curso III* de Saussure deixa ver claramente, o esforço feito para derivar a ‘língua’ a partir do que nesse curso é designado como ‘uma primeira constatação nos fatos de linguagem’, como o ‘fato decisivo

da linguística', isto é, a pluralidade das línguas concretas ou ainda sua 'diversidade geográfica'.

Mas será que podemos falar em traição do pensamento de Saussure por parte dos editores do *Curso*?

Diferentemente de Bally e Sechehaye, a maior parte dos linguistas contemporâneos de Saussure critica o caráter demasiado abstrato de suas ideias sobre a linguística geral. Hugo Schuchardt (apud NORMAND et al., 1978, p.174), por exemplo, afirma em 1917 em sua resenha do *Curso*,

[...] há sistemas que já estão inscritos nas coisas apenas pedindo para serem descobertos e sistemas que nós criamos para aplicá-los às coisas. À primeira categoria pertence, no que concerne a Saussure, o 'sistema primitivo das vogais nas línguas indo-européias', contido no *Mémoire* de 1878; diz respeito à segunda categoria o sistema de linguística geral que nos é neste momento proposto, a título póstumo. Sistemas deste tipo têm um valor apenas provisório e condicional; A. Hamack tinha razão em observar se endereçando a um jovem etnógrafo no álbum de família: Os sistemas são como ninhos; eles perdem todo valor quando as verdades que eles protegem alçam vôo.

Paul Regard (apud DE MAURO, 1985a, p.347), por sua vez, afirma em 1919:

O ponto fraco do trabalho, em geral excelente, que publicaram MM. Bally e Sechehaye é deixar crer que F. de S. separou a mudança linguística das condições exteriores das quais ela depende... Mas o autor do presente prefácio mais de uma vez ouviu F. de S. explicar por meio de condições exteriores não somente as mudanças linguísticas, mas a conservação de certos traços. É assim que ele atribuía o prodigioso arcaísmo do lituânio à longa persistência do paganismo nas regiões do falar lituânio.

Na opinião de Antoine Meillet (apud NORMAND et al., 1978, p.166), "[...] ao separar a mudança linguística das condições exteriores das quais ela depende, F. de Saussure a priva de realidade; ele a reduz a uma abstração que é necessariamente inexplicável."

De fato, a primeira recepção do *Curso* considerou essa obra uma perversão do Saussure "real", isto é, uma perversão do Saussure do *Mémoire*, ou uma especulação demasiado abstrata que desconsiderava importantes aspectos de ordem empírica, de modo que sua novidade quase não foi percebida (PUECH, 2004). Sechehaye é, nesse aspecto, uma exceção. Com efeito, posicionando-se contra uma evidência ainda predominante nessa época, segundo a qual é no devir da língua que se deve procurar o segredo de seu funcionamento, Sechehaye insiste, por exemplo, na importância da separação radical entre sincronia e diacronia.

Em sua resenha do *Curso*, na verdade, como observa Chiss (1978), menos uma resenha do que um artigo de caráter histórico e crítico, ele apresenta um panorama dos estudos linguísticos visando a situar Saussure e ressaltar o caráter teórico e sistemático da perspectiva saussuriana, em oposição, por exemplo, àquela de William Dwight Whitney. Portanto, essa alteração por parte dos editores provavelmente indica mais uma preocupação em fazer evidenciar aquilo que o pensamento de Saussure trazia de novo do que uma tentativa de deformá-lo ou mesmo falseá-lo. Nesse sentido, podemos dizer que se tratou, de fato, menos de traição do que excesso de fidelidade.

Concluiremos enfim nosso breve percurso dizendo que toda tentativa de reconstituição do pensamento de Saussure está necessariamente fadada a uma intervenção qualquer por parte de seus autores na exata medida em que se trata aí da reconstituição de um texto irremediavelmente inexistente: como reconstituir aquilo que nunca se constituiu efetivamente? O *Curso* é certamente o resultado dessa tentativa, sem a qual não haveria, como observou Engler, linguística geral saussuriana. Há, contudo, um limite na aventura que embarcaram Bally e Sechehaye, uma aventura que pode ser continuada, sem dúvida, mas é preciso que nos perguntemos sobre seu interesse efetivo atualmente. Particularmente acreditamos que o trabalho filológico representa uma importante ferramenta que, certamente, pode e deve auxiliar a leitura do *Curso*, mas não acreditamos que ele venha mostrar um outro Saussure oposto ao Saussure do *Curso*. Ele se opõe, antes, a uma certa representação de Saussure que o próprio *Curso*, todavia, permite, muitas vezes, desconstruir. O que nos parece mais fecundo, portanto, é uma crítica permanente às evidências de que o século XX produziu e não a produção de novas evidências, como a evidência mais ou menos recente de um Saussure “autêntico”.

CRUZ, M. A. Saussurean philology: contemporary debates. *Alfa*, São Paulo, v.53, n.1, p.107-126, 2009.

- **ABSTRACT:** *It seems that currently a certain representation of De Saussure vanishes and many scholars fell embarrassed at keeping spreading an image of a structuralist De Saussure who would have founded the linguistic science by delimitating its object, la langue – opposed to la parole – which should be studied separately. But what should we attribute such a change of representation to? Surely, to the discovery of Saussurean manuscripts, will say some scholars, particularly the philologists. This point of view, however, is not a consensus and divergences coming from the philology itself are observed. Two opposed positions concerning such divergences are herein analyzed: Simon Bouquet’s and Rudolf Engler’s representations of De Saussure. We will study both in historical perspective so as to reconstitute the context the birth of Saussurean philology, its motivations, and the forms it has taken during the 20th century, which will shed some light to the problem.*
- **KEYWORDS:** *Saussurean studies. History of linguistic ideas. Saussureanism. De Saussure. Saussurean philology.*

REFERÊNCIAS

ARRIVÉ, M. *Linguagem e psicanálise, linguística e inconsciente*: Freud, Saussure, Pichon, Lacan. Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BENVENISTE, E. *Problèmes de linguistique générale, 1*. Paris: Gallimard, 1966.

_____. Nature du signe linguistique. *Acta Linguistica*, Copenhagen, v.1, 1939, p.23-29.

BOUQUET, S. Saussure après un siècle. In: BOUQUET, S. (Dir.). *Cahier de l'Herne*: Ferdinand de Saussure. Paris: Éditions de L'herne, 2003. p.11-15.

_____. *La linguistique générale de Ferdinand de Saussure*. Paris, 1999. Disponível em: <<http://www.revue-texto.net>>. Acesso em: 30 set. 2008. Não paginado.

CHISS, J.-L. *Fondations de la linguistique: études d'histoire et d'épistémologie*. 2.éd. Louvain-la-Neuve: Duculot, 1997.

_____. Les lectures du Cours de Linguistique Générale. In: NORMAND, C. et al. *Avant Saussure: choix de textes, 1875-1924*. Bruxelles: Éditions Complexe, 1978. p.155-200.

CHISS, J.-L.; PUECH, C. *Le langage et ses disciplines XIXe – XXe siècles*. Bruxelles: Duculot, 1999.

DE MAURO, T. Notes biographiques et critiques sur F. de Saussure. In: SAUSSURE, F. de. *Cours de linguistique générale*. Publié par C. Bally et A. Sechehaye avec la collaboration d'A. Riedlinger, édition critique préparée par Tullio de Mauro, postface de Louis-Jean Calvet. Paris: Editions Payot & Rivages, 1985a. p.405-477.

_____. Notes. In: SAUSSURE, F. de. *Cours de linguistique générale*. Publié par C. Bally et A. Sechehaye avec la collaboration d'A. Riedlinger, édition critique préparée par Tullio de Mauro, postface de Louis-Jean Calve. Paris: Editions Payot & Rivages, 1985b. p. 405-477.

_____. Introduction. In: SAUSSURE, F. de. *Cours de linguistique générale*. Publié par C. Bally et A. Sechehaye avec la collaboration d'A. Riedlinger, édition critique préparée par Tullio de Mauro, postface de Louis-Jean Calvet. Paris: Editions Payot & Rivages, 1985c. p. I-XVIII.

ENGLER, R. The making of the Cours de linguistique générale. In: SANDERS, C. (Org.). *Saussure*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p.47-58.

_____. Polyphonie. In: BOUQUET, S. (Dir.). *Cahier de l'Herne*: Ferdinand de Saussure Paris: Éditions de L'herne, 2003. p.16-19.

FEHR, J. *Saussure entre linguistique et sémiologie*. Paris: PUF, 2000.

GODEL, R. *Les sources manuscrites du Cours de Linguistique Générale de Ferdinand de Saussure*. Genève: Droz, 1957.

KOMATSU, E. Forword. In: SAUSSURE, F. de. *Deuxième cours de linguistique générale: 1908-1909*. D'après les cahiers d'Albert Riedlinger. Oxford: Pergamon, 1996. p.vii-ix.

LUCIDI, M. L'équivoco de 'l'arbitraire du signe': *Cultura neolatina*, Roma, n.10, p.185-208, 1950.

MERLEAU-PONTY, M. *Éloge de la philosophie et autres essais*. Paris: Gallimard, 1953.

MEILLET, A. *Linguistique historique et linguistique générale*, tomo 2, Paris: Klincksieck, 1938.

MORPURGO-DAVIES, A. Saussure and Indo-European linguistics. In: SANDERS, C. (Org.). *The Cambridge Companion to Saussure*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p.9-29.

NORMAND, C. *Saussure*. Paris: Les Belles Lettres, 2004.

_____. La question d'une science générale. In: AUROUX, S. (Org.). *Histoire des idées linguistiques*. Liège: P.Mardaga, 2000a. Tome 3, p.441-448.

_____. Les thèmes de la linguistique générale. In: AUROUX, S. (Org.). *Histoire des idées linguistiques*. Liège: P. Mardaga, 2000b. Tome 3, p.449-462.

_____. La généralité des principes. In: AUROUX, S. (Org.). *Histoire des idées linguistiques*. Liège: P. Mardaga, 2000c. Tome 3, p.463-472.

_____. Comment faire l'histoire de la linguistique? In: ACTES du colloque Les sciences humaines, quelle histoire. Paris: Université de Paris X – Nanterre, 1980. p.271-288.

NORMAND, C. et al. (Org.). Saussure et la linguistique pré-saussurienne. *Langages*, Paris, n.49, p.66-90, 1978.

PICHON, E. La linguistique en France: problèmes et méthodes. *Journal de Psychologie Normale et Pathologique*, Paris, v.34, p.25-48, 1937.

PUECH, C. Saussure and structuralist linguistics in Europe. In: SANDERS, C. *The Cambridge Companion to Saussure*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p.124-138.

_____. L'esprit de Saussure – Paris contre Genève: l'héritage saussurien. *Modèles Linguistiques*, Lille, v.20, n. 1, 2000, p.79-93.

RASTIER, F. Le silence de Saussure ou l'ontologie refusée. In: BOUQUET, S. (Dir.). *Cahier de l'Herne: Ferdinand de Saussure*. Paris: Éditions de L'herne, 2003.

p.23-51.

SAUSSURE, F. de. *Écrits de linguistique générale*. Etablis et édités par Simon Bouquet et Rudolf Engler avec la collaboration d'Antoinette Weil. Paris: Gallimard, 2002.

_____. *Deuxième cours de linguistique générale: 1908-1909*. D'après les cahiers d'Albert Riedlinger et Charles Patois. Oxford; New York; Seoul: Pergamon, 1997.

_____. *Deuxième cours de linguistique générale: 1908-1909*. D'après les cahiers d'Albert Riedlinger. Oxford: Pergamon, 1996.

_____. *Troisième cours de linguistique générale: 1910-1911*: d'après les cahiers d'Emile Constantin: Saussure's third cours of lectures on general linguistics: 1910-1911: from the notebooks of Emile Constantin, édité par Eisuke Komatsu. New York: Pergamon, 1993.

_____. *Cours de linguistique générale*. Publié par C. Bally et A. Sechehaye avec la collaboration d'A. Riedlinger, édition critique préparée par Tullio de Mauro, postface de Louis-Jean Calvet. Paris: Payot & Rivages, 1985.

_____. *Cours de linguistique générale*. Edition critique par R. Engler. Appendice, notes de F. de Saussure sur la linguistique générale. Wiesbaden: Otto Harrassowitz, 1974. Tome 2.

_____. *Cours de linguistique générale*. Edition critique par R. Engler. Wiesbaden: Otto Harrassowitz, 1968. Tome 1.

Recebido em setembro de 2008.

Aprovado em novembro de 2008.

A HIPO E A HIPERSEGMENTAÇÃO NOS DADOS DE AQUISIÇÃO DE ESCRITA: A INFLUÊNCIA DA PROSÓDIA

Ana Paula Nobre da CUNHA¹
Ana Ruth Moresco MIRANDA²

- **RESUMO:** Neste artigo, são analisados dados relativos à segmentação não-convencional das palavras, os quais foram extraídos de produções escritas de crianças em fase inicial do processo de escolarização, já estudados por Cunha (2004). Esses dados são discutidos à luz da Fonologia Prosódica, conforme proposta por Nespor e Vogel (1994). Os resultados mostram que as hipossegmentações (falta de espaço entre fronteiras vocabulares) são preponderantemente influenciadas por constituintes mais altos da hierarquia, a saber, a palavra fonológica, a frase fonológica e a frase entonacional; enquanto as hipersegmentações (alocação de espaços dentro dos limites da palavra) sofrem a influência dos constituintes mais baixos da hierarquia, tais como a sílaba e o pé métrico.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Aquisição da escrita. Fonologia prosódica. Hipossegmentação. Hipersegmentação.

Introdução

A experimentação é característica dos processos de aquisição de conhecimentos. Ao adquirir a escrita, a criança testa hipóteses já construídas acerca desse sistema. Pode-se pensar então que, mesmo antes de entrar para a escola, o aprendiz, graças às práticas de letramento às quais está exposto cotidianamente, já construiu suas hipóteses no que diz respeito à segmentação da escrita. No entanto, ao testá-las, o que se lhe apresenta é a dúvida sobre o lugar em que esses espaços devem ser inseridos. Para a resolução desse novo problema é necessário que o aprendiz dê conta da complexa tarefa de compreender o que é uma palavra.

Começam a surgir, exatamente nesse período, as segmentações não-convencionais. Da falta de espaço entre fronteiras vocabulares – hipossegmentação – surgem estruturas do tipo “derepente”, “muitolongo”,

¹ UFPel – Universidade Federal de Pelotas. Faculdade de Educação – Departamento de Ensino. Pelotas – RS – Brasil. 96010-770 – apncunha@hotmail.com.

² UFPel – Universidade Federal de Pelotas. Faculdade de Educação – Departamento de Ensino. Pelotas – RS – Brasil. 96010-770 – ramil@ufpel.tche.br.

“chicobento”; da inserção de um espaço indevido no interior da palavra – hipersegmentação –, estruturas como “em controu”, “amanhe seu”, “chapeu sinhô”.

Estudos como os de Abaurre (1988) e Ferreiro e Pontecorvo (1996) têm mostrado que nos textos infantis as hipossegmentações são mais frequentes que as hipersegmentações, possivelmente em decorrência de que, no início do processo de aquisição da escrita, é mais comum a criança entender a palavra como uma frase fonológica.

Este estudo está fundamentado em pressupostos teóricos sobre a aquisição da linguagem e processos de aprendizagem, mais especificamente em Chomsky (1965) e Piaget (1972, 1978), respectivamente, bem como em teóricos que discutem a aquisição da escrita (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999) e a prosódia (NESPOR; VOGEL, 1994). Vale ressaltar que a Teoria da Linguagem de Noam Chomsky – de caráter inatista – e a Teoria da Aprendizagem de Jean Piaget – de caráter construtivista – são teorias que, embora distintas, relacionam-se e complementam-se quando se pretende estudar fenômenos relativos à linguagem escrita e a sua aquisição.

Com base nessa relação oralidade/escrita, sem desconsiderar a especificidade de cada um dos processos, este artigo tem como principal objetivo apresentar os principais resultados decorrentes da descrição e análise de dados de segmentação não-convencional de palavras e sua relação com os constituintes prosódicos, conforme proposta de Nespore e Vogel (1994).

A aquisição da escrita

O processo de aquisição da escrita, neste trabalho, é entendido como um processo de aquisição de conhecimento. Visto da perspectiva psicogenética, de acordo com Piaget (1972), o conhecimento não nasce com o indivíduo; a capacidade de conhecer, de aprender, de desenvolver qualquer área do conhecimento é que lhe é inata. Segundo a teoria piagetiana, o *sujeito cognoscente* se revela no processo de aquisição da língua escrita como aquele que não espera que alguém lhe transmita o conhecimento, mas aprende por intermédio de suas ações sobre os objetos do mundo que o cerca. Por conseguinte, enquanto constrói suas próprias categorias de pensamento, organiza seu mundo.

Para Piaget (1978), é de forma global, por meio de grandes reestruturações, que a aquisição do conhecimento acontece. Esse processo, visto como um todo, é sempre construtivo, mesmo quando se chega a um resultado considerado errôneo. Segundo Ferreiro e Teberosky (1999), a ideia de erro construtivo é de fundamental importância para o processo de aprendizagem. No que diz respeito à aquisição da

escrita em particular, pode-se observar, através dos tipos de erros, quais hipóteses estão sendo testadas pela criança.

Partindo da relação entre a linguagem oral e a aquisição da escrita, sem ignorar que o desenvolvimento de ambas é diferente – a escrita exige por parte da criança um nível maior de abstração (VIGOTSKI, 2000)³; enquanto a capacidade para a linguagem é inata do ser humano (CHOMSKY, 1965, 1978, 1986) –, pode-se afirmar que, durante o período de apropriação da escrita, especialmente na fase inicial, a criança tende a lançar mão do conhecimento internalizado que possui a respeito da estrutura da sua língua. Segundo Kato (1986, p. 10), “[...] a percepção das propriedades de um objeto torna-se mais fácil quando o confrontamos com outro objeto de natureza semelhante.” Somente ao longo do processo, a criança é capaz de afastar a escrita da oralidade, tomando consciência, de acordo com Cagliari (2002), de que a escrita não é um espelho da fala.

Com base na teoria piagetiana, pode-se afirmar que o objeto do conhecimento só está compreendido quando o sujeito é capaz de reconstruí-lo, quando tiver entendido quais são suas leis de composição. Dessa forma, a escrita só terá sido efetivamente adquirida pela criança quando ela for capaz de manuseá-la em suas mais variadas possibilidades. Para tanto, esse novo sistema (a escrita) deve ser considerado pelo aprendiz como um objeto único, independente, que pode ser construído e reconstruído a cada momento, de acordo com suas características específicas e suas regras de composição.

A segmentação da escrita em palavras

De acordo com Kato (1986), a fala não é segmentada em unidades linguísticas é, pois, uma cadeia contínua de sinais acústicos, e quem a ouve é que a reestrutura em unidades psicologicamente significativas. Somente durante o processo de aquisição da escrita é que a criança passa a ter consciência desse fato. É nesse momento que ela se depara com suas dúvidas de onde segmentar o texto e começa a levantar hipóteses a respeito dos limites das palavras.

Ferreiro e Pontecorvo (1996) constatam, em um estudo sobre a segmentação na aquisição da escrita, que as crianças apresentam uma grande dificuldade em conceituar o que é “palavra”. No começo desse processo, é muito mais comum o aprendiz entender a palavra como um enunciado do que como uma unidade gramatical ou semântica. Por isso, as autoras verificam uma maior tendência à hipossegmentação.

³ Vigotski (2000) e Piaget (1978) possuem posições divergentes em relação à aquisição do conhecimento; no entanto, para ambos, mesmo que de pontos de vistas diferentes, o sujeito é ativo durante esse processo.

A noção de palavra é instável para a criança em fase de alfabetização e pode, segundo Ferreiro e Pontecorvo (1996), significar um fragmento do enunciado, o enunciado completo ou ainda letras isoladas. Quando o aprendiz entra para a escola, é que a ideia de segmentação lexical começa a ser sistematizada. As autoras verificam que nesse período é mais fácil o aluno identificar como palavras os substantivos, os verbos e os adjetivos, sendo as demais classes gramaticais, principalmente os artigos, conjunções, preposições e outros elementos de ligação, consideradas como *não-palavras*. No momento em que a criança não reconhece alguma porção – uma ou duas sílabas – como palavra, a tendência natural é que a associe àquela sequência reconhecida como tal, sendo esse comportamento o responsável pela grande incidência de hipossegmentações nos textos de séries iniciais. Para as autoras, “[...] a escrita das crianças parte de formas unidas (em geral, segundo critérios gráficos e sintáticos) e evolui para uma segmentação cada vez mais completa.” (FERREIRO; PONTECORVO, 1996, p.64).

A fonologia prosódica

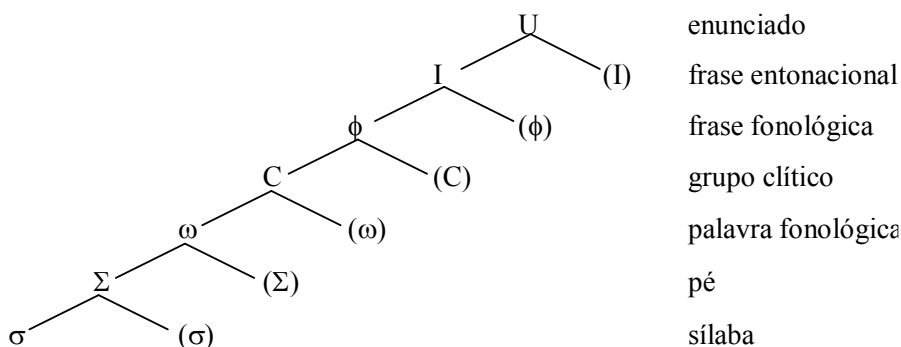
De acordo com a teoria prosódica, a representação mental da fala está dividida em segmentos hierarquicamente organizados. A cadeia da fala é um ato contínuo, porém compreender uma língua pressupõe saber dividir mentalmente essa continuidade em componentes psicologicamente significativos, os *constituintes prosódicos*.

Os constituintes prosódicos, segundo Nespor e Vogel (1994), são fragmentos mentais integrantes de uma hierarquia, aos quais se aplicam processos fonológicos bem como regras fonológicas específicas. Esses constituintes não apresentam necessariamente isomorfia com constituintes sintáticos, morfológicos ou semânticos.

De acordo com as autoras, sete constituintes compõem a hierarquia prosódica, os quais se apresentam na seguinte ordem, do menor ao maior: sílaba (σ), pé (Σ), palavra fonológica (ω), grupo clítico (C), frase fonológica (ϕ), frase entonacional (I) e enunciado (U).

Bisol (1996) mostra que essa hierarquia pode ser expressa através de um diagrama arbóreo, como exemplificado em (1):

(1)



A seguir, apresenta-se uma breve caracterização de cada um desses constituintes.

a) A sílaba (σ)

Para Nespor e Vogel (1994), a sílaba é o menor constituinte da hierarquia prosódica a que se aplicam regras fonológicas. Os constituintes da sílaba são o ataque (A) e a rima (R), que pode se subdividir em núcleo (N) e coda (C).

b) O pé métrico (Σ)

O pé métrico é constituído por uma sequência de duas ou mais sílabas ou moras⁴ que estabeleçam uma relação de dominância, ou seja, que estejam sob o mesmo nó. Esse constituinte normalmente é estruturado de forma a ter uma sequência, com uma sílaba relativamente forte e as demais relativamente fracas. A proeminência à esquerda ou à direita varia de língua para língua. Para Nespor e Vogel (1994), o pé é de fundamental importância para o acento, isto é, para a identificação de sílabas tônicas e átonas no interior de palavras assim como em constituintes mais altos.

c) A palavra fonológica (ω)

De acordo com Nespor e Vogel (1994), a palavra fonológica ou palavra prosódica, constituinte que representa a interação entre os componentes fonológico e morfológico da gramática, é a categoria que domina o pé. A palavra fonológica tem um domínio igual ou menor à palavra terminal de uma árvore sintática, não extrapolando esse domínio em nenhuma língua.

⁴ Uma mora é equivalente ao elemento que constitui a rima. Considerando, por exemplo, a representação da sílaba CVC, temos duas moras, o núcleo e a coda silábica.

O que caracteriza fundamentalmente a palavra fonológica é que ela deve ter apenas um acento primário⁵, pois, sendo um constituinte n-ário, tem apenas um elemento proeminente. O pé forte de uma palavra fonológica será determinado por um parâmetro que deve ser fixado em cada língua.

d) O grupo clítico (C)

O grupo clítico é definido por Bisol (1996, p.252) “[...] como a unidade prosódica que contém um ou mais clíticos⁶ e uma só palavra de conteúdo.” Para Nespor e Vogel (1994), os clíticos são constituintes de natureza híbrida, ou seja, embora não se sustentem como palavras em um enunciado, parecem-se com uma.

e) A frase fonológica (φ)

A frase fonológica é o constituinte imediatamente superior ao grupo clítico e possui recursividade à direita, isto é, o cabeça lexical situa-se à direita, e todos os demais recessivos que ficam à sua esquerda estão dentro do mesmo domínio de X barra. Somente o adjetivo posposto ao nome pode servir como cabeça de constituinte. Em (2a), N, V e A formam três frases fonológicas e em (2b), através do processo de reestruturação, passam a formar duas frases fonológicas:

- (2) a. [Plantou]φ um lindo ipê]φ roxo]φ
 b. [Plantou]φ um lindo ipê roxo]φ (por reestruturação)

f) A frase entonacional (I)

A frase entonacional pode ser formada por um conjunto de frases fonológicas ou por uma frase fonológica apenas, desde que esta possua uma linha entonacional.

A regra básica de formação de uma frase entonacional, segundo Nespor e Vogel (1994, p.218), está fundada nas noções de que “[...] a frase entonacional é o âmbito de um contorno de entoação e de que os finais das frases entonacionais coincidem com as posições em que se podem introduzir pausas em uma oração.” As autoras também afirmam que a frase entonacional pode sofrer um processo de reestruturação, que é determinado, entre outros fatores, por quatro principais: o tamanho da frase, a velocidade da fala, o estilo e a proeminência relativa.

g) O enunciado (U)

O enunciado é o constituinte mais alto e maior da hierarquia prosódica. Tem sua proeminência relativa sempre mais à direita e sua identificação é feita através

⁵ Se tomarmos como exemplo uma palavra composta do português tal como “guarda-roupa”, temos duas palavras fonológicas, uma vez que temos dois acentos primários, mas apenas uma palavra morfológica.

⁶ Clítico é uma palavra que depende fonologicamente de outra, comportando-se como se fosse uma de suas sílabas. Os pronomes átonos são exemplos de clíticos.

dos limites sintáticos e da pausa, no entanto, nem sempre U tem o mesmo tamanho do constituinte sintático.

Segundo Nespor e Vogel (1994), de acordo com determinadas circunstâncias, o enunciado sofre processo de reestruturação semelhante às demais categorias inferiores da hierarquia prosódica. Nesse nível, a reestruturação não depende somente de fatores sintáticos, mas também de fatores lógico-semânticos. Por conseguinte, a reestruturação deve atender a requisitos que incluem condições pragmáticas e condições fonológicas. Para atender às primeiras, as orações devem ser enunciadas pelo mesmo falante e devem dirigir-se ao(s) mesmo(s) interlocutor(es); para as segundas, as orações devem ser relativamente curtas e não pode haver pausa entre elas.

A metodologia do estudo

Os dados analisados neste estudo pertencem ao Banco de Textos de Aquisição da Escrita (FaE-UFPel)⁷. O principal objetivo dessa pesquisa é investigar a aquisição e o desenvolvimento da ortografia nos textos de crianças de 1^a a 4^a série do ensino fundamental de duas escolas da cidade de Pelotas (RS), uma pública e outra particular.

O Banco é composto por 2000 textos espontâneos (coletados no período de 2001 a 2004), os quais foram produzidos por crianças com idades entre 6 e 12 anos que cursavam, à época das coletas, uma das quatro primeiras séries do ensino fundamental. Os textos analisados foram obtidos a partir de oficinas de produção textual, organizadas e implementadas pelo grupo de pesquisa durante o período escolar, nas salas de aula frequentadas pelas crianças. Cada uma dessas oficinas baseou-se em uma proposta diferente, que visava ao texto espontâneo do aluno, pois se considera que este é o que melhor revela as hipóteses que a criança constrói acerca da linguagem escrita.

Especificamente para este estudo, foram selecionados dez sujeitos, os quais foram escolhidos de maneira intencional: cinco alunos da escola pública e cinco da escola particular. Primeiro se levou em conta a regularidade da participação dos alunos nas coletas; depois, foram escolhidos aqueles que apresentavam, em suas escritas, uma maior diversidade de processos de segmentação não-convencional. Foram analisados setenta e quatro textos, obtidos a partir de nove coletas dentre as dez realizadas.

Todos os dados de segmentação não-convencional encontrados foram extraídos dos textos e, após, organizados em dois grandes grupos: dados de *hipossegmentação* e dados de *hipersegmentação*. Depois de separados, tanto

⁷ Pesquisa apoiada pelo CNPq – Processo nº400882/2008-6.

as hipo como as hipersegmentações foram analisadas tendo-se em conta três variáveis linguísticas e duas extra-linguísticas, a saber: *tipo de palavra*, *estrutura silábica*, *tonicidade*, *tipo de escola* e *série*, respectivamente.

A variável *tipo de palavra* sofreu ainda uma subcategorização em dois grupos principais – *palavra gramatical* e *palavra fonológica* – de acordo com a função que expressa. Considerou-se *palavra gramatical* aquela que não possui significado lexical, como os clíticos, por exemplo. A *palavra fonológica* abarca todas as palavras que possuem um acento primário e que, mesmo não tendo significado conhecido na língua, são candidatas potenciais para tal.

Partindo-se dessa subcategorização da variável *tipo de palavra*, obtiveram-se quatro possíveis combinações, a saber: a) palavra gramatical + palavra fonológica; b) palavra fonológica + palavra gramatical; c) palavra gramatical + palavra gramatical; d) palavra fonológica + palavra fonológica.

Depois de separados de acordo com as quatro possibilidades apresentadas, os grupos de palavras foram analisados segundo as variáveis *tipo de sílaba* e *tonicidade*. Com a variável *tipo de sílaba*, procurou-se verificar, nos dados analisados, quais foram os processos de ressilabação utilizados pelas crianças nas ocorrências de hipossegmentação, bem como o comportamento dos aprendizes em relação à preservação do constituinte sílaba nos processos de hipersegmentação.

A *tonicidade* foi considerada aspecto importante a ser analisado nos processos de segmentação, já que estudos de aquisição como os de Matzenauer (1990), Miranda (1996) e Rangel (1998), entre outros, mostram que as sílabas átonas são mais propícias a sofrerem processos fonológicos. Também se tem verificado, por meio de estudos fonéticos como os de Massini-Cagliari (1992), que a tonicidade ou o acento das palavras pode alterar seus segmentos e, até mesmo, a sua quantidade silábica.

A variável extralinguística *tipo de escola* foi analisada a fim de que se verificasse o rendimento das crianças da escola pública em relação ao das crianças da escola particular em seu processo de aquisição da escrita. Já a variável *série* teve como propósito verificar a evolução dos processos de segmentação das palavras, pois, em se considerando esse processo como progressivo, o tempo de contato com o texto e a produção textual podem contribuir para o domínio desse aspecto da escrita.

Os dados de hipossegmentação

Nesta seção, os resultados e a análise dos dados serão apresentados e discutidos a partir da classificação feita, levando-se em conta a variável *tipo de palavra*.

a) Palavra gramatical + palavra fonológica

Partindo-se da hipótese de que a criança analisa o tamanho da palavra como referência para segmentação, Ferreiro e Teberosky (1999) afirmam que, no início do processo de aquisição da escrita, conjuntos de uma ou duas letras são difíceis de serem reconhecidos pelo aprendiz, por isso, na maioria das vezes, o aluno junta essas letras à palavra seguinte fazendo uma hipossegmentação. As classes gramaticais como a conjunção “e”, os artigos, os pronomes e as preposições (monossílabos átonos) são as mais afetadas por esse fenômeno.

Partindo-se de uma hipótese fonológica, pode-se pensar que essa dificuldade observada na escrita corresponde, em parte, ao processo de aquisição oral. Segundo Abaurre, Galves e Scarpa (1999), quando a criança passa do balbucio tardio às primeiras palavras, os enunciados de uma sílaba são evitados e aparecem sempre junto a emissões de duas ou mais sílabas, assim como na escrita, uma vez que as sílabas que se juntam a outras palavras são aquelas que não portam acento.

Em (3), observam-se dados em que aparece a juntura entre uma palavra gramatical e uma palavra fonológica:

(3)	(a) avuoresta (a floresta)	(b) umdia	(c) ticomer
	oocelho	derepente	sesquecer
	ubluzão	nachamine	medeu
	osgatos	poriso (por isso)	etinha

Nas ocorrências mostradas em (3a), a hipossegmentação ocorre sempre entre o clítico, nesses casos um artigo definido, e uma palavra de conteúdo que começa por consoante. Essa sequência parece ser a preferência das crianças, pois, em alguns textos nos quais ocorreu esse tipo de hipossegmentação, havia também possibilidade de a juntura ser feita entre um “artigo” e uma palavra de conteúdo que se iniciasse por vogal, mas isso não ocorreu. Podem-se citar, como exemplos, as sequências “a estória” ou “o auco” (o álcool), grafadas de maneira a preservar os devidos espaços entre palavras. No primeiro caso, a criança evita a formação da sequência “aes”, inexistente em início de palavras no português brasileiro; no segundo exemplo citado, evita a formação de um tritongo, encontro vocálico de baixa frequência na língua. É interessante observar que essa preferência se manifesta em um texto no qual a hipossegmentação entre uma palavra gramatical e uma palavra fonológica ora ocorre, ora não. A mesma criança, em uma mesma situação de produção, hipossegmenta um pronome clítico e um verbo, “tiver” (te ver) e “ticomer” (te comer); mas não o faz em uma sequência como “ti ouvir” (te ouvir), possivelmente, evitando a formação do tritongo.

Hipossegmentações, como no exemplo “sesquecer” (se esquecer), no qual existe uma ressilabação vocálica, definida por Bisol (1992, 1996, 2000) como degeminação⁸, ocorrem com frequência. Na grande maioria dos dados encontrados, as estruturas silábicas da língua não são violadas. Isso mostra que, desde muito cedo, esse constituinte apresenta realidade psicológica para a criança, comprovando o que diz Abaurre (1988) sobre a sílaba ser um dos primeiros constituintes prosódicos que a criança domina, especialmente a estrutura silábica do tipo CV (consoante / vogal), considerada a forma canônica da sílaba.

b) Palavra fonológica + palavra gramatical

As hipossegmentações resultantes da juntura entre palavra fonológica e palavra gramatical, nos dados estudados, ocorrem quase sempre entre um verbo e um pronome em posição enclítica. Essa colocação pronominal, que não é a mais característica do falar brasileiro, pode estar motivando a criança a representá-la na escrita como uma só palavra, conforme mostram os exemplos em (4):

- (4) (a) chamavase (chamava-se) (b) pegela (pegá-la)
 falavase (falava-se) matalo (matá-lo)

Nos exemplos mostrados em (4a), existe a formação de um pé ternário ou dátilo (BISOL, 1996), do qual se origina uma palavra proparoxítona. Nesses casos, ao ter de decidir entre as duas situações não tão comuns, a ênclise ou o acento proparoxítono, a criança opta por esta última solução.

Nos exemplos em (4b), tem-se a formação de pés binários, pois o verbo, ao juntar-se com o pronome, produz um troqueu silábico, a regra mais geral do português para atribuição do acento, segundo Bisol (1996). Tanto em “pegela” quanto em “matalo”, tem-se um pé de cabeça medial, formando palavras paroxítonas trissilábicas. Essa forma de palavra é, juntamente com a paroxítona dissilábica, aquela que a criança, de acordo com Abaurre (1991), parece buscar no início do processo de aquisição da escrita. Uma forma padrão para as palavras da língua que resulta da combinação de hipóteses sobre o número ideal de sílabas e o padrão de acento mais comum.

c) Palavra gramatical + palavra gramatical

Esse tipo de hipossegmentação é um dos mais raros dentre aqueles casos encontrados nos dados analisados. Aparecem apenas dois tipos de combinação:

⁸ Segundo Bisol (1992, 1996, 2000), a degeminação é um processo de ressilabação vocálica que pode acontecer tanto no interior de uma palavra, como em “cooperativa” > c[o]perativa, quanto entre fronteiras vocabulares, como em “camisa azul” > camis[a]zul.

um que envolve a palavra gramatical “que”, em (5a), e outro, a junção entre a conjunção “e” e artigos definidos (5b):

- (5) (a) oque
paque (para que)
praque
- (b) ea (e a menina)
eo (e o lobo)

Nas hipossegmentações do tipo mostradas em (5a), a palavra gramatical “que” pode ter atraído a palavra gramatical à sua esquerda. Segundo Abaurre, Galves e Scarpa (1999), a palavra “que”, quando for interrogativa e estiver no início da frase, pode ser portadora de um acento nuclear. Os três dados apresentados em (5a) inserem-se nesse contexto. Como exemplo, pode-se observar um trecho de frase extraída do texto da criança: praque esses olhos. Mesmo que o ponto de interrogação não tenha sido grafado, fica evidente que essa é uma frase interrogativa, levando-se em conta que a história era a da “Chapeuzinho Vermelho”.

Embora o clítico “para” corresponda a um pé métrico, conseqüentemente, portador de acento (BISOL, 2000), nos dados mostrados em (5a), ele aparece na forma contraída “pra” ou mesmo como uma sílaba do tipo CV “pa”, transformando-se em sílaba átona, assim, o pé métrico somente se forma quando ela se liga à palavra gramatical “que”. O que sugere, mais uma vez, que a busca pelas formas menos marcadas da língua motiva esse tipo de escrita.

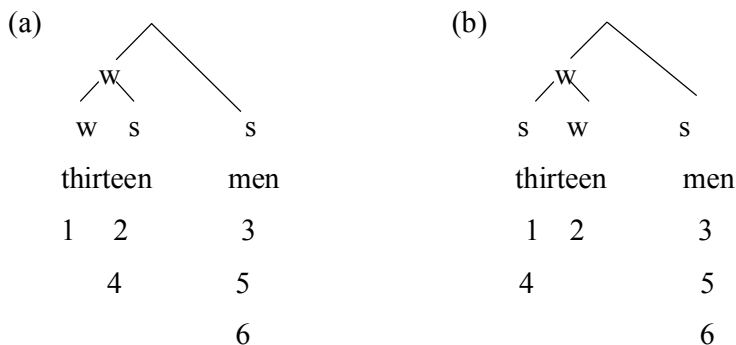
Quanto aos exemplos mostrados em (5b), as motivações parecem ser bem específicas, pois ambos os dados foram extraídos de início de frase, nunca do interior do texto. Esse fato pode indicar que a criança mostra resistência à presença de duas letras isoladas no início de uma frase.

d) Palavra fonológica + palavra fonológica

Os dados referentes a essa combinação formam frases fonológicas e frases entonacionais. A construção da frase fonológica, segundo Nespor e Vogel (1994), deve ser avaliada por intermédio de noções sintáticas mais gerais. No português, a recursividade observada na formação das frases é à direita, e categorias gramaticais como nome (N), verbo (V) ou adjetivo (A) são consideradas as cabeças de frases fonológicas. Os exemplos que seguem em (6) e (7) mostram hipossegmentações que formam frases fonológicas.

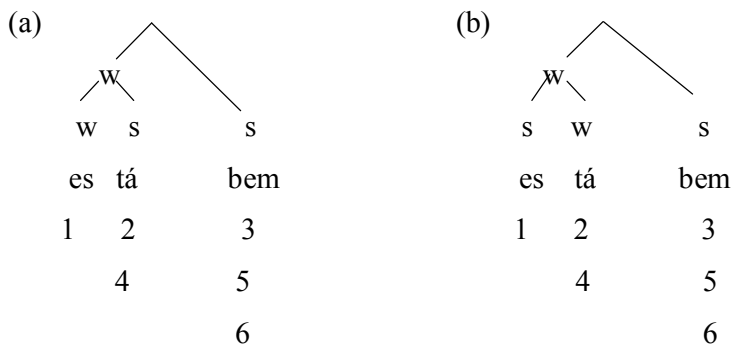
- (6) belodia (belo dia)
u belodia a dona bruxa estava costurando bluzão
[u belodia a dona bruxa] FN [estava costurando bluzão] FV
[[u belodia] ϕ [a dona] ϕ [bruxa] ϕ [estava costurando] ϕ [bluzão] ϕ] I

(10)



Dados como “estabem” (está bem) podem ser analisados através da grade métrica de Liberman e Prince (1977). Essa reorganização permite uma alteração rítmica da hipossegmentação “estabem” e, por conseguinte, a eliminação do choque de acentos existente entre as duas palavras, como mostra o exemplo (11):

(11)



Os dados de hipersegmentação

Assim como na seção anterior, os dados serão apresentados de acordo com o resultado obtido após a classificação feita segundo a variável *tipo de palavra*.

a) Palavra gramatical + palavra fonológica

Ferreiro e Teberosky (1999) afirmam que a criança, quando começa a escrever, tem muita dificuldade em reconhecer como palavra conjuntos de uma ou duas letras. Por isso, na maioria das vezes, junta essas letras à palavra seguinte

fazendo uma hipossegmentação. Tal afirmativa revela o que pode ser ainda um resquício da hipótese da quantidade mínima de caracteres, segundo a qual é necessário que se tenha um mínimo de letras para que algo possa ser lido. Com o desenvolvimento da conceituação a respeito da escrita pela criança, à medida que essa hipótese começa a ser superada, estruturas que foram indevidamente unidas passam a ser reconhecidas, e estruturas que deveriam permanecer unidas, principalmente na sílaba inicial, podem ocasionar uma segmentação inadequada. Esse fenômeno, exemplificado em (12), é o mais frequentemente observado nos dados de hipersegmentação estudados.

(12) (a)	a onde	(b)	em bora	da quela
	na mora		a légi	com migo
	da nada		a baso	

Como se pode observar em (12a), o que resta à direita, além de ser uma palavra fonológica, é também uma palavra lexical. Já em outros casos, como os apresentados em (12b), o que está segmentado à direita é uma palavra fonológica sem significado lexical, assim considerada por formar um pé métrico, nesses casos, do tipo troqueu silábico⁹.

Considerando-se que a maioria dos dados de hipersegmentação, como os mostrados em (12), deixam à direita um troqueu silábico, pode-se supor, seguindo Abaurre (1991) e Cagliari (2002), que uma das variáveis que pode influenciar a decisão da criança sobre onde segmentar a escrita é a constituição de palavras dissílabas paroxítonas.

O dado “com migo” merece especial atenção, pois exemplifica a ideia de que a hipersegmentação pode ocorrer em consequência do reconhecimento de uma palavra gramatical, visto que a criança, ao isolar a sílaba “co”, acrescenta-lhe a coda nasal “m”, produzindo uma forma gráfica que corresponde à preposição “com”.

b) Palavra fonológica + palavra gramatical

Esse tipo de resultado decorrente da hipersegmentação é quase uma exceção, pois, nos dados estudados, há apenas três ocorrências, as quais estão apresentadas em (13).

⁹ O troqueu silábico é um pé composto por duas sílabas, com proeminência à esquerda. A contagem das sílabas não considera sua estrutura interna. Abaixo está a representação deste pé:

(* .)
σ σ

(13) gitan do

correm do

tu do

Nos exemplos em (13), observa-se, à direita da sequência, o isolamento da palavra gramatical “do”. Esses casos, nos quais a palavra fonológica fica à esquerda, podem ser motivados pelo fato da forma “do”, bastante comum na língua, resultante da contração entre a preposição “de” e o artigo “o”, ter sido reconhecida pela criança. Outra possibilidade de análise, no entanto, também se mostra viável, pois é possível pensar-se que o reconhecimento da forma à esquerda influencia a inserção de espaço na grafia das crianças. Nos dois primeiros exemplos, tem-se a presença da nasal e da tonicidade da palavra no ponto em que o espaço foi inserido, ou seja, ambas as palavras foram segmentadas logo após uma sílaba tônica que possui uma coda nasal¹⁰; alia-se a isso o fato de as formas verbais resultantes terem alta frequência no português, “gritam” e “correm”. Tal junção de fatores pode ter motivado essas segmentações não-convencionais. No caso da segmentação da palavra “tudo”, temos à esquerda o pronome pessoal “tu”, forma de tratamento característica do dialeto gaúcho falado pelas crianças pesquisadas. Assim, nesse último caso, o que pode estar dirigindo a segmentação é o reconhecimento de uma forma pronominal muito comum a elas.

c) Palavra gramatical + palavra gramatical

Dados que se enquadrem nessa combinação possível não foram observados nas produções escritas analisadas, exceto a grafia da palavra “porque”. Tal grafia não foi computada como um erro, devido ao fato de existir na ortografia do português a possibilidade dessa sequência ser grafada de ambas as formas, junto ou separado, dependendo do contexto em que se encontra, ou seja, da função que desempenha na frase.

d) Palavra fonológica + palavra fonológica

Nos dados analisados, pôde-se observar que as sequências de duas palavras fonológicas apresentaram três possibilidades de resultado, quais sejam: uma palavra fonológica transformando-se em duas que não possuem significado na língua; uma palavra fonológica transformando-se em duas palavras lexicais; e uma palavra fonológica transformando-se em uma lexical e outra sem significado, conforme mostram os exemplos em (14).

(14)	(a)	(b)	(c)
	verda deiro (verdadeiro)	ter mina (termina)	chapeu sinho (chapeuzinho)
	tor meiro (torneio)	mau tratados (maltratados)	ar partamento (apartamento)
			man deu (mandou)

¹⁰ Conforme Miranda (2007), a coda nasal é um contexto problemático para as crianças em fase de aquisição da escrita.

Nos exemplos mostrados em (14a), observa-se uma tendência à formação de duas palavras dissílabas ou de uma monossílaba com duas moras – sílaba pesada – mais uma dissílaba, como nos exemplos “verda deiro” e “tor meiro”, respectivamente. As palavras que se originam da segmentação, nesses casos, não possuem significado lexical, mas preservam o pé métrico, legitimando a formação de duas palavras fonológicas.

Em (14b), além da preservação de pés métricos, a criança pode estar interpretando esses vocábulos como duas palavras lexicais integrantes do seu vocabulário, pois, como resultado da segmentação, têm-se duas palavras cujo conteúdo, certamente, é conhecido pelo aluno aprendiz. Abaurre (1991) mostra alguns exemplos de vocábulos menos conhecidos da criança que, ao serem escutados, foram representados na escrita como duas palavras autônomas: “catapulta” que a criança escreve como “cata” e “puta” e a “calabouço” escrita como “cala” e “bolso”. Não se pode deixar de mencionar, no entanto, que o exemplo “mau tratados”, diferentemente de “ter mina”, origina-se da palavra “maltratados”, um composto do português.

Nos exemplos mostrados em (14c), o reconhecimento de uma palavra lexical à esquerda ou à direita pode ter sido uma das motivações da segmentação. No caso específico da segmentação de “chapeuzinho”, pode-se observar outra motivação além do reconhecimento do vocábulo “chapéu” e da palavra “Zinho”, às vezes empregada pelos falantes como palavra de conteúdo. De acordo com Bisol (1994), palavras morfológicas formadas com o sufixo – zinho constituem-se de duas palavras fonológicas devido ao acento primário do sufixo. Ao juntar o radical “chapéu” com o sufixo “-zinho”, têm-se duas sílabas fortes sucessivas. Ocorre, porém, que no nível da palavra, de acordo com Bisol (1994), a grade métrica do português é sensível ao choque de acentos, isto é, à sequência forte-forte. Esse choque pode ter sido a causa da hipersegmentação da palavra “chapeuzinho”.

No caso da hipersegmentação “man deu”, além do reconhecimento de uma palavra lexical à direita, a separação pode ter sido motivada pela coda nasal da sílaba que ficou isolada à esquerda.

Os dados de hipo e hipersegmentação em uma mesma sequência

Esses dados não aparecem em grande número, todavia são relevantes à medida que são capazes de ilustrar o jogo de influências dos aspectos linguísticos sobre a decisão da criança na hora em que ela tem de definir o lugar dos espaços em suas grafias. Também nesses casos híbridos, observam-se alguns processos já mencionados tanto nas hipo quanto nas hipersegmentações anteriormente analisadas.

Devido ao fato de os dados apresentarem uma maior incidência de casos de hipossegmentação em se comparando à hipersegmentação, pode-se pensar que, quando esses dois fenômenos aparecem simultaneamente, primeiro a criança hipossegmenta a sequência para depois hipersegmentá-la. Um movimento desse tipo pode ser observado no exemplo (15).

- (15) (a) quem fim (que enfim)
que enfim > qu[e]nfim > quem fim
(b) ele vou (e levou)
e levou > elevou > ele vou

Em (15), pode-se levantar a hipótese de que primeiro a criança constrói uma sequência única para depois hipersegmentá-la, formando duas palavras fonológicas que são também lexicais. No caso do exemplo (15a), essa hipótese aparece mais claramente em função da degeminação ocorrida com a vogal [e] no momento da junção das duas palavras. Outros dados desse tipo estão apresentados em (16):

- (16) (a) mea jude (me ajude)
(b) tes quece (te esquece)
(c) pofa vor (por favor)
(d) siasu tou (se assustou)

Nos dados em (16a) e (16b), observa-se o isolamento de um pé troqueu à direita, ficando à esquerda uma sílaba pesada. No exemplo em (16c), acontece o contrário, o pé troqueu está à esquerda, enquanto a sílaba pesada está à direita. Em (16b), a hipossegmentação ocorre por intermédio de um processo de degeminação, enquanto em (16d) há uma ditongação e, provavelmente, a hipersegmentação se dá em função da dificuldade que a criança tem em lidar com segmentos de coda, neste caso o “s”, deixando, conforme Moreira (1991), o espaço da dúvida.

Considerações finais

Ao longo do estudo, foi possível observar que, quanto aos dados de *hipossegmentação*, duas tendências mostraram-se predominantes: juntura entre uma palavra gramatical e outra fonológica, como em “olobo”, “derepente”, “tecomer”, e juntura entre duas palavras fonológicas, como em “chicobento”, “belodia”, “benlonge”.

Os dados que envolvem uma palavra gramatical e uma palavra fonológica são os mais numerosos. Esses achados confirmam o que diz Ferreiro e Teberosky

(1999) sobre a dificuldade da criança em reconhecer, na fase de aquisição da escrita, seqüências de uma ou duas letras como palavra. Segundo Abaurre, Galves e Scarpa (1999), essa dificuldade também ocorre na aquisição da linguagem oral, pois a palavra gramatical, por não possuir acento, integra-se à palavra adjacente como uma de suas sílabas pretônicas.

No caso das ocorrências que apresentam hipossegmentação entre duas palavras fonológicas, o que acontece é o surgimento de frases fonológicas ou frases entonacionais. Nas primeiras, como no exemplo “miaroupa” (minha roupa), a hipossegmentação pode ocorrer devido à escolha, motivada por critérios semânticos, da frase fonológica forte de uma frase entonacional. No caso das frases entonacionais, pode haver uma motivação devido à presença de uma linha entonacional decorrente de uma pausa, como em “chicobento saiu correndo”.

Hipossegmentações do tipo que juntam palavra fonológica a uma palavra gramatical e que juntam duas palavras gramaticais aparecem em número muito reduzido. As primeiras, em geral, são motivadas pela formação de uma única palavra fonológica, como em “pegela” (pegá-la) e as últimas, quase exceções, são significativas apenas nos dados que envolvem a palavra gramatical “que”, como em “oque” ou “praque”. Essas hipossegmentações justificam-se, segundo Abaurre, Galves e Scarpa (1999), pelo fato do “que” possuir um acento nuclear, o qual gera uma interrupção na fala e pode atrair a palavra gramatical que está à sua esquerda, principalmente quando isso ocorrer em uma sentença interrogativa.

Nos dados de hipossegmentação, em geral, quanto à variável *tipo de sílaba*, pôde-se constatar que, ao suprimir os espaços entre as palavras, a criança tende a preservar as estruturas silábicas da língua, e somente em casos raríssimos isso não se verifica. Quando o contexto é favorável, o aprendiz usa processos de ressilabação vocálica como a ditongação e a degeminação, conforme mostram respectivamente os exemplos “siolharão” e “sesquecer”.

A variável *tonicidade* mostrou-se relevante para a análise dos dados de hipossegmentação. A supressão dos espaços entre palavras pode ser motivada pela presença de grupos tonais ou linhas entonacionais, bem como pela sílaba tônica da palavra. Em quase todos os casos foi preservado o pé do acento.

Observou-se que os constituintes de nível mais alto da hierarquia prosódica, a saber: a palavra fonológica, a frase fonológica, a frase entonacional e o enunciado, parecem dirigir os processos de hipossegmentação.

A criança, ao perceber a fala como um contínuo, apresenta, no início do processo de aquisição da escrita, uma forte tendência em separar as palavras de acordo com a presença de grupos tonais ou de linhas entonacionais. Esse

tipo de ocorrência tende a diminuir tão logo o aluno percebe que a escrita não é exatamente um espelho da fala.

Na análise dos dados de *hipersegmentação*, duas tendências prevaleceram: a separação de uma palavra em duas, uma gramatical e outra fonológica, e a separação de uma palavra em duas outras fonológicas.

Os dados que envolvem uma palavra gramatical e uma fonológica são os mais numerosos e refletem, segundo Ferreiro e Teberosky (1999), o reconhecimento da primeira como motivação. Nesse caso, a criança reconhece a sílaba inicial como sendo uma palavra gramatical e, conseqüentemente, a isola, gerando uma hipersegmentação. A palavra fonológica que fica segmentada à direita pode ter significado lexical ou não. O que se mostra mais representativo nessa palavra é a preservação de um pé métrico, na maioria dos casos um troqueu silábico, resultado que confirma tendência observada por Abaurre (1991).

Nas ocorrências de hipersegmentação que resultam em duas palavras fonológicas, que podem ou não ter significado lexical, observou-se que essas separações podem ter as seguintes motivações: preferência pela formação de palavras dissílabas e paroxítonas; reconhecimento de palavras integrantes do vocabulário da criança; preservação de um pé métrico que tenha apenas uma sílaba pesada.

As hipersegmentações que formam uma palavra fonológica e uma palavra gramatical, assim como as que geram duas palavras gramaticais, são consideradas uma exceção dentre os dados analisados neste trabalho, devido à escassez de exemplos encontrados.

Nos dados de hipersegmentação, em geral, quanto à variável *tipo de sílaba*, pôde-se constatar que, ao inserir um espaço dentro da palavra, a criança tende a preservar as estruturas silábicas da língua, e somente em casos raríssimos isso não se verifica. Também a variável *tonicidade* mostrou-se importante para o estudo dos dados de hipersegmentação. A sílaba tônica parece influenciar a decisão da criança tanto quando há a preservação do pé binário, antes do qual é inserido o espaço, como quando há isolamento de sílabas pesadas.

Os dados analisados, tanto de hipo quanto de hipersegmentação, revelaram, com relação aos constituintes prosódicos, duas importantes tendências: uma relativa à manutenção da integridade da sílaba, pois a criança preserva o constituinte silábico ao definir os limites da palavra; e outra, à manutenção do pé métrico, uma vez que se observou uma acentuada tendência à preservação do pé binário, em especial, do tipo troqueu silábico.

Quanto à variável *tipo de escola*, os dados em geral revelaram que as crianças da escola particular, nos dois primeiros anos de escolarização, apresentaram menos

dúvidas do que as crianças da escola pública. Essa evidência parece indicar que o nível de escolaridade dos pais¹¹ e um provável contato maior com a escrita antes do ingresso à escola, favorecem a ocorrência de menos segmentações não-convencionais.

Positivamente, a variável *série* mostrou que a escola possui um papel importante no processo de aquisição da escrita, pois a cada série que passa o número de casos de segmentações não-convencionais diminui tanto nos textos das crianças da escola pública como da particular.

Os resultados da pesquisa corroboram a ideia de Ferreiro e Teberosky (1999), segundo a qual a criança é ativa no processo de aquisição da escrita e faz do texto, produzido de forma espontânea, um laboratório de experimentação para suas hipóteses. A decisão sobre em que lugar segmentar as palavras não envolve apenas um tipo de processo para a criança e suas escolhas não são aleatórias. Essas decisões são sempre o resultado de processos complexos, que envolvem, geralmente, mais do que apenas uma motivação.

Finalmente, em se considerando que os dados de escrita se mostraram reveladores de aspectos do conhecimento linguístico que a criança possui, nesse caso em especial dos aspectos prosódicos da língua, não se pode deixar de apontar para a estreita relação oralidade/escrita, preservada evidentemente a especificidade de ambos os processos.

CUNHA, A. P. N. da; MIRANDA, A. R. M. Hypo- and hyper-segmentation in writing acquisition data: the influence of prosody. *Alfa*, São Paulo, v.53, n.1, p.127-148, 2009.

- **ABSTRACT:** *This paper examines unconventional word segmentation that was collected in children's early writing. The data is discussed in the light of the Nespor and Vogel's (1994) Prosodic Phonology. Results show that hypo-segmentations (i.e. lack of space between word boundaries) are mostly influenced by constituents at the highest level in the hierarchy, e.g., the phonological word, the phonological phrase, and the intonational phrase, whereas hyper-segmentations (i.e. inclusion of spaces within word boundaries) are influenced by the constituents at the lowest level in the hierarchy, such as the syllable and the metrical foot.*
- **KEYWORDS:** *Writing. Acquisition. Prosodic phonology. Hypo-segmentation. Hyper-segmentation.*

REFERÊNCIAS

ABAURRE, M. B. M.; GALVES, C. M. C.; SCARPA, E. M. A interface fonologia-

¹¹ Foi verificado, de maneira geral, através de fichas sócio-econômicas fornecidas pelas escolas, o grau de escolaridade dos pais das crianças das duas escolas. Constatou-se que o grau de escolaridade dos pais das crianças da escola pública é nível fundamental incompleto, enquanto os pais das crianças da escola particular possuem nível médio completo ou grau universitário.

sintaxe: evidências do português brasileiro para uma hipótese *top-down* na aquisição da linguagem. In: SCARPA, E. M. (Org.). *Estudos de prosódia*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999. p.285-323.

_____. A relevância dos critérios prosódicos e semânticos na elaboração de hipóteses sobre segmentação na escrita inicial. *Boletim da ABRALIN*, Campinas, v.11, p.203-217, 1991.

_____. O que revelam os textos espontâneos sobre a representação que faz a criança do objeto escrito? In: KATO, M. A. (Org.). *A concepção da escrita pela criança*. 2.ed. Campinas: Pontes, 1988. v.1, p.135-142.

BISOL, L. O clítico e seu status prosódico. *Revista de Estudos de Linguagem*, Belo Horizonte v.9, n.1, p.5-30, 2000.

BISOL, L. (Org.). *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

_____. O acento e o pé binário. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v.29, n.4, p.25-36, 1994.

_____. Sândi vocálico externo: degeminação e elisão. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v.23, p.83-101, jul/dez. 1992.

CAGLIARI, L. C. *Alfabetização & linguística*. 10.ed. São Paulo: Scipione, 2002.

CHOMSKY, N. *Knowledge of language*. Nova York: Praeger, 1986.

_____. abordagem linguística. In: PIATELLI-PALMARINI, M. (Org.). *Teorias da linguagem, teorias da aprendizagem: o debate entre Jean Piaget & Noam Chomsky*. Tradução de Alvaro Cabral. Lisboa: Edições 70, 1978. p.51-62.

_____. *Aspects of the theory of syntax*. Massachusetts: MIT, 1965.

CUNHA, A. P. N. *A hipo e a hipersegmentação nos dados de aquisição da escrita: um estudo sobre a influência da prosódia*. 2004. 132f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2004.

FERREIRO, E.; PONTECORVO, C. Os limites entre as palavras. A segmentação em palavras gráficas. In: FERREIRO, E.; PONTECORVO, C.; MOREIRA, N. R.; HIDALGO, I. G. *Chapeuzinho Vermelho aprende a escrever: estudos psicolinguísticos comparativos em três línguas*. São Paulo: Ática, 1996. p.38-77.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. *Psicogênese da língua escrita*. Tradução de Diana Myriam Lichtenstein, Liana di Marco e Nestor Jerusalinsky Porto Alegre: ARTMED, 1999.

KATO, M. A. *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*. São Paulo: Ática, 1986.

LIBERMAN, M.; PRINCE, A. On stress and linguistic rhythm. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, v.8, n.2, p. 249-336, 1977.

MASSINI-CAGLIARI, G. *Acento e ritmo*. São Paulo: Contexto, 1992.

MATZENAUER, C. L. Introdução à teoria fonológica. In: BISOL, L. (Org.). *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996. p.9-93.

_____. *A aquisição da fonologia do português: estabelecimento de padrões com base em traços distintivos*. 1990. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990.

MIRANDA, A R. M. Aspectos da escrita espontânea e da sua relação com o conhecimento fonológico. In: LAMPRECHT, R. (Org.). *Aquisição da linguagem: estudos recentes no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. No prelo.

_____. *A aquisição do 'r': uma contribuição à discussão sobre seu status fonológico*. 1996. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

MOREIRA, N. da C. R. *O nome próprio na aquisição da escrita: construção da nasal pré-consonantal*. 1991. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991.

NESPOR, M.; VOGEL, I. *La prosodia*. Madrid: Visor Distribuciones, 1994.

PIAGET, J. *A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação*. Tradução de Álvaro Cabral e Christiano Monteiro Oiticica. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. *A epistemologia genética*. Petrópolis: Vozes, 1972.

RANGEL, G. A. Os diferentes caminhos percorridos na aquisição da fonologia do português. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v.33, n.2, p.133-140, jun. 1998.

VIGOTSKI, L. S. *Pensamento e linguagem*. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

Recebido em setembro de 2008.

Aprovado em novembro de 2008.

IDENTIDADE, ALTERIDADE E CULTURA REGIONAL: A CONSTRUÇÃO DO *ETHOS* MILONGUEIRO GAÚCHO

Maria da Glória Corrêa DI FANTI¹

- RESUMO: Considerando a importância de se conhecer o gênero musical milonga, que representa de modo peculiar a cultura gaúcha, este trabalho tem o objetivo de analisar aspectos relativos à construção discursiva do *ethos* do enunciador da milonga-canção, procurando apreender características da atividade de composição da milonga. A metodologia da presente reflexão é desenvolvida de modo a responder às seguintes questões: Qual o *ethos* que se constrói no discurso de duas diferentes milongas de um mesmo compositor? Que características do milongueiro podem ser apreendidas a partir das canções analisadas? Como embasamento teórico, a análise do discurso de base enunciativa e a teoria bakhtiniana proporcionam a observação de como o sujeito enunciador se constrói na relação com o outro nos discursos que atravessam o seu dizer, propiciando a observação da tensão entre identidade e alteridade na tessitura das milongas, de modo a apreender responsivamente características que acenam para a construção discursiva de um jeito milongueiro de ser.
- PALAVRAS-CHAVE: *Ethos*. Milonga-canção. Identidade. Alteridade. Cultura gaúcha.

*Eu sou milongueiro, um ser nunca pronto.
Mauro Moraes (2003).*

Palavras iniciais

Dentre as músicas que se destacam na cultura gaúcha, a milonga é uma das que se sobressai pela vocação à reflexão. A milonga-canção, milonga pampeana ou campeira (RAMIL, 2004) é aquela em que a palavra tem função fundamental, pois, articulada a uma melodia suave, deixa aguçar os sentidos e o pensamento. Expressão de sensibilidade, a milonga aglutina diferentes gostos estéticos, e, ainda que em algumas manifestações apareçam diversos instrumentos, pode-se dizer que é o violão o melhor amigo do compositor. Violão e voz se afinam para tratar

¹ UCPEL – Universidade Católica de Pelotas. Centro de Educação e Comunicação – Programa de Pós-Graduação em Letras. São Leopoldo – RS – Brasil. 93020-280 – gdfanti@gmail.com

de diferentes temas, como a saudade, a solidão, o trabalho campeiro e a própria composição da milonga, criando cenários inusitados.

A milonga-canção, diferente da milonga tocada pelo acordeom e própria para dançar, tem um alcance que ultrapassa os limites geográficos da cultura campeira do interior do Rio Grande do Sul, uma vez que se materializa como um ponto de contato entre diferentes tendências, como os movimentos nativistas e a cultura rio-grandense, uruguaia e argentina. Segundo Ramil (2004), uma das principais características da milonga é o chamado à reflexão, o que, independentemente de se ter vivido na campanha, singulariza o modo de ver a cultura campeira.

Essa abordagem traz para discussão não só a questão da identidade da milonga, como constitutiva da cultura regional gaúcha – com todas as influências que a particularizam –, mas também a dificuldade de sua aceitação em diferentes espaços. Quando se fala em música gaúcha, alerta Ramil, é comum vir à cabeça aquela que, envolvida em um cenário tradicionalista, enseja diferentes estereótipos cristalizados do gaúcho, muitas vezes calcados em um conjunto de “pré-conceitos”. Pode-se dizer, nesse contexto, que há uma restrição da figura do gaúcho, vinculada a um protecionismo regional e por vezes folclórico, o que dificulta a expressão do compositor gaúcho fora do Estado, entrando em “[...] embate com seu estereótipo, terminando por evitá-lo, criticá-lo ou submeter-se a ele, quase sempre sem alcançar seu objetivo” (RAMIL, 2004, p.17). A partir dessas observações, é possível perceber o conflito que vive o compositor de milonga que, embora goste de muitas coisas que o tradicionalista também gosta, como o campo, cavalo, gado, vestes e mate, tem uma maneira diferente de vê-las e resgatá-las nas suas composições musicais. No entanto, parte do público gaúcho e de outras regiões do Brasil não dissocia as diferentes abordagens da música gaúcha e já a descarta de antemão, ou então a limita aos estereótipos cristalizados do machismo, fortemente ligados às lutas revolucionárias.

Tendo em vista as observações precedentes, vale destacar a nossa opção de considerar a milonga como uma composição musical que, não se restringindo a um ritmo reconhecível que induz a diferentes sentimentos, é constituída por uma letra cuidadosamente trabalhada e saturada de valores que cria efeitos diversos em sua circulação e recepção. Nessa perspectiva, dentre diversos expoentes da milonga-canção, trazemos para reflexão duas canções da produção cultural do compositor Mauro Moraes, que é autor de mais de 70 músicas, muitas gravadas por reconhecidos intérpretes gaúchos, como Beбето Alves, João de Almeida Neto, José Cláudio Machado, Luiz Marengo e Neto Fagundes. Moraes recebeu, em mais de uma edição, o Prêmio Açorianos de Música, promovido pela Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre, na categoria compositor regional. Também venceu diversos festivais de música nativista no Rio Grande do Sul, como é o caso da conhecida Califórnia da Canção Nativa, que ocorre em Uruguaiana, sua cidade

natal. Embora tenha um currículo invejável do ponto de vista da sua produção como compositor, ainda é pouco reconhecido como intérprete. Suas composições são mais conhecidas do público gaúcho em geral na voz de outros cantores do que na sua própria voz, o que motivou selecionar para análise duas canções que compõem o seu primeiro disco como intérprete.

Nesse cenário, considerando a importância de se conhecer a particularidade do trabalho dos expoentes de diferentes gêneros musicais gaúchos, em especial a milonga, que articulando letra e melodia representa de modo peculiar a cultura regional, temos o objetivo de analisar aspectos relativos à construção discursiva do *ethos* do enunciador da milonga-canção, procurando apreender características da atividade de composição da milonga. Resumidamente, pretendemos responder às seguintes questões: Qual o *ethos* que se constrói no discurso de duas diferentes milongas de um mesmo compositor? Que características do milongueiro podem ser apreendidas a partir das canções analisadas?

Como embasamento teórico, respaldamo-nos em Maingueneau (2005, 2006a, 2006b, 2008) e em Bakhtin e seu Círculo (BAKHTIN, 1998, 2003a, 2003b; BAKHTIN [VOLOCHINOV], 1995). Da análise do discurso de base enunciativa, recorreremos à noção de *ethos*, imagem discursiva do enunciador construída por meio de diferentes elementos (linguísticos, éticos, estéticos etc.) inseridos em uma conjuntura sócio-histórica, os quais necessitam da “incorporação” do interlocutor para apreendê-lo em um conjunto difuso de representações sociais. Da teoria bakhtiniana, consideramos como pressuposto epistemológico de base o dialogismo, princípio constitutivo da linguagem, que tem no outro a condição de constituição do sujeito, do discurso e dos sentidos. Constitui-se assim a alteridade própria da atividade humana, cujo dialogismo instaura uma permanente relação com outros discursos (aqueles que respondem, que entram em conflito ou consonância e ainda aqueles que antecipam).

A articulação entre as abordagens teóricas referidas deve proporcionar que se observe como o sujeito enunciador se constrói na relação com o outro nos discursos que atravessam o seu dizer, propiciando a observação da relação entre identidade e alteridade na tessitura de vozes sociais do discurso de diferentes milongas, de modo a apreender responsivamente características que acenam para a construção de um jeito milongueiro de ser.

Este trabalho está organizado em duas seções, seguidas das **Considerações finais**. Na primeira seção, apresentamos o referencial teórico, desenvolvendo a noção de *ethos* e cena de enunciação e as implicações entre subjetividade e alteridade no movimento dos sentidos. Na seção seguinte, além de apresentarmos o material de análise e suas condições de produção, procedemos à análise das canções selecionadas.

Ethos e cena de enunciação: facetas entre subjetividade, alteridade e produção de sentidos

A noção de *ethos* que fundamenta esta reflexão, desenvolvida por Maingueneau (2006a), embora se diferencie da tradição retórica, não deixa de concordar com três ideias básicas do *ethos* aristotélico: o *ethos* é (a) uma noção discursiva, isto é, constitui-se por meio do discurso, não sendo, portanto, uma “imagem do locutor exterior à fala”, (b) um “processo *interativo* de influência sobre o outro” e (c) uma noção “[...] *híbrida* (sócio-discursiva), um comportamento socialmente avaliado, que não deve ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa.” (MAINGUENEAU, 2006a, p.60), própria de uma conjuntura histórico-social.

Na perspectiva discursiva, há em todo texto, escrito ou não, uma vocalidade que pode ser relacionada com a “caracterização do corpo do enunciador” construído no discurso (MAINGUENEAU, 2006a, p.61). O *ethos* recobre não apenas a dimensão verbal, mas também um conjunto de características psíquicas e físicas que se associam a um fiador, o qual se revela por meio de um tom, atestando o que diz. O fiador, desse modo, recebe um caráter e uma corporalidade que variarão conforme a constituição dos textos, a cena de fala criada. Enquanto “o caráter corresponde a um feixe de traços psicológicos”, a corporalidade está ligada a uma “compleição física e a uma forma de vestir” (MAINGUENEAU, 2006a, p.62).

Além do caráter e da corporalidade, o *ethos* “[...] implica uma forma de mover-se no espaço social, uma disciplina tácita do corpo, apreendida por meio de um comportamento” (MAINGUENEAU, 2006a, p.62). A incorporação do interlocutor, sob esse enfoque, não se dá pela simples identificação de uma personagem fiadora, mas sim pela implicação em “um mundo ético”, segundo Maingueneau (2006a), que funciona como um conjunto difuso de representações sociais e culturais, o que evidencia uma distância entre o *ethos* almejado e o efetivamente elaborado.

Todo texto apresenta uma cena de enunciação, constituída pela indissociabilidade das cenas englobante, genérica e cenografia. A cena englobante atribui ao discurso um estatuto pragmático, integrando-o a um determinado tipo (publicitário, administrativo, filosófico etc.). A cena genérica corresponde a um gênero do discurso (editorial, consulta médica etc.), o qual implica uma situação específica: papéis, circunstâncias espaço-temporais, suporte material, finalidade etc. Enquanto a cena englobante e a genérica possuem certas características que aparecem em diferentes exemplares de textos, a cenografia é construída por um texto específico, constituindo uma cena de fala que o discurso pressupõe para poder ser enunciado e para validar sua enunciação. Por conseguinte, os conteúdos desenvolvidos pelo discurso permitem especificar e validar o *ethos* e a cenografia (MAINGUENEAU, 2006a). O *ethos*, nesse sentido, não é um saber extradiscursivo

do enunciador, mas sim está ligado à enunciação, sendo considerado um “efeito de discurso” (MAINGUENEAU, 2005, p.70).

Podemos entender que a noção de *ethos* pressupõe instâncias de subjetividade tanto na produção quanto na recepção do discurso. Essa observação advém do fato de a cenografia (MAINGUENEAU, 2005, 2006a, 2006b), tida como dinâmica, legitimar-se pelo evento da enunciação, associando uma figura de enunciador a uma figura correlata de co-enunciador(es), o que supõe uma cronografia (um momento) e uma topografia (um lugar) das quais pretende originar-se o discurso. É comum as cenografias se apoiarem em cenas de fala validadas (valorizadas ou rejeitadas), instaladas na memória coletiva (MAINGUENEAU, 2006b), em que o interlocutor poderá ou não aderir ao que se diz, tendo em vista o confronto entre pontos de vista diversos (MAINGUENEAU, 2006a). Sob esse enfoque, remetendo-nos à teoria bakhtiniana, é importante observar que cada um ocupa um lugar único, em que a atitude ativa do leitor não permite uma compreensão passiva (BAKHTIN [VOLOCHINOV], 1995), mas sim um processo de construção de sentido em que o interlocutor atribui contrapalavras à palavra que está em processo de compreensão, concretizando respostas variadas (concordância, participação, objeção etc.) numa interação entre diversos planos axiológicos.

O *ethos*, por conseguinte, é reconhecido na constitutiva relação com o outro (sujeitos e discursos), em que uma vocalidade discursiva – manifestada por variados *tons* – revela a movimentação de um corpo investido de valores socialmente reconhecidos (MAINGUENEAU, 2001, 2008). Tal concepção, associada à perspectiva dialógica (BAKHTIN, 1998), traz à tona a diversidade de vozes sociais, posições ideológicas, que tecem o discurso e o sujeito. As vozes são pontos de vista que se interceptam, instituindo a constitutiva alteridade, necessária relação com o outro, e a decorrente dinamicidade discursiva. O ato de enunciar é, desse modo, uma resposta a enunciados alheios, em que se assume determinadas vozes e, ao mesmo tempo, se recusa outras (que também ressoam no enunciado), singularizando posições de um sujeito dialógico e plurivocal. Na tensão entre vozes em concorrência, o enunciado não é de responsabilidade de um locutor uno, mas sim da interação entre discursos diversos e dizeres históricos que se atualizam a cada enunciação².

Para a proposta deste trabalho, é pertinente perceber as implicações das relações de alteridade e qual o efeito disso na apreensão do *ethos* do enunciador da milonga. Isso é mais relevante ainda se considerarmos que o locutor tenta “[...] controlar, mais ou menos confusamente, o tratamento dos signos que ele produz [...]” (MAINGUENEAU, 2006a, p.70), não garantindo, contudo, a estabilização dos sentidos e a construção de *ethe* discursivos desejáveis. Tais considerações

² Sobre a tensão de vozes em concorrência, consultar Di Fanti (2004, 2005) e Amorim (2001).

remetem à questão da “não-coincidência consigo mesmo”, desenvolvida por Bakhtin (2003a), em que o *eu* torna-se *outro* em face de si mesmo devido aos diferentes horizontes axiológicos que encenam seu dizer. Há, portanto, uma construção discursiva que condiz com a orientação de que seja observado o modo de dizer no discurso como pista de um jeito de ser, o que revela o *ethos* discursivo (MAINGUENEAU, 2005, 2008).

Um modo de dizer, um jeito de ser: a construção discursiva do *ethos* milongueiro

A fim de se proceder à análise, é necessário considerar a canção como material de reflexão em que diversos valores de diferentes direções se imbricam, não deixando de haver, na interceptação de discursos, posições ativas tanto da parte do criador quanto da do contemplador (BAKHTIN, 2003a), o que instaura um complexo espaço discursivo de produção de sentidos. Na relação entre o discurso e o objeto, Bakhtin (1998, p.86) ressalta haver “[...] um meio flexível, difícil de ser penetrado, de discursos de outrem, de discursos alheios sobre o mesmo objeto, sobre o mesmo tema.” Em tal processo, é necessário um distanciamento do pesquisador para fazer aparecer graus de alteridade da palavra do outro, revelando uma postura ética de investigação que permite a produção de conhecimento. Nesse caminho, o analista estabelece um diálogo com o objeto de modo a reconhecê-lo em sua vivacidade, ocupando para isso uma posição exotópica, um distanciamento necessário para o (re)conhecimento do outro, o que instaura uma postura ética de investigação em que um “excedente de visão” permite ver além do “todo estético” (BAKHTIN, 2003a)³.

O objeto estético, do ponto de vista bakhtiniano (BAKHTIN, 2003a, p.85), é multifacetado e, embora o verbal esteja presente, “não se constitui apenas de palavras”. Essa observação, na apreensão do *ethos*, remete a uma decisão teórica, no dizer de Maingueneau (2008, p.16), em que se relaciona “o *ethos* ao material propriamente verbal”, atribuindo “poder às palavras”, ou integra a ele elementos diversos, “[...] como as roupas do locutor, seus gestos, ou seja, o conjunto do quadro da comunicação.” Tal observação expõe um problema delicado, uma vez que o *ethos* “[...] é um comportamento que, como tal, articula verbal e não-verbal, provocando nos destinatários efeitos multi-sensoriais.”

No caso da análise do *ethos* da milonga-canção, recuperando as contribuições de Maingueneau (2005, 2006a, 2006b, 2008), é importante observar a cena de enunciação, que articula indissociavelmente a cena englobante, a genérica e a

³ Amorim (2001), ao discutir a pesquisa nas Ciências Humanas, observa uma alteridade constitutiva que pressupõe um permanente movimento de sentido, o que faz com que a palavra procure a si própria na palavra do outro. Sobre questões de metodologia a partir da perspectiva dialógica, consultar também Di Fanti (2004) e Di Fanti e Soares (2007).

cenografia. No que tange à cena englobante, a canção é um discurso artístico que, conforme Costa (2002, 2007), integra os discursos literomusicais; é multissêmica e mimética. Além disso, a canção articula letra, melodia e outras modalidades semióticas. Nessa perspectiva, a letra de música e o poema são dois gêneros distintos, ainda que possam pertencer à mesma esfera e tenham forte parentesco estrutural e histórico⁴. Como cena genérica, a canção é um gênero do discurso bastante plástico e, por isso, pode se materializar em variadas cenografias, as quais criam cenas de fala dependendo do que a enunciação instaura na sua dinamicidade constitutiva.

Considerando a interdependência entre as três instâncias e a importância das modalidades verbais e não-verbais na constituição do *ethos* do milongueiro, passemos à contextualização mais ampla das canções selecionadas. Nesse sentido, é válido ressaltar que o trabalho artístico, materializado na gravação de um CD, é feito a várias mãos e pressupõe escolhas pontuais, de diferentes ordens (preferências, gostos, objetivos, questões econômicas), como a seleção das canções, dos músicos, dos produtores e diretores e da gravadora. As duas canções eleitas para reflexão são de autoria de Mauro Moraes e estão no primeiro CD em que o compositor se lança como intérprete. Todas as composições do CD, intitulado *Com todas as letras*, são de sua autoria e têm o acompanhamento do *Quarteto Milongamento*. O CD, vindo a público em 2003, é duplo; constituído de 30 canções, a grande maioria milonga, foi produzido numa edição limitada pela Mega Tchê Discos⁵.

O CD é ilustrado com cinco fotos tiradas em uma estância, a Cabanha Toro Passo, em Uruguaiana. Todas, distribuídas estrategicamente, ilustram a paisagem do pampa com cavalos crioulos, rebanho de gado, cachorros. Em três fotos principais (capa, centro e verso) aparece o intérprete e o grupo de instrumentistas (Quarteto Milongamento). Todos, muito à vontade com a vida do campo, usam bota, bombacha (calça típica), lenço e boina. Em duas fotos, o intérprete aparece sozinho: em uma aparece encostado ao cavalo no campo; em outra aparece montado, tocando um rebanho de gado. Na contracapa do encarte, há um texto de Mauro Moraes, uma apresentação, em que ele justifica a iniciativa de interpretar suas composições. Também agradece às pessoas que colaboraram com o trabalho e dedica a produção àqueles que o desafiaram a interpretar e confiaram no seu talento.

Cada uma das canções selecionadas para análise ocupa um CD. A primeira, “Milonga ‘véia’ gaúcha”, ocupa a oitava faixa do CD1. A segunda, “Milongueando uns troços”, ocupa a oitava faixa do CD2. Elegemos como critério principal aquelas

⁴ Essa reflexão já foi tema de trabalho anterior (TEIXEIRA; DI FANTI, 2006).

⁵ Por razões de espaço, não listaremos os títulos das canções. Eles e as respectivas letras podem ser encontrados no site <http://letras.terra.com.br/mauro-moraes/1104956/>. Acesso em: 07 abr. 2008.

que fizessem alusão à composição da milonga, a atividade de compor, e também tivessem diferentes abordagens quanto ao tratamento da cultura rio-grandense, uma mais e outra menos regional.

A fim de analisar aspectos relativos ao *ethos* do enunciador da milonga-canção, procurando apreender características da atividade de composição da milonga, observamos diferentes elementos de ordens distintas que constituem as canções, como a melodia (em sentido amplo), itens lexicais e título, que auxiliam na compreensão da cenografia criada, da incorporação do co-enunciador e da articulação entre o caráter e a corporalidade do sujeito enunciador. Cada uma das canções é analisada em um momento, possibilitando que, nas considerações finais, sejam apresentadas características do milongueiro nas duas canções bem como aspectos identitários da cultura gaúcha. Tomemos a primeira canção:

Milonga “véia” gaúcha⁶

- 1 Uma enxugada nas vista, uma chuleada pra “riba”
- 2 Uma adulada na prenda, uma atracada no mate...
- 3 Uma milonga das “buenas”, uma ponchada de amigos,
- 4 Uma gateada de tiro, um quero-quero de alarde!
- 5 Uma saudade tropeira, uma ansiedade fronteira
- 6 Uma paisagem pampeana, uma vidinha rural...
- 7 Uma pealada nos planos, um verso fora do bando
- 8 Um jeito de milonguear...
- 9 E conversa vai, e conversa vem,
- 10 A milonga é quem lida pra pensar!
- 11 Atiço a lenha no fogo a gosto no campo das ideias
- 12 Ouvindo o berro do gado alçado no pasto cheirando a terra...
- 13 Pelos fundões de fazenda, morena, ando lavando a alma...
- 14 Campeando as coisas do pago montado nos bastos da palavra...
- 15 Tapeando o pó do sombreiro, amigo parceiro eu topo qualquer parada...
- 16 E ainda gasto nos quartos de lua, lonjuras, grudado nas garras...
- 17 Batendo estribo contigo amigo parceiro
- 18 Eu boto o pé na estrada...
- 19 E ainda guardo de inhapa na capa da gaita um furo de bala.

Uma melodia afinada e marcada por instrumentos de corda, protagonizada pelo Quarteto Milongamento, dá cadência à “Milonga ‘véia’ gaúcha”. São

⁶ As letras aparecem com a mesma grafia apresentada no encarte do CD. Numeramos as linhas a fim de facilitar, quando necessário, a identificação das ocorrências destacadas.

alternados ritmos mais ou menos intensos, dependendo do que está sendo dito na letra e das partes da canção. A introdução e os intervalos (bastante chorados) e o final (mais pontual) são marcados pela melodia que se articula à letra no conjunto da música. Um mundo ético próprio do pampa gaúcho convoca o interlocutor a reconhecer aspectos partilhados da cultura gaúcha, como “prenda”, “mate” (bebida típica), “gateada de tiro” (égua), “quero-quero” (ave símbolo do Rio do Grande), “tropeira” (de tropa), “gado”, “fazenda”, “pago” e a própria “milonga”. A agilidade do corpo enunciante da canção pode ser observada na cena dinâmica criada que resgata diferentes momentos/espacos do gaúcho: o carinho com a amada (l.2), a cultura do mate (l.2) e da música (l.3, 8, 10), a rodada de amigos (l.3), a prosa (l.9), a importância do cavalo (l.4, 17), o fogo a lenha (l.11), a paisagem rural (campo, gado, pasto) (l.11, 12), o trabalho campeiro (l.13, 14) e o orgulho das batalhas vencidas (“guardo de inhapa na capa da gaita um furo de bala”) (l.19).

A cenografia pampeana, emoldurada pela melodia constante, é reiterada pela menção à “milonga”. A palavra “milonga” aparece em diferentes momentos na canção, o que indica sua importância para o sujeito enunciatador. É o caso de observar a palavra, no sentido bakhtiniano (BAKHTIN [VOLOCHINOV], 1995, p.36), como um fenômeno ideológico por excelência que, possuindo natureza dinâmica, entra em contato com uma diversidade de fios ideológicos, materializando a expressão de certa posição valorativa do sujeito em interação com enunciados outros.

No título, que é um elemento importante do gênero e o meio comumente usado para se referir a uma música, há uma ênfase dada à “milonga”: “Milonga ‘véia’ gaúcha”. Podemos entender que, na relação entre vozes em concorrência, a opção por “milonga” exclui outros gêneros musicais gaúchos, sejam mais tradicionais (vaneirão, chote etc.), sejam mais próximos dos interesses do compositor no CD em foco (chamamé e valsa). Nesse movimento de alteridade, em que a milonga singulariza uma opção do compositor e o distanciamento de outras músicas, a qualificação da milonga como “‘véia’ gaúcha” aponta para acentos apreciativos positivos, que refratam efeitos de sentido diversos. Considerando os estudos de Kerbrat-Orecchioni (1999, p.102), é possível considerar, na canção em análise, o adjetivo “véia” como “adjetivo axiológico”, que, além de forte inscrição subjetiva, apresenta uma avaliação por trás do seu emprego em um dado contexto discursivo, o que exige uma interpretação da situação particular e do consenso social de uma dada comunidade, incluindo valores éticos e estéticos. No caso em análise, o referente é a milonga, mas o objeto-suporte da avaliação não está explícito. Ao chamar a milonga de velha (“milonga ‘véia’ gaúcha”), o enunciatador não está a chamando de antiga, com idade avançada, em oposição à nova. É necessária a recorrência a outros

discursos, vozes sociais, que ressoam neste enunciado para entender a construção discursiva do referente. Para a cultura gaúcha, nas condições em que foi enunciado o adjetivo “véia”, é possível compreender a expressão de carinho atribuído à milonga, uma companheira, expressão da tradição gaúcha. O uso proposital do “véia” em vez de “velha” também reforça a aproximação com o interlocutor, aquele que conhece o jeito de dizer do gaúcho.

É importante destacar ainda no título, na dimensão escrita da canção, o uso de aspas em “véia” que salienta a alteridade constitutiva do discurso, condição para a construção dos sentidos. Sob esse enfoque, as aspas funcionam como marca de subjetividade que cria um efeito de ilusão de que existem palavras próprias do enunciador. Para Authier-Revuz (2004), as aspas são um sinal de distância que o enunciador procura marcar no enunciado escrito. Ao aspear uma palavra e não outras, o enunciador apresenta uma espécie de vazio a ser preenchido pelo co-enunciador. Há uma posição ocupada pelo enunciador de controle das palavras, como se fosse capaz de marcar o que é dele e o que não é. “Véia”, nesse sentido, seria uma forma de marcar um modo próprio gaúcho de fazer referência às coisas e entes queridos. Se por um lado, o enunciador procura suspender sua responsabilidade no sentido de assinalar uma palavra deslocada, própria de uma dada comunidade discursiva, por outro, revela uma marca identitária da cultura gaúcha e do modo milongueiro de dizer.

O uso de aspas, conforme Authier-Revuz (2004, p.229), marca “o encontro com um discurso outro”, balizando uma zona de demarcação com um possível “exterior”. As aspas marcam a borda, a zona fronteira que revela do que o enunciador pretende distanciar-se. Há, portanto, marcas de heterogeneidade numa zona de interação, “[...] onde entram em questão a identidade do locutor e sua relação com o mundo exterior [...]” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p.230), revelando pela alteridade efeitos de subjetividade⁷.

No que tange a alusão à atividade de compor, além de diferentes enunciados trazerem índices discursivos da composição da milonga, como “uma milonga das ‘buenas’ ” (l.3), “um verso fora do bando” (l.7), “um jeito de milonguear” (l.8), “atiço a lenha no fogo a gosto no campo das ideias” (l.11), “campeando as coisas do pago montado nos bastos da palavra...” (l.14), o estribilho da canção, embalado pela melodia cadenciada, enfatiza tal posição, remetendo à prosa, à conversa entre amigos, à cultura do pampa e, principalmente, à associação entre o ato de milonguear e o de pensar: “e conversa vai, e conversa vem / a milonga é quem lida pra pensar!” (l.9, 10). A cena criada ressalta ser o “jeito de milonguear” um

⁷ Além das aspas no título, também aparecem ocorrências em “riba” e “buenas”. Por razão de espaço, mesmo considerando a sua importância para marcar a distância das palavras, não vamos analisá-las. Também outras marcas mereceriam atenção, como as reticências, cujo silêncio instaurado suscita o entrecruzamento de vozes diversas.

espaço de reflexão, um trabalho, uma atividade de quem se dedica “pra pensar”, singularmente marcada pela palavra “lida”, que é usada no cotidiano gaúcho para fazer referência ao trabalho (do campo, de casa etc.).

Na dinamicidade do discurso, a cenografia própria da vida rural revela o *ethos* de um conhecedor da cultura regional, que preserva a amizade (“um ponchada de amigos” (l.3)), está pronto para encarar qualquer desafio (“eu topo qualquer parada” (l.15)) e tem a milonga como seu principal meio de reflexão (l.10). Se do ponto de vista do caráter, podemos observar um fiador que deixa emergir diferentes sentimentos (saudade, sensibilidade, ansiedade e gosto pela tradição, como em “uma atracada no mate” (l.2), e pelas coisas simples, como em “uma vidinha rural” (l.6)), do ponto de vista da corporalidade, emerge como fiador um homem forte, vestido conforme a tradição gaúcha (“tapeando o pó do sombreiro” (l.15)), que transita livremente a cavalo (“amigo parceiro” (l.15)) em diferentes espaços, mostrando-se destemido para enfrentar a vida (l.15).

A partir dessa análise, é possível apreender características de um jeito particular de tratar a cultura gaúcha, com todas as influências que a singularizam, como a da fronteira de língua espanhola, cujos índices emergem no discurso (“uma milonga das ‘buenas’” (l.3))⁸. Também é válido destacar, nessa perspectiva, que, valendo-se de elementos próprios da cultura regional, cria-se uma cena de fala expressiva que não dá voz a estereótipos negativos desse jeito de ser.

A próxima canção a ser analisada, “Milongueando uns troços” (oitava música do CD2), traz à tona outra perspectiva de olhar a cultura regional, um convite à introspecção:

⁸ Fischer (2004, p.25), referindo-se à construção histórica da identidade do gaúcho, observa a singularidade do Rio Grande do Sul de ser a “[...] única ponta visível e dinâmica da relação entre o Brasil e a América de língua espanhola.”

Milongueando uns troços

- 1 Era inverno sim, eu perdido em mim,
- 2 rabiscava uns versos pra enganar a dor,
- 3 o tédio, o pranto, o tombo,
- 4 e encantava mágoas milongueando sonhos...
- 5 Mas havia em mim, um cismar doentio,
- 6 de agregar estimas aos atalhos gastos,
- 7 dos compadres músicos...
- 8 repartindo as tralhas tendo o olhar recluso!

- 9 Somos dessa aldeia filhos de parteiras,
- 10 na parelha injusta da cor,
- 11 somos pensadores sem pedir favores...
- 12 Somos dessa plebe, febre de palavras,
- 13 na fronteira oculta dos rios,
- 14 somos cantadores sem pedir favores!
- 15 Caso esta biboca, cova da desova,
- 16 dilarece o fruto, mastigando o gulo,
- 17 o sumo, o tudo, o nada,
- 18 pego essa pandilha e engravido a rima...
- 19 Se o amor der sombra, a sesteada é pouca,
- 20 pra escorar no esteio, os livros, os arreios,
- 21 o riso humano, o cusco, os ossos,
- 22 e talvez amigos milongueando uns troços!

Uma cenografia de introspecção, encenada pelo ritmo lento do choro do violão articulado à voz melancólica do sujeito enunciador, reitera o clima frio do “inverno” (“era inverno sim, eu perdido em mim” (l.1)) como propício para provocar a reflexão (“rabiscava uns versos para enganar a dor, o tédio, o pranto, o tombo” (l.2, 3)). A associação do frio à inspiração e à milonga (“e encantava mágoas milongueando sonhos” (l.4)) singulariza, como afirma Ramil (2004), a cultura campeira. Propondo uma estética do frio como característica particularizadora da cultura gaúcha, o autor afirma que “a milonga, e seu chamado à interioridade” (RAMIL, 2004, p.23) é a que fala dos rio-grandenses com mais propriedade.

A cenografia instaurada na enunciação apresenta o ato de escrever a milonga não só como um meio de enganar a angústia, mas também como uma forma de “encantar mágoas” (l.4), “milongueando sonhos” (l.4). Tal ato é reiterado pelo enunciado “caso esta biboca, cova da desova, dilarece o fruto, mastigando o gulo, o sumo, o tudo, nada, pego essa pandilha e engravido a rima” (l.15-18), que, em tom de protesto, apresenta a milonga como uma aliada para as dificuldades.

A construção condicional (l.15), sobreposta de tons negativos, orienta para um modo singular de liberação, a criação musical (“pego essa pandilha e engravidado a rima (l.18)).

Na cena criada, os músicos (milongueiros) são tidos como compadres (“compadres músicos” (l.7)), palavra que ativa um conhecimento partilhado da cultura gaúcha em relação à amizade, convívio, interesses em comum. No estribilho (l.9-14), uma posição atribuída aos músicos é reiterada por paralelismo sintático e semântico:

(a) pertencem a uma “aldeia”, são “filhos de parteiras”, há injustiça, são “pensadores sem pedir favores” (l.9-11);

(b) pertencem a uma “plebe”, que vive de “palavras”, não têm projeção, são “cantadores sem pedir favores” (l.12-14).

Os enunciados, em tom de mágoa, se por um lado trazem vozes sociais de desabafo, por outro, expressam a perseverança, seriedade, capacidade e a não-submissão. Como na análise da canção anterior, a atividade de compor é associada a de pensar (“pensadores” e “cantadores” (l.11, 14)), com o acréscimo do tom de protesto (“sem pedir favores” (l.11, 14)).

A palavra “milonga” não aparece em sua forma costumeira na canção em análise, mas aparece acentuada valorativamente como forma verbal no gerúndio (“milongueando”). A versatilidade da palavra convoca o conhecimento do leitor para, na concorrência de vozes, identificar aspectos culturais encenados pela canção. O pano de fundo impresso pelo gerúndio é fundido aos complementos “sonhos” e “uns troços”, o que amplia a abrangência da milonga. O lugar de destaque do verbo, no título, e o complemento “uns troços” (“Milongueando uns troços” (l.22)), que também encerra o texto, trazem para cena a posição do enunciatador em relação ao que diz e, ao mesmo tempo, um jeito de dizer que identifica um grupo particular, os milongueiros.

Em várias canções do CD, o substantivo “troços” aparece. Na segunda canção do CD1, aparece a mesma construção (“milongueando uns troços”) numa cenografia de conversa entre músicos: “Meu compadre eu posso milongueando uns troços te alcançar um mate”. Na apresentação do CD, Mauro Moraes justifica a dedicação do trabalho a Beбето Alves por ele “gostar, confiar e acreditar nos troços”. Conclui a apresentação agradecendo ao músico Marcello Caminha pela companhia. Para tanto, utiliza o gerúndio “milongueando” seguido de complemento: “tudo que vem pela frente”, a mesma construção que conclui a primeira música do CD1. Na tensão entre formas definidas e indefinidas, “troços” parece ser “tudo” que venha a ser motivo para milonguear, como é o caso de “sonhos” na canção em pauta (“milongueando sonhos” (l.4)).

As palavras utilizadas por um grupo, segundo Boutet (2001), carregam histórias que se atualizam em diferentes situações não deixando de enfatizar que os coletivos se constroem em torno de formas específicas de conceber o mundo, pelas quais afirmam sua identidade. Assim, podemos observar palavras próprias do trabalho do compositor de milonga, como “milonguear” e “milongueando” nas canções analisadas, mas não menos importantes outras formas discursivas encontradas no CD, como “milongueiros”, “milonguita”, “milongaço” e “milongão”. Tal mobilidade amplia o *ethos* do enunciador como alguém dinâmico, cuja identidade discursiva é reiterada em diferentes cenas das canções, auxiliando para isso o grupo de músicos, chamado Quarteto “milongamento”.

O modo de falar da milonga, na canção em análise, atrelada aos sentimentos mais profundos, remete a um jeito de ser introspectivo que tem a milonga como companheira de meditação. Praticamente não há recorrência explícita aos elementos comuns da cultura gaúcha, como cavalo, chapéu e campo. Sutilmente, aparecem vozes sociais que remetem ao meio rural (“filhos de parteiras” (l.9)), à localização geográfica (“fronteira” (l.13)), ao cavalo (“arreios” (l.20)) e, de modo explícito, aos cachorros (“o cusco” (l.21)). Se pudermos considerar que na canção anteriormente analisada havia um número grande de ocorrências de elementos próprios da cultura gaúcha, o que podemos pensar da falta desses elementos na milonga, um gênero tipicamente gaúcho? É possível observar, colocando em diálogo as duas músicas, formas aparentes de alteridade no trabalho de composição: uma que indica o excesso do outro; outra, a sua falta. Essa tensão pode ser considerada tanto em relação à cultura gaúcha quanto em relação à introspecção. Se o excesso de aspectos campeiros anuncia um *ethos* dinâmico de um enunciador que transita em diferentes espaços, a falta mostra a face sentimental e melancólica de um batalhador (“agregar estimas aos atalhos gastos” (l.6)), generoso (“repartindo as tralhas” (l.8)) e perseverante (“pego essa pandilha e engravido a rima” (l.18)), que tem a milonga como companheira (“encantava mágoas milongueando sonhos” (l.4)). A introspecção é tanta (excesso) que o imaginário gaúcho acaba se distanciando (falta) da cena de enunciação. O corpo do enunciador, como a cenografia criada, não tem espaço para movimentos além da cena introspectiva da criação artística. Parece imobilizado pela melancolia encenada, ao mesmo tempo em que tem a milonga como uma espécie de libertação.

Considerações finais

Neste trabalho, analisamos a construção do *ethos* do milongueiro em duas canções, observando diferentes elementos que constituem o discurso no movimento de vozes que são reivindicadas e vozes que são suprimidas (mas não deixam de ressoar), criando efeitos diversos no desenvolvimento do discurso e na

produção de sentidos (DI FANTI, 2004; AMORIM, 2001). Percebemos pelas relações alteritárias observadas, uma marcada pelo excesso de elementos regionais e outra, pela falta, uma identidade discursiva entre ambas que instaura o milongueiro como um pensador. Nas duas canções, o estribilho enfatiza esse aspecto. Também nas duas há um centro de valor diferente do de outras canções regionais no que se refere à dinamicidade das palavras “milonga” e “milongueando”, nos títulos, e “milonguear”, no texto da primeira canção, que indica a versatilidade do sujeito enunciador, que brinca com as palavras quando se põe a “pensar” (“compor” ou “milonguear”).

Quanto ao *ethos* do enunciador, emana um caráter de uma pessoa sensível. Na primeira canção analisada, a sensibilidade se projeta em relação às coisas do campo e à cultura gaúcha, reivindicando a implicação do co-enunciador na cultura sul-rio-grandense. Na segunda, a sensibilidade se projeta em diferentes sentimentos revelados na cena introspectiva. Em ambas, o sujeito enunciador aparece como conhecedor da milonga, sua companheira de meditação.

O corpo do enunciador, investido de valores partilhados, ao alternar entre diferentes espaços de projeção, versátil em um e parado em outro, mostra sua intensa atividade. Tais características também podem ser associadas a situações climáticas. Se na primeira canção, podemos perceber certo clima primaveril (“cheirando a terra”, “tapeando o pó do sombreiro”), propício a diferentes movimentos; na segunda, o clima frio do inverno (“era inverno sim”) convida à melancolia e ao encolhimento, entrando em confronto com as imagens claras e brilhantes das fotos que ilustram o CD. Entre melodias que dão ressonância e continuidade à composição, as letras se integram na construção de um *ethos* de quem não só transita em diferentes espaços, mas também sabe conectar “a linguagem da cidade e do campo” (RAMIL, 2004, p.26) para tratar singularmente de diferentes temas, como a própria atividade de composição.

Pela análise, é possível considerar a atividade do milongueiro uma atividade de trabalho⁹, que revela um ser humano industrial em uma atividade industrial, a expressão artística. O engajamento subjetivo no trabalho artístico é perpassado de saberes, valores e história na permanente relação com o outro, fazendo fluir diferenças que explicam a atividade, tecida por escolhas permanentes. Dentre elas, é possível considerar o *ethos* pretendido, ao lançar um CD, e o efetivamente elaborado.

Na atividade de trabalho, há um *corpo si* que, não se restringindo a um corpo biológico, instaura uma construção histórica e cultural, cujos valores, experiências, saberes e exigências são postos à prova a todo instante (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007). A atividade artística, desse modo, convoca o corpo inteiro: a voz

⁹ Schwartz (2006); Schwartz e Durrive (2007).

para a interpretação, a posição postural, a memória discursiva, as emoções, os conhecimentos, a interação com o público, o intelecto, entre outros aspectos. O *corpo si* é uma entidade enigmática que resiste às tentativas de ser objetivado. Tal observação, transposta para a análise efetuada, deixa emergir a milonga como um modo de libertação, um meio de vida, um meio de saúde. A milonga como atividade de milonguear aparece como companheira para todos os momentos: alguns mais alegres e dinâmicos, como é o caso da primeira canção analisada, outros mais tristes e introspectivos, como o da segunda canção. Nesta última, a atividade de milonguear aparece na gerência de variabilidades: como em “encantava mágoas milongueando sonhos”, “somos dessa plebe, febre de palavras, na fronteira oculta dos rios, somos cantadores sem pedir favores” e “pego essa pandilha e engravidado a rima”. Cria-se assim um *ethos* de quem se alia à milonga como um meio de subverter os percalços, uma expressão libertadora, um modo de vida. A milonga-canção, dessa forma, se constrói por uma heterogeneidade de vozes sociais que se engendram em cenas mais ou menos dinâmicas, revelando um jeito milongueiro singular de ver e ser.

DI FANTI, M. G. C. Identity, alterity, and regional culture: the construction of the gaucho *milongero* ethos. *Alfa*, São Paulo, v.53, n.1, p.149-166, 2009.

- **ABSTRACT:** *Considering the importance of knowing the musical genre “milongas”, which represents the culture from Rio Grande do Sul in a special way, this work aims to analyze aspects of the discourse construction of the ethos of the “milonga-song” enunciator, trying to apprehend characteristics of the activity of composition of this music genre. The methodology of this study is developed so as to answer the following questions: Which ethos is constructed in the discourse of two different “milongas” of the same composer? What characteristics of the “milongero” can be drawn from the analyzed songs? The theoretical foundation is enunciation-based discourse analysis and the Bakhtinian theory, which provides the observation of the ways the enunciator subject is constructed in the relationship with the other in discourse pieces that interlace with his, favoring the observation of the tension between identity and alterity in the texture of the “milongas”, so as to apprehend responsively to characteristics that point to the discourse construction of a “milongero” way of being.*
- **KEYWORDS:** *Ethos. “Milonga”. Identity. Alterity. Rio Grande do Sul culture.*

REFERÊNCIAS

AMORIM, M. *O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas*. São Paulo: Musa, 2001.

AUTHIER-REVUZ, J. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Apresentação de Marlene Teixeira e revisão técnica da tradução de Leci Barbisan e Valdir Flores. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BAKHTIN, M. M. O autor e a personagem na atividade estética. In: _____. *Estética*

da criação verbal. Tradução de Paulo Bezerra. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003a. p.3-192.

_____. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003b. p.261-306.

_____. O discurso no romance. In: _____. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. Tradução de Aurora Bernardini et al. 4.ed. São Paulo: Ed. UNESP: HUCITEC, 1998. p.71-163.

BAKHTIN, M. M. [VOLOCHINOV, V. N.]. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Prefácio de Roman Jakobson, apresentação de Marina Yaguello, tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira, com a colaboração de Lúcia Teixeira Wisnik e Carlos Henrique D. Chagas Cruz. 7.ed. São Paulo: HUCITEC, 1995. (Linguagem e cultura, 3).

BOUTET, J. Les mots du travail. In: BORZEIX, A.; FRAENKEL, B. (Org.). *Langage et travail: communication, cognition, action*. Paris: CNRS, 2001. p.189-202.

COSTA, N. (Org.). *O charme dessa nação: música popular, discurso e sociedade brasileira*. Fortaleza: Expressão, 2007.

_____. As letras e a letra: o gênero canção na mídia literária. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Org.). *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p.107-121.

DI FANTI, M. da G. C. *Discurso, trabalho & dialogismo: a atividade jurídica e o conflito trabalhador / patrão*. 2004. 385f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

_____. A tessitura plurivocal do trabalho: efeitos monológicos e dialógicos em tensão. *Alfa*, São Paulo, v.49, n.2., p.19-40, 2005.

DI FANTI, M. da G. C.; SOARES, A. A pesquisa em perspectiva dialógica. In: FÓRUM INTERNACIONAL DE ENSINO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS: CULTURA E DIVERSIDADE [FILE IV], 4., 2006, Pelotas. *Anais...* Pelotas: Universidades Federal e Católica de Pelotas, 2007. 1 CD-ROM, p.01-11.

FISCHER, L. Uma reflexão sobre a formação regional. In: CHAVES, F.; BATTISTI, E. (Org.). *Cultura regional: língua, história, literatura*. Caxias do Sul: EDUCS, 2004. p.19-33.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. *L'énonciation*. 4.ed. Paris: A. Colin, 1999.

MAINGUENEAU, D. A propósito do *ethos*. Tradução de Luciana Salgado. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (Org.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008.

p.11-29.

_____. Problemas de *ethos*. In: _____. *Cenas da enunciação*. Organizado por Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva e tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar, 2006a. p.52-71.

_____. Cenografia epistolar e debate público. Tradução de Décio Rocha. In _____. *Cenas da enunciação*. Organizado por Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva e tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar, 2006b. p.111-131.

_____. *Ethos*, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, R. (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do Ethos*. Tradução de Dílson Ferreira da Cruz, Fabiano Comesu e Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2005. p.68-92.

_____. *Análise de textos de comunicação*. Tradução de Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001

MORAES, M. *Com todas as letras*. Porto Alegre: Mega Tchê Discos, 2003. 2 CD.

RAMIL, V. *A estética do frio*: conferência de Genebra. Tradução de Izabella Mozzillo. Porto Alegre: Satolep, 2004.

SCHWARTZ, Y. Entrevista: Yves Schwartz. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v.4, n.2, p.457-466, mar. 2006.

SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, Y. (Org.). *Trabalho & ergologia: conversas sobre a atividade humana*. Tradução de Milton Athayde et al. Niterói: EDUFF, 2007.

TEIXEIRA, M.; DI FANTI, M. G. C. O texto como objeto de ensino: um olhar enunciativo. In: GOMES, L. da S.; GOMES, M. T. (Org.). *Aprendizagem de língua e literatura: gêneros e vivências de linguagem*. Porto Alegre: UniRitter, 2006. p.95-146. (Coleção experiência acadêmica, v.5).

Recebido em setembro de 2008.

Aprovado em outubro de 2008.

PAUSAS PREENCHIDAS E DOMÍNIOS PROSÓDICOS: EVIDÊNCIAS PARA A VALIDAÇÃO DO DESCRITOR FLUÊNCIA EM UM TESTE DE PROFICIÊNCIA ORAL EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

Vanessa Borges de ALMEIDA¹

- RESUMO: O presente trabalho configura um estudo sobre o emprego das pausas preenchidas eh (ɛ) e uh (ə) por brasileiros falantes de inglês como língua estrangeira em entrevistas do Teste de Proficiência Oral em Língua Inglesa (TEPOLI). O estudo fundamenta-se sobre a teoria da Fonologia Prosódica de Nespor e Vogel (1986) e sobre os estudos de pausas preenchidas e o conceito de fluência de Moniz (2006), Merlo (2006) e Scarpa (1995). A investigação compõe-se de um olhar tripla: analisamos a escolha de eh e uh como sons preenchedores; investigamos os contextos prosódicos das pausas preenchidas; e examinamos a motivação cognitivo-discursiva para a inserção dessas pausas preenchidas. Os dados embasam uma reflexão sobre o conceito de fluência e oferecem maior poder descritivo à escala do teste, contribuindo, portanto, para seus estudos de validade e confiabilidade.
- PALAVRAS-CHAVE: Pausas preenchidas. Fonologia prosódica. Avaliação de proficiência.

Introdução: o construto de fluência

Neste trabalho, propomos um olhar crítico quantitativo e, ao mesmo tempo, qualitativo sobre o fenômeno da fluência, mais especificamente em relação ao emprego de pausas preenchidas. Há vários estudos que investigam pausas preenchidas e sons preenchedores no uso da linguagem; entretanto, nossa contribuição se dá no sentido de propor essa análise num *corpus* de uso de língua estrangeira (inglês) ao longo de faixas de proficiência escalonadas de um teste em fase de implementação, o Teste de Proficiência Oral em Língua Inglesa (TEPOLI), descrito por Consolo (2004) e Consolo e Silva (2007). Os resultados poderão contribuir para o aprimoramento do descritor fluência nessas faixas de proficiência e, conseqüentemente, elevar o poder do teste, à medida que fornecem mais informações para a avaliação feita pelos examinadores.

Os estudos que investigam a fluência e suas características têm recebido mais interesse de fonoaudiólogos e de profissionais de distúrbios da fala que de linguistas e linguistas aplicados (SCARPA, 1995), e ainda é difícil encontrar um

¹ UNESP- Universidade Estadual Paulista. Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas- Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. São José do Rio Preto- SP- Brasil. 15054-000- va_almeida@hotmail.com.

consenso para uma definição do termo. Entretanto, todos concordam que fluência seja uma medida de desempenho na língua. No campo da avaliação de proficiência oral, no entanto, tem sido utilizada “[...] como uma confiança injustificável, na medida em que as escassas descrições existentes se baseiam muito mais na intuição do que propriamente em teorias científicas” (SILVA, 2000, p.56).

As dificuldades em definir o termo **fluência** e o que de fato é um sujeito **fluyente**, por consequência, levaram à estratégia de definição pela oposição, ou seja, pela investigação do que seja ser disfluyente (SCARPA, 1995). A partir de Moniz (2006), que aborda elementos disfluyentes, Merlo (2006) levanta algumas características do discurso fluyente: (a) baixa frequência de hesitações; (b) baixa frequência de reformulações; (c) baixa frequência, curta duração e uso nativo de pausas silenciosas fluyentes; (d) taxa de elocução (*speech rate*) confortável; (e) facilidade de emissão; (f) habilidade gramatical; (g) diminuição da complexidade semântica.

Assim, nem toda pausa é necessariamente disfluyente. As pausas silenciosas podem ser consideradas fluyentes ou hesitativas (MERLO, 2006), e também as pausas preenchidas podem ser fluyentes ou hesitativas. Mas, quando os elementos surgem realmente como disfluyentes, o fenômeno passa a ser categorizado como hesitação. De acordo com Merlo (2006, p.210-211):

[...] para determinar se uma pausa é fluyente ou hesitativa, utilizam-se pistas sintáticas e prosódicas. As pausas fluyentes costumam estar em fronteiras sintáticas fortes [...]. Em contrapartida, as pausas hesitativas geralmente estão em fronteiras sintáticas fracas. [...] Com relação à prosódia, as pausas fluyentes situam-se entre grupos acentuais (*stress groups* ou *rhythmic groups*) e servem para demarcá-los. As pausas hesitativas, por outro lado, situam-se no interior de grupos acentuais.

Segundo Cagliari (1992), as pausas fluyentes ocorrem em momentos oportunos, como ao final de orações ou frases, sintagmas e palavras. Quando desobedecem a esse princípio dos momentos oportunos, ocorre a hesitação disfluyente, resultante de uma reorganização do processo de produção da fala. Semelhantemente, Silva (2000, p.65) e Consolo (1994) identificam a linguagem formulaica – expressões e frases “prontas” ou “pré-fabricadas” – como um elemento determinante da fluência do indivíduo, concordando com a afirmação de Scarpa (1995, p.171):

De modo geral, portanto, trechos fluyentes são os já ajeitados, conhecidos, analisados ou, na grande maioria dos casos, congelados, vêm em bloco. Os disfluyentes são aqueles em construção, instáveis, com tentativas infrutíferas de segmentação em blocos prosódicos; supõem passos mais complexos tanto paradigmática quanto sintagmaticamente na elaboração do enunciado.

A questão torna-se ainda mais complexa porque a simples quantificação dos elementos acima descritos como disfluências não necessariamente descreve o fenômeno da disfluência – e, por oposição, da fluência –, já que o discurso pode apresentar esses elementos e ainda assim “soar” fluente. Mas a análise do contexto pode possibilitar um quadro mais fundamentado de como esses mecanismos estão operando. A investigação do fenômeno da fluência torna-se ainda mais desafiadora pela existência de variação de fluência de indivíduo para indivíduo (entre sujeitos) (CLARK; FOX TREE, 2002; FILLMORE, 1979), além do fato de que o mesmo indivíduo pode apresentar fluências muito distintas dependendo da situação de fala (LUOMA, 2004; BROWN, 2003; SCARAMUCCI, 2000). Consequentemente, Scarpa (1995) afirma que a imagem do sujeito fluente é uma abstração ideal que inexiste, mas que é necessária para que possamos investigar a linguagem.

Pausas preenchidas

Dentre os vários elementos possíveis relacionados ao conceito de fluência estão as pausas preenchidas. Elas se diferenciam das pausas silenciosas porque o falante preenche o tempo com sons que não configuram itens lexicalizados. Podem ser consideradas fluentes ou hesitativas, dependendo de sua localização sintática e/ou prosódica, e não se encontram aleatoriamente distribuídas (MARCUSCHI, 1999, 1997; CRUTTENDEN, 1997). As pausas preenchidas são vistas como sinalizadores de hesitação por Merlo (2006), Moniz (2006), Scarpa (1995) e Marcuschi (1999). Os elementos descritos como possíveis fenômenos hesitativos de forma geral obedecem a princípios de distribuição que determinam não apenas onde um elemento pode ocorrer e ainda assim manter o discurso fluente, mas também a duração de cada manifestação desse fenômeno (ZANIBONI, 2002).

Segundo Eklund e Shriberg (1998 apud MONIZ, 2006), em inglês, as pausas preenchidas ocorrem mais em início de enunciado que em seu interior. Por excelência, o inicial de enunciado é a posição típica para o uso fluente – e nativo – das pausas preenchidas. De acordo com os autores, 50% delas ocorrem nessa posição.

Outros estudos mostram que a distribuição também pode estar associada ao tipo de segmento inserido. Swerts (1998) observa que as pausas preenchidas do alemão, *um* e *uh*, ocorrem em posições diferentes no discurso e têm distribuições diferentes, o que revela diferentes graus de planejamento discursivo.

Além disso, a maior parte desses fenômenos ocorre antes de itens funcionais, sugerindo que “são de fato momentos de planejamento *on line* que interferem no processamento” (MARCUSCHI, 1999, p.171). Koch (1995, p.105) concorda que esse tipo de fenômeno seja consequência do processamento cognitivo quando

afirma que “[...] o uso desses recursos tem por objetivo garantir ao locutor o tempo necessário para o planejamento mais adequado de seu discurso.” Também já está descrito que as pausas preenchidas podem desempenhar funções conversacionais, ou seja, têm papel específico na interação (SCLIAR-CABRAL; RODRIGUES, 1994). Quando o falante tem pouco controle de seu turno, realiza pausas silenciosas maiores e em maior quantidade, ao passo que, quando quer manter o turno, tanto a quantidade quanto a duração das pausas silenciosas diminuem, dando lugar às pausas preenchidas (MACLAY; OSGOOD, 1959). O silêncio pode ocasionar a perda do turno, de forma que “falantes menos fluentes têm dificuldade de manter o turno”. (MARCUSCHI, 1999, p.181).

Moniz (2006) identifica três funções das pausas preenchidas: busca lexical, planejamento discursivo e manutenção ou tomada de turno, no caso dos diálogos. Segundo Marcuschi (1999), além da manutenção e da tomada de turno, as pausas preenchidas podem sinalizar também a entrega de turno. Pausas preenchidas no início de enunciado estão associadas ao planejamento global do discurso, enquanto aquelas no interior do enunciado estão mais relacionadas à busca lexical.

Cabe acrescentar que cada língua apresenta uma série de sons preenchedores específicos, de sorte que não é difícil perceber, na fala de um estrangeiro, sons estranhos ao repertório da língua em uso. Na Tabela 01, a partir de Clark e Fox Tree (2002), Moniz (2006) e Marcuschi (1999), reproduzimos algumas das formas ortográficas das pausas preenchidas já descritas para as duas línguas consideradas neste estudo, além de outras línguas a elas aparentadas.

Tabela 01 – Formas utilizadas para transcrever pausas preenchidas em diferentes línguas

Língua	Som preenchedor	Referências
Inglês americano	<i>uh</i> , um, ah	Clark e Fox Tree (2002)
Inglês britânico	er, erm, um	Clark e Fox Tree (2002)
Holandês	<i>uh</i> , um	Swertz (1998)
Francês	eu, <i>euh</i> , em, <i>eh</i> , oe, n, hein	Duez (1982, 1991, 1993 apud MONIZ 2006)
Espanhol	<i>eh</i> , em=, este, pues	Brody e van der Vlugt (1987 apud MONIZ, 2006)
Português europeu	aa, aam, mm	Mata (1999 apud MONIZ 2006)
Português brasileiro	éh, ah, ahn, mm	Marcuschi (1999) e Campos e Cruz (2007)

O som por excelência da língua portuguesa falada no Brasil é o *eh* (ɛ) (MARCUSCHI, 1999) e da língua inglesa, o *uh* (ə) (CLARK; FOX TREE, 2002). É apenas para esses dois tipos de segmentos que nos voltamos neste trabalho. Variações desses mesmos sons devido ao alongamento vocálico são analisadas também, mas não fazemos distinção entre a presença ou ausência de alongamento para efeitos de avaliação do grau de proficiência das faixas analisadas.

Concluimos que as análises das funções das pausas preenchidas são relevantes para nossa questão e identificamos que tais análises explicitam a relevância de se tomar esse fenômeno linguístico para a investigação da avaliação da proficiência de brasileiros falantes de inglês como língua estrangeira. Nesse sentido, este trabalho visa a contribuir, por um lado, com a reflexão sobre as funções linguísticas das pausas preenchidas e, por outro, com a reflexão sobre a noção de fluência em língua estrangeira.

Domínios prosódicos

A Fonologia Não-Linear apresenta uma proposta interessante para a investigação da dicotomia fluência/disfluência, pois permite a observação dos fenômenos em diferentes níveis não-excludentes. Assim, é possível observar se as pausas preenchidas ocorrem em fronteiras de constituintes maiores, em fronteiras de constituintes menores ou dentro desses constituintes². Segundo Scarpa (1995 p.169-170),

[...] prosodicamente, as partes mais fluentes do enunciado são aquelas coincidentes com o chamado 'acento frasal' ou núcleo do grupo entonacional, isto é, aqueles centros de proeminência prosódica que revelam sinais de estabilidade formal do enunciado [...].

A afirmação da autora nos permite depreender os locais prováveis em que podemos encontrar pausas silenciosas ou preenchidas fluentes. Quando esses fenômenos ocorrem dentro ou em fronteiras de constituintes mais baixos da hierarquia prosódica, temos indicadores de que se pode tratar de fenômeno hesitativo. Assim, no discurso fluente os elementos de pausa preenchida são realizados em geral em fronteiras de constituintes prosódicos mais altos, ao passo que no discurso disfluente tendem a ocorrer em fronteiras de constituintes prosódicos mais baixos ou dentro desses.

Destacamos que, segundo essa teoria prosódica, as fronteiras de constituintes prosódicos não necessariamente coincidem com as fronteiras sintáticas, embora

² Compreendemos constituintes maiores na estrutura prosódica como *I* e *U* e, na sintaxe, como os sintagmas sujeito e predicado. Como constituintes prosódicos menores, compreendemos todos aqueles abaixo de *I*.

isso possa ocorrer em alguns casos. A explicação para isso advém do fato de que as regras que determinam a prosódia não são naturalmente recursivas, enquanto aquelas do sistema sintático o são (NESPOR; VOGEL, 1986; BISOL, 2005).

Quanto são os constituintes prosódicos e qual o algoritmo de formação de cada um deles são temas de discussão entre os pesquisadores da área. Neste trabalho, assumimos, junto com Tenani (2002), o modelo de Nespors e Vogel (1986), o qual prevê sete domínios: a sílaba (σ), o pé métrico (Σ), a palavra fonológica (ω), o grupo clítico (C), a frase fonológica (ϕ), a frase entoacional (I) e o enunciado (U).

Neste estudo, restringimos nossa pesquisa a ϕ , I e U e não investigamos regras fonológicas, dentro ou em fronteira desses domínios; os constituintes prosódicos são considerados apenas para o fim de encontrarmos a estrutura prosódica em que ocorrem as pausas preenchidas no uso da língua estrangeira.

De acordo com Bisol (2005), a frase fonológica (ϕ) é o constituinte prosódico que engloba todos os constituintes menores: σ , Σ , ω e C. Como ilustram os exemplos em (1)³, ϕ é constituído de uma expressão formada pelo cabeça (s) e um ou vários elementos fracos (w). A determinação do elemento forte segue a regra da proeminência relativa, ou seja, nos casos do português e do inglês, o cabeça é o elemento mais à direita do constituinte. Também pode ser constituída de apenas um elemento.

- (1) a. $\overset{w}{O} \overset{w}{d} \overset{s}{i} \overset{s}{a} \overset{s}{s} \overset{s}{o} \overset{s}{m} \overset{s}{b} \overset{s}{r} \overset{s}{i} \overset{s}{o} \phi$ [O dia sombrio] ϕ [entristecia] ϕ [o solitário viajante] ϕ
 b. $\overset{w}{T} \overset{w}{h} \overset{s}{e} \overset{s}{s} \overset{s}{l} \overset{s}{u} \overset{s}{g} \overset{s}{g} \overset{s}{e} \overset{s}{r} \overset{s}{s} \phi$ [The sluggers] ϕ [boxed] ϕ [in the crowd] ϕ

A frase entoacional (I), por sua vez, é o constituinte mais acima de ϕ na cadeia prosódica, e envolve um ou vários ϕ s, como exemplificam (2a) e (2b). Como é determinado pelo contorno entoacional, tem relação com a sintaxe e com a semântica. Esta última determina a proeminência relativa dos ϕ s que compõem o I (2c a 2f)⁴.

- (2) a. [_I [Leonard] ϕ [found] ϕ [a package] ϕ [on the doorstep] ϕ]_I
 b. [_I [A Marina] ϕ [não acredita] ϕ]_I [_I [mas eu vi] ϕ [um disco voador] ϕ]_I
 c. [_I [^s [Maria] ϕ [^w [vende] ϕ [^w [à tarde] ϕ [^w [lindas flores] ϕ [^w [na praça] ϕ]_I (não o João)
 d. [_I [^w [My sister] ϕ [^s [sells] ϕ [^w [fresh fruit] ϕ [^w [at the market] ϕ [^w [on Monday] ϕ]_I (not buys)

³ 1a (BISOL, 2005); 1b (NESPOR; VOGEL, 1986).

⁴ 2a, 2d (NESPOR; VOGEL, 1986); 2b (TENANI, 2002); 2c (BISOL, 2005).

Sintaticamente, há certos tipos de construção que formam contornos entoacionais em si mesmos. É o caso de apostos, vocativos, orações relativas (não-restritivas) e *tag questions*, como em (3)⁵, já que constituem informação adicionada à oração principal. De fato, a oração principal constitui uma informação sintática importante na delimitação de I. Entretanto, como não há isomorfismo entre prosódia e sintaxe, uma oração principal não necessariamente forma um único I, como quando qualquer um dos elementos acima citados encontra-se inserido nessa oração (NESPOR; VOGEL, 1986).

- (3) a. [Eduardo]_I [espere um pouco]_I
 b. [Apesar de haver riscos]_I [a Alice vai para Souza]_I
 c. [Lions]_I [as you know]_I [are dangerous]_I
 d. [That's Theodore's cat]_I [isn't it]_I

Neste estudo, I apresenta-se como fronteira prosódica relevante para a investigação do uso das pausas preenchidas porque, sintaticamente, os fins de frases entoacionais coincidem com posições em que as pausas podem ser introduzidas (TENANI, 2002⁶; NESPOR; VOGEL, 1986), e há evidências suficientes de trabalhos anteriores de que o domínio de I é central para o planejamento da linguagem (CLARK; FOX TREE, 2002).

Além disso, os contornos entoacionais são afetados por outros fatores individuais relacionados ao desempenho do falante, como velocidade da fala e estilo pessoal, o que conduz à consideração de que a definição de frase entoacional deve levar em conta tal variabilidade (NESPOR; VOGEL, 1986).

Como já afirmamos, as informações semânticas determinam a qual dos ϕ s inseridos em I será atribuído valor forte (s) e a quais, valor fraco (w). Mas como essa informação envolve o estudo dos contornos entoacionais, assunto não abordado nesta investigação, tanto consideramos as informações sintáticas e contextuais quanto nos valem da análise auditiva, de base perceptual, para determinar os Is neste trabalho.

Finalmente, o constituinte prosódico mais alto é o enunciado (U), o qual é composto de um ou mais Is e geralmente pode ser determinado pelo início e fim de um constituinte sintático maior, embora regras fonológicas que se aplicam em seu domínio possam levar à sua reestruturação, como ocorre em outros domínios prosódicos. Sua determinação depende, além de fatores fonológicos e sintáticos, de fatores de natureza lógico-semântica (NESPOR; VOGEL, 1986), o que compreendemos como fatores pragmáticos. Ou seja, não importa o sentido

⁵ 3a (BISOL, 2005); 3b (TENANI, 2002); 3c e 3d (NESPOR; VOGEL, 1986).

⁶ para o Português do Brasil

das palavras em si, mas a relação lógica que se pretende entre os Us em questão. Entre Us há pausa inerente, como em (4)⁷.

- (4) a. [U [O pêssego]_I [apesar do preço do mercado]_I [apresentou bons resultados]_I]_U
b. [Paulo vendeu laranja]_U [Apresentou altos índices de produtividade]_U
c. [U [Our next door neighbor]_I [Mr. Jones]_I [bought an ocelot last week]_I]_U
d. [My cousin collects snakes]_U [Gertrudes prefers butterflies]_U

Dados os nossos objetivos, justificamos que esses três domínios prosódicos servirão de base para a avaliação do uso mais ou menos fluente das pausas preenchidas encontradas no *corpus* deste trabalho. Assim, inicialmente, pautamos pela seguinte pergunta de pesquisa: como se caracteriza, nas diferentes faixas de proficiência, o emprego dos sons preenchedores *uh* e *eh* em relação à organização prosódica, dada em termos de domínios prosódicos?

Corpus e método

O Teste de Proficiência Oral em Língua Inglesa (TEPOLI) foi aplicado pela primeira vez no ano de 2002 a alunos formandos de um curso de Licenciatura em Letras de uma universidade pública. Consiste em uma entrevista oral em língua estrangeira, individualmente ou em duplas, face a face com um examinador-interlocutor. O formato individual do teste foi aplicado até 2004, tendo posteriormente sido modificado para o formato de duplas com a finalidade de diminuir a participação do examinador. Observamos, no entanto, que o caráter interativo permeia os dois formatos do teste.

O TEPOLI inicia-se com uma fase rotulada de aquecimento, cujo objetivo é aliviar a tensão causada pelas expectativas sobre o teste. Nessa fase, o examinador faz perguntas gerais sobre os candidatos e procura brevemente estabelecer um contato cordial. É também durante esta fase que o examinador explica o teste de forma geral.

Em seguida, os candidatos devem cumprir duas tarefas. A primeira baseia-se na descrição de uma figura que o aluno escolhe, dentre três que lhe são apresentadas. O examinador pede que o candidato descreva a figura e faça suposições a respeito da mesma. Quando o teste é realizado em duplas, os alunos também comentam a figura do colega e fazem perguntas um ao outro, com base nas figuras, simulando a fala de professores. A segunda tarefa consiste numa proposta de *role-play*, em que os candidatos devem se comportar ora como professor ora como aluno e interagir um com o outro. O insumo é gerado a partir de duas transcrições de fala real de alunos, retiradas de aulas de inglês como língua

⁷ 4a e 4b (TENANI, 2002); 4c e 4d (NESPOR; VOGEL, 1986)

estrangeira. Espera-se que os candidatos abordem os aspectos problemáticos na fala do outro aluno, corrigindo e explicando pontos que julgarem necessários. Para encerrar o teste, os candidatos falam sobre suas impressões a respeito da prova. Neste trabalho, o *corpus* é constituído de transcrições da fase de aquecimento e da primeira tarefa apenas.

O teste propõe uma escala com cinco faixas de proficiência (A, B, C, D, e E), sendo que a faixa menos proficiente (E) representa um candidato considerado não preparado para lecionar língua inglesa, provavelmente incapaz de sustentar uma aula na língua estrangeira. A escala não se propõe a discriminar todos os níveis de proficiência desde um nível zero, de forma que todos os possíveis níveis inferiores a D recaem sobre a faixa E. Dessa forma, um falante com uma proficiência oral praticamente nula é também descrito dentro da faixa E.

A escala apresenta descritores de proficiência relativos a: (a) fluência; (b) estrutura léxico-sintática; (c) léxico; (d) pronúncia; (e) compreensão oral. Para que um candidato seja classificado numa determinada faixa é preciso “[...] que seu desempenho no TEPOLI corresponda, com relação a todos os aspectos explicitados pelos descritores, na referida faixa” (CONSOLO, 2004, p.282). Aqueles candidatos que apresentam características de faixas diferentes são classificados na mais baixa. Devido a esse critério, é possível que os participantes selecionados por faixas apresentem, especificamente para o descritor fluência, uma proficiência acima daquela esperada para a sua faixa geral, mas nunca abaixo.

Na concepção do teste, **fluência** é descrita não apenas em seu sentido mais restrito de produção de fluxo de fala sem interrupções, mas num sentido mais amplo que envolve, como Silva (2000) coloca, a capacidade geral para desempenhar-se na situação comunicativa, cumprindo os objetivos previamente estabelecidos para a tarefa proposta ao candidato. Neste trabalho, entretanto, nossa contribuição dar-se-á no sentido de descrever e analisar os elementos denominados pausas preenchidas, deixando para outro momento sua relação com o cumprimento da tarefa.

Dessa forma, a investigação do uso de pausas preenchidas ao longo da escala pode dar indícios mais claros para os examinadores a respeito da classificação dos candidatos no TEPOLI, contribuindo para elevar o nível de confiabilidade do teste, à medida que descreve mais detalhadamente a linguagem em cada uma das faixas.

Nosso estudo compõe-se de um olhar triplo. No plano paradigmático, dois tipos de segmentos são considerados para preencher as pausas: (a) *eh* ou (b) *uh*. No plano sintagmático, buscamos investigar o contexto prosódico das pausas preenchidas: (a) dentro de constituinte menor (mesmo ϕ); (b) em fronteira de constituinte menor ($\phi+\phi$); (c) em fronteira de constituinte maior (I+I ou U+U). Por

fim, no plano que chamamos pragmático, tratamos da motivação cognitiva⁸ para a inserção de pausa preenchida: (a) autocorreção; (b) busca lexical; (c) planejamento discursivo. A Figura 01 ilustra como esses planos estão interligados:

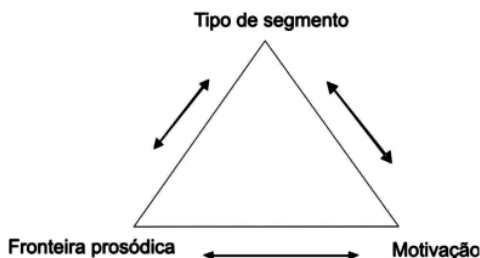


Figura 1 – Os três planos investigados neste estudo

Argumentamos, com base na análise de dados – a ser apresentada na próxima seção –, que tais parâmetros são úteis para aprimorar os descritores de fluência na escala e assegurar uma maior confiabilidade dos resultados da avaliação, à medida que melhor caracterizam para o examinador o tipo de linguagem esperada para cada faixa.

O *corpus* desta pesquisa é composto de situações de uso real da língua e se divide em quatro *subcorpora*, formados a partir da fala de 20 candidatos que fizeram o TEPOLI entre 2004 e 2007, e que se dividem uniformemente entre as quatro faixas de proficiência mais baixas (B, C, D e E) da escala proposta para o teste, perfazendo cinco candidatos por faixa. A faixa mais alta foi excluída desta análise pelo fato de haver apenas um candidato classificado dentre todos os que fizeram o teste até o ano de 2007, o que, a nosso ver, poderia prejudicar a interpretação dos resultados.

Todos os candidatos são alunos formandos no curso de Licenciatura em Letras de uma universidade pública. Em relação ao sexo, 16 são do sexo feminino e quatro, do sexo masculino. Essa diferença na distribuição dos participantes quanto ao gênero se deve ao fato de, nesse curso, haver uma grande predominância de mulheres.

Devido a alterações no formato do teste de um ano para outro, alguns realizaram a entrevista individualmente e outros em dupla. Entretanto, como já tratamos anteriormente, o caráter dialógico continua existindo em ambos os formatos. Infelizmente, durante a seleção do *corpus*, não foi possível garantir que as faixas tivessem um mesmo número de testes do mesmo formato. Decidimos priorizar os dados que apresentassem qualidade suficiente para a análise perceptual, o que

⁸ A motivação não está ligada à intencionalidade ou à consciência, mas é compreendida aqui como a explicação de processos cognitivos que estão exigindo demais do falante a ponto de ele fazer uma pausa.

fez com que a distribuição dos formatos de teste não fosse uniforme ao longo das faixas, por haver um número relativamente restrito de alunos em cada faixa até o momento desta investigação. Os dados sobre todos os *subcorpora* encontram-se no Quadro 01, inclusive o descritor de fluência para cada faixa.

Faixa	Descritor	Formato	Tempo (min)
B	Atinge plenamente os objetivos de comunicação e interação verbal, demonstrando fluência e habilidade na produção oral	3 testes individuais e 2 em dupla	53
C	Atinge os objetivos de comunicação e interação verbal satisfatoriamente	2 testes individuais e 3 em dupla	60
D	Atinge plenamente os objetivos de comunicação e interação verbal, porém com algumas limitações, e pode exibir falta de fluência	2 testes individuais e 3 em dupla	62
E	Não atinge todos os objetivos de comunicação e interação verbal, apresentando falta de fluência e de competência na produção oral	1 teste individual e 4 em dupla	62

Quadro 1 – Distribuição do *corpus* segundo a escala do TEPOLI e duração de tempo

As gravações e transcrições foram realizadas por outros pesquisadores que fazem parte do grupo de pesquisa Ensino e Aprendizagem de Línguas: Crenças, Construtos e Competências (Enaple-CCC). As gravações dos anos de 2004 e 2005 se deram em formato analógico, enquanto em 2006 e 2007, em formato digital. Os dados analógicos foram posteriormente digitalizados para facilitar o trabalho de transcrição, que foi realizado ortográfica e perceptualmente por assistentes de pesquisa. Após revisadas as transcrições já existentes, procedemos a inserção dos sons preenchedores *uh* e *eh* empregados pelos candidatos, tendo em vista que esses fenômenos não estavam incluídos nas transcrições originais.

Foram selecionados trechos de aproximadamente 10 minutos para as entrevistas individuais e 15 minutos para aquelas em dupla – incluindo a fase de aquecimento e a primeira tarefa do teste. Existe alguma variação de tempo entre os *subcorpora* porque as tarefas têm duração parecida para todos os candidatos, mas não idênticas, uma vez que dependem de seus desempenhos individuais.

Para a análise de parte dos dados, empregamos o software TextSTAT 2.7 (Simple Text Analysis Tool), disponibilizado gratuitamente para download na

internet⁹. Essa ferramenta calcula a quantidade de *tokens* e *types* produzidos pelos falantes. *Tokens* são todas as palavras, ainda que repetidas, encontradas num arquivo; ao passo que, para o cálculo dos *types*, palavras repetidas contam apenas uma vez. A medida dos *types* fornece informação sobre quantas palavras diferentes há no arquivo, e é normalmente empregada para análises de vocabulário. Interessa-nos aqui a análise dos *tokens*.

Fizemos um primeiro levantamento quanto à quantidade de palavras e turnos em cada faixa para nos assegurarmos de que as diferenças de tempo entre as faixas não prejudicariam a interpretação dos resultados. Essas informações também serviram para validar parte do descritor fluência. Em seguida, analisamos a frequência de todas as ocorrências de pausas preenchidas *eh* e *uh* no mesmo software. A análise do contexto prosódico foi realizada perceptualmente. Finalmente, investigamos a motivação para cada uma das pausas preenchidas, com base em pistas prosódicas e sintáticas.

Resultados e discussão

Iniciamos esta seção apresentando os resultados da investigação sobre a validade do descritor de fluência na escala a partir da relação entre a quantidade de palavras e de turnos conversacionais e o tempo de duração total das entrevistas dos *subcorpora*.

A Tabela 02 exhibe em frequências a duração total dos trechos de entrevista selecionados para todos os *subcorpora*, o total de palavras (*tokens*) produzidas pelos candidatos e o total de turnos que realizam. A relação de *tokens* por minuto, bem como a de *tokens* por turno, permite-nos observar algumas diferenças entre as faixas no que concerne à esfera conceitual quantitativa do construto de fluência, ou seja, que um falante é tanto mais fluente quanto mais palavras consegue produzir.

⁹ DUTCH..., 2007.

Tabela 02 – Descrição dos *subcorpora* em relação a duração, *tokens* e turnos

Faixa	Duração (min)	Tokens	Turnos	Relação <i>tokens/</i> min	Relação <i>tokens/</i> turno
B	53	3704	194	69,88	19,09
C	60	3508	194	58,46	18,08
D	62	3407	246	54,95	13,84
E	62	2151	232	34,69	9,27

É possível perceber que há um aumento na quantidade de *tokens* à medida que se caminha da faixa mais baixa para a mais alta em proficiência. Também os turnos conversacionais são cada vez maiores e fala-se mais em menos tempo. Esses resultados servem para assegurar que o descritor **fluência** prevê corretamente que existe diferença entre as performances ao longo das faixas.

Em relação ao emprego das pausas preenchidas *eh* e *uh*, com ou sem a presença de alongamento, os resultados mostram uma diferença significativa entre as faixas C e D e também entre as faixas D e E (Figura 02).

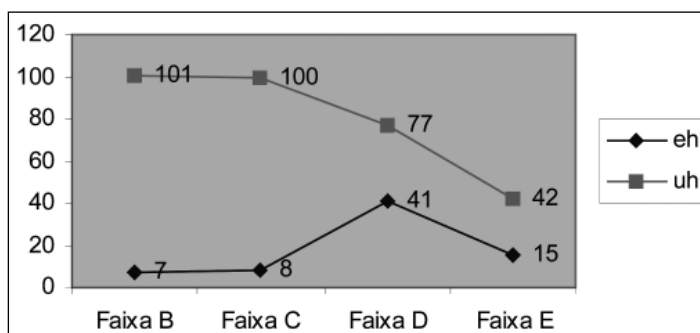


Figura 02 – Inserção de pausas preenchidas *eh* e *uh* ao longo das faixas

Na faixa E, há pouco uso de pausas preenchidas. Nessa faixa, a fala dos candidatos é curta – 9,27 palavras por turno, em média (Tabela 02) –, já que tendem a responder apenas o mínimo para não incorrerem em erros ou momentos desconcertantes de silêncio por lhes faltarem palavras para se expressar. A estratégia de entrega de turno, a partir de uma resposta sucinta e entoação descendente, permite-lhes não precisar realizar pausas longas com tanta frequência ($f=62$, Tabela 03).

Tabela 03 – Pausas silenciosas breves¹⁰ e longas e sua relação com *tokens*

Faixa	Pausas breves	Pausas ≥ 1 seg	Tokens/ Pausas breves	Tokens/ Pausas ≥ 1 seg
B	525	78	7,05	47,48
C	488	140	7,18	25,05
D	613	137	5,55	24,86
E	435	62	4,94	34,69

À medida que esses candidatos melhoram sua proficiência e caminham para a faixa D, apresentam um vocabulário mais amplo e começam a se arriscar mais. Nesse momento, dois fatos se observam: esses candidatos (a) realizam mais pausas silenciosas em busca do vocabulário ou forma gramatical adequada ($f = 613$ para pausas breves; $f = 137$ para pausas longas; Tabela 03); (b) começam a preencher muitas de suas pausas, entretanto, utilizando ainda o som *eh*, típico de sua língua materna, já que esse é o som preenchedor por excelência no português do Brasil (MARCUSCHI, 1999). Os alunos nessa faixa (D) já fazem uso do som preenchedor *uh*, típico do inglês; seu uso aparece, entretanto, mesclado com o uso de *eh* (Figura 02).

Por sua vez, os candidatos que se encontram na faixa C já adquiriram a capacidade de empregar com uma frequência muito mais alta o som *uh*, em quase a totalidade de suas pausas preenchidas (Figura 02). Há também uma diminuição das pausas breves silenciosas ($f = 488$; Tabela 03), o que pode ser compreendido como a transformação de pausas silenciosas em pausas preenchidas, já que as frequências das duas são inversamente proporcionais. Não observamos diferença significativa entre as faixas B e C, no que concerne à frequência do tipo de segmento empregado.

Passamos agora a analisar qualitativamente todos os casos de emprego de pausas preenchidas *eh* e *uh* em relação aos domínios prosódicos considerados, bem como à motivação cognitiva. Foram excluídos da análise prosódica os casos que apresentavam quantidade grande de outros fenômenos hesitativos ao mesmo tempo.

Não observamos uma distribuição que caracterize claramente diferentes usos dos preenchedores *eh* e *uh*. Devemos manter em mente, entretanto, que o processo em língua estrangeira é diferente do processo que se dá em língua materna e que todos os falantes da língua estrangeira, mesmo aqueles que se

¹⁰ Pausas não de contorno entoacional, inferiores a 1 seg.

encontram nas mais altas faixas de proficiência, apresentam focos de desvantagem em relação ao falante nativo, encontrando-se em “estágios de habilidades meta-comunicativas limitadas” (NASCIMENTO, 2005, p.31). A Tabela 04 apresenta a distribuição por faixas dos segmentos *eh* e *uh* e a frequência e porcentagem de seu emprego para a autocorreção.

Tabela 04 – Emprego dos segmentos *uh* e *eh* para autocorreção

Faixa	<i>eh</i>			<i>uh</i>		
	<i>f</i>	Autocorreção	% faixa ¹¹	<i>f</i>	Autocorreção	% faixa
B	7	5	71,42	101	4	3,96
C	8	1	12,50	96	3	3,12
D	40	4	10,00	74	2	2,70
E	15	2	13,33	39	3	7,69
Total	70	12	17,14	310	12	3,87

De acordo com esses dados, não há diferença significativa entre as faixas na escolha do tipo de segmento, *eh* ou *uh*, para a estratégia de autocorreção. Entretanto, na faixa B, o som *eh* é utilizado quase que unanimemente para realizar autocorreções na fala (71,42% das vezes em que emprega *eh*). Nessa faixa, o som *uh* do inglês já é largamente empregado como o som típico para preenchimento de pausas, tendo substituído o típico *eh* do português. Todavia, ainda observamos que nos casos de autocorreção, o falante ainda recorre ao segmento *eh* em 55% das vezes. Em todas as faixas o som mais utilizado para sinalizar a estratégia de autocorreção é o preenchedor *eh*.

Em (5) apresentamos exemplos de inserção de pausa preenchida com a finalidade de autocorreção em todas as faixas analisadas, as quais trazemos entre parênteses.

- (5) a. if I was married or if I was **uh** have a boyfriend(**B**)
 b. it seems to be a **bi uh** a beach maybe(**C**)
 c. because I intend to **uh** I **eh** I'm going to pass master's and(**D**)
 d. the children killed killed the **the eh one** adult one adult man(**E**)

¹¹ Em algumas tabelas deste trabalho, apresentamos tanto a porcentagem da distribuição em relação à faixa (% faixa), quanto em relação ao *corpus* (% *corpus*). Os dados referentes à faixa dão informação sobre o emprego típico das pausas preenchidas dentro de cada faixa, ao passo que os dados referentes ao *corpus* permitem visualizar melhor as diferenças entre faixas.

A seguir, excluimos todos os casos de *eh* e *uh* empregados com fins de autocorreção e analisamos o contexto prosódico das pausas preenchidas de outras motivações cognitivas. De forma geral, o emprego de pausas preenchidas ao longo das faixas analisadas em relação aos domínios prosódicos encontra-se distribuído de acordo com a Tabela 05. Nessa tabela, apresentamos o total de ocorrências consideradas, a frequência e a porcentagem dessas ocorrências em relação aos *subcorpora* e ao *corpus* completo, sem distinguirmos entre o tipo de segmento.

Tabela 05 – Contexto prosódico das pausas preenchidas *eh* e *uh*

Faixa	<i>f</i> geral	Fronteira de ϕ ou de constituintes menores que ϕ			Fronteira de constituinte maior (I ou U)		
		<i>f</i>	% faixa	% corpus	<i>f</i>	% faixa	% corpus
B	99	56	56,56	15,73	41	41,41	11,51
C	100	65	65,00	18,25	35	35,00	9,83
D	108	68	62,96	19,10	40	37,03	11,23
E	49	27	55,10	7,58	24	48,97	6,74
Total	356	216		60,66	140		39,31

Os resultados da análise prosódica confirmam o que já havíamos observado nos dados sobre a frequência geral de emprego de *eh* e *uh* e também em relação aos *tokens* produzidos. Os alunos na faixa E apresentam poucas pausas preenchidas e são necessários outros estudos que investiguem qualitativamente o uso que fazem das pausas silenciosas para agregar informação ao que trazemos com este estudo. No entanto, podemos observar que, com exceção dessa faixa, conforme caminhamos em direção a níveis de proficiência mais altos, temos uma menor incidência de pausas preenchidas em fronteiras de constituintes mais baixos na hierarquia prosódica ($f=68$ em D; $f=65$ em C; e $f=56$ em B). Além disso, as análises mostraram que a frequência das ocorrências de pausas preenchidas em fronteiras de ϕ também diminui em direção a faixas superiores ($f=49$ em D; $f=41$ em C; e $f=38$ em B¹², evidenciando que quanto mais alta a proficiência, menos pausas (preenchidas) o falante precisa fazer nessas posições, o que pode sugerir que tem menos problemas para encontrar léxico adequado para se expressar, como veremos mais adiante.

As Tabelas 06 e 07 exibem a distribuição de *eh* e *uh*, respectivamente, em relação aos domínios prosódicos em questão neste estudo. Conforme a Tabela

¹² Dados não apresentados na tabela, mas calculados a partir dela.

06, na faixa E, o uso de *eh* surge de modo bastante diluído entre os contextos prosódicos possíveis. Semelhantemente à distribuição do total de pausas preenchidas *eh* e *uh*, apresentadas na Tabela 05 e já discutidas, a ocorrência de *eh* aumenta consideravelmente ao nos dirigirmos da faixa E para a D e cai em grande proporção quando passamos para a faixa C. Essas variações são ainda maiores no emprego de *eh* em fronteiras de constituintes hierarquicamente mais altos (dentro de ϕ , a variação é de 6 ocorrências na faixa D para 3 na C, uma redução equivalente a 50%; no contexto de $\phi+\phi$, a redução é de 19 para 2, perfazendo uma redução de aproximadamente 89,47%; e no contexto de I+I ou U+U, a redução é de aproximadamente 81,81%).

A faixa B ainda apresenta menos ocorrências de *eh* em fronteiras de constituintes menores, se comparada à faixa C (nenhuma ocorrência em B). De fato, essa é a única faixa em que *eh* é utilizado somente em fronteira de constituinte maior. Entretanto, a frequência de *eh* sem o fim de autocorreção nessa faixa é muito baixa (Tabela 06).

Tabela 06 – Contexto prosódico das pausas preenchidas

Faixa	Mesmo ϕ			$\phi + \phi$			I + I ou U + U		
	f	% faixa	% corpus	f	% faixa	% corpus	f	% faixa	% corpus
Pausa preenchida eh									
B	0	0	0,00	0	0	0,00	2	100	3,44
C	3	42,85	5,17	2	28,57	3,44	2	28,57	3,44
D	6	16,66	10,34	19	52,77	32,75	11	30,55	18,96
E	4	30,76	6,89	4	30,76	6,89	5	38,46	8,69
Total	13		22,40	25		43,08	20		34,53
Pausa preenchida uh									
B	18	18,55	6,00	38	39,17	12,66	41	42,26	13,66
C	21	22,58	7,00	39	41,93	13,00	33	35,48	11,00
D	13	18,05	4,33	30	40,54	10,00	29	40,27	9,66
E	4	10,52	1,30	15	39,47	5,00	19	50,00	6,33
Total	56		18,63	122		40,66	122		40,65

A seguir, em (6), trazemos alguns exemplos da inserção de *eh* nos contextos prosódicos, quantificados na Tabela 06, encontrados no *corpus* deste trabalho.

- (6) a. [I think]_I [from this time on]_I **eh** [it's a little bit]_I uh [I would say]_I (**I+I; B**)
 b. [if you were] ϕ [this this **eh** girl] ϕ [would you] (**mesmo ϕ ; C**)
 c. [I think] ϕ [that his family] ϕ **eh** [approve] ϕ [this act] ϕ (**$\phi+\phi$; D**)
 d. [I translate] ϕ [lyrics] ϕ [just **eh** it] ϕ [but I studied] ϕ (**mesmo ϕ ; E**)

O som preenchedor *uh*, (Tabela 06), é empregado com uma frequência muito maior que *eh* em posições de fronteiras prosódicas de constituintes maiores. Ao compararmos a frequência de *eh* à frequência de *uh* nessas posições, percebemos que, em todas as faixas o emprego de *uh* em fronteiras de constituintes maiores é mais freqüente que o de *eh*. Numa análise comparativa do uso de *eh* e *uh* intra-faixas, com exceção da B, em todas as faixas a porcentagem (% faixa) de emprego de *uh* nessa posição é maior que de *eh*. Além disso, o emprego de *uh* nas fronteiras entoacionais (I) ou de enunciados (U) está diretamente ligada ao

nível de proficiência oral do falante, já que a distribuição desse preenchedor em todo o *corpus* está correlacionada às faixas da escala (6,33% em E; 9,66% em D; 11% em C; e 13,66% em B).

A seguir, em (7), apresentamos exemplos de *uh* nos contextos prosódicos quantificados na Tabela 06, encontrados no *corpus* deste trabalho.

- (7) a. [I developed a lot]_i [I think]_i **uh** [but I I want to continue studying]_i **(I+I; B)**
b. [I tried some extreme sports]_i [like rafting]_i **uh** [bungee jumping]_i **(I+I; C)**
c. [in this picture] ϕ [you have] ϕ **uh** [a couple] ϕ **(ϕ + ϕ ;D)**
d. [I teach] ϕ **uh** [one class] ϕ [last year] ϕ [to a project] ϕ **(ϕ + ϕ ;E)**

A observação de que a inserção de pausas preenchidas em fronteiras de constituintes prosódicos menores diminui à medida que aumenta a proficiência do falante (Tabela 05) leva-nos a questionar as motivações cognitivo-discursivas para a inserção dessas pausas. Além da autocorreção, são previstos neste trabalho outros dois tipos de motivação: busca lexical, que se constitui uma motivação de ordem cognitiva, já que o falante pode ter problemas em acessar seu *lexicon* em tempo real; e planejamento discursivo, uma motivação de ordem textual-discursiva. A identificação dessas razões é feita por meio da análise dos elementos linguísticos que se seguem às pausas preenchidas e do seu contexto prosódico na língua em uso.

Assim, pausas antes de palavras de alto conteúdo lexical, e em fronteiras de constituintes prosódicos menores, podem apontar para dificuldade em lidar com o acesso ao léxico, ao passo que pausas antes de constituintes maiores, em fronteiras entoacionais ou após a primeira palavra do grupo entoacional, podem indicar uma organização da mensagem, configurando planejamento discursivo.

Entretanto, a busca lexical nem sempre evidencia falta de proficiência do falante, embora sua alta frequência possa dar indícios mais claros disso. A busca lexical pode ser motivada por uma carga cognitiva superior àquela com que o falante consegue lidar num determinado momento em tempo real. Situações de teste oral geralmente elevam a carga cognitiva do aluno e, portanto, a busca lexical ocorre em todos os níveis de proficiência, embora se espere que em menor frequência naqueles mais altos.

Por sua vez, o planejamento discursivo não está tão relacionado ao nível de proficiência na língua estrangeira, já que sua classe não é propriamente linguística. Apresenta apenas certa relação, de acordo com o modelo de proficiência comunicativa que adotamos e que entende a proficiência geral como a soma dos fatores gramaticais (fonológico, lexical e sintático), textuais e sociais (BACHMAN, 1990).

Como na faixa E o uso de pausas preenchidas é ainda muito baixo, é a partir da faixa D que temos mais sinalização de busca lexical e de planejamento discursivo. Os dados mostram que o emprego de pausas preenchidas com motivação de busca lexical diminui à medida que caminhamos para faixas mais altas e que, por oposição, as pausas preenchidas com motivação textual-discursiva aumentam (Figura 03). Portanto, essas são medidas indiretamente proporcionais.

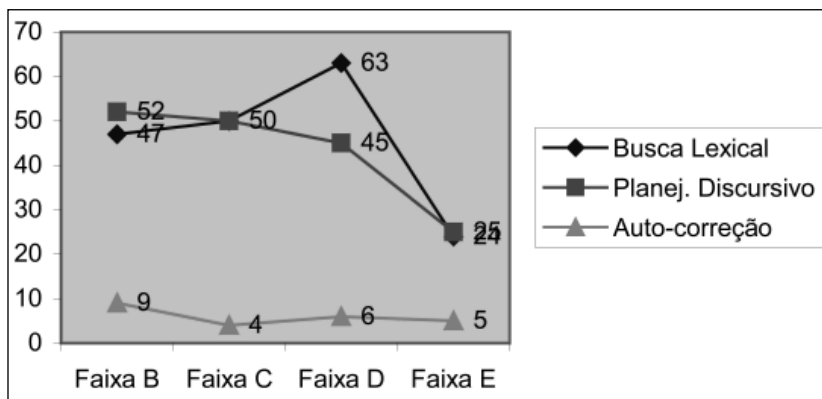


Figura 03 – Motivação cognitiva para a inserção de pausas preenchidas *eh* e *uh*

Se analisarmos mais a fundo, observaremos que a escolha do som preenchido para cada motivação é diferente dependendo da faixa de proficiência. A Tabela 07 apresenta os dados de emprego de *eh* e *uh*, respectivamente, para as três categorias de motivação, a porcentagem de incidência sobre cada faixa e a porcentagem sobre o total do *corpus* envolvendo todas as faixas.

Tabela 07 – Motivação cognitivo-discursiva para pausa preenchida

Faixa	<i>f</i> geral	Autocorreção			Busca lexical			Planejamento discursivo		
		<i>f</i>	%	%	<i>f</i>	%	%	<i>f</i>	%	%
Pausa preenchida eh										
B	7	5	71,43	7,14	0	0,00	0,00	2	28,57	2,86
C	8	1	12,50	1,43	4	50,00	5,71	3	37,50	4,29
D	40	4	10,00	5,71	25	62,50	35,71	11	27,50	15,71
E	15	2	13,33	2,86	9	60,00	12,86	4	26,67	5,71
Total	70	12		17,14	38		54,28	20		28,57
Pausa preenchida uh										
B	101	4	3,96	1,29	47	46,53	15,16	50	49,50	16,13
C	96	3	3,13	0,97	46	47,92	14,84	47	48,96	15,16
D	74	2	2,70	0,65	38	51,35	12,26	34	45,95	10,97
E	39	3	7,69	0,97	15	38,46	4,84	21	53,85	6,77
Total	310	12		3,88	146		47,10	152		49,03

As porcentagens sobre cada faixa permitem depreender que a principal motivação para o emprego de *eh* é a busca lexical, independentemente do nível de proficiência (na faixa C, 50% de todas as ocorrências de *eh* sinalizam busca lexical; na faixa D isso ocorre em 62,50% das vezes, e na E, em 60%), com exceção da faixa B, cuja principal motivação é a autocorreção (71,43%). Olhando para as porcentagens da motivação de busca lexical sobre o total do *corpus*, percebemos que a sinalização de busca lexical com *eh* é mais utilizada nas faixas mais baixas (D e E), ao ponto de na faixa B não haver nenhuma ocorrência desse tipo. Apresentamos em (8) exemplos do uso de *eh* para sinalizar busca lexical.

- (8) a. this is a little bit **eh** expensive(C)
 b. I have to: + prepare my [1] **eh** my paper for [1]¹³(D)
 c. I I I + don't **eh** talk very well(E)

¹³ Na transcrição ortográfica, o símbolo + marca uma pausa breve, inferior a um segundo; o símbolo [1] marca uma pausa longa de um segundo.

O contrário acontece com o emprego de *uh* para essa mesma categoria de busca lexical. A frequência de *uh* diminui à medida que caminhamos em direção a níveis mais baixos (Tabela 07). Isso também acontece na categoria planejamento discursivo: nas faixas mais altas, os candidatos empregam *uh* com maior frequência e *eh* com menor frequência do que os candidatos das faixas mais baixas. Além disso, pelas porcentagens sobre cada faixa, percebemos que a motivação principal para o emprego de *uh* é o planejamento discursivo (exceção para a faixa D, em que a principal motivação é a busca lexical), já que *uh* é empregado com essa finalidade em 49,50% das vezes na faixa B, em 48,96% em C e em 53,85% em E. Salientamos, entretanto, que a diferença entre o emprego de *uh* para busca lexical e para planejamento discursivo é modesta.

Em (9) ilustramos o emprego de *uh* com a motivação de planejamento discursivo.

- (9) a. because **uh** to me is + not that **uh** everything should be perfect(**B**)
b. I have English since I was something **uh** around ten years old(**C**)
c. I like Portuguese + and + **uh** I've been studying English + for a long time(**D**)
d. but **uh** + I don't know + I'm not and uh + I don't like uh + the the situation(**E**)

A Tabela 08 apresenta as escolhas do segmento de preenchimento por faixas para as categorias busca lexical e planejamento discursivo, respectivamente. Tais dados corroboram as observações feitas anteriormente sobre as escolhas para pausas preenchidas. Além disso, o som *uh* ainda é mais utilizado que *eh* tanto para busca lexical quanto para planejamento discursivo em todas as faixas de proficiência da escala. Explicamos esse fato com base nos objetivos do TEPOLI, bem como em sua natureza. Por ter a finalidade de certificar professores de inglês, assegurando uma proficiência mínima necessária para o exercício da profissão, o teste não objetiva discriminar níveis muito baixos de proficiência. Conforme já explicitado, a escala do TEPOLI apresenta o nível mínimo considerado para aprovação no teste: a faixa D. Isso significa que a faixa E não representa o nível zero em proficiência oral na língua estrangeira e, portanto, mesmo os candidatos dessa faixa já apresentam o uso de *uh*, embora em bem menor escala que aqueles das faixas mais altas.

Tabela 08 – Escolha de segmento *eh* ou *uh* para busca lexical e planejamento discursivo

Faixa	<i>f geral</i>	<i>eh</i>			<i>uh</i>		
		<i>f</i>	% faixa	% corpus	<i>f</i>	% faixa	% corpus
Busca lexical							
B	47	0	0,00	0,00	47	100,00	25,54
C	50	4	8,00	2,17	46	92,00	25,00
D	63	25	39,68	13,58	38	60,31	20,65
E	24	9	37,50	4,89	15	62,5	8,15
Total	184	38		20,64	146		79,34
Planejamento discursivo							
B	52	2	3,84	1,16	50	96,15	29,06
C	50	3	6,00	1,74	47	94,00	27,32
D	45	11	24,44	6,39	34	75,55	19,76
E	25	4	16,00	2,32	21	84,00	12,20
Total	172	20		11,61	152		88,34

Pelas frequências totais de pausas preenchidas (*f geral*) exibidas na Tabela 08, afirmamos que as diferenças entre faixas para o emprego de pausas preenchidas são mais acentuadas na categoria busca lexical do que na categoria planejamento discursivo. Da faixa E para a D, há uma diferença de 39 pontos para busca lexical e de 20 para planejamento discursivo. Da faixa de proficiência D para a C, essas diferenças são de 13 e 5 pontos, respectivamente, e da C para B, de 17 e 2. Os resultados são condizentes com o modelo teórico que fundamenta as concepções de proficiência comunicativa do TEPOLI, descrito em Bachman (1990). A categoria busca lexical está muito mais ligada ao nível de proficiência do falante do que a categoria planejamento discursivo. Daí as diferenças entre faixas nessa última serem mais modestas.

Finalmente, os dados da Tabela 09 permitem compreender o contexto prosódico típico para a inserção de pausa preenchida para as categorias busca lexical e planejamento discursivo.

Tabela 09 – Relação entre motivação cognitiva e domínios prosódicos

Faixa	<i>f geral</i>	Busca lexical			Planejamento discursivo		
		Mesmo ϕ	$\phi + \phi$	I + I ou U + U	Mesmo ϕ	$\phi + \phi$	I + I ou U + U
B	99	17	30	0	1	8	43
C	100	23	24	3	1	17	32
D	108	19	38	6	0	11	34
E	49	6	14	4	0	5	20

Corroborando os estudos de Scarpa (1995), percebemos que a busca lexical costuma ocorrer em fronteiras prosódicas de constituintes menores, mas este estudo ainda avança ao mostrar que essa fronteira é a de ϕ . Por sua vez, o contexto prosódico típico de pausa preenchida para planejamento discursivo é a fronteira de constituintes maiores, I ou U, conforme ilustramos com dados do *corpus* em (10).

- (10) a. [I don't have] ϕ **uh** [lots of groups] ϕ [to teach] ϕ (**B**)
 b. [I have] ϕ [two classes] ϕ [one class] ϕ [is] ϕ **uh** [adults] ϕ (**C**)
 c. [they have] ϕ **uh** [I don't know] ϕ [how to say] ϕ (**D**)
 d. [I think that] ϕ [it shows] ϕ **eh** [a lot of options] ϕ [to offer] ϕ (**E**)

Considerações Finais

Acreditamos, com este trabalho, ter contribuído tanto com os estudos em Fonologia quanto com a pesquisa em avaliação de proficiência na área de Linguística Aplicada. Na Fonologia, avançamos ao descrever o contexto prosódico típico ($\phi+\phi$) para a inserção de pausa preenchida quando o falante está realizando a tarefa cognitiva de procurar palavras para se expressar, o que denominamos neste trabalho de busca lexical. Com a Linguística Aplicada, contribuimos ao evidenciar que as escolhas do tipo de segmento empregado no preenchimento de pausas são um indicador do nível de proficiência oral do falante. Além disso, também contribuimos para os estudos de validação da escala do TEPOLI, mais especificamente no que concerne ao descritor **fluência**, ao encontrarmos dados que indiquem haver diferenças entre as faixas na quantidade de *tokens* produzidos por minuto e por turno, e também, especificamente no emprego das pausas preenchidas.

Dessa forma, cremos ter mostrado como a consideração do tipo de segmento preenchedor, do contexto prosódico desse segmento e de sua função

pragmática fornece subsídios para o avaliador classificar o candidato em faixas de proficiência.

Agradecimentos

Agradeço às professoras Dra. Luciani Ester Tenani, Dra. Gladis Massini-Cagliari e Dra. Ester Miriam Scarpa as leituras e valiosas sugestões à redação final deste texto.

ALMEIDA, V. B. Filled-in pauses and prosodic domains: evidence for the validation of the fluency descriptor of an oral proficiency test in a foreign language. *Alfa*, São Paulo, v.53, n.1, p.167-193, 2009.

- *ABSTRACT: This paper analyzes the use of filled in pauses eh (e) and uh(ə) employed by Brazilians speaking English as a second language at interviews of the Test of English Oral Proficiency (TEPOLI). The study is based on the theory of Prosodic Phonology by Nespor and Vogel (1986) and on the studies on filled-in pauses and the concept of fluency by Moniz (2006), Merlo (2006), and Scarpa (1995). The investigation comprises a triple analysis: the speakers' choices of eh and uh as filled-in pauses; the prosodic contexts of filled-in pauses; the discourse and cognitive reason that leads to the insertion of filled-in pauses. Besides being the basis for the study of the concept of fluency, the data offer major descriptive power to the test scale and, thus, contribute to the studies on the test validity and reliability.*
- *KEYWORDS: Filled-in pauses. Prosodic Phonology. Proficiency test.*

REFERÊNCIAS

BACHMAN, L. F. *Fundamental considerations in language testing*. Oxford: Oxford University Press, 1990.

BISOL, L. Os constituintes prosódicos. In: BISOL, L. (Org.). *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. 4.ed. rev. e ampl. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005. p.243-255.

BROWN, A. Interviewer variation and the co-construction of speaking proficiency. *Language testing*, London, v.20, n.1, p.1-25, 2003.

CAGLIARI, L. C. Prosódia: algumas funções dos supra-segmentos. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v.23, p.137-151, 1992.

CAMPOS, J. C.; CRUZ, R. C. F. Levantamento dos elementos paralinguísticos de fala espontânea: proposta preliminar de uma anotação padrão. *Revista Científica da UFPA*, Belém, v.6, n.1, 2007. Disponível em: <http://www2.ufpa.br/rcientifica/artigos_cientificos/ed_08/pdf/josivane_carmo.pdf>. Acesso em: 02 out. 2007.

CLARK, H. H.; FOX TREE, J. E. Using *uh* and *um* in spontaneous speaking.

Cognition, Amsterdam, v.84, n.1, p.73-111, May 2002.

CONSOLO, D. A. A construção de um instrumento de avaliação da proficiência oral do professor de língua estrangeira. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, v.43, n.2, p.265-286, 2004.

CONSOLO, D. A. Viewing teacher talk as formulaic language: a contribution towards non-native teachers oral performance? *Contexturas*, Campinas, v.2, n.1, p.17-28, 1994.

CONSOLO, D.; SILVA, V. L. T. The TEPOLI test: construct, updated tasks and new parameters to assess EFL teachers' oral proficiency. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRAPUI, 1., 2007, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG, 2007. 1 CD-ROM.

CRUTTENDEN, A. *Intonation*. 2.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

DUTCH LINGUISTICS. Free University of Berlin. *TextSTAT*: simple text analysis tool. 2007. Disponível em: <www.niederlandistik.fu-berlin.de/textstat/software-en.html>. Acesso em: 15 jan. 2008

FILLMORE, C. J. On fluency. In: FILLMORE, C. J.; KEMPLER, D.; WANG, W. S-Y. *Individual differences in language ability and language behavior*. New York: Academic Press, p.85-101, 1979.

KOCH, I. V. *A inter-ação pela linguagem*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1995.

LUOMA, S. *Assessing speaking*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

MACLAY, H.; OSGOOD, C. Hesitation in spontaneous speech. *Word*, New York, v.15, p.19-44, 1959.

MARCUSCHI, L. A. A hesitação. In: NEVES, M. H. M. (Org.). *Gramática do português falado: novos estudos*. São Paulo: Humanitas, 1999. v.7, p.159-194.

MARCUSCHI, L. A. *Análise da conversação*. 3.ed. São Paulo: Ática, 1997.

MERLO, S. *Hesitações na fala semi-espontânea: análise por séries temporais*. 2006. 218 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, Campinas, 2006.

MONIZ, H. G. S. *Contributo para a caracterização dos mecanismos de (dis)fluência no português europeu*. 2006.168 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2006.

NASCIMENTO, J. C. *Fenômeno hesitativo na linguagem: um olhar para a doença de Parkinson*. 2005. 158 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José

do Rio Preto, 2005.

NESPOR, M.; VOGEL, I. *Prosodic phonology*. Dordrecht: Foris, 1986.

SCARAMUCCI, M. V. R. Proficiência em LE: considerações terminológicas e conceituais. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, v.36, p.11-22, 2000.

SCARPA, E. M. Sobre o sujeito fluente. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v.29, p.163-184, 1995.

SCLIAR-CABRAL, L.; RODRIGUES, B. B. Discrepâncias entre a pontuação e as pausas. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v.26, p. 63-77, 1994.

SILVA, V. L. T. *Fluência oral: imaginário, construto e realidade num curso de Letras/LE*. 2000. 265 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas,

SWERTS, M. Filled pauses as markers of discourse structure. *Journal of Pragmatics*, Amsterdam, v.30, n.4, p.485-496, 1998.

TENANI, L. E. *Domínios prosódicos no português do Brasil: implicações para a prosódia e para a aplicação de processos fonológicos*. 2002. 317f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

ZANIBONI, L. F. *O funcionamento das pausas na atividade discursiva de sujeitos com doença de Parkinson*. 2002. 228 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2002.

Recebido em setembro de 2008.

Aprovado em dezembro de 2008.

RETROSPECTIVA DOS ESTUDOS EM MORFOLOGIA PROSÓDICA: DAS CIRCUNSCRIÇÕES E REGRAS À ABORDAGEM POR RANKING DE RESTRIÇÕES

Carlos Alexandre GONÇALVES¹

- **RESUMO:** Neste artigo, traçamos um histórico dos estudos em morfologia prosódica desde a abordagem por regras (análise derivacional) até o enfoque por meio de *rankings* de restrições (abordagem paralelista). Procuramos, com isso, mostrar como os princípios básicos da morfologia prosódica foram absorvidos pelo programa otimalista, culminando no que hoje se conhece como Teoria da Correspondência (McCARTHY; PRINCE, 1995), uma extensão da Teoria da Otimalidade dita Clássica (PRINCE; SMOLENSKY, 1993) para o tratamento de fenômenos morfológicos. Os processos não-concatenativos do português, como a Reduplicação ('corre-corre'; 'puxa-puxa'), a Hipocorização ('Dedé' << 'André'; 'Xandê' << 'Alexandre') e o Truncamento ('visu' << 'visual'; 'japa' << 'japonês'), constituem o fio-condutor do trabalho. Com base no instrumental de análise fornecido pela morfologia prosódica, em suas várias versões – Morfologia Autossegmental (McCARTHY, 1981), Morfologia propriamente Prosódica (McCARTHY, 1986) e Morfologia Circunscritiva (McCARTHY, 1990) – pretendemos apresentar análises para esses processos, mostrando as vantagens e os ganhos descritivos da proposta baseada em restrições sobre as diversas soluções por meio de regras.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Morfologia prosódica. Teoria da otimalidade. Restrições; morfologia não-concatenativa.

Introdução

As pesquisas em Morfologia Prosódica podem ser divididas em duas grandes fases. A primeira teve início com McCarthy (1986), primeiro teórico a tratar, numa perspectiva não-linear, de fenômenos morfológicos por ele chamados de não-concatenativos, como a infixação e a reduplicação². O autor propôs uma teoria prosódica para a morfologia não-concatenativa que foi continuamente modificada,

¹ UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade de Letras – Departamento de Letras Vernáculas. Rio de Janeiro – RJ – Brasil21. 941-590 – carlexandre@bol.com.br.

² Em linhas gerais, processos morfológicos não-concatenativos se diferenciam dos aglutinativos pela ausência de encadeamento. Na composição, fenômeno tipicamente concatenativo, um formativo se inicia exatamente no ponto em que o outro termina, como em 'guarda-roupa', por exemplo. Nos processos não-concatenativos, a sucessão linear dos elementos morfológicos pode ser rompida por fusões, intercalações ou repetições, de modo que uma informação morfológica não necessariamente se inicia no ponto em que a outra termina.

refinada e revisada até culminar no que foi denominado pelo autor de “Morfologia Prosódica Circunscrita”.

A segunda fase na história da Morfologia Prosódica é marcada pelo estabelecimento dos princípios dessa proposta no paradigma da Teoria da Otimalidade (McCARTHY; PRINCE, 1993a), assim abrindo caminho para a Teoria da Correspondência (McCARTHY; PRINCE, 1994a, 1994b e trabalhos posteriores), uma extensão do modelo otimalista necessária para o tratamento de fenômenos de interface morfologia-fonologia.

Constitui objetivo do artigo traçar o percurso histórico da Morfologia Prosódica antes e depois do advento da Teoria da Otimalidade, apresentando ao leitor as bases da chamada Teoria da Correspondência. Ao delinear o panorama dos estudos nessa linha de investigação, procuramos, sempre que possível, aplicar os instrumentos de análise descritos no texto à morfologia do português, focalizando, sobretudo, os processos marginais de formação de palavras, como o truncamento (‘aspira, por ‘aspirante’, e ‘profissa’, por ‘profissional’), a hipocorização (‘Nando’, por ‘Fernando’, e ‘Tude’, por ‘Gertrudes’) e a reduplicação (‘pepeta’, por ‘chupeta’, e ‘papato’, por ‘sapato’).

A Morfologia Prosódica: das origens à Teoria da Otimalidade

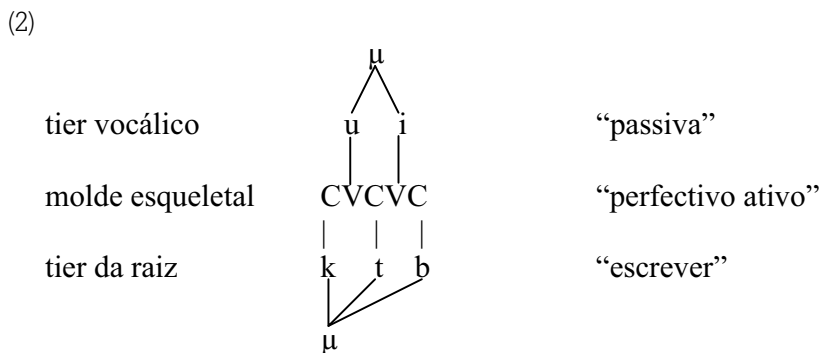
A Fonologia Não-Linear surgiu como reação à posição de Chomsky e Halle (1968) sobre a natureza linear das representações fonológicas. Com a emergência da Fonologia Autossegmental (GOLDSMITH, 1979), a descrição da morfologia não-concatenativa foi feita com mais naturalidade que com o aparato de símbolos de fronteira, largamente utilizado em Chomsky e Halle (1968). McCarthy (1979, 1981) aplica os princípios da Fonologia Autossegmental ao fenômeno da afixação descontínua encontrado numa grande variedade de línguas semíticas. A adaptação dos princípios da Fonologia Autossegmental a processos morfológicos como a infixação deu origem à Teoria da Morfologia Não-Concatenativa (McCARTHY, 1979, 1981, 1982), que, mais tarde, desembocou na Morfologia Prosódica (McCARTHY; PRINCE, 1986).

O conceito central envolvido na morfologia não-concatenativa é o de molde (*template*): um morfema esquelético não-especificado segmentalmente, exceto pela informação sobre posições de consoantes (C) e vogais (V). De acordo com McCarthy (1979, 1981), morfemas não são necessariamente representados numa camada segmental, como prevê a teoria padrão desenvolvida por Chomsky e Halle (1968), mas em diferentes níveis, chamados *tiers*, todos ligados a um molde esquelético.

Em algumas línguas semíticas, raízes são constituídas somente de consoantes. Em árabe, por exemplo, a sequência triconsonantal /ktb/ está vinculada ao significado lexical “escrever”. As categorias gramaticais do verbo, como tempo, aspecto e pessoa, são expressas por diferentes intercalações de vogais, o que torna a raiz uma unidade descontínua³, como se observa nos dados em (01), abaixo:

- | | | | | |
|-----|-------|----------------|-------|--------------|
| (1) | *ktb | ‘escrever’ | katib | ‘escrevendo’ |
| | katab | ‘ele escreveu’ | kitab | ‘livro’ |

Dados como os apresentados em (01) evidenciam que constituintes morfológicos nem sempre se sucedem numa linha temporal, de modo que o início de uma informação coincida com o término de outra. Em (01), percebe-se que os morfemas gramaticais – que categoricamente se manifestam por vogais – promovem a separação dos segmentos consonânticos da base verbal, fazendo com que informações morfológicas não se sucedam numa linha temporal. Com McCarthy (1979), o fenômeno da infixação em árabe recebe um tratamento não-linear. Nesse sentido, o mapeamento de diferentes camadas para o esqueleto triconsonantal CCC é assegurado por um conjunto de princípios da Fonologia Autossegmental. Em línguas como o árabe, as consoantes sempre se associam aos *C-slots* e as vogais, aos *V-slots*. Para McCarthy (1981), o esqueleto de um verbo em árabe é um molde que sempre corresponde a algum significado gramatical, sendo, portanto, morfêmico. Por exemplo, a forma passiva [kutib], “é escrito”, pode ser representada autossegmentalmente como em (02) a seguir:



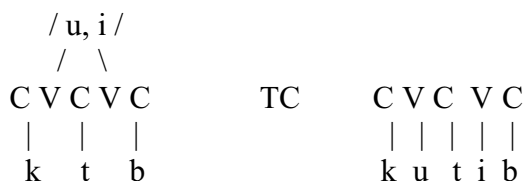
Como se vê em (02), a raiz fornece o significado básico de “escrever”, enquanto o molde representa o perfectivo ativo e o morfema descontínuo [u i], a passiva. As consoantes / k, t, b / se associam, nesta ordem, às três posições de C

³ Na proposta estruturalista (GLEASON JR., 1967), morfes descontínuos são aqueles que não aparecem sequencialmente na estrutura das palavras, de modo que outras formas podem surgir em seu interior, promovendo, assim, ruptura na ordem linear.

disponíveis no molde esquelético. Por sua vez, as vogais / i, u /, que caracterizam a passiva e aparecem no *tier* vocálico, associam-se às duas posições de V do mesmo molde.

Dois princípios são de grande relevância para essa morfologia que se apoia na noção de molde, a chamada *Template Morphology*: (1) OCP, Princípio do Contorno Obrigatório (*Obligatory Contour Principle*), de Leben (1973), e (2) TC, Conflação de Camadas (*Tier Conflation*), de McCarthy (1981). OCP impede que elementos adjacentes idênticos ocorram num mesmo *tier*. O segundo princípio tem o papel de converter diferentes *tiers* numa forma linearizada. Assim, TC, operação pela qual representações multilineares são dispostas numa sequência temporal, promove as seguintes mudanças para a forma árabe 'escrever-passiva':

(3)



Numa posterior versão da morfologia não-concatenativa, a Morfologia Prosódica propriamente dita, McCarthy e Prince (1986, 1990b) argumentam contra moldes segmentais em favor de moldes prosódicos. Nesse aspecto, foi de grande inspiração a Fonologia Prosódica, outro sub-ramo da Fonologia Não-Linear (SELKIRK, 1982), (NESPOR; VOGEL, 1986), que, ao abordar com mais rigor a questão dos domínios relevantes para a aplicação de regras fonológicas, propõe uma organização hierárquica de constituintes, como em (04), a seguir.

(4) ω (palavra prosódica) >> Σ (pé) >> σ (sílabas) >> μ (mora)

Tais categorias, as mais baixas da hierarquia prosódica, foram mais tarde aplicadas ao estudo da morfologia, mais precisamente à interação da morfologia com a fonologia, dando origem, assim, ao estudo da Morfologia Prosódica. McCarthy e Prince (1986, 1990b) argumentam que a Morfologia Prosódica opera não com porções CV, mas com autênticas unidades da prosódia, tal como o pé e a palavra fonológica. Defendem, além disso, que moldes segmentais são muitas vezes incapazes de expressar generalizações, sobretudo porque processos morfológicos frequentemente requerem especificações fonológicas de nível mais alto: podem (a) atuar em domínios prosódicos maiores que a sílaba e, conseqüentemente, (b) operar com informação mais detalhada que a simples especificação de C e de V numa camada. Uma nova versão da Morfologia Prosódica é mais tarde

desenvolvida dentro da Teoria da Circunscrição Prosódica (McCARTHY; PRINCE, 1990a, 1990b), que detalhamos a seguir.

A Circunscrição na Morfologia Prosódica

A Teoria da Morfologia Prosódica, desenvolvida por McCarthy e Prince (1990a), é baseada em três principais teses, estabelecidas como se segue:

(5)

(a) **Hipótese Básica da MP:** Moldes (*templates*) são definidos em termos de autênticas unidades da Prosódia – mora (μ), sílaba (σ), pé (Σ) e palavra fonológica (ω) – e constituem “afirmação geral a respeito da estrutura possível de determinados processos morfológicos.” (McCARTHY; PRINCE, 1990a, p.98);

(b) **Condição de Satisfação ao Molde:** Processos morfológicos satisfazem um molde específico que pode ser determinado tanto por princípios universais da Prosódia quanto por princípios de boa-formação de línguas individuais; e

(c) **Circunscrição Prosódica:** O domínio sobre o qual determinadas operações morfológicas se aplicam pode ser mapeado por primitivos prosódicos, da mesma forma que, na morfologia concatenativa, afixos se circunscrevem a domínios morfológicos como raiz, tema e palavra (VILLALVA, 2000). Em particular, a palavra mínima dentro de um domínio pode ser selecionada como o *locus* de transformações morfológicas *in lieu* de todo o domínio.

A primeira tese estabelece que o molde, na Morfologia Prosódica, é definido pelas categorias da hierarquia prosódica e não em termos de unidades CV. Seguindo Selkirk (1982), McCarthy e Prince (1993b) admitem que as unidades prosódicas são definidas de modo hierárquico e em termos de dominância, como visto em (04). Assim, a palavra prosódica domina o pé, e o pé domina a sílaba, que, por sua vez, domina a mora. Cada uma dessas categorias prosódicas é definida levando-se em conta a categoria de nível mais baixo. A mora, começando o nível mais baixo, serve para determinar o peso da sílaba. Uma sílaba leve consiste de uma mora [$\sigma\mu$]; e uma pesada, de duas [$\sigma\mu\mu$]. A sílaba é a unidade que liga dois níveis: o da mora e o do pé. O pé, de acordo com McCarthy e Prince (1986), é governado por uma restrição que requer que ele seja binário numa análise silábica ou numa análise moraic. A restrição de pé binário deriva a palavra mínima. A noção de palavra mínima corresponde ao pé mínimo e tem um importante papel na Morfologia Prosódica. Por exemplo, a palavra mínima em árabe é um pé iâmbico, que é uma sequência de sílaba leve-pesada ou leve-leve ou, simplesmente, uma sílaba pesada.

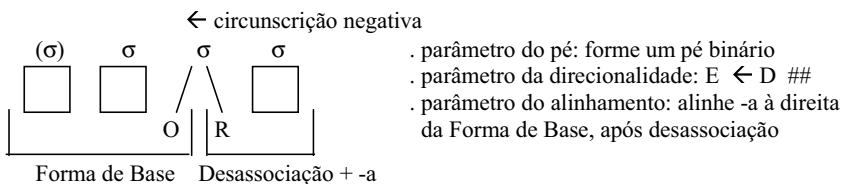
A segunda tese em (05) requer que todos os elementos de um molde satisfaçam condições de boa-formação prosódica. Sob essa condição, não se permite que nenhum molde morfológico contenha material fonológico excessivo, não-licenciado pela circunscrição (terceira tese). Ao mesmo tempo, a Morfologia Prosódica permite, no molde, a presença de material fônico que seja posteriormente filtrado por um conjunto de restrições de boa-formação, como, por exemplo, a obrigatoriedade do constituinte *onset* e o licenciamento de determinados segmentos para a posição de coda silábica.

A terceira tese demanda que operações morfológicas sejam circunscritas por critérios prosódicos tanto quanto por expedientes morfológicos. Central para a circunscrição prosódica é a função de parseamento (F), que localiza um domínio prosodicamente delimitado para aplicação de uma regra morfológica menor que a base. De acordo com McCarthy e Prince (1990a), a circunscrição pode ser tanto negativa quanto positiva.

Numa circunscrição negativa, algum constituinte prosódico, C, da margem M (direita (D) ou esquerda (E)) de uma forma é dissociado (considerado extramétrico) e a operação morfológica O aplica o material remanescente. A fórmula O/F (C, M) é escrita para denotar a aplicação O para uma forma menor do constituinte C (o resíduo) parseado na margem D/E por uma função de parseamento F. Vejamos, agora, como a fórmula acima consegue generalizar fenômenos morfológicos do português.

No truncamento, processo que envolve encurtamento de uma base para expressar carga emocional variada ('delega' << 'delegado'; 'salafrá' << 'salafrário'), a circunscrição prosódica pode ser considerada negativa, pois, na maioria dos casos, forma-se um pé binário, da esquerda para a direita, do qual será aproveitado somente o primeiro *onset* que, alinhado à vogal -a, constituirá a última sílaba da palavra braquissemizada. Uma vez que a circunscrição é negativa, o conteúdo segmental fora do domínio é o que será efetivamente aproveitado no truncamento, como se vê em (06), a seguir.

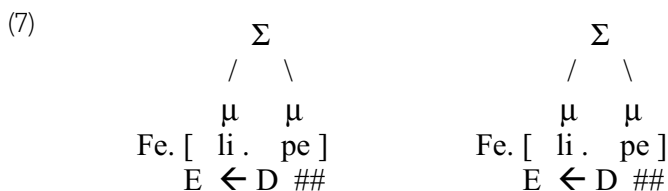
(6)



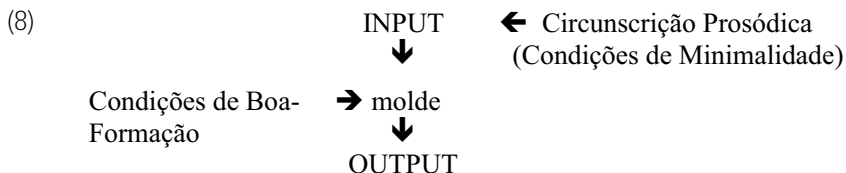
Ex.: va. ga. b (un. da) + -a = vagaba
 fla. gr (an. te) + -a = flagra
 ves. ti. b (u. lar) + -a = vestiba

Em (06), a função de parseamento F escaneia um troqueu na borda direita (D) da palavra-matriz (nesse caso, o próprio constituinte prosódico, C) e separa, na segunda sílaba rastreada da direita para a esquerda, o *onset* da rima. O constituinte menor de C, formado pela sílaba final e pela rima da imediatamente anterior, é o resíduo. Por isso mesmo, a operação morfológica O, que é o truncamento, concatena o material remanescente de C, forma que se assemelha a uma raiz, ao sufixo -a, marca formal do fenômeno. Como se pode perceber, o material fônico mapeado pela circunscrição (que tem a forma de um sufixo na língua – uma sequência de duas sílabas em que a primeira se inicia por vogal, como -ista, -ense e -eiro, por exemplo) é descartado em favor de adjunção de -a ao material fonológico não-capturado pela circunscrição.

Na circunscrição positiva, o constituinte prosodicamente delimitado de uma margem serve, ele mesmo, como a base de uma operação morfológica. Nesse caso, a fórmula O/F (C, M) é escrita para denotar a aplicação de O para o constituinte C, parseado na margem M por F, que será efetivamente utilizado no processo. Bom exemplo de circunscrição positiva em português é encontrado no padrão de hipocorização estudado por Gonçalves (2004). Em (07), aparece formalizado o procedimento da circunscrição prosódica nesse fenômeno. Tanto em ‘Felipe’ quanto em ‘Isabel’, a margem direita da base corresponde a um troqueu moraicico. A circunscrição positiva rastreia essa porção prosódica de C, o antropônimo, e a operação morfológica O, a hipocorização, manipula exatamente esse constituinte. O material silábico restante, que não será aproveitado (a sílaba ‘fe’, de ‘Felipe’, e as sílabas ‘i’ e ‘sa’, de ‘Isabel’), é dissociado por não caber no molde, já que ele, como demanda (05b), tem o formato da circunscrição.



Por (5b), admite-se um filtro sobre o material fonológico modelado pela circunscrição prosódica. Dessa maneira, diferenças entre o conteúdo escaneado e o que efetivamente aparece nas formas de superfície podem ser entendidas como resultantes do papel desempenhado por condições de boa-formação sobre a porção da palavra-matriz que se projeta para o molde (McCARTHY; PRINCE, 1990a). Essas condições acabam sacrificando ainda mais a identidade *input-output*, mas não atuam na representação subjacente: agem sobre o material mapeado pela circunscrição, como no esquema a seguir.



Como se vê em (08), há um nível intermediário de representação entre o *input* e o *output*, o que faz da Morfologia Prosódica um modelo fundamentalmente transderivacional. Por força da circunscrição prosódica, condições de minimalidade atuam no *input*, gerando um *output* (molde), que, por sua vez, passa a ser o *input* sobre o qual podem atuar determinadas condições de boa-formação (sobretudo silábicas e fonotáticas). Uma vez satisfeitas, essas condições levam à forma final (*output* real). Nas palavras de Gonçalves (2004, p.33), o molde “[...] é a fôrma gerada pela circunscrição, mas também a forma a ser regulada pelas condições de boa-formação silábica.”

A Morfologia Prosódica e o tratamento da Reduplicação

Exemplifiquemos o modelo apresentado em (08) com o padrão de reduplicação encontrado em situações de *baby-talk*⁴. Nos dados a seguir, encontram-se casos de reduplicação considerados marginais em português, dada (a) sua pouca aplicabilidade e (b) seu emprego restrito a situações de interação adulto-criança. Utilizando os dispositivos da Morfologia Prosódica (moldes e circunscrições), podemos determinar o formato do reduplicante e apresentar o mecanismo transderivacional envolvido no processo, indicando a direcionalidade e as condições de boa-formação. Vejam-se os dados em (09), a seguir, extraídos de Vialli (2005), nos quais os diacríticos (^) e (‘) representam vogais médias fechadas e abertas, respectivamente, o ponto marca fronteira silábica e o símbolo (‘), antes de uma sílaba, o acento lexical:

(9)	chupeta	[pê.‘pê.ta]	boneca	[né.‘né.ka]	cabelo	[be.‘bêlu]
	martelo	[te.‘té.lu]	mamadeira	[dê.‘dê.ra]	chapéu	[pé.‘péw]
	iogurte	[gu.‘gu.tsi]	picolé	[lé.‘lé]	estrela	[tê.‘tê.la]
	biscoito	[kô.‘kô.tu]	dormiu	[mi.‘miw]	pirulito	[li.‘li.tu]

⁴ *Baby-talk* é um termo empregado em referência a uma gama variada de recursos linguísticos encontrados na fala adulta endereçada a crianças pequenas. Dessa maneira, inclui aspectos da fala infantil, uma vez que, de acordo com Crystal (1988, p.37), é uma espécie de “mímesis” da linguagem da criança. Um estudo mais completo sobre esse fenômeno é desenvolvido por Vialli (2008).

Levando em conta os recursos da Morfologia Prosódica, podemos prever três etapas para a formação das palavras derivadas: (1) a delimitação de um molde, ao qual se chega pela circunscrição prosódica de parte da palavra-matriz (o *output* do adulto); (2) a atuação de restritores de boa-formação silábica (filtros) sobre o material fonológico modelado; e (3) a anexação do reduplicante à esquerda da forma filtrada.

Pelos dados em (09), podemos assumir que a circunscrição é negativa e escaneia a palavra-matriz da esquerda para a direita, de modo a encontrar a sílaba proeminente da base. Porções fonológicas anteriores à tônica são descartadas, já que a circunscrição é negativa, sendo projetado para o molde apenas o material fonológico rastreado a partir da cabeça lexical. Em (10), a seguir, observa-se o funcionamento da circunscrição negativa:

(10)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	
	ehupeta	ehapéu	estrela	mamadeira	picolé	
	Circ. Negativa	→ [.....]	→ [....]	→[.....]	→[.....]	→ [..]
	Molde	['pê.ta]	['péw]	['trê.la]	['dey.ra]	['lé]

Por (10), constata-se que há sempre fidelidade à cabeça de palavra prosódica, pois a circunscrição prosódica tem por meta encontrar esse constituinte. Nessa procura, descarta todas as sílabas que precedem a cabeça (pretônicas), aproveitando somente a tônica (no caso dos oxítonos) ou a tônica e átona seguinte (no caso de paroxítonos)⁵. Dessa maneira, a sílaba tônica sempre terá um correspondente no molde.

O material fonológico enviado para o molde é bastante diversificado, do ponto de vista da estruturação silábica, apresentando os seguintes formatos: CV.CV (peta << chupeta), CVC (péu << chapéu), CVC.CV (coito << biscoito), CCV.CV (trela << estrela), CV (lê << picolé). Como, nas primeiras fases de aquisição da linguagem, sílabas complexas tendem a ser simplificadas (SMOLENSKY, 1996), *no baby-talk*, que constitui tentativa de reproduzir a fala de crianças pequenas, são extremamente relevantes as condições de boa-formação silábica. Essas condições atuam no material fonológico enviado para o molde via circunscrição, exigindo tanto a presença do ataque quanto o bloqueio de *onsets* complexos. Assim, as formas ['pê.ta] ('chupeta'), ['té.lu] ('martelo'), ['pa.tu] ('sapato'), ['lé] ('picolé) e ['bê.lu] ('cabelo'), entre outras, por já serem bem-formadas no molde, não se submetem a tais condições. O mesmo não ocorre, por exemplo, com ['kôy.

⁵ Não foram encontrados casos de reduplicação envolvendo proparoxítonas, o que nos leva a inferir que esse tipo de palavra, por ser de aquisição tardia e, portanto, raro na fala infantil, não constitui base produtiva ao processo.

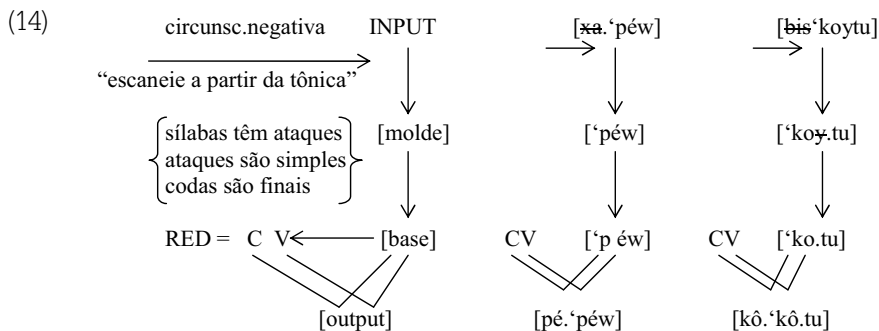
tu] ('biscoito'), [ˈgux.tsi] ('iogurte') e [ˈtrê.la] ('estrela'), que apresentam diferentes realizações na palavra reduplicada. Podemos admitir, no molde, as seguintes condições de boa-formação silábica:

- (11) a. ONSET: sílabas devem ter a posição de ataque preenchida;
 b. *COMPLEX[onset]: ataques devem ser simples;
 c. NÃO-CODA[interna]: sílabas não-finais são sempre abertas.

As condições (11a) e (11b) regulam o formato do *onset*, que deve aparecer sempre e não pode ser complexo. A restrição (12c) condiciona a presença de codas. Assim, sílabas travadas só são permitidas na margem direita da palavra: codas internas são proibidas. Essa condição explica a manutenção da semivogal em 'pepéu' (<< 'chapéu') e falta desse segmento em 'cocoto' (<< 'biscoito'). Ao mesmo tempo em que garantem superficialização de estruturas não-marcadas, tais condições levam a forma final a destoar do molde, em termos de correspondência de conteúdo segmental, como se vê nos exemplos abaixo.

- (13) cha [ˈp é w] bis [ˈk ô y t u] es [ˈt r ê l a] ro [ˈg u x t s i]
 | | | | | | | | | | | | | |
 [ˈp é w] [ˈk ô t u] [ˈt ê l a] [ˈg u t s i]

As estruturas filtradas no nível do molde passam a funcionar como bases para o processo de reduplicação. No fenômeno em análise, o reduplicante é do tipo prefixo e copia, da esquerda para a direita, a primeira sequência CV da base. Desse modo, como o reduplicante tem o formato CV e as bases tendem a ser constituídas de duas sílabas ([ˈpê.ta], de 'chupeta', e [ˈné.ka], de 'boneca') ou, menos frequentemente, de uma única sílaba com coda ([ˈpéw], de 'chapéu', e [ˈmiw], de 'dormiu'), sendo raros os monossílabos leves ([ˈlé], de 'picolé', e [ˈgu], de 'angu'), a reduplicação em análise quase nunca é total. Nos dissílabos, o prefixo é sempre igual à primeira sílaba da base, já que, pelo restritor em (12c), sílabas não-finais devem ser abertas; nos monossílabos sem coda, o reduplicante é uma cópia perfeita da base. Nos monossílabos travados, no entanto, o reduplicante é infiel à base, uma vez que a coda não é copiada, por não caber no molde. Veja-se o procedimento completo em (14), a seguir, para 'chapéu' e 'biscoito', nesta ordem:



Por (14), observa-se que as sílabas iniciais são dissociadas, por estarem circunscritas negativamente; o material remanescente – que será efetivamente aproveitado no processo – é repassado para o molde, no qual atuam as três condições de boa-formação silábica entre chaves. Em ‘chapéu’, base e molde são idênticos, uma vez que a estrutura [‘péw] atende às condições impostas pelos restritores. O mesmo não acontece com ‘biscoito’, que tem sua semivogal apagada para atender a CODA-COND. A última etapa do processo é a anexação do prefixo. O reduplicante corresponde a uma estrutura vazia e, por isso mesmo, irá desencadear um processo automático de cópia dos primeiros segmentos melódicos C e V da base. Assim, as posições vazias C e V irão se associar aos segmentos C e V mais à esquerda da base, fazendo com que a semivogal do molde de ‘chapéu’ e a sílaba final do molde de ‘biscoito’ não sejam copiadas. Os resultados finais são, portanto, [pé.'péw] e [kô.'kô.tu].

O instrumental de análise fornecido pela Morfologia Prosódica possibilita que processos como a reduplicação – vistos como um verdadeiro problema para modelos morfológicos aglutinativos, sendo, por isso, chamados de “mal-comportados” (SPENCER, 1991) – sejam descritos com elegância e bastante naturalidade. Ao incorporar o aparato das fonologias de orientação não-linear e trabalhar diretamente com as categorias da hierarquia prosódica, McCarthy (1986) consegue dar conta de fenômenos (a) há muito relegados a segundo plano e (b) considerados idiossincráticos pela maior parte da literatura morfológica.

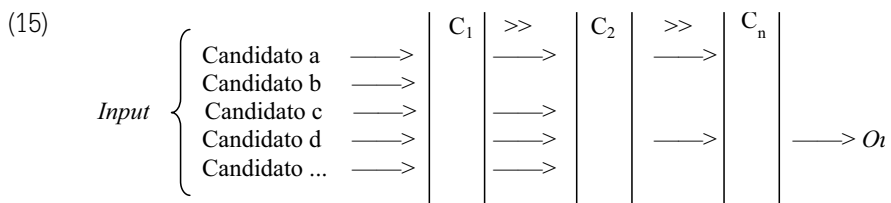
Com os recentes desenvolvimentos na teoria fonológica e, mais especificamente, com a emergência do tratamento das restrições no quadro teórico estabelecido pela Teoria da Otimalidade (PRINCE; SMOLENSKY, 1993), McCarthy e Prince (1993a, 1993b) reformulam a Morfologia Prosódica, de modo que ela passe a ser concebida também como uma teoria de interação de restrições. Na seção seguinte, esboçamos, de forma bastante resumida, as principais ideias desse novo modo de se estudar a língua no âmbito da teoria gerativa, observando como os princípios da antiga versão da Morfologia Prosódica foram absorvidos pelo programa otimalista.

Teoria da Otimalidade: brevíssima apresentação

A Teoria da Otimalidade (doravante TO) difere das abordagens gerativas anteriores a ela em dois aspectos fundamentalmente. Em primeiro lugar, propostas ditas derivacionais (ou serialistas) assumem que a tarefa da teoria linguística é definir, a partir de uma forma subjacente (*input*), a representação superficial (*output*) de um objeto linguístico. Nesses enfoques, o emparelhamento do *input* com o *output* é implementado por um conjunto bem definido de regras fonológicas ordenadas. Estudos em Morfologia Prosódica evidenciaram que a forma dos morfemas é largamente regida por restrições sobre a boa-formação dos *outputs*, como vimos na seção anterior. Desenvolvimentos paralelos na teoria fonológica foram igualmente importantes para definir o lugar das restrições na Gramática Universal, levando à emergência da TO (PRINCE; SMOLENSKY, 1991, 1992, 1993), (McCARTHY; PRINCE, 1993a), que rejeita a ideia de um mapeamento *input-output* governado por um conjunto de regras. No lugar dessa função, Gen (abreviação de *Generator*) produz, para cada *input*, um contingente de análises candidatas.

Um segundo aspecto que distingue a TO das propostas anteriores é que ela abandona a visão, anteriormente defendida, de que restrições são imposições de línguas particulares sobre padrões fonotáticos. Em vez disso, propõe que restrições são universais e de formulação geral. A redefinição de restrições para a escala universal não descarta o papel de gramáticas individuais na análise fonológica. Prince e Smolensky (1993) defendem que uma gramática individual consiste de um *ranking* de restrições universais.

A proposta central da TO é que restrições são violáveis e ranqueadas numa escala de relevância. Os candidatos a *output* produzidos por Gen (mecanismo gerador de formas a partir de uma representação subjacente) são checados por Eval (componente avaliador) de acordo com um conjunto de restrições hierarquicamente ranqueadas ($1 \gg 2 \gg \dots \gg n$) que potencialmente podem eliminar algum concorrente. O processo de eliminação na TO é esquematizado em (15), a seguir:



Mapeamento *input-output* na TO (Kager 1999: 8)

A função Eval é responsável pela avaliação de todos os possíveis candidatos e então escolhe o mais harmônico em relação ao *ranking* de restrições, i. e., o

output real. No caso de (15), a forma (d) é escolhida como ótima, após descartes progressivos dos demais oponentes pelas exigências mais altas do sistema de prioridades.

A ideia de que a TO pode ser aplicada ao domínio da Morfologia Prosódica levou ao que se conhece na literatura por “OT-based Prosodic Morphology”, objeto de análise na próxima seção.

A Morfologia Prosódica na TO

A Morfologia Prosódica Otimalista (doravante MP-TO) é uma teoria sobre a interface prosódia-morfologia à luz de um ranqueamento de restrições. Essa proposta é baseada na ideia de que fenômenos como reduplicação e infixação, entre outros casos de morfologia não-concatenativa, são processos que resultam da combinação de restrições independentes e gerais, ranqueadas de acordo com os princípios da TO. As assunções básicas desse modelo se encontram assim estabelecidas em McCarthy e Prince (1993a):

- (16) **Hipótese da Morfologia Prosódica:** Moldes são restrições sobre a interface prosódia-morfologia e asseguram a coincidência de condições morfológicas e prosódicas;

Condições de satisfação ao molde: Restrições sobre o molde podem não ser dominadas, nos casos em que elas são completamente satisfeitas, ou podem ser dominadas, nos casos em que elas são minimamente violadas, seguindo os princípios gerais da Teoria da Otimalidade.

Esquema de ranking: $P \gg M$ ou $M \gg P$, em que P e M representam, nesta ordem, restrições de natureza prosódica e morfológica.

A primeira tese demanda que moldes podem ser concebidos simplesmente como restrições sobre a interação da morfologia com a prosódia. Na versão *standand*, afirma-se que moldes são autênticas unidades da prosódia (ver 05a). Na MP-TO, eles constituem um tipo particular de restrições de uma família chamada ALINH (alinhamento), que assegura a coincidência de constituintes prosódicos e morfológicos ou de suas margens, como detalharemos mais adiante.

A segunda tese da MP-TO é também revisão da proposta original, formulada na teoria padrão da Morfologia Prosódica (ver 05b). A nova formulação estabelece que moldes podem não ser dominados (têm alta cotação na escala hierárquica, ou seja, são imposições superiores às de qualquer ordem e são plenamente satisfeitas), ou podem ser dominados, isto é, ranqueados mais baixo. Entretanto,

se são de algum modo violados, a violação deve ser mínima, isto é, serve para garantir satisfação a restrições ranqueadas mais alto.

O esquema de *ranking* P >> M significa que algum domínio morfológico é prosodicamente condicionado e, por isso mesmo, a prosódia domina a morfologia. O contrário é verdadeiro para o *ranking* M >> P, em que nenhum condicionamento prosódico supera as imposições de natureza morfológica. Vejamos, a seguir, as consequências dessas novas formulações. Começemos com o tratamento do molde na TO.

O molde na TO

Com o propósito de acomodar um modelo estritamente derivacional às assunções de um novo paradigma teórico, que abandona o componente de regras em favor de um conjunto de restrições universais passíveis de ranqueamento, McCarthy e Prince (1993a) propõem uma classe particular de restrições, conhecida como a “teoria do molde generalizado”. A definição de restrições sob a rubrica “molde generalizado” é a seguinte:

- (17) Restrições de molde (McCarthy; Prince, 1993a):

$M_{cat} = PCat$

Onde

$M_{cat} \equiv$ Categoria Morfológica \equiv Prefixo, Sufixo, RED, raiz, radical, palavra lexical etc. e $PCat \equiv$ Categoria Prosódica \equiv Mora, Silaba (tipo), Pé (tipo), PrWd (palavra prosódica) etc.

Em tais restrições, M_{Cat} define uma categoria morfológica, como, por exemplo, RED (reduplicação), para um morfema reduplicativo. Uma M_{Cat} é, então, equacionada com uma categoria prosódica ($PCat$), como definido pela hierarquia prosódica, mostrada em (04). Essas restrições são satisfeitas se a forma de superfície de uma categoria morfológica de M_{cat} pode ser circunscrita por uma categoria prosódica de $PCat$.

Para ilustrar, se o molde de um processo de reduplicação tem o formato de uma sílaba, então, uma restrição de molde pode ser proposta: $RED = \sigma$. O comando dessa restrição requer total identidade entre a categoria morfológica RED e a categoria prosódica σ , de modo que formas de superfície em que o reduplicante seja maior que uma sílaba violam essa restrição e, portanto, não são bons candidatos ao processo de reduplicação na língua em análise.

A restrição $RED = \sigma$ é satisfeita sempre que reduplicantes são circunscritos prosodicamente por uma sílaba. Isso inclui todas as possibilidades de adjunção desse elemento morfológico, prosodicamente determinado, na estrutura da

palavra: antes, depois ou no interior da base. Em todos os casos, se o reduplicante apresentar o formato de uma sílaba, as formas serão bem-sucedidas frente a esse restritor.

O “recheio” do reduplicante, no entanto, guarda sempre algum tipo de semelhança com a base. Em outras palavras, o reduplicante é minimamente fiel a esse constituinte, não se manifestando por qualquer sílaba, como advoga o restritor $RED=\sigma$. Baseado no fato de que, nas línguas do mundo, reduplicantes são fiéis à base tanto quanto possível, o modelo propõe a existência de um conjunto de restrições que impõe essa correspondência. Um restritor de correspondência desse tipo é definido em (18):

- (18) **RED=BASE**: o reduplicante é igual à base, ou seja, contém todo o material fonológico expresso nesse constituinte.

Restrições de molde são baseadas na ideia de que tipos morfológicos são circunscritos por tipos prosódicos em línguas particulares. Por exemplo, se uma língua inclui a restrição $Afixo=\sigma$, então todos os afixos dessa língua deverão ser circunscritos por uma sílaba, a menos que $Afixo=\sigma$ seja ranqueada abaixo de outras restrições. Alguns restritores de molde são descritos a seguir. Nessas formulações, notações como \approx (equivalente a), \geq (maior ou igual), \leq (menor ou igual) e \neq (diferente de) expressam as diversas possibilidades de correspondência entre uma categoria morfológica e uma prosódica:

- (19) **AFIXO** \square **TROQUEU** (um afixo equivale a um pé trocaico):

Afixos são pés constituídos de duas moras: ou apresentam uma única sílaba pesada ou, se constituídos de duas sílabas, a mais periférica, levando em conta a direcionalidade da formação, é sempre leve.

RED \leq **PE** (o reduplicante não pode ser maior que um pé)

Reduplicantes têm o tamanho máximo de um pé, ou seja, equivalem a sílabas ou a pés (nunca a palavras, por exemplo).

RAD \neq σ (um radical não pode ter o tamanho de uma sílaba)

Um radical tem de ser maior que uma sílaba, ou seja, não pode ser monossilábico.

Como se vê, o molde, na TO, passa a ser concebido como uma família bem definida de restrições, capaz de generalizar as múltiplas relações de dependência entre primitivos morfológicos e primitivos prosódicos. Outra proposta que envolve a adaptação dos instrumentos da Morfologia Prosódica ao aparato teórico da TO

é o chamado “alinhamento generalizado” (McCARTHY; PRINCE, 1993b), que relatamos a seguir.

O alinhamento generalizado

Na TO, um conjunto de restrições, conhecido como “alinhamento generalizado”, determina a posição de um afixo em relação a sua base. McCarthy e Prince (1993b) expressam o alinhamento da seguinte maneira:

- (20) Align (Cat1, Margem1, Cat2, Margem2)
 $\forall \text{ Cat1} \exists \text{ Cat2}$
Onde: Cat1, Cat2 \in PCat \cup GCat; Margem 1, Margem 2 \in {D, E}

O esquema de restrições em (20) leva ao alinhamento da margem determinada de uma categoria gramatical (MCat) ou de uma categoria prosódica (PCat) com a margem correspondente de outra categoria gramatical ou prosódica. A equação $\forall \text{ Cat1} \exists \text{ Cat2}$ serve para denotar que para toda categoria 1 existe uma categoria 2, de tal forma que a margem (D ou E – direita ou esquerda) da categoria 1 e a margem (D ou E) da categoria 2 coincidam. Desse modo, o alinhamento generalizado constitui uma extensa família de restrições que focaliza várias possibilidades de combinação de margens de categorias de mesmo nível (morfológico com morfológico; prosódico com prosódico) ou de níveis diferentes (morfológico com prosódico e vice-versa)⁶.

No caso da afixação, a maneira de expressar imposições de alinhamento para dar conta do lugar de um afixo na estrutura da palavra é por meio de restrições que governem a coincidência de uma margem do afixo com uma margem da base. As exigências a seguir, se bem cotadas numa língua, levam à prefixação e à sufixação, respectivamente:

- (21) a. ALINH (Afixo, D, Base, E): $[_E \text{Afixo}_D] [_E \text{Base}_D]$
b. ALINH (Afixo, E, Base, D): $[_E \text{Base}_D] [_E \text{Afixo}_D]$

Nas formulações em (21), o afixo é determinado como prefixo ou sufixo pelas margens que devem ser alinhadas entre a base e o afixo. Se a margem direita do afixo tem de ser alinhada com a esquerda da base, uma forma candidata com prefixo satisfaz a restrição em (a). Por outro lado, se a margem esquerda do afixo é

⁶ Como o objetivo do texto é discutir a incorporação da Morfologia Prosódica ao programa otimalista, focalizaremos apenas o alinhamento envolvendo categorias morfológicas (morfológicas com morfológicas e morfológicas com prosódicas). Uma restrição como TODO-PÉ(D), embora seja extremamente relevante para a descrição de processos não-concatenativos de encurtamento (GONÇALVES, 2005), pressupõe alinhamento de categorias prosódicas (todos os pés devem estar alinhados à direita da palavra prosódica), razão pela qual deixaremos de comentá-la neste artigo.

alinhada com a margem direita da base, um candidato com sufixo é o que atende a exigência em (b).

Desde o surgimento da Morfologia Prosódica, argumenta-se que a distribuição de morfemas nas línguas naturais é afetada pela estrutura prosódica. McCarthy e Prince (1993a) mostram que infixos não constituem categorias morfológicas primitivas, sendo reflexos de prefixos e sufixos forçados a ocupar posições mais internas como alternativa mais viável para não violar alguma restrição prosódica. Essa assunção encontra guarida em casos de prefixação/infixação em várias línguas. Um exemplo já clássico é o do Tagalog, língua malaio-polinésia. Vejamos, em (22a) a seguir, formas em que um – atua como prefixo, anexando-se, pois, à esquerda das bases. Em dados nos quais a base se inicia por consoante, um – é jogado para a posição medial, funcionando como infixo, como em (22b):

(22) a.	íbig	um-íbig	b.	bilí	b-um-íli
	akyát	um-akyát		lurá	l-um-urá
	asím	um-asím		súlat	s-um-úlat
	uwí	um-uwí		grádwet	gr-um-ádwet

Os dados do Tagalog sugerem que um – é realmente um prefixo e que sua presença no interior da base é condicionada pelo tipo de segmento que inicia a forma de *input*. Nessa língua, o melhor atendimento a restrições de boa-formação silábica faz com que um- seja removido da posição que originalmente ocuparia, caso não levasse à criação de mais sílabas marcadas.

Um conjunto de três restrições assegura a seleção das melhores formas: ONSET, que milita contra sílabas iniciadas por núcleos, NÃO-CODA, que requer sílabas abertas, e ALINH um-. A formulação completa de ALINH um – é a seguinte: ALINH um-, D, Base, E, ou seja, na fronteira base-afixo, a margem direita do afixo deve coincidir com a margem esquerda da base.

Se a restrição morfológica domina as restrições prosódicas, um- será sempre prefixo, mesmo que, para isso, leve à criação de mais sílabas sem *onset* e com *coda*. Do contrário, um- poderá ser jogado para o interior da palavra. Como, em Tagalog, um- pode não se manifestar como prefixo, a hierarquia relevante é a seguinte: ONSET, NÃO-CODA >> ALINH um-, D, Base E. No *tableau* em (23) a seguir⁷, vemos que bases iniciadas por vogal promovem a anexação de um- à

⁷ *Tableau* é o recurso expositório utilizado para demonstrar o efeito de Eval. Nele, as restrições são dispostas, da esquerda para a direita, de acordo com a hierarquia estabelecida. No topo da coluna, aparece a forma de *input*, em relação à qual as diversas candidatas, relacionadas na mesma coluna, serão avaliadas, levando-se em conta o Princípio do Paralelismo (Prince; Smolensky, 1993). O *output* considerado ótimo é representado por (☞), seja por cometer menos violações (*), seja por não infringir restrições fatais (*!), as mais altas na hierarquia,

esquerda, já que as exigências impostas pelos restritores mais altos são mais bem atendidas:

(23)

/um/ /aral/	ONSET	NÃO-CODA	ALINH
a) a.r-u.m-al	*	*	a ! r
b) a.ra.l-um	*	*	a ! r a l
c) a.ra.-um.-l	**!	**!	a r a
d) a.-um-.ral	**!	**!	a
☞ e) u.m-a.ral	*	*	

Três candidatos (a, b, e) violam minimamente os restritores de marcação: neles, apenas uma sílaba é desprovida de *onset* e somente uma apresenta o constituinte coda. A forma que satisfaz ALINH, deixando um – na condição de prefixo, é escolhida como ótima, pois as rivais afastam esse formativo da esquerda da base. Nos casos em que a palavra-matriz se inicia por consoante, um – deverá ser deslocado, para que sejam atendidas, da melhor maneira possível, as restrições estruturais, como confirma o *tableau* em (24):

(24)

/um/ /gradwet/	ONSET	NÃO-CODA	ALIGN
a) um.-grad.wet	*!	***!	
b) g-um.-rad.wet		***!	*
☞ c) gr-u.m-ad.wet		**	g r
d) grad.we.t-um		**	g r a ! d w e t
e) gra.d-um.wet		**	g r a ! d

Como se vê, a TO consegue generalizar os dados da prefixação de um- em Tagalog de modo bastante consistente. Pelo *ranking*, percebe-se que a restrição morfológica é dominada pelas restrições fonológicas e, por isso mesmo, seus efeitos se tornam menos imperativos na língua. Essa restrição é de fato violada,

responsáveis pela eliminação de candidatos. Linhas sólidas representam certeza quanto ao ordenamento das restrições. Linhas pontilhadas, ao contrário, indicam que as restrições que a ladeiam (ainda) não se encontram crucialmente hierarquizadas – o intercâmbio não modifica o resultado. Por fim, áreas sombreadas sinalizam violações irrelevantes para o candidato, uma vez que restrições de nível mais alto selaram seu destino, eliminando-o.

mas como o objetivo último de melhor satisfazer restrições mais bem cotadas na hierarquia. Por esse motivo, o candidato (c), em (24), é escolhido como *output* ótimo por atender, melhor que seus concorrentes, às demandas mais altas. A melhor satisfação aos restritores de marcação, no entanto, tem um custo: afastar um – da margem esquerda da base por dois segmentos.

O Tagalog é uma língua que evidencia não serem infixos verdadeiros primitivos morfológicos, resultando, antes, da dominância de imposições silábicas sobre restrições de alinhamento. Nesse caso, portanto, levando em conta o esquema de *ranking* apresentado em (16), $P \gg M$, ou seja, imposições prosódicas são mais importantes que as morfológicas. No caso do português, restrições de alinhamento nunca são violadas, o que nos faz pensar num *ranking* do tipo $M \gg P$, em que condições morfológicas superam as prosódicas. A próxima seção discute os efeitos do alinhamento generalizado no tratamento da reduplicação.

Reduplicação e alinhamento

Uma vez que o reduplicante é um afixo, a ordem do reduplicante em relação à base também pode ser determinada por um conjunto de restrições de alinhamento. Desse modo, a obediência a uma demanda como a formulada a seguir impõe que o reduplicante apareça numa posição pré-determinada na estrutura da palavra.

(25) **ALINH RED, D, Base, E**

A margem esquerda do reduplicante deve ser alinhada com a margem direita da Base. Nesse caso, o reduplicante tem de aparecer na posição de prefixo, para que, na fronteira base-afixo, as margens coincidam: $[_E \text{RED}_D]$ $[_E \text{Base}_D]$.

No padrão de reduplicação anteriormente analisado por meio de regras, a restrição em (25) é sistematicamente satisfeita, o que nos autoriza afirmar que o reduplicante é, de fato, um prefixo. Essa restrição, no entanto, não assegura sozinha a emergência de formas ótimas, já que ela nada exige sobre (a) o tamanho e (b) a realização fonética do reduplicante. Como vimos, o reduplicante tem sempre o formato CV e copia os primeiros segmentos de uma base. Dessa maneira, além da restrição de alinhamento, precisamos de uma condição de molde e de um restritor de fidelidade, ranqueados na ordem em que aparecem em (26) a seguir:

(26) **ALINH RED, E, Base, D**: o reduplicante deve ficar à esquerda base.

RED = CV: o reduplicante tem o formato CV.

RED = Base: o reduplicante é igual à base.

As restrições RED=CV e RED=Base conflitam, na grande maioria dos casos, uma vez que as bases quase nunca têm o formato do reduplicante. Dessa maneira, a restrição de molde deve dominar a de fidelidade, para que não sejam gerados resultados incorretos. Como RED=CV e ALINH não fazem exigências conflitantes, podemos deixá-las sem hierarquização. Veja-se o *tableau* a seguir, para a reduplicação de 'boneca':

(27)

/RED/ /bo'né.ka/	ALINH	RED=CV	RED=Base
a) ['né.ka.'né.ka]		*!	
☞ b) [né.'né.ka]			k a
c) [né.ka.'ka]	*!		n é

Como se vê, a reduplicação não pode ser total, como em (a), porque satisfazer RED=Base implica violar a restrição de molde. Além disso, não pode ser feita à direita, sob o custo de infringir fatalmente o restritor ALINH, como faz (c). Assim, (b) é a forma ótima, mesmo não sendo inteiramente fiel à base. Apesar de possibilitar a escolha da verdadeira forma de *output*, o *tableau* em (27) permite que se levantem as seguintes questões: (i) como se assegura a relação entre *input-output* se nenhuma restrição da hierarquia controla essa identidade? (ii) o reduplicante é mais fiel à base que ao próprio *input*? (iii) as relações de fidelidade na morfologia são diferentes das relações de fidelidade na fonologia? (iv) como impedir que uma forma como [bo.bo.né] se materialize, se ela igualmente obedece às restrições mais altas da hierarquia? e (v) que outras restrições devem ser incluídas?

Em resposta a questões como essas, McCarthy e Prince (1995) e Benua (1995, 1997) expandem o conceito de fidelidade originalmente estabelecido em Prince e Smolensky (1993) para além do domínio *input-output*. Esses autores propõem um modelo que unifica fidelidade e identidade – a Teoria da Correspondência – para dar conta de fenômenos morfológicos como a reduplicação. Essa extensão é necessária simplesmente porque “[...] a morfologia é diferente: se, por um lado, acessa informações prosódicas e se sujeita a pressões fonotáticas, por outro, manifesta um conteúdo e, por isso mesmo, formas subjacentes nunca podem ser exatamente idênticas às de superfície.” (GONÇALVES, 2005, p.83).

Correspondência na TO

Na TO, uma gramática é definida como um conjunto de restrições que fazem parte da GU e são ranqueadas numa base linguística particular. Essas restrições

universais envolvem dois tipos fundamentais: (a) marcação e (b) fidelidade. Restrições de marcação, como concebido em Prince e Smolensky (1993), militam contra elaboração estrutural de vários tipos, enquanto as antagônicas restrições de fidelidade demandam identidade entre formas linguisticamente relacionadas. A Teoria da Correspondência trata a identidade entre a base e o reduplicante como uma relação de fidelidade do tipo *output-output* (O-O). Fidelidade e identidade são agrupadas num mesmo tipo de restrição formal sobre correspondência entre representações. De acordo com McCarthy e Prince (1995, p.15), correspondência é uma função formalmente encarada da seguinte maneira: “Dadas duas camadas, S_1 e S_2 , correspondência é a relação **R** dos elementos de S_1 para S_2 . Elementos $\alpha \in S_1$ e $\beta \in S_2$ são considerados correspondentes um do outro sempre que $\alpha R \beta$ ”.

Correspondência é o relacionamento mínimo entre elementos de natureza variada. Para McCarthy (1995), a definição acima se aplica desde as unidades da prosódia (como moras, sílabas, pés e cabeças de pés), a tons, traços distintivos e nós de classe. Além disso, a correspondência não precisa se limitar à relação base-reduplicante e *input-output*; também pode ser estendida a fenômenos circunscritivos (McCarthy, 1997), a processos morfológicos de encurtamento (BENUA, 1995) e a relações entre palavras (BURZIO, 1996; BENUA, 1997; BOUDLAL, 1999).

Algumas famílias de restrições sobre elementos correspondentes são definidas em (28), a seguir. Essas restrições são genéricas e fazem referência a pares de representações (S_1 , S_2), começando pelas relações entre o *input* e o *output* (I-O), mas logo se estendendo para a identidade base/reduplicante (B-R) e para qualquer outra relação do tipo *output/output* (O-O):

(28) **MAX**: cada elemento do S_1 é também elemento de S_2 , isto é, o S_2 deve estar maximamente contido em S_1 (não apague).

DEP: cada elemento de S_1 é também elemento de S_2 , isto é, o S_1 deve estar maximamente contido em S_2 (não insira).

IDENT-T (IDENTidade de traços): Segmentos correspondentes têm o mesmo valor para o traço T. Não pode haver permuta de traços de S_1 para S_2 – a especificação dos segmentos de S_2 deve preservar a estabelecida em S_1 .

LIN (LINearidade): A sequenciação linear dos elementos de S_2 deve ser idêntica à de seus correspondentes em S_1 . Não pode haver inversão de S_1 para S_2 .

INTEGR (INTEGRidade): Nenhum elemento de S_1 pode ter múltiplos correspondentes em S_2 . A relação de S_1 para S_2 não pode ser de um-para-muitos.

UNIFORM (UNIFORMidade): Nenhum elemento de S_2 deve apresentar múltiplos correspondentes em S_1 . A relação de S_1 para S_2 não pode ser de muitos-para-um.

MAX e DEP fazem exigências quantitativas e são famílias em espelho. A primeira demanda que todos os segmentos de uma representação linguística estejam presentes em outra. Assim, restrições como MAX-BR (maximize a base no reduplicante) e MAX-IO (maximize o *input* no *output*) requerem mapeamentos completos, impedindo, portanto, quaisquer apagamentos. A família DEP, por sua vez, bane a intrusão de elementos que não tenham respaldo numa determinada camada. Com isso, DEP-BR (dependência da base no reduplicante), por exemplo, proíbe a inserção de segmentos no reduplicante. Restrições da família IDENT são mais qualitativas: em vez de, como MAX e DEP, checarem a quantidade de material fônico entre duas linhas de representação, exigem estrito pareamento de traços entre segmentos correspondentes.

A quarta restrição em (28), LIN, bane metáteses, ditando obediência às relações de precedência estabelecidas em determinada camada. Como MAX e DEP, também INTEGR e UNIFORM devem ser interpretadas como famílias de restrições em espelho, uma vez que a primeira milita contra o espalhamento e a segunda, conta a coalescência, exigindo estrito mapeamento de um-para-um entre dois níveis de representação linguística relacionados. Para exemplificar as várias possibilidades de violação aos restritores de correspondência, considere-se o seguinte *tableau*, adaptado de Kager (1999, p.15):

(29)

S1	S2	MAX	DEP	IDENT	LIN	INTEGR	UNIFOR
a. $a_1 b_2 c_3$	$a_1 b_2 c_3$						
b. $a_1 b_2 c_3$	$a_1 b_2$	*					
c. $a_1 b_2 c_3$	$a_1 b_2 c_3 \underline{d}$		*				
d. $a_1 b_2 c_3$	$a_1 b_2 d_3$			*			
e. $a_1 b_2 c_3$	$a_1 c_3 b_2$				*		
f. $a_1 b_2 c_3$	$a_1 b_2 d_2 c_3$					*	
g. $a_1 b_2 c_3$	$a_{1,2} c_3$						*

Em (30a), S1 é idêntico a S2 e, portanto, todos os restritores de correspondência são plenamente satisfeitos. Em (30b), o segmento final de S1

é deletado em S2. Esse apagamento é representado por uma violação de MAX. Em (30c), o segmento sublinhado em S2 não figura em S1 e, por isso mesmo, S2 apresenta uma marca de violação em DEP. Em (30d), o segmento [c] passa a [d], ocasionando uma violação de IDENT, já que algum traço de S1 foi alterado em S2. Na próxima representação (e), há troca de posições entre [c] e [b], pois a estrutura [abc] foi realizada como [acb], o que explica a marca de violação em LIN. Em (30f), dois segmentos de S2 ([b, d]) vinculam-se a um único elemento de S1 ([b]), fato sancionado por INTEGR, que proíbe espalhamento. O contrário acontece em (30g), representação na qual um único segmento de S2 ([a]) corresponde a dois segmentos de S1 ([a,b]). Tal ocorrência é sancionada por UNIFOR, que milita contra a coalescência.

Em resumo, o modelo geral de correspondência, formulado em conformidade com as suposições básicas da TO, abre novos horizontes para o entendimento da interface prosódia-morfologia, pois, ao alargar a noção clássica de fidelidade, consegue diferenciar operações morfológicas de processos puramente fonológicos: as primeiras podem atuar numa dimensão de correspondência O-O, enquanto os últimos se restringem à dimensão I-O. Como a morfologia é diferente da fonologia, a identidade deve ser checada não entre uma única forma de *input* e uma de *output*, mas entre *inputs* (palavra-matriz e morfema) e *outputs* ou mesmo entre *outputs* (base e produto de processos morfológicos).

Para responder às duas últimas questões formuladas no final da seção anterior, voltemos ao fenômeno da reduplicação encontrado em situações de *baby-talk*. Nessa operação linguística, a fidelidade na dimensão I-O é assegurada pelo melhor atendimento a um restritor que exige igualdade entre o pé proeminente da palavra-matriz e o da forma com morfema reduplicativo. Tal restrição é MAX-PÉ[D]. Desse modo, formas que não aproveitem maximamente o pé proeminente (o que aparece mais à direita) da forma de *input* são sumariamente descartadas. Esse restritor, no entanto, não consegue impedir que determinadas sílabas sejam replicadas, já que não focaliza formas de *output*. Para assegurar que o reduplicante atue na sílaba tônica da base, é necessária a inclusão, na hierarquia, do restritor CABEÇA-MAX-BR, que impede qualquer apagamento da cabeça da base no reduplicante.

O *ranking* completo aparece a seguir, para o *input* 'boneca', já descrito anteriormente. Os restritores de correspondência são dominados pelo de molde (RED=CV) e pelo de alinhamento (ALINH, RED, D, Base, E). Dois restritores de correspondência atuam na dimensão O-O (RED=BASE e CAB-MAX-BR) e são dominados por MAX-PÉ[D], que regula a correspondência I-O. Veja-se o *tableau* a seguir:

(30)

/RED/ /bo'né.ka/	ALINH	RED= CV	MAX- PÉ [D]	RED=Base	CAB- MAX-BR
a) ['né.ka.'né.ka]		*!			
b) [né.'né.ka]				k a	
c) [né.ka.'ka]	*!			n é	*
d) [bo.bo.'né]			k! a	n é	*
e) [bo.né.'né.ka]	*!			b o k a	
f) [né.'né]			k! a		
g) [ni.'néka]				é k a!	

Na avaliação acima, percebemos que quatro candidatos conseguem atender às demandas mais altas porque o reduplicante tem o formato CV e é alinhado à esquerda da base. Dois concorrentes (d, f) são eliminados pela restrição de fidelidade I-O, já que apagam dois segmentos do pé proeminente no *input* ([né.ka]). A forma vencedora é (b), que atende, melhor que (g), a condição expressa por RED=BASE. Obviamente, estão em jogo, no processo em análise, outros restritores, sobretudo de marcação (CODA-COND, ONSET). No entanto, como nosso objetivo não é descrever o fenômeno, mas exemplificar o modelo, o *tableau* em (31) é bastante elucidativo, já que, com ele, observamos que restrições de correspondência podem checar a identidade de diversas unidades representacionais.

Palavras finais

Neste texto, traçamos um breve histórico de uma linha de investigação que tem em McCarthy seu principal representante: a Morfologia Prosódica. Dividindo as pesquisas na área em duas grandes fases (antes e depois do advento da Teoria da Otimalidade), procuramos aplicar o instrumental analítico apresentado à descrição dos processos de formação de palavras considerados “marginais” em português, como o truncamento e a reduplicação.

Conclui-se, portanto, que a análise por meio de *ranking* de restrições permite um tratamento mais adequado aos dados, sendo capaz de expressar – de modo mais natural que as abordagens ditas derivacionais, mesmo a Morfologia Prosódica – a interação morfologia-fonologia.

GONÇALVES, C. A. Review of Prosodic Morphology in Generative Grammar: from circumscriptions and rules to rank constraints. *Alfa*, São Paulo, v.53, n.1, p.195-221, 2009.

- **ABSTRACT:** *In this paper, we present a review of Prosodic Morphology in Generative Grammar from serial approaches to parallelistic ones. We intend to show how Correspondence Theory (McCarthy; Prince, 1995), an extension of classical Optimality Theory (Prince; Smolensky 1993) for the treatment of non-concatenative morphology, incorporated the basic principles of Prosodic Morphology. The non-concatenative processes of Brazilian Portuguese, like Reduplication ('corre-corre'; 'puxa-puxa'), Truncation ('Dedé' << 'André'; 'Xande' << 'Alexandre'), and Clipping ('visu' << 'visual'; 'japa' << 'japonês'), will be prioritized in the description. The derivational versions of Prosodic Morphology – Autosegmental Morphology (McCarthy, 1981), Prosodic Morphology (McCarthy, 1986) and Circumscriptive Morphology (McCarthy, 1990) – will be contrasted with the optimal approach to morphology (Correspondence Theory). Thus, we intend to show the advantages of the proposals based on constraints over the ones based on rules.*
- **KEY-WORDS:** *Prosodic morphology. Optimality theory. Constraints. Non-concatenative morphology.*

REFERÊNCIAS

BENUA, L. *Transderivational identity*: phonological relations between words. 1997. 135f. Dissertation (Doctor of Philosophy) – University of Massachusetts at Amherst, Amherst, 1997.

BENUA, L. Identify effects in morphological truncation. In: BECKMAN, J. (Ed.). *Papers in Optimality Theory*, Massachusetts, v.18, n.1, p.77-136, 1995.

BOUDLAL, A. *Constraint Interaction in the phonology and morphology of casablanca moroccan arabic*. 1999. 362f. Dissertation (Doctor of Philosophy) – Université Chouaib Doukkali, Faculté des Lettres, Rabat, 1999.

BURZIO, L. Surface constraints versus underlying representation. In: DURAND, J.; LAKS, B. (Org.). *Current trends in phonology*: models and methods. Manchester: European Studies Research Institute, 1996. p.123-42.

CHOMSKY, N.; HALLE, M. *The sound pattern of english*. New York: Harper and Row, 1968.

CRYSTAL, David. *Dicionário de lingüística e fonética*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

GOLDSMITH, J. The aims of autosegmental phonology. In: DINNSEN, D. A. (Ed.). *Current approaches to phonological theory*. Bloomington: Indiana University Press, 1979. p.202-222.

GONÇALVES, C. A. Restrições de identidade em modelos paralelistas: morfologia e fonologia. *DELTA*, São Paulo, v.25, n.2, p.70-112, 2005.

_____. Condições de minimalidade no molde da Hipocorização. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v.14, n.1, p.10-32, 2004.

GLEASON JR., R. *Introdução à lingüística descritiva*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1967.

KAGER, R. *Optimality theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

LEBEN, W. R. *Suprasegmental phonology*. 1973. Dissertation (Doctor of Philosophy) – Massachusetts Institute of Technology, Indiana University Linguistics, Bloomington, 1973.

McCARTHY, J. J. Faithfulness and prosodic circumscription. In: DEKKERS, J.; LEEUW, F. van der.; WEIJER, J. van de. (Ed.). *The pointing finger: conceptual studies in Optimality Theory*. Amsterdam: HIL, 1997. p.140-189.

_____. *Extensions of faithfulness: rotuman revisited*. Amherst: University of Massachusetts, 1995.

_____. Foot and word in prosodic morphology: the Arabic broken plural. *Natural Language and Linguistic Theory*, Dordrecht, n.8, p.209–282, 1990

_____. *Prosodic morphology*. Amherst: University of Massachusetts and Brandeis University, 1986.

_____. Prosodic templates, morphemic templates and morphemic tiers. In: HULST, van der, H.; SMITH, N. (Org.). *The structure of phonological representations*. Cambridge: MIT, 1982. p.191-225.

_____. A prosodic theory of nonconcatenative morphology. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, v.12, n.3, p.373-418, 1981.

_____. *Formal problems in semitic phonology and morphology*. 1979. Dissertation (Doctor of Philosophy) – Massachusetts Institute of Technology, Indiana University Linguistics Club, Bloomington, 1979.

McCARTHY, J. J.; PRINCE, A. S. Faithfulness and reduplicative e identity. In: BECKMAN, J.; DICKEY, L.; URBANCZYK S. (Org.). *University of Massachusetts Occasional Papers in Linguistics 18: Papers in Optimality Theory*. Amherst: GLSA, 1995. p.333-379.

_____. The emergence of the unmarked: optimality in Prosodic Morphology. *Proceedings of the North East Linguistic Society*. Amherst: GLSA, 1994a. v.24. p.333-379.

_____. *Two lectures on Prosodic Morphology*. Amherst: University of Massachusetts at Amherst, 1994b.

_____. *Prosodic Morphology I: constraint interaction and satisfaction*. Cambridge:

Rutgers University Center for Cognitive Science, 1993a.

_____. Generalized alignment. In: BOOIJ, G.; VAN MARLE, J. (Org.). *Yearbook of Morphology*. Dordrecht: Kluwer, 1993b. p.79-153.

_____. Foot and word in Prosodic Morphology: the arabic broken plurals. *Natural Language and Linguistic Theory*, Dordrecht, v.8, p.25-50, 1990a.

_____. Prosodic Morphology and Templatic Morphology. In: EID, M.; MCCARTHY, J. J. (Org.). *Perspectives on arabic linguistics: papers from the second symposium*. Amsterdam: Benjamins. 1990b. p.1-54.

_____. *Prosodic Morphology*. Amherst: University of Massachusetts, 1986.

NESPOR, M.; VOGEL, I. *Prosodic phonology*. Dordrecht: Foris, 1986.

PRINCE, A. S.; SMOLENSKY, P. *Optimality theory: constraints and interaction in Generative Grammar*. Boulder: University of Colorado, 1993.

_____. *Optimality: constraint interaction in Generative Grammar*. Los Angeles: CA, 1992.

_____. *Linguistics 247: notes on Connectionism and harmony theory in linguistics*. Boulder: University of Colorado, 1991.

SELKIRK, E. O. *The syntax of words*. Cambridge: MIT, 1982.

SMOLENSKY, P. *The initial state and richness of the base in optimality theory*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1996.

SPENCER, A. *Morphological theory*. Cambridge: Blackwell, 1991.

VIALLI, A. L. D. *Reduplicação em baby-talk: análise morfo-prosódica*. 2008. 96f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

_____. Análise da reduplicação em dados de aquisição: uma abordagem otimalista. In: CONGRESSO NACIONAL DE FILOLOGIA E LINGUÍSTICA: QUESTÕES DE MORFOSSINTAXE, 8., 2004, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: CiFeFil, 2005. v.8, p.45-53,

VILLALVA, A. *Estruturas morfológicas do português: unidades e hierarquias nas palavras do português*. Coimbra: Almedina, 2000.

Recebido em setembro de 2008.

Aprovado em janeiro de 2009.

SUBJETIVIDADE E CONSTRUÇÕES DE FUTURO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Lilian Vieira FERRARI¹

Karen Sampaio Braga ALONSO²

- **RESUMO:** Este trabalho enfoca construções de futuro no português brasileiro, com base no modelo de gramática de construções proposto por Goldberg (1995, 2006) e na teoria dos espaços mentais (FAUCONNIER, 1994, 1997). Partindo da noção de subjetividade como projeção ascendente de informação na configuração de espaços mentais (FERRARI; SWEETSER, 2008), argumentamos que as construções perifrásticas de futuro são mais subjetivas do que as construções de futuro morfológico. Em seguida, estabelecemos que a forma mais gramaticalizada do futuro perifrástico [ir + infinitivo] faz parte de uma rede construcional [(SN) *AUXILIAR INFINITIVO (X)*], da qual também fazem parte outras construções perifrásticas que permitem inferências de futuro, tais como [poder/dever + infinitivo]. Por fim, demonstramos que as construções perifrásticas diferem quanto ao tipo de informação que adicionam aos espaços epistêmicos e de ato de fala, que se caracterizam como espaços implícitos que configuram a base complexa (BSCN) ou *Ground*.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Construções gramaticais. Futuro perifrástico. Futuro morfológico. Subjetividade.

Introdução

Este trabalho conjuga o modelo da gramática de construções, proposto por Goldberg (1995, 2006) e a teoria dos espaços mentais (FAUCONNIER, 1994, 1997) para o tratamento das construções de futuro em português. Em um primeiro momento, proporemos que as construções perifrásticas de futuro apresentam grau maior de subjetividade do que as construções de futuro morfológico. Em um segundo momento, argumentaremos que a forma mais gramaticalizada do futuro perifrástico [ir+infinitivo] (ex. Ele vai cantar) faz parte de uma rede construcional [(SN) *AUXILIAR INFINITIVO (X)*], da qual também fazem parte outras construções perifrásticas que permitem inferências de futuro, tais como [poder/dever + infinitivo] (ex. Ele pode/deve cantar). Em seguida, relacionaremos

¹ UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade de Letras – Departamento de Linguística e Filologia. Rio de Janeiro – RJ – Brasil. 21941-917 – lilianferrari@uol.com.br

² Doutoranda em Linguística. UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade de Letras – Programa de Pós-Graduação em Linguística. Rio de Janeiro – RJ – Brasil. 21941-917 – karensampaio@hotmail.com

as construções que participam dessa rede à noção de subjetividade, entendida como projeção ascendente de informação na configuração de espaços mentais (FERRARI; SWEETSER, 2008).

Para tratar dos aspectos supracitados, o trabalho será subdividido da seguinte forma. Na segunda seção, os fundamentos teóricos da gramática de construções serão apresentados. A terceira seção discutirá a gramaticalização do futuro perifrástico com verbo de movimento. A quarta seção consistirá de um breve esboço da proposta de Langacker (1990) sobre fenômenos de subjetividade e subjetificação. Na quinta seção, serão apresentados aspectos relevantes da teoria dos espaços mentais com a finalidade de estabelecer as bases para o tratamento da questão da subjetividade. Por fim, a sexta seção apresenta a análise propriamente dita. Com base na hipótese de generalização de superfície, argumentaremos que há uma rede construcional de futuro perifrástico em português, com características sintáticas e pragmáticas distintas das construções de futuro morfológico. Com relação a essas últimas, as construções perifrásticas de futuro apresentam maior grau de subjetividade, além de adicionarem diferentes tipos de informação aos espaços implícitos na configuração de espaços mentais.

A proposta teórica da gramática de construções

Embora a noção de construção tenha sempre permeado os estudos linguísticos, mais recentemente o conceito foi revisitado no âmbito da vertente teórica denominada Gramática de Construções. Tomando como ponto de partida o trabalho pioneiro de Fillmore, Kay e O'Connor (1988) sobre construções com *let alone* em inglês, essa abordagem tem-se consolidado com base em um número sempre crescente de trabalhos que enfocam diversos tipos de construções nas diferentes línguas.

A esse respeito, a contribuição de Goldberg (1995) tem sido particularmente profícua. No livro *Constructions*, a autora apresenta um estudo detalhado de construções de estrutura argumental em inglês, apresentando análises capazes de sustentar dois argumentos principais, a saber:

- a. As construções gramaticais são pareamentos de forma e significado, e não apenas resultados composicionais dos itens lexicais que as compõem.
- b. As construções gramaticais organizam-se com base em redes, motivadas principalmente por laços de herança polissêmicos ou metafóricos.

Com relação ao primeiro argumento, a autora demonstra que construções de movimento causado em inglês, por exemplo, podem admitir verbos que não indicam movimento, por força da semântica de movimento da construção. Assim,

da mesma forma que se pode ter *John pushed the piano into the room* (João empurrou o piano para a sala), em que há uma compatibilidade entre o sentido do verbo *to push* (empurrar) e o sentido de movimento da construção, também é possível a ocorrência de sentenças em que o verbo não indica movimento, mas adquire esse sentido por força da construção. É o caso de *She sneezed the napkin off the table*, cuja tradução literal seria algo como <Ela espirrou o guardanapo para fora da mesa>.

Já no caso do segundo argumento, são fornecidas várias análises que detalham a estrutura das redes construcionais polissêmicas (por exemplo, vários sentidos das construções de transferência de movimento causado) e metafóricas (por exemplo, construções de movimento causado como geradoras das construções de transferência de movimento causado). Nesse último caso, argumenta-se que construções como *She kicked the ball into the yard* (Ela chutou a bola para o quintal) licenciam, com base no laço metafórico transferência de propriedade é transferência física, construções dativas do tipo *She gave the ball to Sally* (Ela deu a bola para Sally).

Em livro mais recente, Goldberg (2006) aprofunda as análises anteriores, reivindicando que semelhanças de estrutura de superfície são mais relevantes do que semelhanças de significado. Retomando Williams (1991), a autora postula o “Argumento da sintaxe final”, que estabelece o seguinte: é preferível gerar A diretamente a derivá-la de C, se existe um padrão B que tem a mesma sintaxe final do que A e é claramente não derivado de C, como ilustra o esquema abaixo:

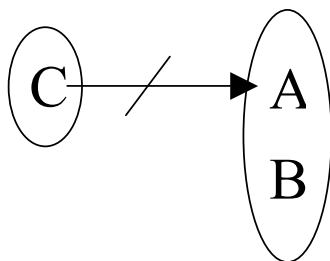


Diagrama 1 – Argumento sintaxe final

Com relação aos padrões argumentais, Goldberg (2006, p.25) propõe a “Hipótese de generalização de superfície”:

Existem tipicamente generalizações sintáticas e semânticas mais amplas associadas com estruturas argumentais de superfície do que entre a mesma forma de superfície e uma forma distinta da qual hipoteticamente essa última derivaria.

A verificação dessa hipótese pode ser feita com base nas construções bitransitivas em inglês que, em análises anteriores, foram consideradas como derivadas de suas paráfrases benefactiva e dativa:

Mina bought a book for Mel (benefactiva) → *Mina bought Mel a book*

Mina sent a book to Mel (dativa) → *Mina sent Mel a book*

Goldberg (2006), entretanto, argumenta que existem razões suficientes para que as construções bitransitivas sejam consideradas como parte de um mesmo grupo, distinguindo-as de suas paráfrases. Em ambos os casos, os testes sintáticos apresentam resultados semelhantes: (i) não é aceitável questionar o argumento recipiente – ??*Who did Mina buy/send a book?* (ii) advérbios não podem separar os dois objetos – **Mina bought/sent Mel yesterday a book*, (iii) o argumento recipiente deve ser mais tópico do que o argumento tema – **Mina bought/sent Mel it*, (iv) o argumento recipiente deve ser animado – ??*Mina bought/sent that place a box*.

Se as construções bitransitivas pertencem a um mesmo grupo, como poderíamos dar conta das diferenças sutis de significado existentes entre a bitransitiva benefactiva e a bitransitiva dativa? A proposta de Goldberg (1995, p.75) é que tais construções fazem parte de uma rede polissêmica que inclui, entre outras, as seguintes estruturas:

1. `X CAUSA Y A RECEBER Z (sentido central). Ex: *Mina sent Mel a book*.
2. `X PRETENDE CAUSAR Y A RECEBER Z. Ex: *Mina bought Mel a book*.
3. Condições de satisfação implicam em X CAPACITAR Y A RECEBER Z. Ex: *Mina promised Mel a book*.

Com base nessa perspectiva de análise, argumentaremos a seguir que as perífrases de futuro com estrutura [(SN) AUXILIAR INFINITIVO (X)] no português brasileiro formam uma rede polissêmica.

A gramaticalização de verbos de movimento em auxiliares de futuro

Diversos estudos sobre fenômenos de gramaticalização nas línguas do mundo já demonstraram que os tempos do futuro podem passar por um processo através do qual um verbo pleno passa a auxiliar, estabelecendo-se uma construção analítica complexa e, em estágio posterior, esse verbo auxiliar pode passar a morfema preso de tempo futuro (LEHMANN, 1982; HEINE; CLAUDI; HÜNNEMEYER, 1991; HOPPER; TRAUGOTT, 1993; BYBEE; PERKINS; PAGLIUCA, 1994).

No percurso do latim ao português, já se observa esse fenômeno, como resume a escala a seguir:

(1) *Cantare habeo (lat.) > Cantare hey (port. arc.) > Cantarei (port. med.)*

O verbo pleno *habere*, totalmente lexical em latim, passa a auxiliar, estabelecendo uma perífrase de futuro com um verbo pleno no infinitivo no português arcaico e, mais tarde, passa a morfema preso.

Por outro lado, além da expressão sintética de futuro, a língua portuguesa disponibiliza atualmente o futuro perifrástico com o verbo <ir> (por ex. Eu vou cantar). Nesse aspecto, assemelha-se a várias outras línguas, como o inglês, em que o verbo de movimento *to go* também é usado em perífrases de futuro (ex. *I am going to sing*). Os estudos supracitados assinalam, de modo consensual, que, no processo de gramaticalização de perífrases desse tipo, o sentido espacial do verbo metaforiza-se, assumindo sentido claramente temporal.

Assim, se em sentenças como <Eu vou fazer compras>, preserva-se certa ambiguidade (Vou caminhar até o mercado para fazer compras? Ou vou fazer compras pela internet em um momento futuro?), sentenças como <Eu vou ficar aqui> não remetem mais ao sentido de deslocamento do verbo <ir>.

Segundo Lima (2001, p.125), por volta do século XIII, o uso inicial da perífrase em português reúne os traços semânticos de movimento e intenção, veiculados pelo verbo de movimento. O autor apresenta o seguinte exemplo:

(2) “A outro vezi~o d’evora [algum~u ome~vezi~o] **deuelj A yr** Amostrat Aquillo q(eu) demanda (séc. XI).”

A construção em negrito permite, ainda, a inferência pragmática de que a ação ocorrerá no futuro. Segundo Lima (2001), a convergência desses traços é predominante nos usos da perífrase nos séculos XIII a XVI. Apenas a partir do século XVI, encontram-se usos que podem ser considerados mais gramaticalizados, na medida em que prescindem dos traços intencionalidade e/ou movimento. Assim, no processo de gramaticalização, incrementam-se os casos de ocorrência de <ir> com sujeitos não-humanos (e, portanto, não intencionais), e expande-se o uso da perífrase com verbos de evento e de estado, como ilustram os exemplos a seguir, respectivamente:

(3) Sòmente, é necessário saber o que esse paraíso me **vai custar**. (séc. XIX).

(4) É barão, e **vai ser** deputado qualquer dia. (séc. XIX).

No exemplo (3), temos um caso de sujeito inanimado (“esse paraíso”), enquanto no exemplo (4), ocorre o uso da perífrase com verbo estativo (“ser”).

A gramaticalização discutida nessa seção remete-nos à questão da subjetificação. Se o sentido de movimento passou a ser irrelevante nas perífrases gramaticalizadas, até que ponto o sentido de intencionalidade também se opacificou? Argumentaremos que a noção de intencionalidade, na verdade, deixou de indicar um fenômeno mental associado ao participante da cena descrita e passou a sinalizar os processos mentais daquele que descreve a cena, ou seja, do próprio falante. Podemos dizer que a perífrase de futuro é mais subjetiva do que o futuro morfológico. Para discutir essa questão, retomemos o tratamento que Langacker (1990) dá ao assunto. Nesse sentido, irá nos interessar particularmente a relação entre a escolha da forma de expressão do futuro e a noção de recorte abordada pelo autor.

A proposta de Langacker

Sobre a noção de recorte (*profile*), Langacker (1987) a vincula ao ato de elevar uma entidade a um nível especial de proeminência, que pode ser realizado de duas formas pelas expressões linguísticas. A primeira consiste no recorte de uma entidade específica em uma base conceitual mais ampla, como é o caso da palavra <pai>:

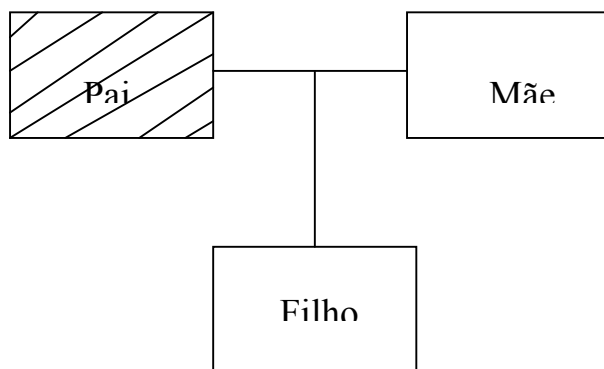
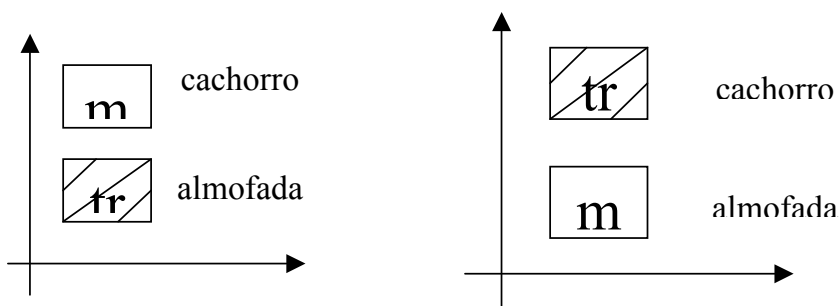


Figura 1 – Rede conceitual da palavra pai

O outro tipo de proeminência é a organização trajetor-marco. Observemos os exemplos abaixo:

- (5) A almofada está embaixo do cachorro.
- (6) O cachorro está em cima da almofada.

Essas sentenças podem ser representadas da seguinte forma:



Figuras 2 e 3 – Organização trajetor-marco

As expressões <embaixo> e <em cima> envolvem orientação espacial e dois elementos que estão em diferentes posições no eixo vertical e na mesma posição no eixo horizontal. A base conceptual é a mesma; não há diferença de conteúdo, nem de enfoque (ambas as expressões recortam uma relação entre dois elementos). Entretanto, <embaixo> e <em cima> têm significados diferentes, derivados da proeminência relativa dos participantes.

Embora tanto a <almofada> quanto o <cachorro> sejam enfocados nos exemplos acima, no exemplo (5) a <almofada> é o trajetor, ou seja, é mais proeminente do que o <cachorro> que funciona como marco. No exemplo (6), ocorre o inverso.

Em associação com a noção de proeminência, Langacker (1990) aponta o grau de subjetividade ou objetividade com o qual o conceptualizador constrói uma situação particular. O contraste entre construção subjetiva ou objetiva reflete a assimetria inerente entre o conceptualizador e a entidade conceptualizada. Embora em usos reais o *Ground* (falante, ouvinte e contexto interacional) sempre faça parte do significado de qualquer expressão, o grau de envolvimento do falante/ouvinte pode variar: a) o *Ground* pode ser visto como externo ao escopo da predicação, como em nomes e verbos tomados isoladamente (Diagrama 2a, a seguir); b) o *Ground* pode representar ponto de referência não-perfilado (Diagrama 2b, a seguir), como em expressões dêiticas do tipo <na próxima semana> ou <ontem>; c) uma faceta do *Ground* pode ser destacada e perfilada, como em <aqui>, <eu>, <agora> (Diagrama 2c, a seguir).

Nos diagramas a seguir, é importante considerar que EI refere-se ao escopo imediato da cena, EM ao escopo máximo da cena e G ao *Ground*.

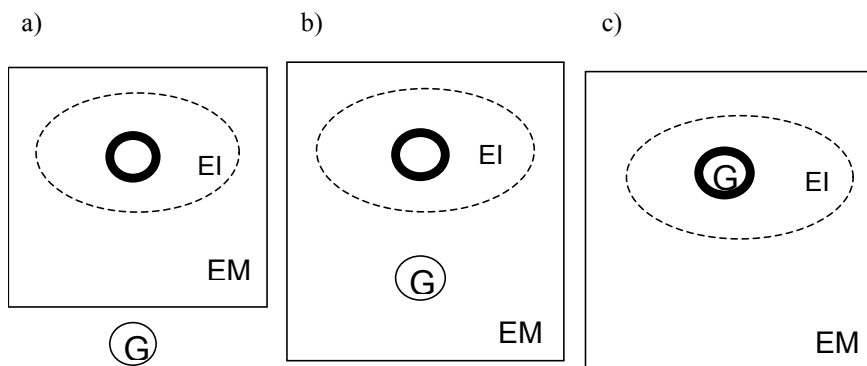


Diagrama 2 (a, b e c) – Graus de subjetividade na construção de uma situação particular

Tomando-se a noção de futuro, por exemplo, o trajetor é o sujeito da sentença e o marco é a atividade que esse sujeito irá realizar. Observemos os esquemas abaixo:

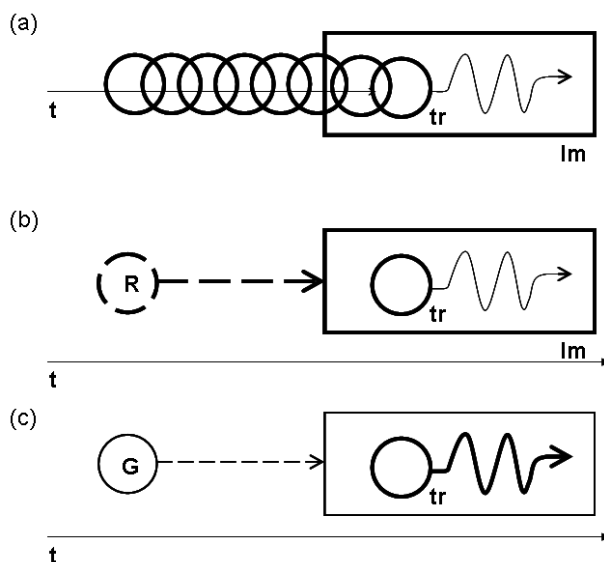


Diagrama 3 – Graus de subjetificação das construções de futuro

O Diagrama 3a descreve o movimento objetivamente construído pelo sujeito no espaço, ao final do qual inicia uma atividade. É o que designa a sentença <Maria vai abrir a porta>, em sua leitura espacial. Já o Diagrama 3b representa um estágio particular no processo pelo qual o significado do verbo <ir> se gramaticaliza para assumir o sentido de futuro, designando a

continuação do tempo da configuração na qual o evento-marco (expresso pelo complemento infinitivo) é acessado pelo escaneamento mental do falante (ex. O terremoto vai destruir a cidade). Por fim, a marca morfológica de futuro tem o valor representado no Diagrama 3c. Trata-se de uma predicação ancorada no *Ground*, que perfila o evento, e não a posterioridade temporal em relação ao ponto de referência.

A proposta de Langacker (1990) constitui um marco fundamental no tratamento de fenômenos de subjetividade e subjetificação³. Na próxima seção, partiremos dessa proposta inicial para argumentar que um tratamento do fenômeno em termos de espaços mentais pode representar a intuição de que há uma referência implícita ao falante em termos mais dinâmicos, com base em transferência de informação entre espaços mentais, e desse modo, explicar *nuance* de significado entre as diferentes perífrases de futuro.

Espaços mentais e subjetividade

A teoria dos espaços mentais, proposta inicialmente para tratar de fenômenos de referência que não haviam sido analisados satisfatoriamente pela semântica formal, resulta da ideia de que, à medida que o discurso se desenvolve, domínios cognitivos são criados. Esses domínios – os espaços mentais – permitem a organização de diferentes parcelas de informação de modo que seja possível acessá-las a qualquer momento.

Quando não se trata do espaço Base (a âncora discursiva que, em geral, representa o ‘aqui e agora’ do evento de fala), esses espaços projetam lugares distantes, períodos temporais referentes ao passado ou ao futuro, situações concebidas como irrealis ou relacionadas a desejos e crenças do falante e demais participantes do discurso (por exemplo: Em Istambul..., Nos anos cinquenta..., Em 2022..., Se..., Eu queria que... etc.).

A configuração de espaços mentais relacionada a qualquer fluxo discursivo conta com alguns primitivos cognitivos que ajudam falantes e ouvintes na tarefa de não perder ‘o fio da meada’. São eles: Ponto de Vista, Foco e Evento.

O Ponto de Vista é o espaço a partir do qual outros espaços são criados. O Foco, por sua vez, é o espaço ao qual se adiciona conteúdo em um determinado momento, e Evento é o espaço passado ou futuro, no qual se desenrolam determinadas ações.

³ Traugott e Dasher (2005) abordam esses fenômenos adotando ponto de vista ligeiramente diferente do de Langacker (1990), na medida em que os autores ancoram as noções de subjetividade e subjetificação à estrutura linguística, e não apenas à referência implícita ao falante. A abordagem reivindicada no presente trabalho pretende unificar ambas as propostas.

Mais recentemente, Sanders, Sanders e Sweetser (2007) propuseram que o espaço Base não é um todo indivisível, mas constitui uma rede conceptual – BSCN (*Base Space Conceptual Network*). O BSCN inclui: (1) um Espaço de Ato de Fala (ou de interação conversacional), em que Falante e Ouvinte participam de ações comunicativas; este espaço relaciona-se (2) ao Espaço Real ou Base, que representa os modelos físico e temporal de realidade relevantes para Falante e Ouvinte, (3) a um ou mais Espaços Epistêmicos, contendo processos de raciocínio do Falante e possivelmente do Ouvinte. Essa rede conceptual pode incluir ainda outros espaços, tais como o Espaço Metalinguístico (correspondências de forma-significado compartilhadas) e o Espaço Metatextual (histórico da estrutura discursiva compartilhada). A organização do BSCN pode ser esquematizada da seguinte forma:

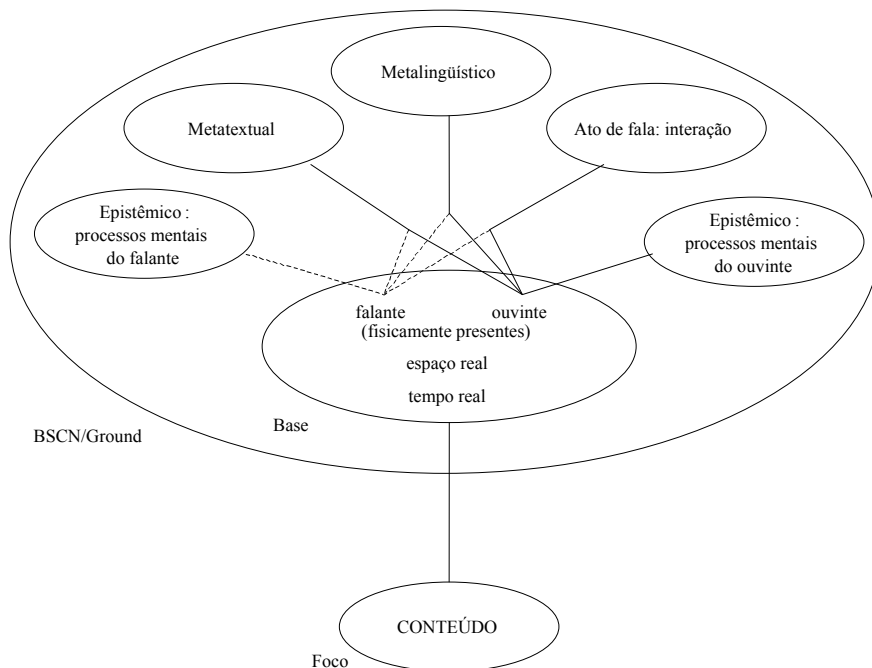


Diagrama 4 – Base Space Conceptual Network (BSCN)

Os autores argumentam que essa Base estendida, o complexo BCSN ou *Ground*, é, em última análise, o ponto de referência para a interpretação do espaço Foco (ou de Conteúdo); ou seja, embora os participantes da conversa possam não estar falando do *Ground*, eles precisam do *Ground* para ancorar referencialmente suas falas sobre outras coisas.

Com relação à subjetividade, Ferrari e Sweetser (2008) argumentam que expressões subjetivas ativam projeção ascendente de informação na rede de espaços mentais. O processo de subjetificação consiste, portanto, na adição de significado aos espaços que se situam acima do Espaço Foco (que abriga o significado referencial) na rede de espaços mentais. Esse processo pode ocorrer de duas maneiras:

(1ª) Adicionar estrutura semântica convencional aos espaços pertencentes ao *Ground*, enquanto o Espaço Foco (ou Conteúdo) permanece nos espaços da parte inferior da rede; isto é, adiciona-se informação ao *Ground* que, mesmo assim, se mantém implícito.

(2ª) Aumentar a distância entre os espaços do *Ground* e o espaço Foco, que se mantém na parte inferior da rede; isto é, aumentar o cálculo necessário para localizar o espaço Foco com relação ao *Ground* ainda implícito.

A seguir, analisaremos as diferentes Construções Perifrásticas de Futuro, detalhando como os processos acima ocorrem em cada caso.

Construções Perifrásticas de Futuro

Para análise das Construções de Futuro, utilizamos ferramentas de busca na internet que permitiram a elaboração de um *corpus* em que se evidenciassem diferentes ocorrências dessas construções. Tendo em vista que os usos do futuro perifrástico são geralmente tratados na literatura como relacionados à modalidade falada, enquanto que os usos de futuro morfológico são normalmente associados à modalidade escrita, reunimos exemplos característicos de ambas as modalidades.

Como principal fonte de dados, optamos por utilizar discursos oficiais do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pelo fato de que, embora esses discursos não sejam totalmente improvisados e possuam uma versão escrita prévia, são proferidos em situação real de comunicação. Portanto, favorecem o aparecimento tanto de construções de futuro morfológico quanto de construções perifrásticas de futuro.

Em termos de subjetividade, se compararmos todas as perífrases com o futuro morfológico, concluiremos que as perífrases são mais subjetivas, na medida em que adicionam informação aos sub-espaços implícitos no BSCN. O futuro morfológico toma o BSCN como ponto de vista, mas não acrescenta informação referente o papel de falante e/ou ouvinte e, conseqüentemente, também não adiciona informação aos espaços a eles associados.

No caso do futuro morfológico, a apresentação dos fatos sem que se sinalize nenhum tipo de interferência do falante permite a inferência de que os fatos serão dados de realidade futuramente (e não a atual projeção que o falante faz da realidade); no caso do futuro perifrástico com o verbo <ir>, vislumbra-se a interferência do falante, mas o alto grau de certeza demonstrado também permite a inferência de que é só uma questão de tempo para que os fatos sejam dados de realidade. Por esse motivo, a intuição dos falantes nativos é que o futuro morfológico e o futuro perifrástico com o verbo de movimento são, de certo modo, equivalentes (a diferença normalmente apontada diz respeito à fala e escrita, como já foi mencionado). É possível, entretanto, que essa distribuição de contextos de ocorrência esteja primeiramente relacionada a questões de subjetividade, e não propriamente às modalidades falada e escrita em si⁴.

O exemplo a seguir ilustra uma ocorrência de futuro morfológico:

- (7) “O fornecimento de energia nos próximos dez anos está garantido pelos projetos em andamento e pelos novos e ambiciosos projetos que **serão** licitados em 2007.” (SILVA, L., 2007a).

Com relação ao futuro perifrástico, verifica-se que, além do auxiliar <ir>, as perífrases podem apresentar os modais <poder> e <dever>. É o que ilustram os seguintes exemplos:

- (8) “Todos nós ficávamos na expectativa de que, num gesto de bondade a um país pobre latino-americano, os Estados Unidos iriam salvar as nossas economias ou a União Europeia iria salvar nossas economias. Isso nunca aconteceu e nunca **vai acontecer**.” (SILVA, L., 2007c).
- (9) “A reforma política **deve ser** prioritária no Brasil.” (SILVA, L., 2007a).
- (10) “Nosso país **pode ser** uma voz e um exemplo autêntico e poderoso para o mundo na questão da diversidade.” (SILVA, L., 2007a)

Os exemplos 8, 9 e 10 ilustram fragmentos de discursos oficiais proferidos pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em todas as construções em destaque, a noção de futuro é veiculada por meio de perífrase verbal. Além disso, todos os exemplos apontam para uma perspectiva implícita do falante em relação a eventos futuros, já que os verbos auxiliares sinalizam projeções ascendentes na configuração de espaços que compõem o *Ground*.

⁴ Esta visão é compatível com a proposta de Marcuschi (2005, p.37), que defende que “[...] as diferenças entre fala e escrita se dão dentro do *continuum* tipológico das práticas sociais de produção textual e não na relação dicotômica de dois pólos opostos.”

No exemplo 8, o falante imprime alto grau de certeza à sua predição de que a União Europeia nunca vai salvar a economia brasileira (não é à toa que o advérbio “nunca” faz parte da construção).

O exemplo 9 aproxima-se de uma promessa, já que o falante é o Presidente da República e precisa se apresentar compromissado com as reformas políticas esperadas (note-se, entretanto, que ele poderia ter usado a construção <vai ser> no lugar de <deve ser> para imprimir mais comprometimento à sua fala).

Por último, no exemplo 10, o falante avalia que o país tem capacidade de ser referência na questão da diversidade, mas demonstra não possuir evidências suficientes para predizer o que o país ‘vai ser’ ou ‘deve ser’.

Os exemplos 8, 9 e 10 instanciam, respectivamente, os seguintes esquemas que caracterizam a rede polissêmica de futuro perifrástico:

- a. [(SN) *IR INFINITIVO* (X)].
- b. [(SN) *DEVER INFINITIVO* (X)].
- c. [(SN) *PODER INFINITIVO* (X)].

Com relação às construções acima, observamos que:

1. As construções perifrásticas de futuro marcam subjetividade, diferindo quanto ao tipo de informação que os verbos auxiliares acrescentam ao Espaço Epistêmico ou ao Espaço de Ato de Fala no BSCN.

1a. As perífrases que adicionam informação ao Espaço Epistêmico revelam implicitamente diferentes graus de certeza com que o falante trata a realização do evento futuro.

1b. As perífrases que adicionam informação ao Espaço de Ato de Fala revelam implicitamente diferentes graus de comprometimento que o falante demonstra em relação à situação futura.

Nas próximas seções, detalharemos cada uma das evidências listadas acima.

Construções perifrásticas de futuro e espaço epistêmico

Nesta seção, enfocaremos os casos de perífrases que adicionam informação ao Espaço Epistêmico implícito no BSCN. Tais construções sinalizam diferentes graus de certeza, em função dos diferentes auxiliares que as instanciam, de acordo com a seguinte escala:

No caso do futuro mais gramaticalizado com o verbo <ir>, o falante demonstra alto grau de certeza. É o que acontece no exemplo a seguir, em que o presidente projeta as aspirações de seu governo nas ações de acelerar, crescer e incluir:

- (11) Hoje digo que os verbos acelerar, crescer e incluir **vão reger** o Brasil nestes próximos quatro anos. (SILVA, L., 2007a).

No caso do auxiliar <dever>, a perífrase indica certeza moderada. A escolha é produtiva em casos em que o falante, apesar de reunir um conjunto de evidências que lhe permitem predizer o evento futuro, não tem total controle da situação. É o que ocorre no exemplo abaixo:

- (12) “Oi **deve lançar** TV paga via satélite até início de 2009.” (OI..., 2008).

Por fim, o auxiliar <poder> permite que o falante apresente um evento futuro, sobre o qual não tem controle direto, apenas como uma possibilidade. É o que ilustra o exemplo abaixo, em que o presidente Lula trata de acontecimentos relacionados a outros países:

- (13) “É isso que me faz pensar, não apenas no meu País, mas pensar no meu continente e além do Oceano Atlântico. Pensar o que **pode acontecer** com os países africanos que têm, nos biocombustíveis, possivelmente, a grande chance do século XXI.” (SILVA, L., 2007a).

Construções perifrásticas de futuro e espaço de ato de fala

Com relação às construções perifrásticas de futuro que adicionam informação à Base ou ao Espaço de Ato de Fala no BSCN, é possível encontrar dois tipos distintos, com diferentes graus de subjetividade. No primeiro caso, incluem-se os exemplos do tipo a seguir:

- (14) Mas **vou dizer** uma coisa aqui, mas não sei se daqui a vinte anos estarei vivo. (SILVA, L., 2007c).

Nesse caso, a referência é feita à Base, espaço em que o presidente e a plateia se encontram. Trata-se de um ato de fala prototípico, em que os participantes da cena encontram-se reunidos em um mesmo contexto. Nesses casos, os dados demonstraram que ocorrem sempre perífrases.

O segundo caso é ainda mais subjetivo: a informação é adicionada ao Espaço de Ato de Fala. Tal informação pode ser adicionada indicando alto grau de comprometimento do falante, usando-se o futuro perifrástico gramaticalizado (ir + infinitivo). Observemos, a seguir, um trecho de discurso proferido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva:

- (15) “Temos de explorar as potencialidades das tecnologias de ponta. O Protocolo de Intenções que estamos assinando no campo de TV Digital reflete nossa determinação de empregar esse poderoso instrumento de democratização do acesso às comunicações e à informação. Reduzindo o hiato digital, **vamos incorporar** milhões de concidadãos à sociedade do conhecimento e multiplicar as oportunidades de promover desenvolvimento com inclusão social.” (SILVA, L., 2007b).

A perífrase acima caracteriza um ato de fala, no qual o presidente promete a democratização do acesso às comunicações e à informação.

Observemos, ainda, a intervenção do deputado Fernando Gabeira por ocasião da crise que envolveu o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti:

- (16) “Vossa Excelência está em contradição com o Brasil. A sua presença na presidência da Câmara é um desastre para a imagem do Brasil. **Vamos iniciar** um movimento para derrubá-lo.” (PIMENTA, 2005).

No trecho acima, o deputado escolheu a perífrase de futuro envolvendo o verbo “iniciar” conjugado na primeira pessoa do plural. Essa escolha, além de ser compatível com a hipótese estabelecida neste trabalho de que o futuro perifrástico assume um grau maior de subjetividade, tomando o BSCN como ponto de referência implícito, adiciona a informação de que, na situação comunicativa, o falante demonstra alto grau de comprometimento com o evento futuro de “derrubar” o presidente da Câmara. Portanto, trata-se de um ato de fala que o falante marca como algo no qual ele está pessoalmente implicado (promessa, ou mesmo ameaça).

Observemos agora o caso de <dever> proferido pelo presidente Lula:

- (17) “E o partido iniciou um processo de autocritica que **deve continuar** depois de apurar todas as responsabilidades.” (SILVA, L., 2007a). A informação adicionada ao Espaço de Ato de Fala é de que o falante está fortemente comprometido com a imposição de força sobre o evento futuro. Note-se, entretanto, que o comprometimento poderia ter sido maior, caso tivesse usado “vai continuar”.

Por fim, temos o seguinte exemplo em que o auxiliar < poder > integra uma construção de futuro que realiza um ato de fala diretivo. Nesse caso, há uma remoção de barreira para que o interlocutor realize a ação futura de “baixar o documentário”:

- (18) “Você **pode baixar** o documentário de graça! ... Infelizmente *Terráqueos* não foi lançado no Brasil e por isso você só **pode comprar** direto dos E.U.A.”. (SILVA, J., 2008).

Considerações finais

Este trabalho propôs uma nova perspectiva de análise das construções de futuro no português brasileiro, argumentando que o futuro morfológico e o futuro perifrástico distinguem-se quanto ao grau de subjetividade.

No caso do futuro perifrástico, argumentamos que as perífrases ir+infinitivo e as perífrases com os verbos modais < poder > e < dever > seguidos de infinitivo são instanciações de um mesmo esquema gramatical de futuro, diferindo apenas quanto ao tipo de informação adicionada implicitamente ao *Ground*.

Esperamos que os argumentos desenvolvidos neste trabalho possam ser testados em *corpora* mais amplos, bem como checados à luz de hipóteses complementares e independentes. Em nível sentencial, podem-se avaliar as inter-relações entre características semântico-pragmáticas do sujeito gramatical e os diferentes tipos de perífrases; em nível discursivo, a investigação das construções de futuro em diferentes gêneros textuais pode constituir mais uma ferramenta para a caracterização mais detalhada do assunto.

FERRARI, L. V.; ALONSO, K. S. B. Subjectivity and future-oriented constructions in Brazilian Portuguese. *Alfa*, São Paulo, v.53, n.1, p.223-241, 2009.

- **ABSTRACT:** *This paper proposes a mental space analysis on subjectivity phenomena related to future-oriented constructions in Brazilian Portuguese. First, it is claimed that periphrastic future constructions are more subjective than morphological ones, since the former, but not the latter, add conventional semantic structure to the implicit Grounding spaces, while the Focus (or Content) space remains lower in the network. Second, it is shown that periphrastic future constructions may add structure to the implicit Epistemic, either Base or Speech Act Space, and also that specific constructions differ according to the kind of information they add in each case.*
- **KEYWORDS:** *Future. Periphrastic constructions. Subjectivity.*

REFERÊNCIAS

BYBEE, J., PERKINS, R.; PAGLIUCA, W. *The evolution of grammar: tense, aspect and modality in the languages of the world*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

FAUCONNIER, G. *Mappings in thought and language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

_____. *Mental spaces: aspects of meaning constructions in natural languages*. Cambridge, Mass: MIT, 1994. (Bradford books).

FERRARI, L.; SWEETSER, E. Subjectivity and upwards projection in mental space structure. In: INTERNATIONAL COGNITIVE LINGUISTICS CONFERENCE, 10th, 2008, Krakow. *Proceedings...* Krakow, 2008. p.1-17.

FILLMORE, C. J.; KAY, P.; O'CONNOR, M. C. Regularity and idiomaticity in grammatical constructions: the case of *let alone*. *Language*, Baltimore, v.64, n.3, p.501-538, Sept. 1988.

GOLDBERG, A. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

_____. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press, 1995. (Cognitive theory of language and culture).

HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: University Chicago Press, 1991.

HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. (Cambridge textbooks in linguistics).

LANGACKER, R. W. Subjetification. *Cognitive linguistics*, Nijmegen, n.1, p.5-37, 1990.

_____. *Foundations of cognitive grammar*. Stanford: Stanford University Press, 1987. 2v.

LEHMANN, C. *Thoughts on grammaticalization: a programmatic sketch*. Köln: University of Cologne: Institut für Sprachwissenschaft, 1982. (Arbeiten des Kölner Universalien-Projektes, v.48). v.1.

LIMA, J. P. de. Sobre a gênese e a evolução do futuro com “ir” em português. In: SILVA, A. S. da. (Org.). *Linguagem e cognição: a perspectiva da linguística cognitiva*. Braga: Associação Portuguesa de Linguística, Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Filosofia, 2001. p.119-145.

MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 6.ed.

São Paulo: Cortez, 2005.

OI deve lançar TV paga via satélite até o início de 2009. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL762399-9356,00.html>. Acesso em: 16 set. 2008.

PIMENTA, D. S. De Fernando Gabeira para Severino. In: FALA, BRASIL! 2005. Disponível em: <<http://www.brazil-brasil.com/content/view/599/44/>>. Acesso em: 13 jun. 2008.

SANDERS, T.; SANDERS, J.; SWEETSER, E. *Causality, cognition and communication: a mental space analysis of subjectivity in causal connectives*. 2007. Manuscript submitted for publication.

SILVA, J. G. T. da. *TERRÁQUEOS (Earthlings), o documentário que vai mudar sua vida!*

Disponível em: <<http://www.blog-br.com/jaorish/43832/>>. Acesso em: 05 maio 2008.

SILVA, L. I. L. da. Presidência da República. *Discurso de posse do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de compromisso constitucional perante o Congresso Nacional*. Brasília: Secretaria de Imprensa e Porta-Voz, 2007a. Disponível em: <<http://www.info.planalto.gov.br/download/discursos/pr001-2.doc>>. Acesso em: 13 jun. 2008.

_____. *Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de atos e declaração à imprensa, por ocasião da visita de Estado do Presidente da República do Equador, Rafael Correa*. Brasília: Secretaria de Imprensa e Porta-Voz, 2007b. Disponível em: <<http://www.info.planalto.gov.br/download/discursos/pr092-2.doc>>. Acesso em: 10 jul. 2008.

_____. *Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após assinatura de atos e imposição de condecorações entre o governo brasileiro e o governo do Paraguai*. Assunção-Paraguai: Secretaria de Comunicação Social, 2007c. Disponível em: <<http://www.imprensa.planalto.gov.br/download/discursos/PR157-2.DOC>>. Acesso em: 14 jun. 2008.

TRAUGOTT, E. C.; DASHER, R. B. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. (Cambridge Studies in Linguistics, v.97).

WILLIAMS, E. Meaning categories of NPs and Ss. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, v.22, n.3, p.584-587, Summer 1991.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALONSO, K. S. B. *Aspectos pragmático-discursivos na formação do futuro no português do Brasil*. 2007. 20f. Trabalho final (Apresentado como requisito para a Disciplina Tópicos Avançados em Construções Gramaticais – Doutorado) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

BAKER, M. *Incorporation: a theory of grammatical function changing*. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

FAUCONNIER, G.; TURNER, M. *The way we think: conceptual blending and the mind's hidden complexities*. New York: Basic Books, 2002.

LARSON, R. On double object construction. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, v.19, n.3, p.335-92, 1988.

SILVA, L. I. L. da. Presidência da República. *Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de lançamento da Política de Desenvolvimento Produtivo: inovar e investir para crescer*. Rio de Janeiro: Secretária de Imprensa, 2008. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/pdp/public/arquivos/discurso_lula.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2008

Recebido em setembro de 2008.

Aprovado em dezembro de 2008.

PARA UMA TAXONOMIA DE PARÁFRASES EXPLANATÓRIAS*

Félix BUGUEÑO MIRANDA¹

- RESUMO: A definição constitui um dos principais tipos de informações procuradas pelos usuários nos dicionários. Neste trabalho discutimos a natureza desse item informativo e propomos substituir a palavra “definição” por “paráfrase explanatória”, devido à complexa natureza das informações contidas na equação com o lema. A seguir, procuramos estabelecer uma taxonomia de classes de paráfrases explanatórias. Para gerar essa taxonomia, empregamos dois parâmetros básicos: a) a perspectiva do ato de comunicação (recepção *versus* produção) e b) a metalinguagem empregada. Além dos tipos de paráfrases obtidas por aplicação desses parâmetros, o trabalho apresenta também outros tipos de paráfrases comumente empregadas nos dicionários.
- PALAVRAS-CHAVE: Definição. Paráfrase. Metalinguagem.

Introdução

A definição é, sem sombra de dúvida, um segmento informativo central em qualquer dicionário de orientação semasiológica. No entanto, a análise de muitos verbetes leva a pensar que, para que uma definição resulte suficientemente elucidativa, é necessário o cruzamento de três variáveis. Em primeiro lugar, é necessário optar por um tipo de paráfrase explanatória² segundo o que se almeje conceber como membro da equação em que, de um lado, está o signo-lema, e, de outro, um comentário sobre esse signo-lema. A formulação de uma taxonomia de definições permite justamente estabelecer uma correlação entre modelos parafrásticos e a(s) particularidade(s) da entidade que faz parte da equação antes mencionada. A segunda variável a ser considerada é o *pattern* sintático a ser escolhido, ou seja, o modelo de formulação sintagmática que ajuda a gerar paráfrases explanatórias³. Finalmente, a terceira variável é a adoção de uma teoria semântica que permita elencar determinados traços semânticos que são relevantes na formulação das paráfrases.

* Kurt Baldinger (1919-2007) *in memoriam*.

¹ UFRGS- Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras- Departamento de Línguas Modernas. Porto Alegre – RS – Brasil. 91501-970 – felixv@uol.com.br

² Sobre o conceito de paráfrase explanatória, v. nota 4 do presente trabalho.

³ V. os exemplos de *abacaxi* no presente trabalho para a importância de um *pattern* sintático.

No presente trabalho será abordada a primeira dessas variáveis.

Na literatura especializada, é recorrente a menção à definição como o segmento mais procurado pelo consultante (HAENSCH et al., 1982; JACKSON, 2002). No entanto, é possível constatar também que a abordagem teórica desse segmento é, até certo ponto, parcial, de modo que se dispõe de poucas informações sobre como gerar uma boa definição, ou, em termos mais gerais, sobre como determinar quando uma definição pode ser considerada satisfatória. Pode-se afirmar que a discussão metalexiconográfica em torno desse segmento da microestrutura aborda um dos seguintes aspectos: ou trata da metodologia para “ganhar conhecimento do conteúdo da paráfrase explanatória”⁴, ou seja, preocupa-se com uma teoria semântica como suporte teórico-metodológico que permite apreender a significação de uma palavra determinada (ALBRECHT, 1997; GEERAERTS, 2003), ou trata dos princípios da redação da mesma (MARTÍNEZ DE SOUZA, 1995; BENEDUZI; BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS, 2005). Há ainda uma terceira corrente que aborda essa problemática de uma perspectiva que poderíamos chamar de “taxonômica”, já que almeja criar uma tipologia de classes de definições, segundo diversos critérios (REY-DEBOVE, 1967; BOSQUE, 1982; SCHLAEFER, 2002). É sensível a falta, no entanto, de um estudo de conjunto que permita, pelo menos, abordar os seguintes problemas:

- a. Fornecer uma imagem de conjunto dos diversos tipos de paráfrases explanatórias, estabelecendo com precisão as seguintes questões:
 - a₁ tipo de paráfrase explanatória *versus* perspectiva do ato da comunicação;
 - a₂ tipo de paráfrase explanatória *versus* metalinguagem empregada.

Por outro lado, é surpreendente também a enorme variedade terminológica e as classificações heterogêneas que o conceito “definição” apresenta nas obras de referência metalinguísticas, isto é, os dicionários de linguística propriamente ditos. Ao realizar-se um levantamento em Knobloch (1986), Lewandowski (1979), Bußmann (2002), Ulrich (2002) e Glück (2005), constata-se que não há um único tipo de definição que apareça em todas as obras consultadas. Parece que, para os estudiosos, não são relevantes os critérios que permitem classificar tipos de definições divergentes que, aliás, cumprem tarefas bem específicas e que obedecem também a condições muito particulares em relação à função da obra

⁴ Dada a multiplicidade de designações (com implicações metodológicas, às vezes) que termos como “definição” (Wiegand, 1989a, 1989b) ou “paráfrase” têm (svensén, 1993), empregamos a expressão “paráfrase explanatória”, entendida aqui como uma reescritura nem sempre correspondente ao *definiens* escolástico, já que assim conseguimos abranger também formas de reescritura tais como a *whole-sentence definition* de CcLD (2003).

lexicográfica e/ou em relação às necessidades ou condições do usuário (a definição ostensiva e a definição operacional são exemplos paradigmáticos das condições antes assinaladas).

É também notória a frequência com que se faz uma distinção entre “definição real” e “definição nominal”. Com relação a essa questão, destacamos dois aspectos. Em primeiro lugar, a apresentação dessa distinção sem explicitar de forma clara os critérios utilizados para a mesma é uma evidência contundente que justifica uma exposição mais detalhada da problemática que implica a elaboração de uma taxonomia. Em segundo lugar, é inquietantemente surpreendente constatar que há uma disparidade absoluta na concepção que as obras apresentam para esses dois tipos de definição, chegando a expor paráfrases absolutamente antitéticas para exatamente o mesmo referente. A seguir, apresenta-se um quadro sinóptico com as definições fornecidas pelos dicionários de linguística para “definição real” e “definição nominal”.

	Knobloch (1986)	Lewandowski (1979)	Bußmann (2002)	Ulrich (2002)	Glück (2005)
Definição nominal	“estabelecimento do significado de uma palavra”	“Designações para coisas/referentes”	“as definições nominais se refrem à designação de objetos e qualidades abstratas, ou seja, a nomes, conceitos ou expressões linguísticas”	(a definição apresentada em Ulrich (2002) é genérica e não estabelece a distinção proposta entre “definição nominal” e “definição real”)	“[sc. sua função é] explicar o conceito de uma coisa, independentemente se se faz uma asserção sobre a sua existência”
Definição real	“refere a um dado objeto mental, do qual se faz uma afirmação”	“definição de coisa”	“definição de um objeto ou de um conceito concreto por meio de um termo hiperônimo G (=genus proximum) e de qualidades específicas M (=differentia specifica)”		“deve conter uma afirmação sobre a possibilidade de uma coisa existir, ou seja, uma afirmação sobre a sua existência”

Figura 1 – Quadro comparativo das definições de “definição nominal” e “definição real”

Embora a anulação conceitual seja clara em algumas das definições propostas, é evidente que, para uma taxonomia da definição, o critério subjacente a essa

distinção binária é de absoluta importância. Essa distinção é tratada ao longo deste presente trabalho. De fato, segundo Martín Mingorance (1994), tal distinção é de importância fundamental, por exemplo, para a onomasiologia, embora, evidentemente seja igualmente fundamental para a semasiologia⁵.

As paráfrases explanatórias nos dicionários

Um olhar rápido em muitos dos verbetes dos G 4⁶ (e, igualmente, de vários outros dicionários) permite constatar que um número significativo de definições são pouco compreensíveis para o consultante. Os problemas encontrados podem ser representados esquematicamente da seguinte forma⁷:

- a. Há paráfrases explanatórias excessivamente longas.
- b. Há paráfrases explanatórias que contêm muitas palavras de difícil compreensão. Pelo seu elevado número, dificilmente o consultante iria procurá-las no dicionário.
- c. Há paráfrases explanatórias que, embora não contenham palavras de difícil compreensão, também não são facilmente compreendidas pelo usuário.

Os verbetes *abacaxi*⁸, *parafrástico* (DRAE, 2001)⁹, *gomina* (PRob, 1993) e *paquetería* (DRAE, 2001) são um exemplo claro disso:

Abacaxi *Bras. Angol. Bot.* 1. Planta da família das bromeliáceas (*Ananas sativus*), cultivada ou selvagem, cuja parte comestível é infrutescência carnosa resultante do crescimento e da coalescência de todas as flores da inflorescência. Tanto a infrutescência como o caule encerram uma enzima proteolítica que pode ter o mesmo emprego que a papaína. [Sin. (bras.): ananá, ananás, ananaseiro, nanás, nanaseiro, abacaxi-branco, aberas.] 2. A infrutescência comestível do abacaxi; ananá, ananás, nanás. 3. Bras. Gír. Coisa trabalhosa, complicada, embrulhada, intrincada: Antes

⁵ A esse respeito, confira Baldinger (1985, 1977).

⁶ Tomamos a designação empregada por Welker (2004) para o conjunto formado por Mi (1998), Au (1999) e Hou (2001), acrescentando ainda DUPB (2002).

⁷ Deixamos fora da discussão a veracidade ou falsidade do conteúdo proposicional das paráfrases explanatórias, embora esse também seja um problema que merece atenção especial (confira, por exemplo, a paráfrase explanatória para *parabrisas* em DRAE (2001, s.v.), onde é falso afirmar que o *parabrisas* seja um único vidro do carro).

⁸ Para o caso de *abacaxi*, procuramos o verbete em mais de uma fonte, considerando o valor dessa entidade léxica (e extralinguística) na comunidade luso-brasileira.

⁹ Seguindo a tendência da metalexiconografia europeia (Hartmann, 2001), as obras lexicográficas aparecem identificadas por siglas. As referências completas são apresentadas, da mesma forma, ao final do trabalho.

de viajar, teve vários abacaxis para resolver. 4. Bras. Gír. Coisa ou pessoa desagradável, maçante, chata: Aquele romance é um abacaxi; “Dois meses depois, ela telefona, em pânico: ‘Vou ser mãe!’ Do outro lado da linha, Sandoval explode: ‘Que abacaxi!’ E, então, começa a evitar a pequena.” (Nélson Rodrigues, 100 Contos Escolhidos. A Vida como Ela É, II, pp. 57-58). 5. Bras. V. galego (4). 6. Bras. PE AL Dançador pesado, desajeitado. (Au, 1999, s.v.)

Abacaxi *s.m.* (a1776 cf. JDan) **B 1** ANGIOS planta terrestre (*Ananas comosus*) da fam. das bromeliáceas, nativa do Brasil, de folhas lineares com bordos espinhosos, idênticas às da coroa que encima o fruto, escapo robusto e curto e inflorescência com muitas flores, fruto medindo cerca de 15 cm; abacaxi-branco, abacaxizeiro, aberas, ananá, ananás, ananás-de-caraguatá, ananás-do-mato, ananaseiro, ananás-selvagem, ananás-silvestre, nanaseiro, naná, nanás, pita **1.1** ANGIOS infrutescência carnosa e comestível dessa planta; abacaxi-branco, aberas, ananá, ananás, ananás-de-caraguatá, ananás-do-mato, ananás-selvagem, ananás-silvestre, naná, nanás, pita **2** *p.ext.* ANGIOS design. Comum às plantas de diversas fam. que se assemelham ao abacaxi, seja pelo aspecto da planta ou da infrutescência **3** (sXX) *fig. infm.* trabalho complicado, difícil de ser feito; coisa intrincada; problema **4** *p.ext. fig.* coisa ou pessoa maçante, desagradável **5** *fig. pej.* m.q. **galego** ('português') **6** (1913) *fig. PE AL* pessoa que dança mal, de maneira desajeitada e pesada □ descascar um a. *B infm.* **1** resolver um problema difícil, trabalhoso ou extenuante **2** desvencilhar-se de uma incumbência ou situação desagradável □ ETIM tupi **iwaka'ti* < *i'wa* 'fruta' + *ka'ti* 'que recende'; ver *iba-* e *-aba* (*in fine*); f.hist. 1899 *abacachi* □ SIN/VAR ver sinonímia de *galego* □ COL abacaxial. (Hou, 2001, s.v.)

a.ba.ca.xi¹ *sm* (*aba*⁵ + *tupi katí* recedente) **1** Bot Variedade das espécies silvestres do gênero Ananás (*Ananás sativus*). **2** Fruto dessa planta, grande e escamoso, de sulcos simétricos e forma cônica, muito aromático e saboroso. **3** *ant* Alcinha dos portugueses no Rio de Janeiro. **4** Mau dançador, desajeitado, pesadão. **5** *gír* Mil Granada de mão. **6** *gír* Tudo quanto é indesejável, inútil, perigoso, prejudicial etc. *A.-bravo*: o mesmo que *abacaxi-de-tingir*. *A.-de-tingir*, Bot: planta bromeliácea, que fornece uma tinta amarela, empregada em tinturaria (*Aechmea tinctoria*); gravatá-branco. *A.-silvestre*, Bot: o mesmo que *abacaxi-de-tingir*. *Descascar abacaxi*, *pop*: resolver problema difícil ou desagradável.

a.ba.ca.xi² *adj m + f Etnol* Relativo aos Abacaxis, tribo das margens do rio Abacaxis. *S m + f* Indígena dessa tribo. (Mi, 1998, s.v.)

gomine (...) Pommade pour les chevaux¹⁰ (PRob, 1993, s.v.)

parafrástico, ca. (Del gr. Παραφραστικός) *adj.* [...] 1. Pertenciente o relativo a la paráfrasis. || 2. Propio de ella, que la encierra o incluye (DRAE, 2001, s.v.)

¹⁰ Para poder avaliar melhor a impropriedade da definição de *gomine* em PRob (1993, s.v.), cf. a definição de *gomina* para o espanhol em GDLA (1996, s.v.) citada no presente trabalho.

paqueteria¹. (De paquetero) f. Género menudo de comercio que se guarda o vende en paquetes. || (DRAE, 2001, s.v.)

Frente a tal panorama, é possível constatar que esses problemas não se devem única e exclusivamente à ausência de uma “sintaxe da definição” (HERBST; KLOTZ, 2003, p.53-54, para esse conceito), mas parecem refletir também a carência de um modelo de cálculo da informação que permita fornecer ao consulente os dados necessários para uma eficaz compreensão da paráfrase explanatória, assim como uma escassa reflexão sobre o tipo de informação que é fornecida a esse mesmo consulente.

Dito em outros termos, e como já foi mencionado na introdução, uma definição que almeje ser efetivamente elucidativa para o consulente deverá ser o resultado da combinação de três variáveis:

1. uma taxonomia da definição;
2. uma sintaxe da definição;
3. um modelo semântico entendido como heurística para estabelecer quanta informação é necessária na redação de uma paráfrase explanatória.

Tipologia de paráfrases explanatórias

A tipologia proposta aqui atende a dois parâmetros:

1. A perspectiva assumida pelo dicionário em relação ao ato comunicativo.
2. A metalinguagem empregada na própria paráfrase explanatória.

Paráfrase explanatória versus perspectiva do ato de comunicação

Baldinger (1985) já abordava uma questão central para o dicionário ao salientar o duplo “caminho” que o consulente pode querer percorrer no ato de consulta do dicionário. Por um lado, o usuário pode querer conhecer a significação de uma unidade léxica, ou seja, a sua estratégia de busca vai do lema à paráfrase explanatória. Por outro lado, o mesmo consulente pode “saber” a significação de uma unidade léxica e desconhecer o seu significante, ou seja, o usuário iria, hipoteticamente, da paráfrase explanatória para o signo-lemma. Dito em termos mais simples, isso corresponde à complementariedade entre semasiologia e

onomasiologia (ABRAHAM, 1988, s.v. *Semasiologie, Onomasiologie*¹¹, também GLÜCK, 2005, s.v.).

Essa distinção básica leva a duas soluções radicalmente diferentes no plano lexicográfico.

Perspectiva semasiológica

A perspectiva semasiológica fundamenta-se em uma concepção intensional da interpretação semântica do signo linguístico. Isso significa que a paráfrase explanatória almeja representar o “conteúdo de significação” [Bedeutungsinhalt] (BUSSMANN, 2002, s.v. *Intension*), independentemente do mecanismo heurístico (modelo semântico) empregado para tal efeito.

Premissa básica 1: Toda paráfrase explanatória implica sempre um problema de reescrita. “Reescrita” significa glosar o conteúdo de uma unidade léxica.

Premissa básica 2: Toda paráfrase explanatória almeja ser uma equação de equivalência sêmica.

De acordo com isso, pode-se distinguir entre os seguintes tipos de paráfrases explanatórias:

1) Paráfrase explanatória analítica¹²: consiste na reescrita do conteúdo de uma unidade léxica por meio de uma proposição que explicita o mesmo. Exemplo:

etiología (Del gr. *αιτιολογια*). 1. *f. Fil.* Estudio sobre las causas de las cosas. 2. *f. Med.* Estudio de las causas de las enfermedades. (DRAE, 2001)

switch /sw/ tʃ/ n & v. • n. **1 a** a device for making and breaking the connection in an electric circuit. (COD, 1995)

nougat [nuga] n.m. 1. Confiserie à base d’amendres, de sucre et de miel [...]. (DPF, 1989)

2) Paráfrase explanatória sinonímica¹³: consiste na reescrita do conteúdo de uma unidade léxica por meio da substituição dessa unidade por outra. Exemplo:

¹¹ Ou, como diz Casas Gómez (2002, p.50), entre “semântica intensional” e “semântica extensional”, distinção aplicada no presente trabalho.

¹² Chamada também de “definição lógica” (Schlaefer, 2002, p.97), “definição hiponímica” (Bosque, 1982, p.106) e “definição discursiva” (Greimas, 1986, p.73). Este último opõe a “definição lógica”, considerada exaustiva e unívoca, à “definição discursiva”, considerada livre e aproximativa.

¹³ Ver também “Perspectiva onomasiológica” no presente trabalho.

difusão *Nf* ★ [Abstrato de ação] [Compl: **de + nome não animado**]
1 propagação, divulgação. (DUPB, 2002)

dilaceração *Nf* ★ [Abstrato de processo] 1 despedaçamento,
estraçalhamento. (DUPB, 2002)

paraje (De *parar*). m. lugar, sitio. (DRAE, 2001)

Neste ponto, segue-se a tendência atual no tratamento do problema. Ulrich (2002, s.v. *Paraphrase*) considera que um mecanismo parafrástico pode funcionar tanto por meio da substituição de um termo por outro (paráfrase explanatória sinonímica), como por meio da reescrita de uma unidade léxica por um conjunto delas (paráfrase explanatória analítica).

No entanto, não há unanimidade em se considerar a paráfrase explanatória sinonímica como um tipo de definição propriamente parafrástica¹⁴. Por um lado, poder-se-ia objetar que não se fornece uma “explicação” propriamente dita, e sim outra unidade léxica equivalente (sinônimo), de modo que o conteúdo permanece elíptico ao se fornecer uma designação. Ou seja, a sinonímia poderia ser entendida como uma classe de relação onomasiológica (HARTMANN; JAMES, 2001, s.v. *onomasiology*). Há de se levar em conta também a caracterização que Alcaraz Varo e Martinez Linhares (1997, s.v. *definición*) fazem, ao considerar que uma definição “[...] é um discurso [...] metalinguístico caracterizado pela expansão e oposto à denominação¹⁵, que é uma condensação do mesmo.” Dito em outros termos, a definição sinonímica é evidentemente extensional. Do ponto de vista estritamente formal, Martínez de Souza (1995, s.v. *definición lexicográfica*) considera a definição por sinonímia uma definição imprópria em razão da não existência de uma reescrita que exprima o conteúdo da unidade léxica (lema). Embora a literatura especializada, como já se comentou, considere qualquer substituição uma paráfrase, a questão está longe de ser um consenso. Às considerações precedentes, acrescenta-se a aguda distinção proposta por Svensén (1993, p.116), que, embora defina uma paráfrase como a “reescrita de uma palavra” [*rewriting of the name*], reserva o nome de “definições verdadeiras” [*true definitions*] para as paráfrases entendidas como glosas propriamente ditas. Em prol da paráfrase explanatória sinonímica, é prudente levar em conta uma observação de Jackson e Amvela (2000), para quem esse tipo de definição permitiria uma melhor explanação do significado das unidades léxicas abstratas. As paráfrases explanatórias analíticas não ofereceriam soluções explanatórias satisfatórias. A esse respeito cabe salientar que não há estudos sobre modelos para a geração de paráfrases explanatórias que permitam corroborar ou refutar essa afirmação.

¹⁴ Confira, por exemplo, Hammerl (1991, p.34).

¹⁵ “Denominação” corresponde, neste trabalho, à perspectiva onomasiológica.

Perspectiva onomasiológica

A perspectiva onomasiológica fundamenta-se em uma concepção extensional da interpretação semântica do signo linguístico. Isto significa que a um determinado conteúdo sêmico atribui-se uma entidade (fonológica) que o designa.

1) Paráfrase explanatória sinonímica¹⁶. A definição sinonímica pode ser considerada também uma definição extensional se se considera que entre o signo-lema e o sinônimo existe um *tertium comparationis* implícito perante o qual o signo-lema e o sinônimo são duas designações para um mesmo conteúdo. Exemplo: "**groß** nicht adv; intensiv, stark, heftig" (LaTDaF, 2003, s.v.), "**Ap-fel-si-ne** die; -, -n ≈ Orange" (LaTDaF, 2003, s.v).

2) Substituição¹⁷ ostensiva. A substituição ostensiva está ligada ao uso de elementos iconográficos. Nesse tipo de mecanismo de "reescrita", associa-se uma representação iconográfica (uma gravura ou uma fotografia) à designação desse *realia*¹⁸. Abaixo apresentamos um exemplo de DILE (2003, s.v. *raqueta, rasqueta*):



Figura 2 – Exemplo de definição ostensiva

Paráfrase explanatória versus metalinguagem empregada

Seco (2003) estabelece uma distinção clara segundo a paráfrase explanatória seja capaz de exprimir ou representar o conteúdo de um signo (a paráfrase expressa o que o signo é), ou a paráfrase expressa como o signo se emprega¹⁹.

Houve uma tentativa de classificar os signos linguísticos pelo fato de possuírem um significado semântico (um "conteúdo") ou simplesmente

¹⁶ Sobre a possibilidade de considerar a sinonímia uma forma de onomasiologia, ver Casas Gómez (1995).

¹⁷ Também chamada de "definição ostensiva" (Schalefer, 2002, p.82). É óbvio, no entanto, que, em sentido estrito, não se pode falar em "definição" neste caso, mas a designação "paráfrase", empregada ao longo desse trabalho, seria ainda mais aberrante.

¹⁸ Para esse conceito, confira Dubois et al. (1999, s.v. *realia*).

¹⁹ Em função das diferenças que essa distinção traz à tona, Seco (2003) classifica as definições em próprias e impróprias. A nomenclatura empregada, no entanto, é pouco feliz. A impropriedade de algumas definições fundamenta-se na própria natureza do signo linguístico e na sua função, o que depois será comentado.

permitirem estabelecer relações entre uns e outros (seriam signos “sem conteúdo”, ou “relacionais”). Os primeiros foram chamados de “categoremáticos” ou “palavras cheias” (correspondiam aos substantivos, adjetivos e verbos²⁰), enquanto os segundos eram chamados de “sincategoremáticos” ou “palavras estruturais” (as demais categorias). No entanto, essa distinção tem-se revelado insustentável, já que há casos dentre essas palavras qualificadas como “estruturais” (tais como alguns advérbios) onde é perfeitamente possível estabelecer um conteúdo. Lutzeier (1985, p.26) postula a anulação absoluta dessa dicotomia, argumentando que não há dois tipos completamente diferenciados de palavras, e sim, uma tendência mais clara a uma significação léxica ou a uma significação gramatical. De fato, a análise de alguns comentários semânticos de preposições ou conjunções²¹, por exemplo, revela que é possível gerar, em alguns casos, paráfrases explanatórias segundo a distinção feita ao longo desse trabalho.

Por outro lado, é certo também que há unidades léxicas que não se deixam parafrasear segundo esses mesmos princípios. É justamente esse fator que torna a distinção feita por Seco (2003) extremamente prática, se consideramos o “sistema de instruções” que a paráfrase explanatória implica.

Assim, distingue-se entre “metalinguagem do conteúdo” e “metalinguagem do signo”. A não observância dessa distinção e sua representação obscura no verbete levam à confusão e à perda de informação relevante, como já foi constatado no CCLD (2003) (MEDEROS, 1994, p.103).

1) Paráfrase por metalinguagem do conteúdo. Paráfrase explanatória de tipo intensional. Isso significa que a reescrita do signo-lema almeja descrever o “conteúdo da significação” do signo. Exemplo: “**licitazione** [...] s.f. **1**. Offerta di prezzo in una pubblica asta”. (VLI, 1995, s.v.), “**gomina** sustancia que se usa como fijador del cabello” (GDLA, 1996, s.v.).

2) Paráfrase por metalinguagem do signo²². Paráfrase que instrui o usuário sobre como usar, onde aplicar ou que restrições de emprego uma unidade léxica tem. Essas precisões permitem estabelecer a seguinte subclassificação:

2.1) Paráfrase por indicação de uso. Nesse tipo de paráfrase, são fornecidas instruções que permitem saber as particularidades da função de um signo ou as suas condições de uso em relação a outros signos. Exemplo:

²⁰ Segundo Rey-Debove (1967), por exemplo, alguns advérbios também corresponderiam a essa categoria.

²¹ Cf. *ya* em DRAE (2001, s.v., acs. 1 e 2).

²² Corresponde à “definição por função” e à “definição por metalinguagem” propostas por Schlaefler (2002, p.98). Rey-Debove (1967, p.155) chama esse tipo de definição de “relacional” [*relationnelle*].

podenquero. 1. m. Entre cazadores, hombre que cuida o tiene a su cargo los podencos (DRAE, 2001).

repeloso, sa. 1. adj. Dicho de la madera: Que al labrarla levanta pelos o repelo. (DRAE, 2001, grifo nosso).

2.2) Paráfrase por metalinguagem do signo extensional. A paráfrase assinala as unidades extralinguísticas às quais o signo-lema se aplica. Exemplo:

Sweets are small sweet things such as toffees, chocolates, and mints (CCLD, 2003, s.v. *sweet*, ac. 2).

paquidermo (Del gr. *Παύς*, grueso, y *-dermo*). Adj. *Zool.* Se dice de los mamíferos artiodáctilos, omnívoros o herbívoros, de piel muy gruesa; p. ej., el jabalí y el hipopótamo. (DRAE, 2001).

Na opinião de Svensén (1993, p.123), esse tipo de definição “[...] acontece às vezes [sc. nos dicionários gerais], sendo mais frequente nos dicionários terminológicos e técnicos.” No entanto, a sua presença é muito maior do que parece, não somente porque é consubstancial a algumas classes de palavras (as interjeições e o artigo²³, por exemplo), mas também a muitas unidades nominais. O exemplo de *cobra* é um entre muitos outros. A distinção proposta por Demonte (1999) entre classificar os adjetivos qualificativos (os que comportam uma única qualidade) e relacionais (os que denotam um complexo de qualidades), tais como médico, são um exemplo de um viés extensional profusamente empregado pela própria língua. Coseriu (1991) também comenta a esse respeito que parte do léxico da língua contém amplos conjuntos de unidades léxicas que são unicamente designativas. É fundamental enfatizar que o tipo de extensionalidade tratado aqui não corresponde conceitualmente de forma total ao conceito de extensionalidade proposto pela semântica prototípica²⁴, sobretudo, nas suas consequências para o *pattern* sintático das paráfrases explanatórias.

Outros tipos de paráfrases

A literatura especializada (BOSQUE, 1982; SCHLAEFER, 2002) oferece uma relação bastante extensa e heterogênea de tipos de definições que não são possíveis de classificar segundo os critérios expostos nesse trabalho. No entanto, esses procedimentos parafrásticos são empregados de forma mais ou menos recorrente nos dicionários. Em alguns casos, tais como a “paráfrase explanatória antonímica”, dita opção parece obedecer à dificuldade que significa definir uma entidade que apresenta uma relação de contraste sêmico equipolente.

²³ Para uma visão do artigo como sistema de instruções, ver Bugueño Miranda (2003).

²⁴ Confira, por exemplo, Geeraerts (2001, p.13).

Na medida em que as teorias semânticas ofereçam subsídios maiores para entender muitos fenômenos da linguagem (como o já citado caso da antonímia ou as relações meronímicas), será possível, talvez, enquadrar esses fenômenos dentro de parâmetros de classificação melhor articulados. Citam-se a seguir alguns tipos:

1) Paráfrase meronímica²⁵. Estabelece uma relação entre uma parte e o todo. Esse tipo de definição viola a segunda premissa básica da classificação aqui proposta. Segundo Svensén (1993, p.124), esse tipo de paráfrase faria parte das definições extensionais. Uma percepção tão oposta na classificação deve-se a um problema de perspectiva. De fato, muitas meronímias são metonímias²⁶. Uma nova metonímia, evidentemente, é uma nova designação para um conteúdo já existente. No entanto, deve-se considerar também até que ponto essa nova associação é sentida como metonímica, ou já como um signo totalmente autônomo de qualquer motivação²⁷. Exemplo:

finger /fɪŋɡe/ (**fingers, fingering, fingered**) 1 Your **fingers** are the four long thin parts at the end of each hand. (CCLD, 2003).

pluma .(Del lat. pluma). 1. f. Cada una de las piezas de que está cubierto el cuerpo de las aves. Consta de un tubo o cañón inserto en la piel y de un astil guarnecido de barbillas. 2. f. Conjunto de plumas. Un colchón de pluma. 3. f. pluma de ave que, cortada convenientemente en la extremidad del cañón, servía para escribir. 4. f. Instrumento de metal, semejante al pico de la pluma de ave cortada para escribir, que sirve para el mismo efecto colocado en un mango de madera, hueso u otra materia. 5. f. pluma estilográfica. 6. f. Instrumento con que se escribe, en forma de pluma. 7. f. Habilidad o destreza caligráfica. 8. f. Escritor, autor de libros u otros escritos. Miguel es la mejor pluma de su tiempo. 9. f. Estilo o manera de escribir. Tal obra se escribió con pluma elocuente, hábil, torpe, benévola, mordaz. 10. f. Profesión o ministerio del escritor. José mancha o vende su pluma. 11. f. pluma preparada para servir de adorno. 12. f. Adorno hecho de plumas. 13. f. pluma artificial hecha a imitación de la verdadera. 14. f. Cada una de las virutas que se sacan al tornear. 15. f. Mástil de una grúa. 16. f. coloq. Ventosidad, pedo. 17. f. coloq. Afeminamiento en el habla o los gestos de un varón. Está muy claro que tiene pluma. 18. f. Col., E. Cuba, Pan. y P. Rico. grifo (|| llave para regular el paso de los líquidos). 19. f. El Salv. y Méx. Barrera que se coloca en lugares públicos para que los vehículos pasen de uno en uno y sea más fácil su control. 20. f. coloq. El Salv. calumnia (|| acusación falsa). 21. f. germ. Remo de bogar o remar. (DRAE, 2001).

²⁵ Bosque (1982, p.107) chama esse tipo de definição de “metonímica”.

²⁶ Confira, por exemplo, Bosque (1982).

²⁷ Um bom exemplo é o empréstimo *mouse*, “dispositivo que permite mover o cursor na tela do computador”.

2) Paráfrase explanatória antonímica. Estabelece uma relação de oposição semântica²⁸ com respeito à unidade léxica definida²⁹. Exemplo: “**insalubre** adj. que no es salubre” (DLC, 1994, s.v.).

3) Paráfrase explanatória serial. Estabelece uma relação entre uma unidade e outras para conformar com elas uma série da qual é um membro. Exemplo: “**martes** segundo día de la semana entre el lunes y el miércoles” (DSLE, 1996, s.v.).

4) Paráfrase explanatória mista³⁰. Estabelece uma relação entre o sistema semiótico da linguagem e outros sistemas semióticos (por exemplo, os números ou as letras). Exemplo: “**y² sm** segunda incógnita” (Mi, 1998, s.v.).

5) Paráfrase explanatória estipulativa. Esse tipo de paráfrase almeja estabelecer um consenso normativo em relação ao emprego de uma unidade léxica. Exemplo:

álgido,-a (*medicina*) Acompañado de frío intenso en el cuerpo: ‘Fiebre álgida. Período álgido’. (Como esto suele ocurrir en el período agudo de una enfermedad, la palabra ha pasado a emplearse impropriamente en el lenguaje vulgar, incluso de los médicos, como equivalente de «culminante» o «máximo» aplicada a cualquier clase de circunstancias, incluso a las que implican excitación o acaloramiento. (DUE, 1990).

6) Paráfrase explanatória operacional. Nesse tipo de definição, não existe representação do conteúdo da unidade léxica, mas são oferecidas regras para o emprego “situacional” da entidade denotada pelo signo linguístico³¹. Exemplo: “**finesse** /fines/ If you do something with **finesse**, you do it with great skill and style” (CCLD, 2003, s.v.).

7) Paráfrase explanatória taxonômica. Na definição taxonômica, oferece-se no lado direito da equação semântica a designação da unidade léxica lematizada de acordo com uma classificação terminológica. Segundo Thumb (2004, p.27), nesse tipo de paráfrase explanatória, oferece-se junto à classificação terminológica, uma descrição física do referente. Essa relação está mais unida à natureza da entidade

²⁸ Em Schlaefer (2002, p.89), menciona-se a possibilidade de empregar antônimos propriamente ditos. Nesse caso concreto, não se poderia falar, seguindo a proposta de Zófgén (1994), de uma técnica explanatória em rigor, já que não aconteceria o princípio da equação sêmica (premissa básica 1). No entanto, não foi possível documentar essa opção lexicográfica, chamada por Rey-Debove (1967, p.153) de “definição substancial negativa” [*définition substantielle négative*].

²⁹ Sobre a complexidade das relações antonímicas, confira Schifko (1992).

³⁰ Knobloch (1986, s.v. *Definition*) chama esse tipo de definição de “simbólica”.

³¹ Constata-se, nas obras de referência, uma disparidade conceitual sobre esse tipo de definição. A definição de “definição operacional” fornecida por Knobloch (1986, s.v.) não tem relação com a proposta por Bußmann (2002, s.v.), por exemplo.

léxica definida do que a uma decisão metodológica. Exemplo: “**higo** (...) **3.** *Higo mata* (*Ficus pedifolia*)” (DEUM, 1996, s.v.).

8) Paráfrase explanatória morfossemântica. É uma paráfrase decomposicional. Apresenta os seguintes subtipos:

8.1.) Paráfrase morfossemântica etimológica. A paráfrase explicita a condição derivacional do signo-lema em relação a um elemento primitivo. Exemplo: “**mirtino, na.** (Del lat. *myrtinus*, y este del gr. μύρτινος). **1.** adj. De mirto.” (DRAE, 2001, s.v.).

8.2.) Paráfrase por derivação morfossemântica decomposicional. A paráfrase explanatória segmenta um composto nas suas formas primitivas. Exemplo: “**Begriffsumfang**, der: Weite, Umfang eines Begriffs” (DGWdS, 1976, s.v.).

Para o caso específico do alemão, Hammerl (1991, p.25-26) chama a atenção para o fato de se estabelecer uma distinção entre compostos “exocêntricos” e compostos “endocêntricos”. No primeiro caso, uma reescrita parafrástica é necessária, já que a significação não pode ser obtida pela simples decomposição, como, por exemplo, em *Milchmann*. No segundo tipo isso é possível.

Conclusões

A taxonomia proposta demonstra que é possível ter parâmetros teórico-metodológicos que orientem a redação das paráfrases explanatórias segundo o que se almeje apresentar como informação na equação com o signo-lema. No entanto, revela também que há tipos de paráfrases explanatórias (algumas muito empregadas nos dicionários) que não são passíveis de serem enquadradas nos parâmetros propostos. Isso leva a se questionar se esses tipos de paráfrase são, necessariamente, produto de uma falta de sistematicidade na sua redação ou se constituem um sinal da natureza ainda mais complexa do signo linguístico, para a qual a literatura especializada sobre semântica e lexicologia ainda não oferece modelos de interpretação.

BUGUEÑO MIRANDA, F. A taxonomy of explanatory paraphrases. *Alfa*, São Paulo, v.53, n.1, p.243-260, 2009.

- **ABSTRACT:** *The definition of words is the primary type of information searched for in a dictionary. Given the complex variety of information included in the headword, the nature of the lexicographic definition is discussed and it is claimed that the term “definition” should be substituted for the term “explanatory paraphrase”. Our goal is to establish an exploratory taxonomy of explanatory paraphrase. The following basic parameters are employed so as to obtain this taxonomy: (a) the communicative act perspective (decoding x encoding language), and (b) the explanatory paraphrase metalanguage. In addition to these two types of explanatory paraphrase, it is also offered other types of paraphrases commonly found in dictionaries.*

- **KEYWORDS:** *Definition. Paraphrase. Metalanguage.*

REFERÊNCIAS

ABRAHAM, W. *Terminologie der neueren Linguistik*. Tübingen: Max Niemeyer, 1988.

ALBRECHT, J. Fünf Thesen zur Kognitiven Semantik. In: HOINKES, U; DIETRICH, W. (Hrsgn.). *Kaleidoskop der lexikalischen Semantik*. Tübingen: Narr, 1997. p.19-39.

ALCARAZ VARO, E., MARTÍNEZ LINARES, M. A. *Diccionario de lingüística moderna*. Barcelona: Ariel, 1997.

BALDINGER, K. Alphabetisches oder egrifflich gegliedertes Wörterbuch? In: ZGUSTA, L. (Hrsg.). *Probleme des Wörterbuchs*. Darmstadt: WBG, 1985. p.40-57.

_____. *Teoría semántica: hacia una semántica moderna*. 2.ed. Madrid: Alcalá, 1977.

BENEDUZI, R.; BUGUEÑO MIRANDA, F. V.; FARIAS, V. Avanços na redação de um dicionário de falsos amigos. *Lusorama*, Frankfurt am Main, n.61/62, p.195-219, 2005.

BOSQUE, I. Sobre la teoría de la definición lexicográfica. *Verba*, Santiago de Compostela, n.9, p.105-123, 1982.

BUGUEÑO MIRANDA, F. Consideraciones para un nuevo diccionario de falsos amigos español portugués. *Polifonia*, Cuiabá, n.6, p.103-127, 2003.

BUBMANN, H. *Lexikon der Sprachwissenschaft*. 2.ed. Stuttgart: Kröner, 2002.

CASAS GÓMEZ, M. *Los niveles del significar*. Cádiz: Servicio de publicaciones de la Universidad de Cádiz, 2002.

_____. Implicaciones léxicas de los niveles de significar. In: HOINKS, U. (Hrsg.). *Panorama der lexikalischen Semantik*. Thematische Festschrift aus Anlaß des 60: Geburtstags von Horst Geckeler. Tübingen: Narr, 1995. p.101-112.

COSERIU, E. *Principios de semántica estructural*. Madrid: Gredos, 1991.

DEMONTE, V. El adjetivo: clases y usos: la posición del adjetivo en el sintagma nominal. In: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. (Org.). *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa-Calpe, 1999. p.129-217.

DUBOIS, J. et al. *Dictionnaire de linguistique et des sciences du langage*. 3.ed. Paris: Larousse, 1999.

GEERAERTS, D. Meaning and definition. In: VAN STERKENBURG, P. (Ed.). *A*

- practical guide to lexicography*. Amsterdam: John Benjamins, 2003. p.83-93.
- _____. The definitional practice of dictionaries and the cognitive semantic conception of polysemy. *Lexicographica*, Tübingen, n.17, p.6-21, 2001.
- GLÜCK, H. (Hrsg.). *Metzler Lexikon Sprache*. Stuttgart: Metzler, 2005.
- GREIMAS, A. *Sémantique structurale: recherche de méthode*. Paris: PUF, 1986.
- HAENSCH, G. et al. *La lexicografía: de la lingüística teórica a la lexicografía practica*. Madrid: Gredos, 1982.
- HAMMERL, R. Methodologische und methodische Probleme der Erstellung von Definitionsfolgen und Lexemnetzen. In: SAMBOR, J.; HAMMERL, R. (Ed.). *Definitionsfolgen und Lexemnetze*. Lüdenscheidt: RAM, 1991. p.13-37.
- HARTMANN, R. R. K. *Teaching and Resarching Lexicography*. London: Longman, 2001.
- HARTMANN, R. R. K.; JAMES, G. *Dictionary of lexicography*. 2.ed. London: Routledge, 2001.
- HERBST, T.; KLOTZ, M. *Lexikographie*. Paderborn: Ferdinand Schöningh, 2003.
- JACKSON, H. *Lexicography: an introduction*. London: Routledge, 2002.
- JACKSON, H.; AMVELA, E. Z. *Words, meaning and vocabulary: an introduction to modern english lexicology*. London: Casell, 2000.
- KNOBLOCH, J. (Hrsg.). *Sprachwissenschaftliches Wörterbuch*. Heidelberg: Carl Winter, 1986.
- LEWANDOWSKI, T. *Linguistisches Wörterbuch*. Heidelberg: Quelle & Meyer, 1979.
- LUTZEIER, P. R. *Linguistische Semantik*. Stuttgart: Metzler, 1985.
- MARTÍN-MINGORANCE, L. La lexicografía onomasiológica. In: HERNÁNDEZ, H. *Aspectos de lexicografía contemporánea*. Barcelona: Bibliograf, 1994. p.15-28.
- MARTÍNEZ DE SOUZA, J. *Diccionario de lexicografía práctica*. Barcelona: Bibliograf, 1995.
- MEDEROS, H. A propósito de la definición lexicográfica. In: HERNÁNDEZ, H. *Aspectos de lexicografía contemporánea*. Barcelona: Bibliograf, 1994. p.95-106.
- REY-DEBOVE, J. La définition lexicographique: bases d'une typologie formelle. *Travaux de Linguistique et Littérature*, Strassbourg, v.1, n.5, p.141-159, 1967.
- SECO, M. *Estudios de lexicografía española*. 2.ed. Madrid: Gredos, 2003.

SCHIFKO, P. Spanisch: Lexikologie und Semantik. In: HOLTUS, G.; MERZERLT, M.; SCHIMMIT, C. (Hrsg.). *Lexikon der romanistischen Linguistik*. Tübingen: Niemeyer, 1992. p. 132-148.

SCHLAEFER, M. *Lexikologie und Lexikographie*. Berlin: Erich Schmidt, 2002.

SVENSEN, B. *Practical lexicography: principles and methods of dictionary-making*. Oxford: Oxford University, 1993.

THUMB, J. *Dictionary look-up strategies and the bilingualised learner's dictionary*. Tübingen: Niemeyer, 2004.

ULRICH, W. *Wörterbuch linguistischer Begriffe*. 5.ed. Stuttgart: Gebrüder Bomtraeger, 2002.

WELKER, H. A. *Dicionários: uma pequena introdução à lexicografia*. 2.ed. Brasília: Thesaurus, 2004.

WIEGAND, H. E. Der Begriff der Mikrostruktur: Geschichte, Probleme, Perspektiven. In: HAUSMANN, F. J. et al. (Hrsgn.). *Wörterbücher, Dictionaries, Dictionnaires: Ein internationales Handbuch zur Lexikographie*. Berlin: Walter de Gruyter, 1989a. v.1, p.409-462.

_____. Die lexikographische Definition im allgemeinen einsprachigen Wörterbuch. In: HAUSMANN, F. J. et al. (Hrsgn.) *Wörterbücher, Dictionaries, Dictionnaires: Ein internationales Handbuch zur Lexikographie*. Berlin: Walter de Gruyter, 1989b. v.1, p.530-588.

ZÖFGEN, E. *Lernwörterbücher in theorie und praxis*. Tübingen: Niemeyer, 1994.

REFERÊNCIAS LEXICOGRÁFICAS

[Au]. FERREIRA, A. B. de H. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

[CCLD]. COLLINS Cobuild Advanced Learner's Dictionary. Glasgow: HarperCollins, 2003.

[CcLD]. COLLINS Cobuild learner's dictionary. Concise edition. Glasgow: HarperCollins, 2003.

[COD]. THE CONCISE Oxford dictionary. Oxford: OUP, 1995.

[DEUM]. LARA, L. F. (Dir.). *Diccionario del español usual en México*. Cidade do México: El Colegio de México, 1996.

[DGWdS]. *DUDEN* Grosses Wörterbuch der deutschen Sprache. Mannheim:

Bibliographisches Institut, 1976.

[DILE]. DICCIONARIO ilustrado de la lengua española. Santiago de Chile: Zig-Zag, 2003.

[DLC]. OROZ, R. *Diccionario de la lengua castellana*. Santiago: Universitaria, 1994.

[DPF]. DICTIONNAIRE pratique du français. Berlin: Langenscheidt; Hachette, 1989.

[DRAE]. REAL ACADEMIA ESPAÑOLA (Madrid). *Diccionario de la Lengua Española*. Madrid: Espasa-Calpe, 2001.

[DSLE]. GUTIÉRREZ CUADRADO, J. *Diccionario Salamanca de la lengua española*. Madrid: Santillana, 1996.

[DUE]. MOLINER, M. *Diccionario de uso del español*. Madrid: Gredos, 1990.

[DUPB]. BORBA, F. da S. *Dicionário de usos do português do Brasil*. São Paulo: Ática, 2002.

[GDLA]. GRAN diccionario de la lengua española. Barcelona: Larousse Planeta, 1996

[Hou]. HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S.; FRANCO, F. M. de M. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Objetiva: Rio de Janeiro, 2001.

[LaTDaF]. LANGENSCHIEDT Taschenwörterbuch Deutsch als Fremdsprache. Berlin: Langenscheidt, 2003.

[Mi] MICHAELIS, H. *Michaelis: moderno dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1998.

[PRob]. ROBERT, P. (Dir.). *Le Petit Robert: dictionnaire de la langue française*. Paris: Édition Le Robert, 1993.

[VLI]. ZINGARELLI, N. *Vocabolario della lingua italiana*. Bologna: Zanichelli, 1995.

Recebido em setembro de 2008.

Aprovado em novembro de 2008.

TEORIAS SEMÂNTICAS E A IMPLICITAÇÃO NA LÍNGUA(GEM)

Érika de MORAES¹

- RESUMO: Este artigo trata da questão da implicitação na linguagem. Faz-se uma revisão do estudo de Oswald Ducrot, especialmente a respeito da pressuposição, bem como das críticas de Paul Henry e Michel Pêcheux a Oswald Ducrot, que deram origem à concepção discursiva da pressuposição, reformulada na noção de pré-construído. Defendemos a pertinência de um diálogo entre a teoria de Ducrot e as concepções da Análise do Discurso de linha francesa, desde que sejam feitos deslocamentos teóricos que permitam uma concepção interdiscursiva da implicitação na linguagem.
- PALAVRAS-CHAVE: Semântica. Análise do discurso. Pressuposição. Pré-construído. Interdiscurso.

Introdução

Este artigo tem como propósito discorrer sobre a questão da implicitação na língua(gem). Serão enfatizadas as concepções de Oswald Ducrot – e a questão da implicitação em sua concepção argumentativa da Língua – e daqueles autores considerados fundadores da Análise do Discurso Francesa, sobretudo Michel Pêcheux e Paul Henry. Assim, levar-se-á em conta a visão discursiva da implicitação, que implica uma redefinição do conceito de pressuposição por meio da noção de pré-construído e seu forte vínculo com a interdiscursividade.

A opção por este tema advém do fato de o escopo da pressuposição constituir um espaço que, possivelmente, ainda reserva descobertas para a pesquisa semântica. Além de relevante para a teoria linguística, consideramos que a melhor compreensão dos níveis implícitos nos discursos em circulação (sejam entendidos como pressuposições ou pré-construídos) é fundamental para a formação do bom leitor em geral, que terá melhor conhecimento de causa sobre os níveis mais profundos (por isso, menos evidentes) de um texto e/ou discurso, sem se limitar ao aparente, ao visível.

¹ Doutora em Linguística. UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem – Pós-Graduação em Linguística. Campinas – SP – Brasil. 13083-970. USC – Universidade do Sagrado Coração. Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas. Bauru – SP – Brasil. 17011-160 – erikademoraes@hotmail.com

Iniciamos o estudo do tema em 1999, com um trabalho² sobre o funcionamento de implícitos contidos na formulação de entrevistas jornalísticas, no qual analisamos fragmentos de entrevistas publicados na edição especial *Veja 30 anos*, parte integrante da revista *Veja* (Editora Abril), ano 31, n.º 42 (de 21/10/1998). Na ocasião, centramo-nos, basicamente, na teoria semântica de Ducrot. Já no presente artigo, procuramos esmiuçar melhor a questão a partir de outros autores. Opta-se pelos autores supracitados porque, embora sob respaldos teóricos distintos, distanciam-se de uma visão que busque estabelecer um valor de verdade/falsidade na relação língua/mundo. Como explicita Malidier (2003, p.35):

Ducrot, de um lado, Paul Henry e Michel Pêcheux, de outro, se opunham sobre questões fundamentais do sentido e do sujeito. Em sua empresa de colocar, no terreno linguístico, a questão do lógico Frege sobre a pressuposição, Ducrot tocava um ponto essencial para o discurso. Vista na perspectiva da lógica, a questão da pressuposição toca a imperfeição das línguas naturais em sua relação com o referente: certas construções autorizadas pela sintaxe das línguas “pressupõem” a existência de um referente, independentemente da asserção de um sujeito.

Com base no rompimento com uma visão “logicista” do funcionamento da linguagem, como veremos por meio da proposta de uma concepção discursiva, ficará evidente que tratar da pressuposição/implicação, além de representar uma forma de discorrer sobre questões de sentido, é também uma maneira de refletir sobre a questão do sujeito.

Para situar o quadro teórico, vale dizer que, no que se refere à classificação de uma semântica como “referencialista” ou “não-referencialista” (ou seja, quanto a que posição as teorias assumem em relação ao fato de que a língua fala de alguma coisa exterior à própria estrutura do sistema linguístico), Ducrot é considerado um autor “referencialista fraco”. Para Ducrot (1989), o referente, à moda de Frege (1892) (objeto em si, exterior à linguagem), é indizível: ao falar de um objeto, atribuímos-lhe um estatuto de existência, o que não significa negar o mundo real, mas sim considerá-lo intangível pela linguagem. O estatuto do referente é considerado interno ao próprio discurso: falo do mundo, mas daquele mundo construído pelo discurso. A existência daquilo a que me refiro, portanto, não é física, mas discursiva (construída pelo discurso).

Já para Pêcheux (1997, p.98) e os analistas de discurso, a pressuposição de existência caracterizaria um efeito de pré-construído, que representaria a existência num discurso anterior. O exemplo dado pelo autor, “Aquele que salvou

² Artigo publicado pelas Coleções Faac (Unesp/Bauri), em 2005, redigido com base em trabalho originalmente apresentado à disciplina “Semântica Argumentativa”, ministrada pela Prof.ª Dr.ª Mônica Graciela Zoppi Fontana, no Curso de Pós-Graduação em Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp, no 2º semestre de 1999.

o mundo morrendo na cruz nunca existiu”, mostra que o discurso retoma um discurso anterior sobre a existência de Cristo, existência pressuposta nesse outro discurso, o que não precisa coincidir com uma existência real de seu referente. A Análise do Discurso (doravante, AD) é um exemplo de teoria não-referencialista: constrói-se o sentido de X a partir das condições de produção em que X aparece. Apesar das diferenças, as hipóteses de Ducrot dão abertura a teorias do texto ou do discurso.

A pressuposição: uma incógnita que sempre retorna

A questão da pressuposição surge basicamente com Frege (1978), para quem as línguas teriam um defeito que “atrapalharia” a expressão do conhecimento em termos de verdade. Para o filósofo, a própria sintaxe das línguas, e não apenas o léxico, é tal que permite criar um mundo de ficção, cuja existência não é real, mas apenas linguística.

O projeto de Frege, portanto, alia-se ao empenho de constituir uma “conceitografia” (*Begriffsschrift*) destinada a remediar as “imperfeições da linguagem natural” (*Sprache*), referindo-se, com Leibniz, à “[...] ideia de que basta ter uma boa linguagem para que não seja mais possível dizer ou escrever algo que não seja bem pensado e, portanto, suscetível de ser reconhecido como verdadeiro ou falso” (HENRY, 1992, p.62). Para Frege (1978), conhecimento e ilusão se misturam apenas na e pela linguagem, já que os mesmos recursos da língua que possibilitam a ficção permitem, também, a demagogia e, ainda, o erro e a ilusão. Frege propõe a distinção, além do sentido e da referência, de um terceiro elemento, a que chama de representação, que é a “forma subjetiva individual da significação” (HENRY, 1992, p.65), elemento este concebido como de natureza psicológica.

Henry (1992, p.14) considera que, mesmo que a formulação original de Frege não seja mais aceitável, a questão permanece, porém de maneira deslocada: não mais se trata “[...] das relações entre o conhecimento e a ilusão na linguagem, mas daquelas entre a semântica e a sintaxe na gramática, entre a língua e o discurso na linguagem.” Henry (1992, p.15) percebe que a questão do sentido faz retornar a do sujeito e, ao mesmo tempo, faz aflorar uma contradição fundamental já articulada por Saussure “[...] com as oposições da língua e da fala, do coletivo e do individual, do social e do psicológico, do essencial e do acessório, do homogêneo e do heterogêneo.” O autor lembra que essa contradição fundamental é parte integrante do corte saussureano, que sancionou *a posteriori* o advento da “cientificidade da Linguística”.

Henry (1992) lembra que, do ponto de vista linguístico, a pressuposição esteve sempre estreitamente ligada à teoria da gramática. Distingue duas correntes

nos trabalhos linguísticos sobre a pressuposição: uma corrente estruturalista, representada por Ducrot, e uma corrente transformacionista (Harris e Chomsky). As duas correntes se distinguem pelo lugar atribuído à teoria da gramática. Apesar das diferenças que subjazem essas duas correntes, em ambas “[...] o que está em questão é o que se apresenta sob o aspecto das relações da linguagem e da subjetividade com seus corolários, crenças, opiniões, convicções, etc.” (HENRY, 1992, p.39). Henry adianta a conclusão a que chegará:

A mudança de perspectiva teórica que deveria permitir a saída dessa dificuldade deve visar o que recobrem as noções de subjetividade, de crença ou de opinião na sua relação com a linguagem, isto é, o que depende de uma teoria do efeito sujeito e dos efeitos ideológicos.

Ainda que Chomsky – segundo Henry (1992, p.50) – reconheça, mesmo implicitamente, que “[...] sua concepção da gramática abre lugar para um externo à língua na linguagem, para alguma coisa que escaparia à universalidade que fundaria a competência linguística através da universalidade dos princípios gerais sobre os quais repousariam as regras da gramática”, sua teoria relaciona esse “externo à língua na linguagem” a “opiniões, convicções, crenças etc. que cada sujeito pode partilhar ou não” (HENRY, 1992, p.52). Nisso, Henry (1992, p.52) denuncia a concepção de “um sujeito fonte de comportamento, de conduta, de escolha, de decisões”.

Quanto a Ducrot, Henry (1992, p.59) acredita que nele se encontra uma noção de pressuposição mais diretamente interpretável, o que constituiria uma “vantagem” por dar a “[...] ilusão de que se trata de alguma coisa de muito mais concreto e, portanto, mais real, mas que pode, evidentemente, ser também uma armadilha.”

O ponto de partida de Ducrot para a elaboração da noção é o domínio da filosofia da linguagem (Frege, Strawson), embora vá se afastar desse campo. Henry considera ampla demais uma das primeiras definições de Ducrot sobre a pressuposição (“[...] as representações necessárias ao ouvinte para que o enunciado integre-se a uma comunicação normal.” (DUCROT apud HENRY, 1992, p.61). Caminha-se daí para “[...] uma nova definição que deixa de fazer dos pressupostos condições de emprego normal de um enunciado para transformá-los em elementos do seu conteúdo que têm um modo de apresentação específico, ligado ao seu comportamento na negação.” (HENRY, 1992, p.61). Henry (1992, p.62) aponta que essa passagem é “[...] acompanhada de uma dissociação completa entre referência e pressuposição, operada também, evidentemente, sobre o terreno da interpretação.”

Para Henry, a questão da pressuposição condensa outras duas questões: a) a da relação entre objeto real e objeto de conhecimento (no exercício de uma

ciência particular, a Linguística) e b) a questão das modalidades de intervenção da linguagem no processo de produção-reprodução de conhecimentos (reformulação da questão de Frege). O autor considera que a questão (a) reduplica-se na questão (b) (pois, para esta ser abordada de um ponto de vista linguístico, é preciso considerar a Linguística) e, simultaneamente, a questão (b) faz parte da questão (a). Por essas razões, Henry consagra uma parte de seu trabalho a uma confrontação dos trabalhos linguísticos sobre a pressuposição, o que implica a desconstrução da própria noção de pressuposição, pois percebe a falta de uma “teoria do sujeito” e de uma “teoria do sentido”, a fim de “[...] controlar o retorno sob diversas formas, com dominâncias empíricas ou idealistas, da ideologia da transparência da linguagem na prática da Linguística.” (HENRY, 1992, p.29).

Antes de expor as conclusões que darão origem à Teoria do Discurso, é válido rever, resumidamente, o percurso de Oswald Ducrot, para, em seguida, retomar o raciocínio crítico de Paul Henry.

Oswald Ducrot e o quadro teórico da pressuposição

Maldidier (2003, p.35) explica que Ducrot propõe para a questão da pressuposição uma interpretação que se pode qualificar de lógico-pragmática, que

[...] conjuga uma certa leitura de Frege com as contribuições da filosofia anglo-saxã, em particular Strawson. As pressuposições definem o quadro no qual se deve desenvolver o diálogo. Elas se situam, no fio da reflexão de Ducrot, entre os atos ilocucionários pelos quais um sujeito da enunciação, jogando relações de força instituídas pelo jogo da língua, arma uma cilada para o destinatário de seu discurso. Elas se integram em suma em uma teoria dos atos de linguagem.

Vale ressaltar que, para Ducrot, mais importante que a referência é a argumentatividade, ou a possibilidade de encadeamento dos enunciados, seu direcionamento argumentativo. Para o autor, a dimensão argumentativa é constitutiva da língua, já a informativa é derivada, secundária. Como, para Ducrot, a apreensão do sentido passa pelo encadeamento argumentativo, este autor considera que o pressuposto fornece o quadro do discurso a partir do qual se argumenta. Pode-se considerar que o pressuposto obriga o interlocutor a aceitar o quadro do discurso por ele imposto.

Num primeiro momento, Ducrot definiu a existência de dois tipos de implícitos: o primeiro, fundamentado no conteúdo do enunciado, nível do já-produzido (do tipo pressuposto); enquanto um segundo tipo jogaria com a enunciação, vindo de fora, das circunstâncias (do tipo subentendido). Na frase “Pedro parou de

fumar”, na qual é posto que o sujeito da oração “não fuma agora, no momento de enunciação da frase”, existe o pressuposto de que “Pedro fumava anteriormente”. Segundo Ducrot (1987, p. 31), o pressuposto pode ser recuperado no componente linguístico, que trata do “[...] próprio enunciado, sem considerar suas condições de ocorrência.” Já o subentendido, de acordo com uma primeira definição de Ducrot (1987, p. 31), dependeria da avaliação do componente retórico, que “leva em conta as circunstâncias da enunciação”. Uma vez dita (a um fumante, em especial), a frase acima poderia conter subentendidos do seguinte tipo: a) Com um pouco de coragem, pode-se conseguir parar de fumar; b) Pedro tem mais força de vontade (que você); c) Parar de fumar é um ato de força de vontade. Ducrot caracteriza o pressuposto como tendo um “estatuto particular”, fazendo parte da significação da frase e tendo de ser explicado linguisticamente.

O posto é o que afirmo, enquanto locutor, o subentendido é o que deixo meu ouvinte concluir, enquanto o pressuposto é o que apresento como pertencendo ao domínio comum das duas personagens do diálogo, como objeto de uma cumplicidade fundamental que liga entre si os participantes do ato de comunicação. (DUCROT, 1984, p.20, grifo nosso).

A teoria dos pressupostos e subentendidos é revista no segundo capítulo de *O dizer e o dito* (1984). Nesse reexame, Ducrot (1987, p.32) conclui que o subentendido também “[...] depende do próprio enunciado: pertence ao sentido sem estar antecipado ou prefigurado na significação.” Considera agora que os critérios de negação e interrogação tenham aplicabilidade muito restrita, levando-o a atribuir maior importância a outro critério, o do encadeamento. O autor explica: “Se uma frase pressupõe X, e um enunciado dessa frase é utilizado em um encadeamento discursivo, por exemplo, quando se argumenta a partir dele, encadeia-se com o que é posto e não com o que é pressuposto.” (DUCROT, 1987, p.37). Os pressupostos dos enunciados seriam, segundo essa nova concepção, certas “indicações” trazidas pelo enunciado, que se dão “à margem da linha argumentativa do discurso”, (DUCROT, 1987, p.38) a partir das quais o enunciador não quer – ou faz como se não quisesse – fazer recair o encadeamento. Por isso, o encadeamento com o pressuposto seria sempre para refutar o que foi dito pelo locutor.

Para Ducrot (1987, p.42), o pressuposto passa, então, a ser a pretensão de “[...] obrigar o destinatário, por minha fala, a admitir (o pressuposto) X, sem por isso dar-lhe o direito de prosseguir o diálogo a propósito de X.” E o subentendido, “[...] ao contrário, diz respeito à maneira pela qual esse sentido é manifestado, o processo, ao término do qual deve-se descobrir a imagem que pretendo lhe dar de minha fala.” Para que o ouvinte descubra o subentendido seria necessário um raciocínio, fundado não somente no enunciado, mas também na enunciação, ou

seja, no fato de que o enunciado é utilizado em um momento determinado em circunstâncias específicas. Tal raciocínio poderia se formular da seguinte forma: “se alguém julga que é adequado dizer isso, é porque pensa aquilo”.

O percurso teórico de Ducrot caminha para uma Teoria Polifônica da Linguagem. A pressuposição, para esse autor, passa então a consistir em um processo que apresenta dois “enunciadores”, sendo que o primeiro (E1) é responsável pelo pressuposto e o segundo (E2) é responsável pelo posto. E2 poderia ser assimilado ao “Locutor” (L), enquanto E1 se assimilaria a uma “opinião pública” ou a uma espécie de “voz consensual geral”. Uma crítica a Ducrot, feita por J. Authier-Revuz (1990), é que, na teoria polifônica, embora haja multiplicidade, não há descentramento que caracterize a heterogeneidade constitutiva da linguagem e do sujeito. Por outro lado, por hipótese, pode ser que, apesar de Ducrot não ter evidenciado o descentramento, essa questão não esteja excluída de sua teoria, embora não esteja explicitada. Seria necessário, contudo, deslocar suas noções para uma abordagem discursiva.

A crítica de Paul Henry a Oswald Ducrot

Henry observa que, do ponto de vista teórico, as perspectivas de Ducrot e Frege são radicalmente diferentes.

Frege não procura, como o pretende abusivamente Ducrot, a lógica na linguagem, ele quer apenas definir *um* uso lógico da linguagem (lógico significando aqui adequado para o conhecimento e para a ciência). Ducrot, ao contrário, procura na linguagem *uma* lógica, que seria ao mesmo tempo uma semântica: o empreendimento pressupõe que uma tal lógica exista, o que não nos parece evidente. (HENRY, 1992, p.68-69, grifo do autor).

Ao abordar a questão das relativas, Henry considera que, experimentalmente, pode-se constatar que a interpretação de um enunciado com relativa “[...] depende mais da ‘opinião’³ de cada um do que da presença ou ausência de vírgulas ou de uma entonação característica.” (HENRY, 1992, p.71). Mas Henry não parece se contentar com o termo “opinião” e vai procurar esmiuçar o estatuto daquilo que intuitivamente se caracteriza como opinião de um sujeito. A análise de Henry (1992, p.73) mostra que “[...] o modo de funcionamento das relativas não é uma propriedade intrínseca aos enunciados nos quais elas aparecem, mas que elas podem depender do que [propõe chamar de] as condições de funcionamento dos enunciados.”

³ Ex.: No enunciado “É falso que os sindicatos que defendem os trabalhadores conclamem à greve”, pode-se interpretar que a) está-se falando somente de um tipo de sindicato, aqueles que defendem os trabalhadores (o que significa que existem sindicatos que não defendem os trabalhadores), ou b) todos os sindicatos necessariamente defendem os trabalhadores; fala-se portando de todos eles (HENRY, 1992, p.71-72).

Um dos principais pontos de discordância de Henry em relação a Ducrot se refere ao fato de este último afirmar que a pressuposição é de natureza linguística e não discursiva, pois, para Henry, faz-se necessária a intervenção de uma teoria das relações entre língua e discurso.

Henry (1992, p.75) acredita que Ducrot “vira pelo avesso o problema de Frege”. Enquanto Frege “[...] procura liberar a linguagem da ilusão e da demagogia que nela se imiscuem devido a certos ‘defeitos’ da linguagem ordinária [...]”, Ducrot, ao contrário,

[...] parte da ideia de que existe uma necessidade ao mesmo tempo social e psicológica de ilusão e demagogia, conscientemente desejadas, para fazer a hipótese de que a língua deva necessariamente ser tal que torne possível essa produção voluntária de ilusão e de demagogia. (HENRY, 1992, p.75).

Eis o que, para a AD, será o ponto fraco de Ducrot: para ele é o funcionamento psicossocial que torna necessário poder dizer sem ser dito, exprimindo “conteúdos, crenças, opiniões, sem ser obrigado a reconhecer tê-los exprimido” (HENRY, 1992, p.76). Embora a responsabilidade do sujeito da enunciação fique neutralizada pelo não dito, o que seria necessário devido a uma espécie de ética social, haveria uma manifestação voluntária desses conteúdos, o que denunciaria a concepção de um sujeito senhor de sua vontade, fato que a AD não pode aceitar. A crítica de Henry volta-se, pois, para o fato de Ducrot não ter se encaminhado para uma teoria das ideologias e das formas de existência da subjetividade. Ele não o faz porque seu objetivo seria “[...] mostrar que a pressuposição é de natureza linguística, o que significa que os processos devam ser considerados como fazendo parte da significação literal dos enunciados.” (HENRY, 1992, p.76). Daí a distinção fundamental entre pressupostos e subentendidos no quadro teórico de Ducrot, o que Henry considera como a (única) contribuição de Ducrot em relação a seus predecessores.

Em outros termos, o que a AD não aceita é o fato de que a distinção do implícito e do explícito se assente sobre “a necessidade tanto psicológica quanto social de recorrer ao implícito” (HENRY, 1992, p.77). Henry (1992, p.79, grifo do autor) reconhece que

Nos processos de produção ou reprodução das significações, haja lugar para a distinção entre dois tipos de processos, dois níveis de efeito de significação correspondendo respectivamente ao que no momento designa-se por significações literais e significações não-literais. Mas, por outro lado, contestamos a ideia de que seja possível falar de uma *semântica da língua* cujo processo de constituição está implicitamente contido na própria noção de *significação literal* tal como foi definida

por Ducrot, isto é, fantasiada pelas propriedades de imediatismo, estabilidade, acessibilidade direta à intuição linguística.

Henry (1992, p.82) recusa a hipótese de Ducrot segundo a qual “[...] a discursividade só interviria na passagem, nas situações de emprego, da significação para o sentido e de forma alguma no processo de produção e de reprodução das próprias significações.” É essa hipótese que permite a Ducrot, apoiando-se parcialmente em Searle, associar a língua a um jogo, cujas regras (como no xadrez) sejam constitutivas de seu funcionamento. Para Henry (1992, p.92-93), o raciocínio de Ducrot submete-se à lei da Ideologia, no sentido althusseriano, “[...] que determina que considerar a sociedade como sujeito ou o homem como sujeito são apenas duas faces de uma única e mesma operação [...]”, sendo a ideologia jurídica a “[...] instância dominante da ideologia no mundo de produção capitalista.”

Em réplica às críticas de Henry, em espaço concedido a Ducrot no próprio livro de Henry (1992), *A ferramenta imperfeita*, Ducrot (1992, p.223) afirma considerar como propriedade de toda fala “[...] ser definível somente com relação a uma sequência da qual ela se pretende o começo, de modo que seu sentido é o próprio sentido no qual ela pretende orientar a situação de discurso.” Mas assevera que isso não se reduz à “[...] constatação banal de que falamos geralmente com a intenção de influenciar o ouvinte”, como lhe parece querer ver Henry. Ducrot (1992, p.233-234) defende sua teoria dizendo que o que chama de “significação” ou ainda de “sentido literal” não pode ser confundido com o “objeto real”. “Trata-se exatamente de um ‘objeto de conhecimento’, ou objeto teórico, que não pode ser ele mesmo matéria de comunicação qualquer.” Ducrot (1992, p.234) afirma que o que lhe interessa é

[...] prever no interior da língua um ato como o de pressupor, que se refere ao debate intersubjetivo. Acha-se assim reforçada a concepção da língua [...] que a apresenta como sendo, antes de tudo, um instrumento para o afrontamento de indivíduos.

Se, por um lado, a concepção de pressuposição de Ducrot é respaldada sobre “[...] uma crítica da assimilação da língua a um código, instrumento da comunicação ou meio de manifestar o pensamento por símbolos que o tornam acessível.” (HENRY, 1992, p.75), por outro, Henry (1992, p.103-104) considera que em Ducrot se realize uma volta a essa concepção instrumentalista de linguagem que ele mesmo critica, já que “[...] em um certo sentido a crítica da instrumentalidade fixa-se no que é necessário do ponto de vista teórico para que se possa considerar a pressuposição como decorrente da língua e não da discursividade.” Henry (1992, p.105) considera proveitoso o fato de Ducrot ter reconhecido que “[...] o desdobramento da forma-sujeito pode ter uma relação com

certas construções.” Propõe que se desenvolva a questão a respeito das relações entre linguagem e constituição do sujeito, entre ideologia e assujeitamento, pois considera necessário não se limitar ao terreno específico da Linguística, a fim de “[...] explorar os contornos, aquilo que do externo da Linguística opera nas teorias linguísticas de maneira tão determinante.” (HENRY, 1992, p.113).

Henry (1992, p.128) supõe ser necessário mobilizar uma noção de história (mas não uma noção historicista) respaldada no conceito de “luta de classes”. Tal concepção põe em questão o próprio “sujeito da ciência” que não ocupa a posição de um “sujeito universal”, mas é ele também um “um sujeito histórico, assujeitado à divisão de classes”. Sob esse prisma, não seria devido a uma sede de conhecimento própria do Homem que este é movido a

[...] produzir todos os conhecimentos científicos que lhe é materialmente possível produzir numa certa conjuntura. São produzidos apenas conhecimentos científicos que são prática e concretamente necessários numa certa conjuntura e essa necessidade histórica não tem nada de universal; ela é relativa às posições de classe. [...] levar em conta a dimensão da história, aquela da luta de classes, na Linguística, supõe uma transformação da relação entre a forma-sujeito da ciência e a forma-sujeito realizada no campo da complementaridade da realidade psicológica e da realidade social. (HENRY, 1992, p.134-136).

O autor considera ainda que, embora as teorias linguísticas tentem “evacuar por todos os meios” a questão do sentido, ela não poderá ser excluída, sendo a questão da pressuposição um sintoma da “[...] impossibilidade de se construir uma sintaxe eliminando toda referência ao sentido.” (HENRY, 1992, p.136). Além disso, a questão do sentido “faz ressurgir com ela a questão do sujeito”.

Além do conceito de luta de classes, Henry (1992, p.144) busca, também, respaldo na psicanálise, que considera “[...] o sujeito da certeza cartesiana revisável no seu fundamento.” No entanto, Henry (1992, p.145, nota 39) observa também que “[...] o inconsciente freudiano é correlativo da dependência do sujeito diante da ordem da linguagem.” Para ele

[...] a Linguística *demonstra* que alguma coisa da linguagem escapa à determinação das relações de produção, que alguma coisa da linguagem é relativamente autônoma com relação a essa determinação. É precisamente nesse sentido que, nas condições políticas, ideológicas e científicas atuais, o conceito de *lingua* pode representar os princípios de uma apropriação científica. (HENRY, 1992, p.147, grifo do autor).

Henry (1992, p.172) sugere que “[...] a ilusão pela qual nós nos pensamos como fonte dos nossos pensamentos, das nossas palavras e dos nossos atos tem qualquer coisa a ver com a sintaxe.” Ele vê uma relação entre o que chamou anteriormente

de “desdobramento da forma-sujeito” e a “[...] divisão entre o eu-ideal e o ideal do eu que caracteriza a tópica do imaginário humano pela sua dependência com relação ao simbólico.” Para ele, “[...] no discurso comum ‘eu’ funciona como uma metonímia do que nele se formula pela expressão ‘aquele que fala’.” (HENRY, 1992, p.177). Considera que a confusão do “sujeito da enunciação” e do “sujeito do enunciado” no nível do “eu” seja o que assegura a identificação automática daquilo que é designado por “eu” com aquele que fala (HENRY, 1992, p.177-178).

Nessa perspectiva, o que se deve buscar “[...] são os efeitos simbólicos supostos pela existência da sintaxe, isto é, finalmente, pelo que eu chamei de ‘a autonomia relativa da língua’, sem ter que entrar na questão da delimitação dessa autonomia.” (HENRY, 1992, p.179). E, segundo Henry (1992, p.181), “[...] a sintaxe está situada, na linguagem, na articulação da língua e do discurso.” Para Henry (1992, p.196), a posição de Ducrot denuncia uma “[...] manipulação [...] cuja única razão de ser resulta apenas do fato de que gostaríamos que a Linguística desse conta por seus próprios meios, do todo da linguagem pela língua.”

Sobre a dimensão da fala e do desejo (no caso do imaginário) e a dimensão do discurso e da história (no caso da ideologia) Henry (1992, p.199) conclui afirmando que

[...] o não conhecimento dessas duas dimensões (no caso do imaginário, a dimensão da fala e do desejo; no caso da ideologia, as dimensões do discurso e da história), enquanto dimensões constitutivas da linguagem, não impede que elas ressurgam na Linguística sob forma de questões que ela apenas contorna, sobretudo a questão da pressuposição e a da semântica.

Em Pêcheux (1997), sobretudo no livro *Semântica e discurso*, desenvolve-se uma concepção discursiva sobre o problema da pressuposição, conforme reivindicava Henry.

Michel Pêcheux e a construção discursiva da noção de pré-construído

Pode-se dizer que a abordagem sobre a pressuposição é reconfigurada, segundo a teoria do discurso, sob o conceito de pré-construído. Paul Henry (apud PÊCHEUX, 1997, p.99) define o pré-construído como o termo “[...] que remete a uma construção anterior e exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é ‘construído’ pelo enunciado. Trata-se, em suma, do efeito discursivo ligado ao encaixe sintático.” O conceito não pode ser compreendido sem que se aborde a noção de interdiscurso, como se procurará mostrar por meio de um breve retorno ao percurso teórico de Pêcheux.

Com o propósito de se constituir como uma teoria crítica, a AD precisava romper com concepções anteriores, especialmente com o que considera uma visão empiricista de linguagem. Simultaneamente, precisava também diferenciar-se de seus contemporâneos, como é o caso de Ducrot. Para a AD, o discurso não deve ser compreendido como o discurso empírico sustentado por um sujeito, tampouco confundido com o texto (embora ele possa ser apreendido por meio de textos). Como explica Malidier (2003, p.23), “[...] o texto, cuja unidade remete à de um sujeito ou instituição, é pulverizado.” A noção de interdiscurso é indispensável para a concepção de discurso segundo Pêcheux (1990, p.79), já que “[...] é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, [...] é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção.”

Naquela fase, em que começava a nascer a teoria do discurso, mesmo que a noção de interdiscurso ainda não tivesse emergido, de certa forma, sua existência já se fazia sinalizar. Nas palavras de Malidier (2003, p.25, grifo do autor):

Para além das objeções de toda espécie que o procedimento fará surgir, nele como nos outros, o essencial já está lá: o discurso não se dá na evidência desses encadeamentos; é preciso desconstruir a discursividade para tentar apreendê-lo. [...] Lê-se aí, em uma linguagem ainda frouxa, a ideia do não-dito constitutivo do discurso, a primeira figura, em suma, de um conceito ausente, que dominará toda essa elaboração: o conceito de interdiscurso. Michel Pêcheux dirá mais tarde de seu livro que ele foi escrito na “urgência teórica”. [...] Sua conclusão é bem a de um filósofo: “provisória”.

Pode-se dizer, com Malidier (2003, p.22), que “Michel Pêcheux constitui o discurso como uma reformulação da fala saussureana, desembaraçada de suas implicações subjetivas.” Pêcheux retorna sobre Saussure a Linguística, o que o leva a uma de suas principais inquietações teóricas: o que pode a Linguística quando se trata do sentido? A crítica não repousa em si mesma, mas tem por corolário um conjunto de proposições que levarão a uma semântica discursiva. “Não se destrói realmente senão o que se é capaz de substituir [...]”, escreve Pêcheux, citando Danton (apud MALDIDIER, 2003, p.29).

Não se trata, para Pêcheux, de desvincular a semântica da Linguística, mas, em certa medida, de extrapolar os seus limites, buscando respaldo em outros campos, como a teoria da ideologia (com base, primordialmente, em Althusser) e a psicanálise (com base, primordialmente, em Freud e Lacan). A ideia persistente no conjunto de obras de Pêcheux é que

[...] o sentido, objeto da semântica, excede o âmbito da Linguística, ciência da língua. A semântica não deriva de uma abordagem linguística,

ciência da língua. [...] O raciocínio repousa sobre a intuição muito forte de que não se podem visar as sistematicidades da língua como um contínuo de níveis. Para além dos níveis fonológico, morfológico e sintático, cuja descrição Saussure autoriza, a semântica não é apenas um nível a mais, homólogo aos outros. É que “o laço que liga as ‘significações’ de um texto às condições sócio-históricas desse texto não é de forma alguma secundária, mas constitutivo das próprias significações”. (MALDIDIER, p.2003, p.31).

As reflexões de Pêcheux sobre o discurso o levaram, assim, ao ponto de encontro da língua com a ideologia, sendo necessário tratar o objeto mesmo do discurso no limiar entre o que ele chama de base linguística e processos discursivos ideológicos. Torna-se preciso, portanto, definir, ou ao menos propor, quais os elementos da língua estão envolvidos no que tange à base linguística na constituição do discurso. Maldidier (2003, p.34-35, grifo nosso) aponta que:

Do lado da língua, faltava também um elo decisivo para que a teoria do discurso estivesse verdadeiramente concernida com os funcionamentos linguísticos. *A questão do pré-construído vai constituir um ponto decisivo da teoria do discurso. [...] É do lado da noção de pressuposição que é preciso buscar a fonte da noção de pré-construído de Paul Henry e Michel Pêcheux.* O conceito emerge ao mesmo tempo da leitura “materialista de Frege” e da reflexão crítica sobre os trabalhos de Ducrot.

Ao propor o termo pré-construído, no início da década de 1970, a teoria do discurso pretendia abrigar um novo conceito, despojado de qualquer sentido lógico, constituindo uma espécie de reformulação da pressuposição para o novo terreno que se formava, o do discurso. A noção de pré-construído permitiria, mais tarde, apreender o interdiscurso, que se tornaria o conceito chave para a AD.

A reflexão de Pêcheux, feita com Henry, sobre o pré-construído revelava a existência de traços no discurso de elementos discursivos anteriores cuja origem enunciativa é “esquecida” (ou, em outras palavras, pertence a um enunciador anterior-jamais-sabido). Tal definição preparava a ideia de que o discurso se constitui a partir de outros discursos, ou de um *discurso já lá*. Daí o conceito de interdiscurso, cuja “[...] objetividade material [...] reside no fato de que ‘algo fala’ (*ça parle*) sempre ‘antes, em outro lugar e independentemente’.” (PÊCHEUX, 1997, p.162).

A compreensão do implícito para a teoria do discurso é perpassada pelo fato de que a sequência discursiva é constituída e atravessada por um discurso (ou por discursos) vindo(s) de outro(s) lugar(es). O outro discurso que atravessa a sequência discursiva advém de um alhures sem origem definida. Nesse sentido, o pré-construído (espécie de discurso pressuposto) consiste numa “presença-

ausente”. Nas palavras de Pêcheux (apud MALDIDIER, 2003, p.85): “A presença- ausente de um ‘não-dito’ atravessa o ‘dito’ sem fronteira assinalável.”

Para Pêcheux, o pré-construído relaciona-se à memória presente no enunciado que “engata” uma interpretação. Trata-se de uma concepção que rompe com a compreensão de Frege (1978), para quem a pressuposição caracterizaria, especialmente em alguns casos, a imperfeição da linguagem. Seria o caso, por exemplo, da pressuposição de existência de objetos que não têm denotação no chamado “mundo real” (como na frase “O Unicórnio feriu o menino”). Pêcheux, por sua vez, acredita que aquilo que a Frege parecia “imperfeição da linguagem” significa que a pressuposição tem uma causa material, remetendo a um efeito de sentido. O efeito de sentido nasceria, então, de uma relação entre domínios de pensamentos diferentes: um anterior, presente no enunciado, já pensado antes ou desde-sempre, e outro realizado na situação da enunciação. É o funcionamento semântico que define, para Pêcheux, o efeito de pré-construído, e não a expressão de uma lógica formal.

Outro mecanismo linguístico de implicitação, segundo Pêcheux, é o efeito de sustentação, o qual consiste na articulação entre *pensamentos secundários* que surgem quando se inicia um pensamento onde aparece o encaixe. Seu funcionamento é semelhante a um *silogismo implícito* que, evocando um pensamento lateral que o sustenta, permite reconstituir a *premissa* não dita. Enunciando a partir de um lugar discursivo, o falante se identifica com as premissas condizentes a esse lugar. A possibilidade de identificação entre *enunciado* e *premissa não dita*, embora posta nos próprios enunciados, articula-se na região do interdiscurso.

A compreensão do que é implícito, para Pêcheux (1990, 1997) e para a teoria discursiva, portanto, passa necessariamente pelo interdiscurso. Pré-construído e efeito de sustentação são efeitos do interdiscurso: apontam para um espaço anterior-exterior, que não é o da enunciação, mas também não é o da materialidade linguística. Trata-se de um limiar ou, se se puder dizer assim, de um entre-lugar. Embora não sejam explícitos, revelam, por meio da memória discursiva, o lugar discursivo ideológico a partir do qual o falante enuncia. A memória discursiva, para Pêcheux, não deve ser entendida no sentido psicológico da “memória individual”. Como diz Achard (1999, p.11), é “[...] a estruturação do discursivo [que] vai constituir a materialidade de uma certa memória social.” Pêcheux (1999, p.52) acrescenta que

A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.

Pêcheux, portanto, propõe as noções de pré-construído e de discursos transversos⁴ (assim como a de efeito de sustentação) para se referir tecnicamente ao que, em termos gerais, seriam os “implícitos”. Dessa forma, atrela a discussão acerca da implicitação da(na) linguagem à concepção fundamental de interdiscurso e à memória discursiva. Cada uma dessas noções, de certo modo, está vinculada à outra.

Quando Pêcheux faz a distinção entre “base linguística” e “processos discursivos ideológicos”, procura deixar claro que, em seu modo de ver, a língua é a base do processo discursivo, mas não é ela, por si só, que impõe o funcionamento do discurso. O funcionamento discursivo se dá pela articulação da base linguística com elementos que, embora relacionados a essa base, são exteriores a ela. Esses elementos (interdiscurso, intradiscurso, efeito de pré-construído, efeito transversal) não correspondem exclusivamente a fenômenos linguísticos, mas

[...] representam, em relação à base linguística, a existência determinante do todo complexo das formações ideológicas, submetido, em condições históricas sempre específicas, à lei “geral” de desigualdade que afeta essas formações [...] no processo de reprodução/transformação das relações de produção existentes. (PÊCHEUX, 1997, p.259, grifo do autor).

O autor acrescenta ainda que, “ao dizer que *o todo complexo das formações discursivas (o interdiscurso) é intrincado no das formações ideológicas*” (PÊCHEUX, 1997, p. 259, grifo do autor), quer-se deixar claro que o interdiscurso não é a forma geral da ideologia, mas uma das formas específicas.

Como já procuramos frisar, Pêcheux foi um grande crítico em relação ao que chama de “idealismo” no campo da Filosofia da Linguagem, por ser esta pautada numa lógica formal. Para ele, tal idealismo não contribuía para a tentativa de se fundar uma teoria semântica do discurso. Ele acreditava, portanto, ser necessário, em primeiro lugar, romper com esse idealismo para, então, atingir-se o terreno propício para a fundação de uma teoria “materialista” dos processos discursivos. E não seria possível combater o “idealismo” na linguagem sem passar pela discussão acerca do sujeito que enuncia. Para Pêcheux, a própria identidade do sujeito enunciador é “já produzida” antecipadamente à enunciação; o sujeito é efeito da interpelação ideológica. Pêcheux (1997, p.214, grifo do autor) considera que a

⁴ A fim de esclarecer o que chama de discurso transversal, diz Pêcheux (1997, p.167) “[...] o interdiscurso enquanto discurso-transversal atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo interdiscurso enquanto pré-construído, que fornece, por assim dizer, a matéria prima na qual o sujeito se constitui como ‘sujeito falante’, com a formação discursiva que o assujeita. Nesse sentido, pode-se bem dizer que o intradiscurso, enquanto ‘fio do discurso’ do sujeito, é, a rigor, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma ‘interioridade’ inteiramente determinada como tal do ‘exterior’.”

[...] interpelação [dos indivíduos em sujeitos do discurso] supõe necessariamente um *desdobramento*, constitutivo do sujeito do discurso, de forma que *um dos termos* representa o “locutor”, ou aquele a que se habituou chamar o “sujeito da enunciação”, na medida em que lhe é atribuído o encargo pelos conteúdos colocados [...], e o outro termo representa “o chamado sujeito universal, sujeito da ciência ou do que se pretende como tal”.

O autor ressalta que esse desdobramento, a rigor, corresponde à relação entre pré-construído (o “sempre-já aí da interpelação ideológica”) e articulação/efeito-transverso (que “simula” a unidade do sujeito ao constituí-lo “em sua relação com o sentido; representando no interdiscurso aquilo que determina a dominação da forma-sujeito”). Pêcheux propõe que tal desdobramento assuma algumas modalidades, duas das quais considera “evidentes”: a) a que caracterizaria o discurso do chamado “Bom” sujeito, entendido como a “[...] superposição (um recobrimento) *entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal*, de modo que a ‘tomada de posição’ do sujeito realiza seu assujeitamento sob a forma do *‘livremente consentido’*.” (PÊCHEUX, 1997, p.215); b) a correspondente ao que chama de “mau” sujeito, aquele que representa

[...] o *sujeito da enunciação* que “se volta” *contra o sujeito universal* por meio de uma “tomada de posição”, que consiste [...] em uma *separação* (distanciamento...) *com respeito ao que o “sujeito universal” lhe “dá a pensar”*: luta contra a evidência ideológica, sobre o terreno dessa evidência, evidência afetada pela negação, revertida a seu próprio terreno. (PÊCHEUX, 1997, p.215, grifo do autor).

O autor constata que, quanto maior a identificação do sujeito com a formação discursiva, mais assujeitado é esse sujeito (“Bom” sujeito). A contra-identificação em relação à formação discursiva é o que caracteriza o “Mau” sujeito.

Fica evidente, quando se remete ao percurso teórico de Michel Pêcheux, a relevância da questão dos “implícitos” para a AD. Os efeitos de pré-construído, como um “sempre-já-aí universal”, e de discurso transverso, como evidência de unidade do sujeito, são concebidos como efeitos (discursivos) de sentido.

Por fim, constatada a relevância do problema da implicação, é válido ressaltar uma importante questão posta pelo próprio Pêcheux (1999, p.52): “[...] a questão é saber onde residem esses famosos implícitos, que estão ‘ausentes por sua presença’ na leitura da seqüência.” Essa questão leva à reflexão sobre o estatuto da Linguística frente às disciplinas de interpretação. Eis o novo problema que se coloca: em que medida seria a Linguística, assim como a História, uma disciplina de interpretação?

Novos rumos para a interpretação da pressuposição?

O intuito deste artigo, até aqui, foi apresentar algumas das maneiras como a Linguística e as teorias semânticas trabalharam (e/ou trabalham) com a questão do implícito. Optou-se por destacar a concepção de Oswald Ducrot, privilegiando as noções de pressuposição, subentendido e polifonia, e a concepção da Análise do Discurso de linha francesa, privilegiando o percurso teórico de Paul Henry e Michel Pêcheux e as noções de pré-construído e interdiscurso.

Dada a amplitude do tema, espera-se ter, ao menos, contribuído para apontar caminhos para prosseguimentos futuros frente à questão. Defendemos que o fortalecimento de uma concepção (inter)discursiva da linguagem foi/é a grande contribuição da AD para a Linguística em geral. Sabe-se que a AD não é uma disciplina acabada, como em geral não o são as disciplinas. Até o momento, e é o bastante, a AD construiu um novo espaço teórico, estabeleceu diretrizes e proporcionou aos analistas do discurso um rico campo teórico para respaldar análises discursivas. Por outro lado, os analistas do discurso, às vezes, encontram-se ainda um pouco “órfãos” em relação a que métodos de análise linguística utilizar – o que nos parece menos um defeito da AD do que uma possibilidade de aberturas. É positivo que uma teoria não traga “receitas metodológicas prontas”, pois instiga o analista à busca de desafios. O próprio Pêcheux, de certa forma, colocou a questão ao problematizar o fato de ser ou não a Linguística uma disciplina de interpretação.

Nesse sentido, acreditamos que um diálogo entre o estudo de Ducrot e a AD possa ser pertinente. No entanto, não basta transpor noções de uma teoria à outra; são necessários deslocamentos teóricos. Ducrot, por meio do trabalho com a polifonia e a argumentação da/na língua, fornece alguns “métodos” que permitem apreender um pouco mais “visivelmente” a materialidade da base linguística. Tais métodos, se assim se pode chamar, poderiam atuar como aspectos de uma análise linguístico-discursiva, desde que deslocados para um enfoque interdiscursivo, que levasse em conta a problematização acerca da noção de sujeito, conforme propõe a AD. Não se deve pensar, é importante esclarecer, em “procedimentos por etapas”, visão esta há muito combatida pela AD.

Tal proposta, porém, esbarra no ponto de vista crítico de Henry em relação à noção de complementaridade, sobretudo no que se refere aos limites ou contatos entre disciplinas. Foi nesse sentido que a AD rompeu com teorias anteriores para fundar o seu próprio campo teórico, desprovido da carga ideológica das formulações antecedentes. Portanto, para retomar Ducrot, seria preciso o cuidado de não recair nesse erro.

Antes de finalizar, gostaríamos de esboçar a revisão de uma de nossas próprias análises⁵, de trabalho anterior (MORAES, 2005), à luz das críticas da AD sobre o respaldo teórico de Oswald Ducrot:

VEJA 30 anos (1998, p.44) pergunta a Fidel Castro, caracterizado pela revista como ditador de Cuba: “O subsecretário de Estado Terence Todman, depois de passar alguns dias em Cuba, declarou, em visita ao Brasil, que há 15.000 mil presos políticos aqui. O que o senhor tem a dizer a esse respeito?”

Como é comum no gênero jornalístico, há a atribuição a “outro” (ao subsecretário) de uma afirmação, segundo a qual há 15.000 presos políticos em Cuba. Pode-se decompor o enunciado em posto (P) e pressuposto (PP), no sentido de Ducrot, da seguinte maneira:

P: há 15.000 presos políticos em Cuba. Confirma?

PP: se quem afirmou o posto esteve efetivamente em Cuba, a informação deve ser verdadeira.

Alguns possíveis subentendidos: é um número muito alto de presos políticos; se há presos políticos também deve haver tortura – coisas que, geralmente, andam juntas (é historicamente comum associar prisão política à tortura).

Possivelmente, “lendo” o subentendido segundo o qual é muito alto o número de presos políticos em seu país, Fidel responde contestando o número sugerido pelo jornalista. Fidel também antecipa uma possível acusação de tortura e a contesta.

Fidel: Olhe, em Cuba há presos políticos [confirma parte do posto]. Deve haver uns 2.000 ou 3.000 presos políticos. Em certo momento houve em Cuba uns 15.000 presos políticos. Ou mais. Que íamos fazer? A cada mês ocorriam dezenas de desembarques clandestinos de armas em Cuba. A CIA lutava abertamente contra nós. Tivemos de prendê-los, e tivemos de submeter alguns a penas severas, longas. Isso é verdade, sim. Agora, o que nunca ocorreu em nosso país foram as torturas. (VEJA..., 1998, p.44).

A próxima pergunta da revista se dedica, então, a questionar a não existência de tortura afirmada por Fidel (encadeando com o posto do enunciado de Fidel): “E que diz o senhor do tratamento dado aos inimigos depois que os rebeldes chegaram ao poder?” (VEJA..., 1998, p.44).

⁵ Da edição especial *Veja 30 anos*, parte integrante da revista *Veja* (Editora Abril), ano 31, n.º 42 (de 21/10/1998).

P: como os inimigos têm sido tratados desde que os rebeldes estão no poder?

PP: os rebeldes chegaram ao poder

Alguns subentendidos: os inimigos (adeptos das ideias do antigo regime) são tratados severamente (talvez torturados) desde que os rebeldes (como a revista os caracteriza) chegaram ao poder.

Fidel: Quando triunfou nossa revolução, aqueles que haviam assassinado milhares de nossos compatriotas, e os que haviam torturado dezenas de milhares de cubanos, esses nós julgamos segundo as leis revolucionárias, em tribunais revolucionários. E os maiores criminosos, os responsáveis pelos casos mais graves de torturas e maus-tratos, foram condenados e fuzilados. (VEJA..., 1998, p.44).

P: os criminosos (assassinos, torturadores) foram julgados conforme “leis revolucionárias”.

PP: houve julgamento, sob “leis revolucionárias”, contra os criminosos.

Alguns subentendidos: foram condenados os que “mereceram”; as “leis revolucionárias” são “justas” (portanto não são leis “severas”, como estava subentendido na pergunta). Sobretudo, há “leis revolucionárias”, o que significa que os chamados revolucionários não agem na ilegalidade.

Embora não assuma explicitamente a existência de tortura sob seu regime, Fidel revela que os antigos “inimigos” (os responsáveis pelos mais graves casos de torturas e maus-tratos), foram fuzilados. Na sua formulação, não trata esses fuzilamentos como “assassinatos aleatórios” (como poderiam significar para uma Formação Discursiva oposta), mas como condenações (justas) segundo as leis revolucionárias, tendo-se agido legalmente, portanto.

Deslocando a questão para um ponto de vista discursivo, pode-se observar que, embora o jornalista não tenha explicitado a questão da tortura, na primeira pergunta, ela é trazida ao discurso pela memória discursiva (a presença-ausência) que, por associação histórica, faz remeter à expressão ditadura (já que o governo de Fidel é assim caracterizado) a outras, como prisão política, tortura, abuso de poder. É o que leva Fidel a justificar a legalidade das leis revolucionárias, sem que isso tenha sido posto explicitamente em questão. O discurso que relaciona tortura e prisão política é um sempre-já-lá retomado no discurso de Fidel. A associação não surge por um processo meramente lógico-linguístico; é necessário recorrer ao exterior à língua para realizar a sua interpretação. No entanto, esse exterior não se resume a “crenças, opiniões, convicções...” (HENRY, 1992, p.39), mas a uma espécie de memória discursiva coletiva, sem origem específica, que abrange os sentidos dominantes no interdiscurso de nossa formação social. Esse exterior à

linguagem é, simultaneamente, vinculado a ela, de modo que os discursos sejam, a um só tempo, inerentes e exteriores à linguagem. Se são exteriores, por um lado, dizem respeito a seus contornos, por outro.

Segundo essa visão, a Linguística, isoladamente, não daria conta da interpretação dos dados. Nem por isso, a interpretação é exterior à linguagem, como poderia pretender uma visão sociológica. A AD, para cujos fundamentos contribuíram Pêcheux e Henry, vê a materialidade dos implícitos como linguística e histórica; nem puramente linguística, nem puramente histórica. É nesse lugar – ou entrelugar – que se constrói o estatuto do Discurso.

O discurso não nega a materialidade da língua, mas não vê a pressuposição como uma propriedade *da* língua. Ao contrário, o estatuto da pressuposição evidencia a sua própria materialidade, sendo sobre a base linguística que se encontram os indícios dessa materialidade. Por isso, os passos metodológicos propostos por Ducrot não seriam de todo irrelevantes para a teoria do discurso. Mas seria necessário, outrossim, estabelecer o deslocamento teórico que explicitasse melhor o lugar do sujeito e da ideologia no discurso. Assim, o discurso de Fidel não é mais visto como “discurso de Fidel”, mas como um discurso materializado por Fidel, compatível à Formação Discursiva segundo a qual se posiciona, uma vez que “[...] a interpretação do indivíduo em sujeito de seu discurso se realiza pela identificação (do Sujeito) com a formação discursiva que o domina.” (PÊCHEUX, 1997, p.214). Como também disse Pêcheux, essa interpretação supõe um desdobramento que pode assumir diferentes modalidades, entre as quais evidencia a do “bom sujeito” e a do “mau sujeito”.

De certo modo, no nível explícito da formulação de seu discurso, Fidel aproxima-se do “bom sujeito” ao se sujeitar (no sentido de aderir) ao discurso de tom “politicamente correto” (socialmente aceito), aproximando-se do “sujeito universal” ao compactuar da visão de que só o seguimento das leis justifica os atos; sendo-se revolucionário, devem-se seguir as leis revolucionárias; um regime bom e justo não se excede em número de presos políticos, nem pratica tortura – o que leva à discursivização sobre o seu regime como justo e legal (que age dentro da lei), dando outro sentido ao que a memória discursiva retém como “as características de uma ditadura”. No entanto, permanece como “mau sujeito” segundo a leitura feita por uma posição ideológica oposta, que adira a esses sentidos dominantes no interdiscurso de nossa formação social, segundo os quais se associam as ideias de revolução, ditadura, fuzilamento, tortura.

Para concluir, propomos que as descobertas da Análise do Discurso francesa não anulem as análises respaldadas em Ducrot. Reforçamos que, embora não se excluam, são necessários certos deslocamentos teóricos para que se evidencie o âmbito discursivo e não se desconsidere as descobertas trazidas à tona pela AD,

sobretudo quanto aos lugares do sujeito e da ideologia frente ao discurso no que tange à questão do *não dito*.

MORAES, E. de. Semantic theories and the implicit meanings in language. *Alfa*, São Paulo, v.53, n.1, p.261-282, 2009.

- **ABSTRACT:** *This paper deals with implicit meanings in language. It reviews both Oswald Ducrot's studies on presupposition and Paul Henry and Michel Pêcheux's critic on Ducrot's works. The latter fostered the discourse notion of presupposition, reformulated as the notion of pre-construct. It is claimed that there should be a dialogue between Ducrot's theory and the concepts put forth by the French Discourse Analysis theorists as long as appropriate theoretical displacements are done so as to reach an interdiscourse comprehension of implicit meanings in language.*
- **KEYWORDS:** *Semantics. Discourse analysis. Presupposition. Pre-construct. Interdiscourse.*

REFERÊNCIAS

ACHARD, P. Memória e produção discursiva do sentido. In: ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. Tradução e introdução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p.11-17. Edição original: 1883.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). Tradução de Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldi. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v.19, p.25-42, jul./dez. 1990.

DUCROT, O. Nota sobre a pressuposição e o sentido literal. In: HENRY, P. *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Tradução de Maria Fausta Pereira de Castro, com um posfácio de Oswald Ducrot.. Campinas: Ed. Unicamp, 1992. p.203-238.

_____. Referente. In: GIL, F. (Coord.). *Enciclopédia Einaudi*. Traduções de Carlos Marques da Silva et al. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989. v.2, p.418-438.

_____. *O dizer e o dito*. Revisão técnica da tradução de Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987. (Linguagem / crítica).

FREGE, G. Sobre o sentido e a referência. In: _____. *Lógica e filosofia da linguagem*. Seleção, introdução, tradução e notas de Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix: Ed. USP, 1978. p.59-86. Edição original: 1892.

HENRY, P. *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Tradução de Maria Fausta Pereira de Castro. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.

MALDIDIÉ, D. *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MORAES, É. de. *(Des)construção de implícitos em entrevistas jornalísticas*. Bauru: Ed. UNESP, 2005. (Coleções FAAC, Pesquisa, v.3).

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. Tradução e introdução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p.49-57.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni P. Orlandi et al. 3.ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997. (Repertórios).

_____. Análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Bethania S. Mariani et al. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990. p.61-161.

VEJA 30 anos. *Veja*, São Paulo, ano 31, n.42, 21 out. 1998. Edição especial.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

DUCROT, O. *Princípios de semântica lingüística: dizer e não dizer*. Tradução de Carlos Vogt. São Paulo: Cultrix, 1977.

HENRY, P. Os fundamentos teóricos da 'Análise automática do discurso' de Michel Pêcheux. In: GADET, F.; Hak, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Bethania S. Mariani et al. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990. p.13-38. (Coleção repertórios).

Recebido em setembro de 2008.

Aprovado em dezembro de 2008.

OS VERBOS RECÍPROCOS NO PB E A HIPÓTESE DA DETERMINAÇÃO SEMÂNTICO-LEXICAL SOBRE A SINTAXE

Luisa GODOY¹

- RESUMO: Neste artigo, lidamos com a hipótese da determinação semântico-lexical sobre a sintaxe, apresentando uma classe verbal ainda inexplorada no PB – os verbos recíprocos. Discutimos, baseados na literatura, a motivação para a formulação de tal hipótese e apresentamos uma descrição dos verbos recíprocos, identificando que propriedades sintáticas e semânticas são relevantes para o agrupamento desses verbos em uma classe. Buscamos, de um lado, corroborar a hipótese, mostrando a sua pertinência no estudo das alternâncias verbais no PB e, de outro, explorá-la, refletindo sobre a natureza das informações semânticas presentes no léxico que são relevantes para a estruturação sintática.
- PALAVRAS-CHAVE: Léxico. Semântica lexical. Interface sintaxe-semântica. Verbos recíprocos.

Introdução

Vários trabalhos que buscam investigar a relação do léxico com fenômenos sintáticos e semânticos, dentre outros, Dixon (1992), Dowty (1989, 1991, 2001), Hale e Keyser (1987), Levin (1993), Levin e Rappaport-Hovav (2002, 2005), Pinker (1989), Tenny (1994) e, no Brasil, Cançado (2000, 2003, 2005, 2007), Ciriaco (2007), Corrêa e Cançado (2006), Moreira (2000) e Whitaker-Franchi (1989), assumem a seguinte hipótese de pesquisa: a informação semântica dos itens lexicais pode determinar o comportamento sintático dos mesmos. Entende-se que itens que demonstram um comportamento semelhante na sintaxe compartilham, no nível lexical, um mesmo traço de significado. Essa hipótese se aplica especialmente a casos de alternâncias de diátese, em que um mesmo item lexical ocorre na sintaxe de duas (ou mais) formas, isto é, apresenta duas (ou mais) configurações argumentais. Neste trabalho, falaremos de alternâncias verbais.

Dentre os autores mencionados, elegemos, para a elucidação e uma consequente discussão da hipótese, o texto introdutório de Levin (1993) ao seu levantamento de alternâncias verbais da língua inglesa. Seguiremos, na primeira seção, a sua linha de argumentação, usando alguns exemplos do PB e a análise

¹ UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras – Núcleo de Pesquisa em Semântica, Belo Horizonte – MG – Brasil – 31270-901 – luisagodoy@gmail.com.

que Ciríaco (2007) lhes fornece. Na segunda seção, apresentamos uma descrição da classe dos verbos recíprocos, ainda inexplorada no PB. Na seção seguinte, usamos os resultados descritivos para discutir sobre a natureza das propriedades semântico-lexicais sintaticamente relevantes e, na última seção, concluímos o texto.

A hipótese da determinação semântico-lexical sobre a sintaxe

Há certo tipo de conhecimento que os falantes têm sobre o comportamento dos verbos de sua língua que não pode ser explicado por regras sintáticas. Tomemos o falante do PB. Ele sabe que os verbos *carregar* e *quebrar* têm a mesma subcategorização – selecionam um SN como complemento – e a sintaxe utiliza essa informação lexical para formar as sentenças gramaticais *João carregou o vaso* e *João quebrou o vaso*. No entanto, apenas *quebrar* participa da alternância causativo-ergativa, podendo formar uma sentença intransitiva-ergativa como *O vaso quebrou*. Não existe uma sentença como essa com o verbo *carregar*: **O vaso carregou*. Essa possibilidade para o verbo *quebrar* não pode ser descrita por uma regra sintática, que deveria se aplicar uniformemente a todo verbo transitivo.

O fato de um fenômeno como a alternância causativo-ergativa ocorrer com alguns verbos e não com outros é a motivação para alguns autores postularem a existência de regras lexicais (CHOMSKY, 1981), (LEVIN; RAPPAPORT-HOVAV, 1986). A ideia é que há regras gramaticais que se aplicam dentro do léxico, derivando uma segunda entrada lexical para certo item. O verbo *quebrar*, por exemplo, inicialmente transitivo, sofreria uma regra de apagamento de seu argumento externo, tornando-se inacusativo ou ergativo (KEYSER; ROEPER, 1984).

O debate sobre se os mecanismos que alteram a estrutura argumental dos verbos são regras lexicais, sintáticas, parcialmente lexicais/sintáticas ou mesmo “construções”, na acepção de Goldberg (1995), não nos interessa aqui. Qualquer que seja o mecanismo proposto, impõe-se uma mesma pergunta: por que certo fenômeno, como a alternância causativo-ergativa (ou a regra lexical do apagamento do argumento externo) aplica-se a um item, como *quebrar*, e não a outro, como *carregar*?

Poder-se-ia postular que há uma informação lexical idiossincrática associada a *quebrar*, e não a *carregar*, isto é, que o aprendiz de PB tem de decorar quais os verbos transitivos ocorrem numa forma intransitiva-ergativa, como *quebrar*, e quais verbos só ocorrem na forma transitiva-causativa, como *carregar*. Entretanto, há evidências empíricas de que essa informação lexical não é idiossincrática, mas sistemática em relação à semântica dos verbos. Verbos que apresentam o mesmo comportamento sintático de *quebrar*, como *abrir* e *afundar* (*João abriu*

a porta > A porta abriu; João afundou a boia > A boia afundou), compartilham traços semelhantes de sentido. Tanto *quebrar* quanto *abrir* e *afundar* descrevem eventos que podem ser causados por outro evento (como em *O tombo que João levou quebrou o vaso*, *O tropeção que João deu abriu a porta* e *O furo que João fez na borracha afundou a boia*). O verbo *carregar*, por outro lado, descreve um evento que não pode ser causado por outro evento (**O empurrão que João levou carregou o vaso*), ou seja, *quebrar*, *abrir* e *afundar* podem ter causas diretas ou indiretas, mas *carregar* só pode ter uma causa direta². Portanto, parece que uma propriedade do sentido (a possibilidade de uma causa indireta) dos itens lexicais *quebrar*, *abrir* e *afundar* é relevante para a alternância causativo-ergativa que apresentam.

Partindo de evidências empíricas como a apresentada acima, é possível pensar que as propriedades semântico-lexicais sejam, de forma geral, relevantes para a estruturação sintática. Essa generalização constitui uma hipótese de pesquisa, a qual, na argumentação de Levin (1993), toma uma direção bastante radical. A autora especula, retomando uma ideia de Chomsky (1986), que talvez a única informação existente no léxico seja o sentido idiossincrático do item. O número de argumentos que um verbo toma para ser saturado, os papéis temáticos associados a esses argumentos, a sua subcategorização ou transitividade, enfim, as informações normalmente atribuídas à entrada lexical seriam deduzidas de uma única informação lexical: o sentido individual de cada item verbal. Dessa forma, como aponta a autora, haveria um retorno à concepção bloomfieldiana de léxico – uma lista de sentidos idiossincráticos (e mais nada).

Neste trabalho, não adotamos essa extensão radical da hipótese da determinação semântico-lexical sobre a sintaxe. Pelo contrário, visamos a distinguir tipos de informações lexicais, e não unificá-las em um sentido idiossincrático. Retomando o exemplo acima, entendemos, conforme o trabalho de Ciriaco (2007), que a propriedade da causa direta ou indireta pertence à grade temática do verbo, mas mostraremos que uma propriedade lógica do item verbal, independentemente de quais papéis temáticos ele atribui, também pode ser relevante para o seu comportamento na sintaxe. Metodologicamente, essa decomposição da informação semântico-lexical em níveis é bastante elucidativa.

Passemos à apresentação da classe dos verbos recíprocos no PB, conforme descrita em Godoy (2008).

² O trabalho de Ciriaco (2007) apresenta essa análise de maneira mais formalizada e detalhada. O que chamamos informalmente de “causa”, por exemplo, é a propriedade temática de Desencadeador, como proposta por Cançado (2005). Remetemos o leitor interessado ao trabalho original da autora.

Descrição da classe dos verbos recíprocos no PB: o objeto de estudo

Em PB, diversos tipos de construções podem expressar a ideia de reciprocidade:

- (1) João ama Maria e Maria ama João.
- (2) João e Maria amam um ao outro.
- (3) João e Maria se amam.
- (4) João e Maria concordam.

Em (1), temos o que Maslova e Nedjalkov (2005) chamam de expressão icônica da reciprocidade. A iconicidade se deve à repetição do verbo, que reflete a duplicidade do evento no mundo, sendo esse tipo de construção um mecanismo universal de expressão da reciprocidade. Como demonstram os autores em um levantamento tipológico, as línguas se diferem quanto à expressão não-icônica da reciprocidade. Em português, a expressão não-icônica, gramatical, pode ser construída com o SN *um...o outro*, como em (2), que é bem traduzido pelo *each other* do inglês, ou pela partícula *se*, como em (3), comum às demais línguas românicas, mas inexistente em inglês. Vale observar, conforme Maslova (2007), que o clítico *se* é uma marca ambígua, podendo expressar tanto reciprocidade quanto reflexividade. Enfim, nas sentenças de (1) a (3), a ideia de reciprocidade é veiculada de forma composicional, pois deriva de certa composição dos itens na sentença, o que podemos chamar de um mecanismo linguístico de reciprocidade. O último tipo de sentença que expressa reciprocidade em português, como em (4), no entanto, não conta com nenhum mecanismo que expresse a reciprocidade – repetição do verbo, adição de sintagmas ou partículas que veiculem esse sentido. É o único caso, dentre os quatro arrolados, de reciprocidade veiculada não-composicionalmente. Trata-se de um verbo que contém lexicalmente o sentido da reciprocidade.

O verbo *concordar* não é um idiomatismo. Existem muitos outros exemplos no PB:

- (5) João e Maria conversaram.
- (6) João e Maria trombaram.
- (7) João e Maria flertaram.

Chamaremos esses verbos nas sentenças de (4) a (7) de “verbos recíprocos”. Veja que verbos que não pertencem a esse grupo, em um mesmo tipo de construção sintática, não expressam reciprocidade:

(8) João e Maria chegaram.

Sendo essa construção não-recíproca em (8) formalmente idêntica às construções em (4)-(7), percebe-se que a reciprocidade reside mesmo no sentido dos verbos daquelas sentenças. Em (1)-(3), portanto, há reciprocidade composicional, em (4)-(7), há reciprocidade lexical e em (8), não há reciprocidade.

Os verbos recíprocos têm uma particularidade: apresentam, além das formas em (4)-(7), que chamaremos de simples, uma versão descontínua, como em (9)-(12) abaixo:

(9) João concorda com Maria.

(10) João conversou com Maria.

(11) João trombou com Maria.

(12) João flertou com Maria.

Alguns verbos não-recíprocos podem formar construções similares sintaticamente, no entanto, elas não expressam reciprocidade, mas outros sentidos, como o de companhia:

(13) João chegou com Maria.

Isolamos os verbos lexicalmente recíprocos como *concordar*, *conversar*, *trombar* e *divergir* de verbos como *amar* e *chegar*, que não contêm o sentido da reciprocidade no nível lexical (podendo veiculá-lo apenas na sintaxe, em composição com outros itens). Aqueles, e não estes, constituem o objeto de estudo deste trabalho.

A literatura atual, em geral, trata de mecanismos de reciprocidade em sentenças com verbos não-recíprocos (DIMITRIADIS, 2004, 2005; DIXON, 1992; HEIM; LASNIK; MAY, 1991; MASLOVA; NEDJALKOV, 2005; MASLOVA 2007; REINHART; SILONI, 2005; SILONI, 2001, 2007; WILLIAMS, 1991). Apenas um ou outro trabalho (DIXON, 1992; SILONI, 2001, 2007) menciona a existência de verbos lexicalmente recíprocos. Há um trabalho especificamente sobre esses verbos, mas para a língua francesa (BORILLO, 1971). A sua perspectiva teórica é mais antiga (sintaxe transformacional) e divergente da perspectiva aqui adotada. Para o português, há uma aplicação do trabalho de Borillo (FONSECA, 1984), que lista exemplos na nossa língua, mas não oferece uma análise própria.

Portanto, de maneira geral, podemos dizer que os verbos lexicalmente recíprocos são ainda inexplorados, principalmente para o PB. Em busca de uma definição desse objeto, podemos dizer que os verbos recíprocos são verbos que,

de um ponto de vista semântico, veiculam lexicalmente a ideia de reciprocidade e, de um ponto de vista sintático, ocorrem em duas diáteses, alternando-se entre as formas simples e descontínua. Expliquemos, então, o que são essas duas ocorrências sintáticas.

As formas simples e descontínua

Na forma simples, os participantes do evento recíproco estão descritos em um só argumento. Nos exemplos em (4)-(7), esse argumento é *João e Maria*, que ocupa a posição de sujeito. Devemos aqui atentar para uma distinção importante: a diferença entre os participantes do evento no mundo, denotados pelos argumentos das sentenças, e os argumentos em si, que ocupam certas posições sintáticas. O argumento-sujeito na forma simples dos verbos recíprocos deve sempre ter uma denotação plural, apontando para um conjunto de participantes no mundo, ainda que o SN seja morfossintaticamente singular. Observemos o verbo recíproco *flertar*:

(14) O casal flertou.

(15) *João flertou.

(16) Eles flertaram.

Em (14), o argumento *o casal* denota uma pluralidade de participantes no mundo, mesmo sendo singular a sua expressão morfossintática (é coletivo). Mas o argumento *João* em (15) tem uma denotação singular, por isso a sentença é agramatical. A forma simples dos verbos recíprocos, então, deve ter um argumento de denotação plural, podendo ser um SN plural, como em (16), um SN composto de nomes coordenados, como em (7), e até um SN singular de denotação coletiva, como em (14), mas não um SN singular de denotação também singular, como em (15).

Atentemos agora para a forma descontínua de *flertar*, como em (12). Nessa sentença, os participantes do evento são descritos por dois argumentos – um ocupando a posição de sujeito (*João*) e o outro introduzido pela preposição *com* (*Maria*). Na forma descontínua, não há exigência quanto à denotação dos argumentos. Em (12), ambos os argumentos denotam um só participante e em (17), abaixo, ambos denotam uma pluralidade de participantes:

(17) Os rapazes flertaram com as garotas.

Como vimos, há verbos não-recíprocos que podem ocorrer em construções sintaticamente análogas, como *jantar*, abaixo:

(18) João e Maria jantaram.

(19) João jantou com Maria.

Apesar de *jantar* poder formar uma construção similar à simples, como em (18), e também uma similar à descontínua, como em (19), não é um verbo recíproco como *flertar*. Tendo definido verbo recíproco como um verbo que apresenta uma faceta sintática – a ocorrência nas formas simples e descontínua – e uma faceta semântica – a reciprocidade lexical –, poderíamos apenas dizer que *jantar* não apresenta a faceta semântica. No entanto, é possível valer-nos de alguns testes para distinguir, de maneira mais empírica, verbos recíprocos de verbos não-recíprocos.

Identificando um verbo recíproco

O primeiro teste que indica que um verbo é lexicalmente recíproco é o do acarretamento sentencial. O acarretamento é uma noção lógica aplicada ao estudo do significado nas línguas naturais e traduz uma relação entre sentenças. Se a informação de uma sentença (b) está contida na informação de uma sentença (a), ou, dizendo de outro modo, se a sentença (b) é necessariamente verdadeira apenas por (a) ser verdade, então, dizemos que (a) acarreta (b). Por exemplo, se é verdade que *João e Maria flertaram*, é necessariamente verdade que *João flertou com Maria* e que *Maria flertou com João*. Utilizando a noção de acarretamento dessa maneira, percebemos que, se um verbo é lexicalmente recíproco, ele acarreta, na sua forma simples, sentenças descontínuas.

Tomemos o verbo *jantar*. Se é verdade que *João e Maria jantaram*, não é necessariamente verdade que *João jantou com Maria* e/ou que *Maria jantou com João*. O que a sentença acarreta é que *João jantou* e que *Maria jantou*, podendo ser usada, por exemplo, na descrição de uma situação em que os participantes jantaram em lugares e momentos diferentes, sem sequer terem se encontrado. O verbo *jantar*, portanto, não é recíproco. Na verdade, a construção *João e Maria jantaram* é ambígua, podendo descrever uma soma de participantes em um único evento ou uma soma de eventos com um participante em cada, mas não uma relação de reciprocidade entre os participantes.

Testemos com o acarretamento os verbos *brigar* e *passear* para mais exemplos. As sentenças (a) são construções simples e as sentenças (b) e (c) são os acarretamentos das sentenças (a):

(20) a. João e Maria brigaram.

b. João brigou com Maria.

- c. Maria brigou com João.
- (21) a. João e Maria passearam.
b. João passeou.
c. Maria passeou.

Brigar, em sua forma simples, acarreta sentenças descontínuas, mas *passear*, não. Portanto, apenas *brigar* é um verbo recíproco. É possível que a sentença em (21a) descreva um evento que também poderia ser descrito por *João passeou com Maria*, mas essa construção não é acarretada pela construção em (21a).

Um segundo teste para a identificação de um verbo recíproco consiste em forjar uma sentença formalmente similar à forma simples, porém, com um argumento de denotação singular. Nessas condições, um verbo recíproco formará uma sentença agramatical, como vimos em (15), reproduzida abaixo em (22), mas um verbo não-recíproco formará uma boa sentença:

- (22) *João flertou.
(23) João jantou.
(24) *João brigou.
(25) João passeou.

Esse segundo teste indica que *flertar* e *brigar* são verbos recíprocos, mas *jantar* e *passear*, não. A agramaticalidade de (22) e (24) se explica facilmente. Para ser bem sucedida a expressão da reciprocidade contida lexicalmente em verbos como *flertar* e *brigar*, é preciso que a sentença aponte pelo menos dois participantes no mundo. Isso é feito, na forma simples, com um argumento de denotação plural e, na forma descontínua, com dois argumentos denotando os participantes, mas, nas sentenças em (22) e (24), apenas um participante é apontado.

O terceiro e último teste se aplica à forma descontínua. Verbos não-recíprocos como *jantar* e *passear*, se formarem sentenças similares à forma descontínua (em que há um argumento preposicionado por *com* em posição de adjunção), aceitam a composição com a palavra *junto*, mas verbos lexicalmente recíprocos como *flertar* e *brigar* formam sentenças estranhas nessa composição:

- (26) a. João jantou com Maria.
b. João jantou junto com Maria.
- (27) a. João passeou com Maria
b. João passeou junto com Maria.

- (28) a. João flertou com Maria.
b. ??João flertou junto com Maria.
- (29) a. João brigou com Maria.
b. ??João brigou junto com Maria.

Esse teste indica que verbos não-lexicalmente recíprocos como *jantar* e *passar*, mesmo formando uma sentença sintaticamente similar à forma descontínua dos verbos recíprocos, não expressam reciprocidade, mas um sentido como o de companhia. Por isso, aceitam a composição com *junto*, que reforça ou explicita esse sentido. Entretanto, a relação entre os participantes denotados por sentenças como (28) e (29) é mesmo a de reciprocidade, não a de companhia, por isso, a composição com um adjunto de companhia formará uma sentença estranha.

Alguns exemplos dos diversos verbos recíprocos que podemos encontrar no PB por meio dos testes propostos são: *brindar*, *conviver*, *rimar*, *combinar*, *confraternizar*, *conversar*, *empatar*, *fofocar*, *reatar*, *tabelar*, *transar*, dentre tantos outros. Lembramos que todos esses verbos apresentam a alternância entre uma forma simples e uma descontínua.

Verbos recíprocos transitivos

Há um grupo de verbos que apresentam uma forma um pouco diferente, no entanto, parecem ser também lexicalmente recíprocos. Tomemos como exemplo *juntar* e *comparar*.

- (30) João juntou o leite e a farinha.
- (31) João compara a irmã e a namorada.

Esses verbos também veiculam a ideia de reciprocidade, no entanto, os participantes dessa relação, na sentença (30), são o leite e a farinha e, em (31), a irmã e a namorada. Percebe-se, então, que os participantes da reciprocidade são denotados pelo argumento em posição de complemento. Os verbos *juntar* e *comparar*, da forma como estão em (30) e (31), apresentam os seguintes acarretamentos:

- (32) a. João juntou o leite e a farinha.
b. João juntou o leite com a farinha.
c. João juntou a farinha com o leite.
- (33) a. João compara a irmã e a namorada.

- b. João compara a irmã com a namorada.
- c. João compara a namorada com a irmã.

As sentenças acarretadas em (b) e (c) acima parecem ser formas descontínuas, pois os participantes da reciprocidade são denotados por dois argumentos, um deles preposicionado. Da mesma maneira, as sentenças em (a) parecem ser formas simples, na qual os participantes da reciprocidade são apontados por um argumento de denotação plural (o argumento complemento). Logo, *juntar* e *comparar* parecem ser verbos recíprocos, pois acarretam sentenças descontínuas a partir de sua forma simples, conforme o primeiro teste proposto para a identificação de verbos recíprocos. *Juntar* e *comparar* se diferem de verbos recíprocos como *flertar* por dois pontos: 1) apresentam um complemento verbal e 2) denotam os participantes da reciprocidade nesse argumento-complemento, e não no argumento-sujeito. A fim de perceber que *juntar* e *comparar* são de fato verbos recíprocos, comparemo-los a um verbo transitivo não-recíproco como *pegar*:

- (34) a. João pegou o leite e a farinha.
- b. João pegou o leite.
- c. João pegou a farinha.

Pegar pode formar uma construção sintaticamente similar à forma simples de *juntar* e *comparar* ((30) e (31)), mas não acarreta sentenças descontínuas. Não se verifica, portanto, a reciprocidade lexical desse verbo. Da mesma forma, utilizando-nos do segundo teste proposto, vemos que *pegar* forma uma boa sentença se o argumento-complemento tiver denotação singular, mas *juntar* e *comparar*, a menos que se entenda um argumento implícito, formam uma sentença agramatical:

- (35) João pegou o leite.
- (36) *João juntou o leite.
- (37) *João comparou a namorada.

O terceiro e último teste – a composição com *junto* – não parece se aplicar a verbos transitivos, pois forma sentenças estranhas tanto com verbos não-recíprocos como *pegar* (?João pegou o leite junto com a farinha) quanto com verbos a serem testados como recíprocos, como *juntar* e *comparar* (??João comparou a namorada junto com a irmã).

Talvez a transitividade mais estudada dos verbos recíprocos seja como a do verbo *flertar*, em que os participantes do evento recíproco são denotados, na

forma simples, pelo argumento externo (*João e Maria flertaram*). Poucos trabalhos (BORILLO, 1971; SILONI, 2001, 2007) registram a ocorrência de verbos como *juntar* e *comparar*, que denotam os participantes da relação de reciprocidade no argumento interno. No entanto, esses verbos são bastante numerosos em PB. Eis alguns exemplos: *confundir*, *embaralhar*, *misturar*, *reunir*, *afastar*. Borillo (1971) também observa que, em francês, verbos recíprocos transitivos são numerosos. Fonseca (1984, p.395) discorda que esses verbos integrem a classe dos verbos recíprocos, sem, no entanto, apresentar uma argumentação consistente para isso. O autor diz que essa extensão da noção de simetria (entendida aqui como reciprocidade) é “excessiva” e “sem relevância e utilidade”.

Neste trabalho, entendemos que a noção de reciprocidade deve ser estendida a verbos como *juntar* e *comparar*, que aceitam os testes propostos. Apesar de esses testes não serem infalíveis, eles se configuram como pistas para o diagnóstico de que um verbo transitivo como *juntar*, assim como o intransitivo *flertar*, apresenta as duas facetas de um verbo recíproco: a semântica – a informação da reciprocidade em nível lexical – e a sintática – a dupla ocorrência de formas, simples e descontínua. Qualquer que seja a sua transitividade, um verbo recíproco apresenta uma forma simples, em que os participantes da reciprocidade são denotados por um argumento em posição estrutural na sentença (o argumento externo em verbos como *flertar* e o argumento interno em verbos como *juntar*), e uma forma descontínua, em que os participantes são denotados separadamente por dois argumentos, um deles em posição estrutural (sujeito ou complemento) e o outro introduzido na sintaxe por preposição em posição de adjunção. Os verbos não-recíprocos podem eventualmente formar construções formalmente similares às construções simples ou descontínuas dos verbos recíprocos, como mostramos em (18), (19), (21a), (26a), (27a) e (34a). No entanto, os verbos lexicalmente recíprocos apresentam necessariamente as duas formas.

Não é, portanto, uma transitividade específica que reúne os verbos recíprocos em uma classe. O que esses verbos compartilham, identificando-os como um grupo, é outra característica sintática: o fato de cada verbo alternar sua forma sintática, ocorrendo ora em uma forma simples (um ou dois argumentos em posição estrutural – sujeito ou sujeito e complemento), ora em uma forma descontínua (um ou dois argumentos em posição estrutural mais um argumento preposicionado em posição de adjunção). A propriedade sintática dessa classe, que soma cerca de 200 verbos em PB³, é uma alternância verbal.

³ Para uma vasta listagem, descrição e exemplificação dos verbos recíprocos em PB e uma análise semântica da alternância simples-descontínua, consulte-se Godoy (2008).

A natureza da propriedade semântico-lexical relevante para uma alternância verbal

Seguindo a hipótese apresentada na primeira seção, as alternâncias verbais podem ser explicadas por um princípio gramatical (quer seja uma regra lexical, sintática, ou mesmo uma construção) que relaciona uma propriedade semântico-lexical a um comportamento sintático. Por isso, essa propriedade semântico-lexical é referida como sendo relevante sintaticamente, pois o verbo que a contiver se comportará na sintaxe de determinada maneira.

As propriedades semânticas relevantes na alternância causativo-ergativa, como vimos pelo trabalho de Ciríaco (2007), são de natureza temática, ou seja, os verbos que participam dessa alternância compartilham uma mesma configuração temática (são verbos causativos compatíveis com uma causa indireta associada a seu argumento externo). Os verbos recíprocos, por outro lado, não têm uma mesma configuração temática.

Dentre os verbos recíprocos intransitivos, há verbos como *brigar*, que são agentivos, pois atribuem o papel de agente a seu argumento externo, verbos como *coexistir*, que são estativos, atribuindo o papel de objeto estativo, e verbos de afetação, como *colidir*, que atribuem o papel de afetado ao argumento-sujeito. Dentre os verbos recíprocos transitivos, há verbos psicológicos, que atribuem o papel de experienciador a seu argumento externo, como *comparar*, e também verbos causativos, como *fundir*, atribuindo o papel de causa ao argumento externo e o de afetado ao argumento interno. Assim, a propriedade semântica que se relaciona à propriedade sintática dos verbos recíprocos (a alternância entre as formas simples e descontínua) não pode ser de natureza temática, como é o caso dos verbos participantes da alternância causativo-ergativa. A propriedade relevante aqui pertence a outro componente do significado do verbo, e não à sua grade temática.

Essa propriedade semântica comum aos verbos recíprocos é a reciprocidade, uma relação que o verbo estabelece entre os participantes do evento que descreve, quaisquer que sejam os papéis ou funções dos participantes nesse evento e qualquer que seja o tipo de evento (acional, processual, estativo, psicológico ou causativo). Essa relação de reciprocidade parece pertencer ao componente lógico do significado do verbo recíproco. Expliquemos melhor essa intuição.

Heim, Lasnik e May (1991), em um texto fundamental para o estudo das construções recíprocas, analisam a anáfora *each other* no inglês, estendendo a análise às construções recíprocas românicas com *se*:

(38) They like each other.

(39) João e Maria se amam.

Note-se que se trata de mecanismos de reciprocidade compostos com verbos não-recíprocos. Os autores propõem que as anáforas *each other* e *se* sejam operadores lógico-formais que incidem sobre os predicados e seus argumentos. Esses operadores, chamados “reciprocadores” (“*reciprocators*”), realizam uma relação lógica entre os participantes do evento descrito pelo verbo. Williams (1991), discutindo o texto de Heim, Lasnik e May (1991), acrescenta que as línguas têm versões simples dessas estruturas formais, e cita o verbo *collide* (colidir), sugerindo que verbos como este têm intrínseco o operador reciprocador.

Podemos então considerar a reciprocidade uma propriedade semântica pertencente a um componente lógico do significado dos verbos recíprocos e não à sua grade temática. Assim, haveria, no português, operadores de reciprocidade autônomos, como *se* e *um ao outro*, que se compõem com verbos não-recíprocos, e operadores de reciprocidade intrínsecos a certos verbos, os verbos recíprocos. Esses verbos determinam lexicalmente, e não composicionalmente, uma relação de reciprocidade entre os participantes, quaisquer que sejam, no nível das relações de predicação, os tipos de eventos ou de grades temáticas.

A reciprocidade é uma propriedade semântica comum aos verbos que alternam sua diátese entre as formas simples e descontínua. É, por isso, uma propriedade semântico-lexical sintaticamente relevante, ainda que de natureza lógica. As propriedades semântico-lexicais relevantes sintaticamente, portanto, podem ter naturezas diferentes: para a alternância causativo-ergativa, a propriedade relevante é de natureza temática; para a alternância simples-descontínua dos verbos recíprocos, a propriedade relevante é de natureza lógica.

Levin e Rappaport-Hovav (2002) também discutem a natureza das propriedades semânticas relevantes sintaticamente. Elas argumentam que as propriedades aspectuais têm sido superestimadas na análise de certos fenômenos, como o da inacusatividade. Tenny (1994) é quem mais radicalmente assume tal postura, dizendo que o único traço semântico relevante para o link entre a entrada lexical e a expressão sintática dos argumentos é o aspecto verbal. Levin e Rappaport-Hovav, em seu texto, visam a demonstrar que o tipo de complexidade do evento expresso pelo verbo é que determina o fenômeno da inacusatividade.

Sem entrar nas noções de evento e de complexidade de eventos, como propostas pelas autoras, vale aqui reafirmar que a informação semântica presente no léxico pode ser distinguida em tipos ou níveis. Parece haver traços temáticos,

lógicos, aspectuais, eventuais ou idiossincráticos e alguns deles são relevantes para a estruturação sintática, em relação a determinado fenômeno.

Considerações finais

Inicialmente, explicitamos a argumentação, nas linhas de Levin (1993), para que se postule a hipótese da determinação semântico-lexical sobre a sintaxe, tomando como exemplo a análise de Ciríaco (2007) para a alternância causativo-ergativa em PB. Em seguida, apresentamos os verbos recíprocos como uma classe verbal inexplorada no PB. Caracterizamos as formas simples e descontínua: a forma simples denota os participantes da relação de reciprocidade expressa pelo verbo em um argumento de denotação plural; a forma descontínua denota os participantes da reciprocidade em dois argumentos, um deles introduzido na sintaxe por preposição. Apresentamos três testes para se identificar um verbo recíproco no PB: o do acarretamento, o da denotação singular e o da composição com *junto*. Argumentamos que verbos que expressam a relação de reciprocidade no argumento interno, como *juntar*, também pertencem à classe. Mostramos que os verbos recíprocos podem apresentar diversas transitividades e grades temáticas. Assim, percebemos que a propriedade sintática que reúne esses verbos é a alternância entre as formas simples e descontínua, não a transitividade, e que a propriedade semântica que se relaciona a esse comportamento sintático é a reciprocidade, que parece ser uma propriedade lógica, não temática. Essa propriedade semântica, portanto, é relevante sintaticamente, pois o verbo que a contiver se manifestará de duas maneiras na sintaxe: nas formas simples e descontínuas.

Corroboramos, pois, com esses resultados, a hipótese de que há propriedades semânticas, presentes na informação lexical dos itens, que determinam o seu comportamento sintático. Também expandimos a hipótese, argumentando que as propriedades semântico-lexicais relevantes sintaticamente podem ter naturezas diferentes.

Agradecimentos

Agradeço ao CNPq e à Capes pelo auxílio a esta pesquisa.

GODOY, L. Reciprocal verbs in Brazilian Portuguese and the hypothesis of a lexical-semantic determination in syntax. *Alfa*, São Paulo, v.53, n.1, p.283-299, 2009.

- *ABSTRACT: This paper deals with the hypothesis of a lexical-semantic determination in syntax, presenting a verbal class which hasn't yet been studied in Brazilian Portuguese, the so called "reciprocal verbs". Based on current literature, the motivation for the hypothesis is discussed and in turn it is presented a description of the reciprocal verbs by identifying both*

syntactic and semantic properties that are relevant for grouping these verbs together. The paper aims, on the hand, to confirm the hypothesis and, on the other, to explore it by pondering on the nature of the lexical-semantic information that is relevant to syntax.

- **KEYWORDS:** *Lexicon. Lexical semantics. Syntax-semantics interface. Reciprocal verbs.*

REFERÊNCIAS

BORILLO, A. Remarques sur les verbes symétriques français. *Langue française*, Paris, v.11, p.17-31, 1971.

CANÇADO, M. Verbal alternations in Brazilian Portuguese. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2007. Não-publicado.

_____. Propriedades semânticas e posições argumentais. *DELTA*, São Paulo v.21, n.1, p.23-56, 2005.

_____. Um estatuto teórico para os papéis temáticos. In: MULLER, A. L.; NEGRÃO, E. V.; FOLTRAN, M. J. (Org.). *Semântica formal*. São Paulo: Contexto, 2003. p.95-124.

_____. O papel do léxico em uma teoria de papéis temáticos. *DELTA*, São Paulo, v.16, n.2, p.297-321, 2000.

CHOMSKY, N. *Knowledge of language: its nature, origin and use*. New York: Praeger, 1986.

_____. *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris, 1981.

CIRÍACO, L. *A alternância causativo-ergativa no PB: restrições e propriedades semânticas*. 2007. 112f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

CORRÊA, R.; CANÇADO, M. Verbos de trajetória no PB: uma descrição sintático-semântica. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v.14, n.2, p.1-25, 2006.

DIMITRIADIS, A. The event structure of irreducibly symmetric reciprocals. In: DOLLING, J.; HEYDE-ZYBATOW, T. (Ed.). *Event structures in linguistic form and interpretation*. Berlin: De Gruyter, 2005. p.327-354.

_____. Discontinuous reciprocals. Utrecht: Utrecht Institute of Linguistics, 2004. Disponível em: <<http://www.let.uu.nl/~alexis.dimitriadis/personal/papers/discon-long-ms04.pdf>> Acesso em: 01 jul. 2008.

DIXON, R. M. W. *A new approach to English grammar, on semantic principles*. Oxford: Clarendon Press, 1992.

DOWTY, D. The semantic asymmetry of 'argument alternations' (and why it matters). In: VAN DER MEER, G.; TER MEULEN, A. G. B. (Ed.). *Making sense: from lexeme to discourse*. Groningen: Center for Language and Cognition Groningen, 2001. p.1-16. (Groninger Arbeiten zur germanistischen linguistics, n.44).

_____. Thematic proto-roles and argument selection. *Language*, Baltimore, v.67, n.3, p.547-619, 1991.

_____. On the semantic content of the notion of thematic role. In: CHIERCHIA, G.; HALL-PARTEE, B.; TURNER, R. (Ed.). *Properties, types and meaning*. Dordrecht: Kluwer, 1989. v.2, p.69-129.

FONSECA, J. Verbos simétricos. *Boletim de filologia*, Lisboa, v.2, p.383-403, 1984.

GODOY, L. A. G. *Os verbos recíprocos no PB: interface sintaxe-semântica lexical*. 2008. 86f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

GOLDBERG, A. E. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

HALE, K. L.; KEYSER, S. J. *A view from the middle*. Cambridge: MIT, 1987. (Lexicon project working papers, 10).

HEIM, I.; LASNIK, H.; MAY, R. Reciprocity and plurality. *Linguistic Inquiry*, Cambridge v.22, n.1, p.63-101, 1991.

KEYSER, S. J.; ROEPER, T. On the middle and ergative constructions in English. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, v.15, n.2, p.381-416, 1984.

LEVIN, B. *English verb classes and alternations: a preliminary investigation*. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.

LEVIN, B.; RAPPAPORT-HOVAV, M. *Argument realization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

_____. The semantic determinants of argument expression: a view from the English resultative construction. In: GUÉRON, J.; LECARME, J. (Ed.). *The syntax of time*. Cambridge: MIT Press, 2002. p.477-494.

_____. The formation of adjectival passives. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, v.17, n.4, p.623-661, 1986.

MASLOVA, E. Reflexive encoding of reciprocity: cross-linguistics and language internal variation. In: KÖNIG, E.; GAST, V. (Ed.). *Reciprocals and reflexives: cross-linguistics and theoretical explorations*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2007. p.225-258.

MASLOVA, E.; NEDJALKOV, V. P. Reciprocal constructions. In: HASPELMATH, M. et al. (Ed.). *The world atlas of language structures*. New York: Oxford University Press, 2005. p.430-433.

MOREIRA, C. *Princípio de ligação sintaxe/semântica: construções estativas*. 2000. 93f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

PINKER, S. *Learnability and cognition: the acquisition of argument structure*. Cambridge: MIT Press, 1989.

REINHART, T.; SILONI, T. The lexicon-syntax parameter: reflexivization and other arity operations. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, v.36, n.3, p.389-436, 2005.

SILONI, T. The syntax of reciprocal verbs: an overview. In: KÖNIG, E.; GAST, V. (Ed.). *Reciprocals and reflexives: cross-linguistics and theoretical explorations*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2007. p.451-498.

_____. Reciprocal verbs. In: FALK, Y. (Ed.). *Proceedings of Israel association for theoretical linguistics*. Jerusalém: The Hebrew University of Jerusalém, 2001. v.17. Disponível em: <<http://atar.mscc.huji.ac.il/~english/IATL/17/>>. Acesso em: 01 jul. 2008.

TENNY, C. L. *Aspectual roles and the syntax-semantics interface*. Dordrecht: Kluwer, 1994.

WHITAKER-FRANCHI, R. C. M. *As construções ergativas: um estudo sintático e semântico*. 1989. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Estadual de Campinas, Campinas, 1989.

WILLIAMS, E. Reciprocal scope. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, v.22, p.159-173, 1991.

Recebido em agosto de 2008.

Aprovado em janeiro de 2009.

RESENHA /
REVIEW

RESENHA/REVIEW

Milton FRANCISCO¹

CALVET, L.-J. *As políticas linguísticas*. Prefácio de Gilvan Müller de Oliveira. Tradução de Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen e Marcos Bagno. São Paulo: Parábola; Florianópolis: IPOL, 2007. 168 p. (Na ponta da língua, 17).

No Brasil, é histórico nos cursos de Letras um privilégio à vertente variacionista ou quantitativa da Sociolinguística, conhecida também como laboviana. Apesar de ter apresentado um desenho do Português e suas variedades nas/das últimas décadas e contribuído para relativa inserção dessas variedades no ensino², essa perspectiva teórica é restritiva demais para um país plurilíngue. Ela ignorou, por exemplo, as línguas indígenas, quilombolas, crioulas, de fronteira, de imigração – como Aimara, Armênio, Japonês, Pomerano, Talian –, as quais podemos chamar de *línguas brasileiras*, todas faladas por cidadãos brasileiros³. Essas línguas, salvo – se é verdade – as indígenas, estão à mercê dos interesses do Estado e da maioria dos linguistas, como se elas não se integrassem na cultura brasileira, como se não fossem línguas também nossas, como se o Brasil não se constituísse por mais de 200 comunidades linguísticas diferentes (OLIVEIRA, 2003).

A Sociolinguística que temos é a do Português, do monolinguismo. Mas há razões fortes para seu reinado. Uma delas é o fato de o Estado atribuir ao Português a função de língua nacional e de ensino, especialmente a partir de 1753, quando Marquês de Pombal determinou o uso exclusivo do Português no Estado do Grão Pará e Maranhão, em detrimento das línguas indígenas faladas pela maioria dos brasileiros. Outra, já no século XX, sem dúvida, é a política de Getúlio Vargas contra as línguas de imigração, sobretudo no sul do País. Outra razão, em determinada perspectiva, é o fato de serem línguas de minorias apenas. Entre nós, raramente

¹ UFAC – Universidade Federal do Acre. Centro de Educação, Letras e Artes. Rio Branco – AC – Brasil. 69915-900 – miltonchico@yahoo.com.br

² Sobre a presença da Sociolinguística Variacionista no ensino de língua, consulte, por exemplo, Gorski e Coelho (2006).

³ Uma leitura inicial acerca do conceito de línguas brasileiras poderia ser, por exemplo, Altenhofen (2007) e Morello e Oliveira (2007).

se implementaram políticas públicas em benefício de pequenas comunidades. Tudo conforme decisões de uma ou outra elite – *da elite*.

Mas há sinais de mudança nos cursos de Letras. Uma contribuição nesse sentido é a obra vertida para o português e recentemente lançada no Brasil intitulada *As políticas linguísticas*, de Louis-Jean Calvet, professor de Sociolinguística na Universidade de Provença, França. Esse livro – acolhido como leitura subsequente ao *Sociolinguística: uma introdução crítica*, também de Calvet (2002) – gira em torno de dois conceitos cruciais a toda comunidade linguística/social: política e planejamento/planificação linguísticos. O primeiro diz respeito às decisões do Estado relativas às línguas e à sociedade, enquanto o segundo concerne à implementação dessas decisões. Calvet, provido teoricamente, percorre diferentes políticas assumidas por diferentes governos em diferentes épocas e seus respectivos planejamentos.

No capítulo I, “Nas origens da política linguística”, Calvet expõe o surgimento e evolução do binômio política e planejamento linguísticos na segunda metade do século XX, procurando correlacioná-los a alguns desafios políticos dessa época. Num primeiro momento, os teóricos do planejamento linguístico preocuparam-se com a linguística estrutural e o aspecto interno da língua, sua forma. Nessa perspectiva, estão os primeiros trabalhos dos sociolinguistas reunidos na Califórnia – em que se destacaram Bright, Ferguson, Gumperz, Haugen, Hymes e Labov. O norueguês Haugen (1959), ao pensar, por exemplo, os problemas linguísticos da Noruega ocorridos após séculos de dominação dinamarquesa, tomou emprestado da economia a expressão planejamento linguístico e da administração, teoria da decisão, embora mantendo-os como “[...] modelos utilizados na economia liberal e na administração de empresas, sem nenhuma análise sociológica das relações de força que se encontram em jogo.” (CALVET, 2007, p.25). Noutra momento, a teoria se enriqueceu com a distinção que Kloss (1969) fez entre planejamento do *corpus* e planejamento do *status*. O primeiro diz respeito à intervenção na forma da língua e o segundo às suas funções e relações com as outras línguas, diz respeito ao *status* social das línguas. Essa distinção é retomada no segundo modelo de Haugen (1983), que focaliza as escolhas formais e funcionais de uma língua por parte do Estado e o auxílio técnico do linguista que codifica e operacionaliza tais escolhas. Outra modificação no conceito de planejamento ocorreu por parte de linguistas occitanos, crioulofônos e catalães nos anos de 1970 e 1980, sobretudo por vincularem seu trabalho teórico às comunidades em que viviam. Calvet (2007, p.35) observa que “[...] os primeiros teóricos – norte-americanos – da política e do planejamento linguísticos pecavam pela falta de visão teórica; eles tendiam a negligenciar o aspecto social da intervenção planejadora sobre as línguas.” Por sua vez, os linguistas europeus falantes de línguas dominadas “insistiram na existência de conflitos linguísticos, contribuindo notavelmente para enriquecer a

teoria” (CALVET, 2007, p.36), por exemplo, ao entenderem que diglossia não é uma coexistência harmoniosa de duas variedades linguísticas – como consideravam Ferguson (1959) e os demais estadunidenses –, mas uma situação conflituosa entre língua dominante e língua dominada. Nesse capítulo, Calvet (2007) destaca também que o planejamento pode ser indicativo/incitativo, baseado no acordo entre as diferentes forças sociais, ou imperativo, que implica a socialização dos meios de produção, por vezes de forma autoritária.

No capítulo II, “As tipologias das situações plurilíngues”, Calvet trata dos meios científicos requeridos pela política linguística desde a década de 1960, os quais foram fornecidos especialmente por Ferguson, Fishman e Stewart, que se voltaram para as relações entre língua e sociedade. Exemplo disso é a correlação dos tipos de língua (vernácula, padrão, clássica, pidgin, crioula) com suas funções (gregária, oficial, veicular, internacional, de religião, língua de ensino, língua objeto de ensino), o que propiciou uma classificação das línguas em majoritária, minoritária e língua de *status* especial. Nessa mesma perspectiva, Fasold (1984) argumenta que uma língua deve possuir certos atributos para preencher certa função. Trata-se de uma proposta considerada interessante por Calvet, mas não amplamente desenvolvida. Para Calvet, a complexidade das situações de contato linguístico exige um modelo tipológico que leve em conta vários fatores, como dados quantitativos, jurídicos, funcionais, diacrônicos, simbólicos, conflituais. Essa exigência, porém, não foi atendida pelas propostas de Ferguson, Stewart e Fasold, sobretudo por assumirem uma visão estática das situações, as quais, na verdade, estão em constante evolução, tanto no plano estatístico, quanto no plano simbólico. Enfatiza Calvet (2007, p.59): “[...] a avaliação prévia à determinação da política linguística deve necessariamente levar em consideração as evoluções em curso”.

Na década de 1990, surgiu a proposta de Chaudenson, a qual Calvet considera um instrumento razoável para diagnosticar situações bi/plurilíngues e traçar objetivos de um possível planejamento linguístico, uma vez que permite identificar as (in)coerências entre os graus de uso, de reconhecimento (isto é, de oficialidade) e de funcionalidade (as possibilidades que a língua tem de ocupar as funções a ela atribuídas) das línguas em contato, além de permitir identificar diacronicamente o progresso desejado após intervenção. A “grade de Chaudenson”, porém, não considera os fatores simbólicos ou conflituais, apesar de incluir os quantitativos e jurídicos.

Questões teóricas integram também o capítulo III, “Os instrumentos do planejamento linguístico”, ao lado dos problemas surgidos quando o Estado procura administrar sua situação linguística, o que implica decisões que envolvam forças científicas e ideológicas diversas. Um dos pontos destacados por Calvet é que deve haver um “equipamento das línguas”, no sentido de elas serem munidas

de recursos necessários e suficientes para que cumpram determinadas funções atribuídas pelo Estado. Exemplo disso é o que ocorre no Brasil com as línguas indígenas a partir da Constituição de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Trata-se de uma intervenção do Estado que implica equipar com escrita cada nova língua de alfabetização/ensino, com o auxílio do linguista no trabalho de descrição fonológica, de escolhas lexicais, ortográficas e do alfabeto. Como nesse caso, para intervir, o Estado utiliza-se da lei, ela “é um dos principais instrumentos do planejamento linguístico.” (CALVET, 2007, p.76). O Estado precisa das leis para se impor, porque tais políticas são geralmente repressoras. Aliás, as leis linguísticas se distinguem pelo modo de intervenção: incitativo ou imperativo; pelo conteúdo a sofrer intervenção: a forma, o uso ou a defesa das línguas. Distinguem-se também pelo campo de aplicação geográfica: internacional, nacional ou regional; pelo nível de intervenção jurídica, podendo ser definida pela Constituição, leis, decretos, resoluções, recomendações.

As leis linguísticas têm seus efeitos. Por exemplo, a escolha por uma ou outra denominação de uma língua implica revalorizar simbolicamente o nome preferido e reforçar sua dimensão identitária. Calvet lembra o caso do espanhol e castelhano na Espanha, e do malaio / *bahasa indonesia* (a mesma língua, porém renomeada ao tornar-se oficial) na Indonésia. Em nosso contexto, há argumentos a favor de que falamos “brasileiro”, apesar de nossa formação linguística predominantemente portuguesa. Como parte de sua política, nosso Estado mantém a nomenclatura dos tempos da colonização. “Português” ou “brasileiro” denotam a mesma coisa, mas conotam algo diferente, o que interfere na política linguística e nos argumentos em defesa de cada nome. Outro efeito das leis é sobre as funções: língua oficial, nacional, regional, “própria”. Por vezes, oficial e nacional são qualitativos sinônimos, como ocorre na França ou no Brasil; já na África francófona, por exemplo, oficial é a língua do Estado, enquanto nacionais são algumas línguas africanas – como no Senegal –, ou todas as línguas africanas do país, como em Camarões, com cerca de 200 línguas. O fato é que é impossível uma política que envolva grande número de línguas, sobretudo introduzi-las na escola. Por exemplo, em 2002, em São Gabriel da Cachoeira, no noroeste do Amazonas, diante da proposta de co-oficialização de línguas indígenas por lei municipal, co-oficializaram Nheengatu, Tukano e Baniwa, dentre as 22 faladas no município. Ao lado do Português, as três línguas tomaram-se línguas de ensino e de comunicação⁴.

Calvet atenta que, apesar de as políticas linguísticas, em geral, serem nacionais e intervirem em territórios delimitados pelas fronteiras, há as diásporas e grupos de migrantes que se definem por sua dispersão, e não por um território. Desse fato surgiu o princípio de territorialidade, que considera a escolha ou o direito à

⁴ Esse processo de co-oficialização foi assessorado pelo Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL). Informações a respeito constam de sua página www.ipol.org.br.

língua serem determinados pelo território, e o de personalidade, segundo o qual os indivíduos de um grupo linguístico reconhecido têm o direito de falar sua língua, independente de onde se situam. A observação de Calvet (2007, p.82-83) é de que “[...] a escolha entre os dois princípios tem repercussões sobre o futuro das línguas, e também sobre a gestão do país.” Como exemplo, poderíamos lembrar que o princípio de territorialidade (conjugado a um planejamento imperativo) assumido por Getúlio Vargas na década de 1930, em prol do nacionalismo, quase levou à extinção as línguas de imigrantes no sul do País. Em contrapartida, o princípio de personalidade recentemente levado em conta pelos governos, por exemplo, de Blumenau e Pomerode em Santa Catarina – cidades de colonização alemã – revitalizam essas línguas, mediante um planejamento incitativo⁵. Esse tipo de revitalização orienta-se pelo direito à língua, que deve ser, conforme Calvet, direito à própria língua e à língua do Estado, o que implica, por exemplo, alfabetização em ambas as línguas⁶.

Uma questão central da política linguística é que “[...] há dois tipos de gestão das situações linguísticas: uma que procede das práticas sociais e outra da intervenção sobre essas práticas.” (CALVET, 2007, p.69). A primeira diz respeito às soluções que as pessoas encontram diante dos problemas de comunicação no dia-a-dia, independentemente do Estado, por exemplo, as negociações linguísticas entre brasileiros e imigrantes chineses ou árabes na cidade de São Paulo ou o uso de *portunhol* nas cidades brasileiras fronteiriças aos hispano-falantes. A segunda diz respeito às propostas elaboradas pelos linguistas e avaliadas pelo Estado, que estariam em acordo ou desacordo com os sentimentos linguísticos dos falantes. Os instrumentos de planejamento linguístico – sob os cuidados do linguista – são “[...] a tentativa de adaptação e de utilização *in vitro* de fenômenos que sempre se manifestaram *in vivo*.” (CALVET, 2007, p.71). Daí, o papel do linguista é, de certo modo, contribuir para que a política do Estado seja coerente com as soluções intuitivas postas em prática pelo povo.

O capítulo IV, “A ação sobre a língua (o *corpus*)”, é dedicado à política linguística de intervenção na forma da(s) língua(s), que pode ocorrer, por exemplo, como fixação da escrita, padronização de uma língua ou dialeto, enriquecimento de léxico, luta contra os estrangeirismos⁷. Calvet comenta cinco estudos de caso, dialogando com o capítulo anterior. O primeiro é sobre a China, onde as centenas de línguas e dialetos falados é um desafio para qualquer planejamento linguístico. Em grande parte do país, crianças de grupos minoritários aprendem inicialmente a língua/dialeto da família, e somente na escola vão aprender a

⁵ Também sobre essa revitalização há informações na página web do IPOL.

⁶ Sobre tais direitos vale ler a *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos* (OLIVEIRA, 2003).

⁷ No Brasil, há quase uma década, a Lei Aldo Rebelo (1999) motivou forte debate acerca dos estrangeirismos, o qual foi organizado por Faraco (2001).

língua de unificação (*pu tong hua*). No entanto, parte da população, revelando forte sentimento identitário, recusa-se a usar o *pu tong hua*, o que dificulta sobremaneira a intervenção do Estado. Outro caso são as intervenções jurídicas da França sobre a ortografia, que têm sido prudentes e comedidas. Por exemplo, em 1990, o Conselho Superior da Língua Francesa elaborou, a pedido do primeiro-ministro, um relatório com proposições de retificação da ortografia. Trata-se de um texto típico do planejamento indicativo: não tem força de lei, faz proposições e espera que elas sejam aceitas pelos falantes. Em contrapartida, em 1994, o Conselho de Ministros adotou a “lei Toubon”, que ainda hoje proíbe, por exemplo, o uso de marcas registradas constituídas de termos estrangeiros e obriga o uso do francês na publicidade em geral: planejamento tipicamente imperativo. O terceiro caso exposto por Calvet é a fixação do alfabeto em alguns países da África Ocidental – Burkina Fasso, Costa do Marfim, Guiné, Mali e Senegal –, cujas línguas, todas do grupo mandinga, não tinham um sistema de escrita oficial na época da independência desses países. Em 1966, especialistas em linguística e em alfabetização propuseram, em relatório da Unesco, seis diferentes alfabetos. Diante dos problemas decorrentes e do emaranhado linguístico, Calvet (2007, p. 106-107) aponta distintos “problemas inerentes ao estabelecimento de um alfabeto e de uma ortografia”, sobretudo no que tange a aspectos fonéticos. E argumenta que há certos critérios a serem combinados ao “elaborar” um alfabeto, os quais por vezes são contraditórios, cabendo, portanto, equilibrá-los. O caso seguinte é acerca da revolução linguística na Turquia, iniciada logo após a fundação da República em 1923. Por razões ideológicas e políticas, ocorreu uma reforma na escrita, o alfabeto persa e árabe do Império Otomano foi substituído por outro adaptado do alfabeto latino, com tendência a uma língua laica. Trata-se de um planejamento imperativo que ainda hoje busca o *öz türkçe*, o “puro turco”. O quinto caso comentado por Calvet (2007) é o da padronização linguística a partir da grafia na Noruega, que ocorre desde que o país se tornou independente em 1905. O Parlamento norueguês votou, de 1907 a 1981, onze reformas ortográficas, ora remetendo-se à dominação dinamarquesa, ora procurando apagar da língua os traços dessa dominação. Um conflito político-identitário, portanto. Hoje em dia, co-existem duas variedades de norueguês escrito – *bokmal* (língua próxima do dinamarquês) e *nynorsk* (língua próxima dos dialetos populares). Calvet conclui esse capítulo atentando para a ineficácia a que as políticas de intervenção no *corpus* estão sujeitas, seja no caso chinês diante do imenso território, população e diversidade linguística, seja num regime altamente democrático como o da Noruega.

No capítulo V, “A ação sobre as línguas (o *status*)”, Calvet expõe sobre a política de intervenção no *status* de uma ou mais línguas, seja atribuindo novas funções a uma língua, seja retirando-lhe funções. É algo como mudar a posição das línguas no tabuleiro social. Para elucidar, também cinco estudos de caso são apresentados. O primeiro deles é a promoção de uma língua veicular na

Tanzânia, onde se falam aproximadamente 120 línguas maternas; o inglês, a língua de colonização; e o suaíli, língua veicular reservada aos portos, mercados e estradas, que se tornou nacional. O governo da Tanzânia – que surgiu da fusão entre Zanzibar e Tanganica em 1964 –, logo após a independência, optou por usar o suaíli desde a comunicação com o povo até funções oficiais, em detrimento do inglês e das línguas vernáculas. Sua expansão foi facilitada por já ser uma língua escrita e usada pela administração local; ser falado pela maioria da população; não ser a língua de um grupo específico; e, simbolicamente, ser visto como língua da independência, sem conotação colonial. O segundo caso lembrado por Calvet é a promoção de uma língua minoritária na Indonésia, país com cerca de 200 línguas de diferentes grupos etnolinguísticos. Trata-se de normalização da escrita de uma língua falada, o malaio / *bahasa indonesia*, “língua indonésia”, e sua fixação como língua oficial. Com a independência nos anos 1940, a promoção do malaio foi uma das formas de a população e o governo indonésio se desvincularem do colonizador holandês. O terceiro caso é o plurilinguismo suíço, como prova de que o estado-nação não necessita de língua única para sustentar sua unidade, como tanto se argumenta no Brasil ainda hoje, por exemplo, diante da relação entre português e as línguas de imigração. Desde 1938, quatro línguas suíças – alemão, francês, italiano e romanche – são oficiais e nacionais na Suíça, sendo as três primeiras administrativas. Na verdade, a maioria germanófono não impõe sua língua às minorias, ela não se comporta como maioria. O quarto caso é a política cultural externa da França, sua defesa de *status* internacional à língua francesa. Na União Europeia, a França propõe que em toda a Europa se ensinem duas línguas estrangeiras, entre elas o francês, e tenta impedir que o inglês se torne a única língua de trabalho. No espaço da francofonia, tanto em políticas bilaterais ou multilaterais, a França tende-se a promover sua língua e sua cultura, sobretudo em relação às ex-colônias africanas. Outro ponto é a política de ensino do francês pelo mundo, a qual, para Calvet, se é coerente, é de se duvidar: seus argumentos se fundamentam na teoria do terceiro capítulo principalmente. As indicações são de que a política linguística externa da França é um “peixe ensaboad”, mas que procura sempre saltar “à francesa”. O último caso exposto por Calvet diz respeito à arabização na África do Norte (Argélia, Marrocos e Tunísia), ocorrida desde os meados do século passado. Trata-se de várias tentativas de elevar o árabe – por vezes, o clássico, o do Corão, por vezes, o moderno, língua das mídias e dos Estados – ao *status* de língua oficial, nacional, de ensino. Os três países assumiram políticas linguísticas de arabização relativamente distintas, mas tendo em comum três aspectos: o fato de o árabe – qualquer de suas variedades – não ser língua materna de nenhuma comunidade; a confusão entre o nível político e o religioso; os conflitos entre as línguas maternas e o árabe; a presença do francês, herança da época colonial. Na verdade, esses países ainda não atingiram resultados satisfatórios em relação ao *status* do árabe, uma das línguas mais faladas no mundo.

Calvet nos ensina que o planejamento linguístico é intervenção do Estado sobre as práticas sociais, a qual quase sempre provoca mudanças linguísticas e deve ocorrer, preferencialmente, em consonância com as soluções intuitivas postas em prática pelo povo.

Parece-nos evidente quanto esse livro nos é oportuno. Aos gerenciadores da educação e governos em geral, ele oferece, embora de forma breve, recursos para tentar modificar o *status* das línguas de minorias e, conseqüentemente, das respectivas comunidades. Outra contribuição é no sentido de atentar-lhes sobre suas políticas linguísticas – indicativas ou imperativas – em vigor, e as possíveis, seja de ação sobre o *corpus* ou o *status* do elenco de *línguas brasileiras*, inclusive a Língua Brasileira de Sinais. Nesse sentido, lembramos o movimento recentemente iniciado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) sob proposta de tratar as línguas como patrimônio imaterial, objetivando registrá-las no *Livro de Registro das Línguas*⁸, a exemplo do *Livro de Registro dos Saberes* e do *Livro de Registro das Celebrações*. Aos cursos de Letras, de graduação e pós-graduação, a contribuição é não só teórica, metodológica e de objeto de estudo, mas também de apontar que o linguista pode assessorar os governos federal, estaduais ou municipais. Embora a política linguística seja, em última análise, da alçada dos decisores, como enfatiza Calvet, o primeiro instrumento do planejamento linguístico é (ou, deveria sê-lo!) o linguista, é ele que examina a situação *in vivo* e auxilia o Estado nas decisões *in vitro* e na intervenção na sociedade por meio da(s) língua(s). Aliás, “[...] o objeto de estudo da linguística não é apenas a língua ou as línguas, mas a comunidade social em seu aspecto lingüístico.” (CALVET, 2002, p.121).

As políticas linguísticas é “[...] uma contribuição importante para o que temos chamado de virada político-linguística: o movimento pelo qual os linguistas (mais que a linguística) passam a trabalhar junto com os falantes das línguas, apoiando tecnicamente suas demandas políticas e culturais.” (OLIVEIRA, 2003, p.9). Podemos vislumbrar uma nova postura em nossos cursos de Letras e gabinetes de governo para com as línguas brasileiras, cujas comunidades ainda lutam para serem linguisticamente reconhecidas, apesar de suas línguas há muito estarem enraizadas em nosso território e integradas à personalidade dos falantes. Podemos concluir com Calvet (2007, p.157): “[...] as políticas linguísticas existem para nos recordar, em caso de dúvida, os laços estreitos entre línguas e sociedades.”

REFERÊNCIAS

ALTENHOFEN, C. V. As vozes do Brasil. *Discutindo Língua Portuguesa*, São Paulo,

⁸ Sobre esse trabalho do IPHAN, veja, por exemplo, Morello e Oliveira (2007).

v.8, p.44-48, 2007. (Seção Patrimônio).

CALVET, L.-J. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002. (Na ponta da língua, 4).

FARACO, C. A. (Org.). *Estrangeirismos: guerras em torno das línguas*. São Paulo: Parábola, 2001. (Na ponta da língua, 1).

FASOLD, R. *The sociolinguistics of society*. London: Blackwell, 1984.

FERGUSON, C. Diglossia. *Word*, New York, n.15, p.325-340, 1959.

GORSKI, E. M.; COELHO, I. L. (Org.). *Sociolinguística e ensino: contribuições para a formação do professor de língua*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

HAUGEN, E. The implementation of *corpus* planning: theory and practice. In: COBARRUBIAS, J.; FISHMAN, J. A. (Org.). *Progress in language planning: international perspectives*. Haia: Mouton, 1983. p.269-289.

_____. Planning for a standard language in Modern Norway. *Anthropological Linguistics*, Bloomington, v.1, n.3, p.8-21, 1959.

KLOSS, H. *Research possibilities on group bilingualism: a report*. Québec: CIRB, 1969.

MORELLO, R.; OLIVEIRA, G. M. de. Uma política patrimonial e de registro para as línguas brasileiras. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, São Paulo, v.6, p.1-8. Disponível em:

<<http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=211>>. Acesso em: 13 ago. 2007.

OLIVEIRA, G. M. (Org.). *Declaração universal dos direitos linguísticos*. Campinas: Mercado das Letras, 2003.

REBELO, A. Projeto de Lei n. 1676/99. Dispõe sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da Língua Portuguesa e dá outras providências. República Federativa do Brasil: poder Legislativo, Brasília. 1999. Disponível em: <<http://www.partes.com.br/ed14/PROJETO%20DE%20LEI%20Aldo%20Rabelo.doc>> Acesso em: 20 jun. 2008.

Recebido em setembro de 2008.

Aprovado em novembro de 2008.

ÍNDICE DE ASSUNTOS

- Alinhamento léxico-conceitual, p. 77
Alteridade, p. 149
Análise da Conversa (AC), p. 11
Análise de Categorias de Pertença (ACP), p. 11
Análise do discurso, p. 61, p. 261
Aquisição da escrita, p. 127
Avaliação de proficiência, p. 167
Base de dados bilíngue inglês-português, p. 77
Casos, p. 35
Construções gramaticais, p. 223
Cultura gaúcha, p. 149
Definição, p. 243
Desvio de linguagem, p. 99
Estrutura argumental, p. 35
Estudos saussurianos, p. 107
Ethos, p. 149
Etnometodologia, p. 11
Fala-em-interação, p. 11
Filologia saussuriana, p. 107
Fonologia prosódica, p. 127, p. 167
Função poética, p. 99
Futuro morfológico, p. 223
Futuro perifrástico, p. 223
Gênero, p. 11
Hipersegmentação, p. 127
Hipossegmentação, p. 127
História das ideias linguísticas, p. 107
Homogeneidade, p. 11
Identidade, p. 149
Interdiscurso, p. 61, p. 261
Interface sintaxe-semântica, p. 283
Interincompreensão, p. 61
Interlíngua estruturada, p. 77
Léxico, p. 283
Linguagem científica, p. 99
Linguagem poética, p. 99
Metalinguagem, p. 243
Milonga-canção, p. 149
Modernismo brasileiro, p. 61
Morfologia não-concatenativa, p. 195
Morfologia prosódica, p. 195
MultiNet, p. 77
Norma da língua, p. 99
Papéis temáticos, p. 35
Paráfrase, p. 243
Pausas preenchidas, p. 167
Polêmica, p. 61
Posições sintáticas, p. 35
Pré-construído, p. 261
Pressuposição, p. 261
Processamento automático de línguas naturais, p. 77
Restrições, p. 195
Saussure, p. 107
Saussurianismo, p. 107
Semântica, p. 261
Semântica lexical, p. 283
Sexualidade, p. 11
Subjetividade, p. 223
Teoria da otimalidade, p. 195
Verbos recíprocos, p. 283

SUBJECT INDEX

- Acquisition, p. 127
Alterity, p. 149
Argument structure, p. 35
Bilingual database, p. 77
Brazilian Modernism, p. 61
Case assignment, p. 35
Constraints, p. 195
Conversation analysis (CA), p. 11
De Saussure, p. 107
Definition, p. 243
Discourse analysis, p. 61, p. 261
Ethnomethodology, p. 11
Ethos, p. 149
Filled-in pauses, p. 167
Future, p. 223
Gender, p. 11
Hyper-segmentation, p. 127
Hypo-segmentation, p. 127
History of linguistic ideas, p. 107
Homogeneity, p. 11
Identity, p. 149
Inter-incomprehension, p. 61
Interdiscourse, p. 61, p. 261
Language deviation, p. 99
Lexical-conceptual alignment, p. 77
Lexical semantics, p. 283
Lexicon, p. 283
Membership Categorization Analysis (MCA), p. 11
Metalanguage, p. 243
"Milonga", p. 149
MultiNet, p. 77
Natural language processing, p. 77
Non-concatenative morphology, p. 195
Optimality theory, p. 195
Paraphrase, p. 243
Periphrastic constructions, p. 223
Poetic function, p. 99
Poetic language, p. 99
Polemics, p. 61
Pre-construct, p. 261
Presupposition, p. 261
Proficiency test, p. 167
Prosodic morphology, p. 195
Prosodic phonology, p. 127, p. 167
Reciprocal verbs, p. 283
Rio Grande do Sul culture, p. 149
Saussurean philology, p. 107
Saussurean studies, p. 107
Saussureanism, p. 107
Scientific language, p. 99
Semantics, p. 261
Sexuality, p. 11
Speech-in-interaction, p. 11
Standard language, p. 99
Structured Interlingua, p. 77
Subjectivity, p. 223
Syntactic positions, p. 35
Syntax-semantics interface, p. 283
Thematic roles, p. 35
Writing, p. 127

ÍNDICE DE AUTORES
AUTHOR INDEX

ALMEIDA, V. B. de, p. 167

ALONSO, K. S. B., p. 223

BUGUEÑO MIRANDA, F., p. 243

CANÇADO, M., p. 35

CRUZ, M. A., p. 107

CUNHA, A. P. N. da, p. 127

DIAS-DA-SILVA, B. C., p. 77

DI FANTI, M. da G. C., p. 149

DI FLIPPO, A., p. 77

FERRARI, L. V., p. 223

GODOY, L., p. 283

GONÇALVES, C. A., p. 195

MIRANDA, A. R. M., p. 127

MORAES, É. de, p. 261

MUSSALIM, F., p. 61

OSTERMANN, A. C., p. 11

SELL, M., p. 11

THAMOS, M., p. 99

ÍNDICE DE RESENHA
REVIEW INDEX

Autor e resenhador
Authors and reviewers

Livro resenhado
Reviewed book

CALVET, L.-J.
FRANCISCO, M. (Res.), p. 303

As políticas linguísticas

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS DA

Alfa: Revista de Lingüística

1 Informações gerais

A *Alfa: Revista de Linguística, financiada pela* Pró-Reitoria de Pesquisa da UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – publica trabalhos inéditos de professores e pesquisadores, incluindo doutorandos de programas de pós-graduação, vinculados a instituições de ensino e pesquisa nacionais ou internacionais. Não serão aceitos, no entanto, trabalhos de pesquisa produzidos por mestres ou graduados. A revista edita artigos, retrospectivas, resenhas, entrevistas e traduções vinculados a todas as linhas de pesquisa dos Estudos Linguísticos.

São aceitas apenas as resenhas de livros que tenham sido publicados no Brasil nos dois últimos anos e, no exterior, nos quatro últimos anos.

Sem o conhecimento da autoria, dois membros do Conselho Editorial emitem parecer sobre os trabalhos. Em caso de um parecer ser favorável e outro contrário, o trabalho será enviado a um terceiro parecerista, que também não terá acesso ao nome autor. Depois da análise, cópias dos pareceres serão encaminhadas aos autores juntamente com instruções para modificações, quando for o caso.

Quando se tratar de textos produzidos por autores convidados, o *peer review* será realizado pelos membros do Conselho Editorial da revista.

Os trabalhos poderão ser redigidos em português, francês, inglês, espanhol ou italiano. Para artigos escritos em português, *TÍTULO, RESUMO* e *PALAVRAS-CHAVE* precedem o texto e *TITLE, ABSTRACT* e *KEYWORDS* sucedem o texto. Para artigos escritos em outros idiomas, *TÍTULO, RESUMO* e *PALAVRAS-CHAVE* que precedem o texto devem ser escritos no idioma do artigo; os que sucedem o texto deverão ser em português, no caso de artigos em inglês; e em inglês, no caso de artigos em francês, espanhol ou italiano.

Os trabalhos que não se enquadrarem nas normas da revista serão devolvidos aos autores, ou serão solicitadas adaptações, indicadas em carta pessoal.

Dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores.

2 Preparação dos originais

2.1 Apresentação

O autor pode enviar os originais à Comissão Editorial por correio eletrônico ou por correio convencional. No primeiro caso, devem ser enviadas três versões do texto em arquivos eletrônicos: o primeiro em formato WORD (.doc); o segundo novamente em formato WORD (.doc), sem qualquer tipo de referência que possa identificar o autor; e apenas o terceiro em formato PDF, com as mesmas informações presentes no texto do primeiro formato em WORD. Caso opte pelo correio convencional, o autor deve enviar uma versão impressa do trabalho, acompanhada de um CD com dois arquivos em formato WORD (.doc), um com identificação e outro sem qualquer tipo de referência que possa identificá-lo.

A preparação do texto deve obedecer aos seguintes parâmetros: *Word for Windows*, fonte *Times New Roman* de tamanho 12, espaçamento 1,5 (um e meio) entre linhas no corpo do texto, papel tamanho A4 (21 cm x 29,7 cm), margens superior e inferior de 2,5 cm, margens laterais de 3,0 cm e extensão total de 30 páginas, incluindo referências bibliográficas e anexos e/ou apêndices.

2.2 Estrutura do trabalho

Para elaboração do artigo, o autor(es) deve(m) obedecer à seguinte seqüência:

1. **título** em caixa alta e em negrito, centralizado no alto da primeira página, em espaçamento simples entre linhas;
2. **nome(s) do(s) autor(es) por extenso** com apenas o último sobrenome em maiúscula, alinhado(s) à direita e duas linhas abaixo do título;
3. **afiliação científica do(s) autor(es)**, em nota de rodapé iniciada em 1, puxada do último sobrenome do primeiro autor, constando: nome da universidade (em sigla), da faculdade ou instituto (por extenso) e do departamento (por extenso), cidade, estado, país, CEP e endereço eletrônico do autor, nessa ordem;
4. texto, de, no mínimo, 150 palavras e, no máximo, 200, contendo resumo do artigo, que indique seus objetivos, referencial teórico utilizado, resultados obtidos e conclusão, precedido da palavra RESUMO, em caixa alta, duas linhas abaixo do nome do autor, sem adentramento e em espaçamento simples;
5. palavras-chave, no máximo de sete, separadas por ponto, precedidas do termo PALVRAS-CHAVE, em caixa alta, mantendo-se o espaçamento simples, duas linhas abaixo do resumo. Para maior facilidade de localização do trabalho em consultas bibliográficas, a Comissão Editorial sugere que as palavras-chave correspondam a conceitos mais gerais da área do trabalho;

6. o corpo do texto inicia-se duas linhas abaixo das palavras-chave, em espaçamento 1,5 (um e meio);
7. subtítulos correspondentes a cada parte do trabalho, referenciados a critério do autor, devem estar alinhados à margem esquerda, em negrito, sem numeração, com dois espaços depois do texto que os precede e um espaço antes do texto que os segue;
8. agradecimentos, quando houver, seguem a mesma diagramação dos subtítulos, precedidos da palavra **Agradecimentos**;
9. título do artigo, em inglês (para artigos redigidos em português, francês, espanhol e italiano), insere-se duas linhas abaixo do final do texto, em espaçamento simples, sem caixa alta e negrito, obedecendo-se a seguinte ordenação: último sobrenome do autor em caixa alta, seguido de vírgula e das iniciais em maiúsculas do(s) pré-nome(s), seguido(s) de ponto-final e, por fim, o título do artigo. Em caso de mais de um autor, seguir a mesma ordenação, com separação dos autores por ponto-e-vírgula.

Ex. 1: SCLiar-CABRAL, L. Discrepancy between punctuation and pauses.

Ex. 2: SCLiar-CABRAL, L.; RODRIGUES, B. B. Discrepancy between punctuation and pauses.

10. versão do resumo, em inglês (para artigos redigidos em português, francês, espanhol e italiano),

em itálico, precedida da palavra *ABSTRACT*, em itálico e caixa alta, em espaçamento simples entre linhas, duas linhas depois do título do artigo em inglês;

11. versão das palavras-chave, em inglês (para artigos redigidos em português, francês, espanhol e italiano), em itálico, precedida da expressão *KEYWORDS*, em itálico e caixa alta, em espaçamento simples entre linhas, duas linhas depois do abstract;

OBS.: No tocante às três últimas instruções, artigos redigidos em inglês devem seguir a versão em português do título, do *RESUMO* e das *PALAVRAS-CHAVE*;

12. referências, sob o subtítulo **Referências** alinhado à esquerda, em negrito e sem adentramento, devem ser mencionadas em ordem alfabética e cronológica, indicando-se as obras de autores citados no corpo do texto, duas linhas abaixo das palavras-chave em inglês (cf. 2.3.1 abaixo);
13. duas linhas abaixo das referências, se considerado imprescindível, sob o subtítulo **Bibliografia consultada**, alinhado à esquerda, em negrito e sem adentramento, podem ser indicadas, também em ordem alfabética e cronológica, obras consultadas ou recomendadas, não referenciadas no texto.

2.3 Outras instruções

2.3.1 Normas para referências

Tanto as *referências* quanto a *bibliografia consultada* devem ser dispostas em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor e seguir a NBR 6023 da ABNT, de agosto de 2002, em espaço simples e, entre cada obra, em espaço duplo. Caso a obra seja traduzida, solicita-se que se informe o nome do tradutor.

Exemplos:

Livros

AUTHIER-REVUZ, J. *Palavras incertas: as não coincidências do dizer*. Tradução de Cláudia Pfeiffer et al. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1998.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Metodologia do trabalho científico*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

CORACINI, M. J.; BERTOLDO, E. S. (Org.). *O desejo da teoria e a contingência da prática*. Campinas: Mercado das Letras, 2003.

Capítulos de livros

PECHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Tradução de Maria das Graças Lopes Morin do Amaral. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994.

Dissertações e teses

BITENCOURT, C. M. F. *Pátria, civilização e trabalho: o ensino nas escolas paulista: 1917-1939*. 1988. 256 f. Dissertação

(Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

Artigos em periódicos

SCLIAR-CABRAL, L.; RODRIGUES, B. B. Discrepâncias entre a pontuação e as pausas. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n.26, p.63-77, 1994.

Artigos em periódicos on line

SOUZA, F. C. Formação de bibliotecários para uma sociedade livre. *Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, n.11, p.1-13, jun. 2001. Disponível em: <<http://www.encontro-bibli.ufsc.br>>. Acesso em: 30 jun. 2001.

Artigos em jornal

BURKE, P. Misturando os idiomas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 abr. 2003. Mais!, p.3.

Artigos sem autor definido

EDITORA plagiou traduções de clássicos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p.6, 4 nov. 2007.

Documento eletrônico

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Coordenadoria Geral de Bibliotecas. Grupo de Trabalho Normalização Documentária da UNESP. *Normalização documentária para a produção científica da UNESP: normas para apresentação de referências*. São

Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.biblioteca.unesp.br/pages/normalizacao.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2004.

Trabalho de congresso ou similar (publicado)

MARIN, A. J. Educação continuada. In: CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 1., 1990. *Anais...* São Paulo: UNESP, 1990. p.114-118.

2.3.2 Citação no texto

Nas citações indiretas o autor deve ser mencionado entre parênteses pelo sobrenome, em letras maiúsculas, separado, por vírgula, da data de publicação (BARBOSA, 1980). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses: “Morais (1955) assinala...”.

Nas citações diretas é necessário especificar página, que deverá seguir a data, separada por vírgula e precedida de p. (MUNFORD, 1949, p.513).

Citações diretas em mais de três linhas deverão ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, com letra tamanho 11, sem aspas e em espaço simples. Citações com menos de três linhas devem seguir o fluxo normal do texto e virem destacadas apenas entre aspas.

As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data,

sem espaçamento (PESIDE, 1927a), (PESIDE, 1927b). Quando a obra tiver dois ou três autores, todos poderão ser indicados, separados por ponto e vírgula (OLIVEIRA; MATEUS; SILVA, 1943), e quando houver mais de 3 autores, indica-se o primeiro seguido de et al. (GILLE et al., 1960).

2.3.3 Notas

Notas devem ser reduzidas ao mínimo e colocadas no pé da página; remissões para o rodapé devem ser feitas por números, na entrelinha superior, após o sinal de pontuação, quando for o caso.

2.3.4 Ilustrações

Ilustrações compreendem figuras, desenhos, gráficos, quadros, esquemas, fórmulas, modelos, mapas, fotografias, radiografias. As legendas devem ser inseridas abaixo das ilustrações, numeradas consecutivamente em algarismos arábicos e centralizadas. As figuras, os desenhos, os gráficos, os quadros, os esquemas, as fórmulas e os modelos devem ser enviados em arquivo separado, no programa em que foram gerados. Os mapas, as fotografias e as radiografias também devem ser enviadas em arquivos separados e em alta resolução (300 dpi).

2.3.5 Tabelas e quadros

Tabelas devem ser usadas para apresentação de informações tratadas

estatisticamente e quadros para sintetizar e organizar informações textuais. O título de tabelas e quadros insere-se na parte superior, centralizado, e a numeração é consecutiva, em algarismos arábicos; caso seja necessário especificar a fonte dos dados, esta deverá ser colocada abaixo da tabela ou do quadro e o texto, alinhado à esquerda. Tabelas devem ser construídas com as bordas laterais abertas e sem linhas de separação de colunas.

2.3.6 Anexos e/ou Apêndices.

Quando imprescindíveis à compreensão do texto, e inclusos no limite de 30 páginas, **Anexos e/ou apêndices**, seguindo formatação dos subtítulos, devem ser incluídos no final do artigo, após as referências bibliográficas ou a bibliografia consultada.

2.3.7 Transferência de direitos autorais - Autorização para publicação

Caso o artigo submetido seja aprovado para publicação, JÁ FICA ACORDADO QUE o autor AUTORIZA a UNESP a reproduzi-lo e publicá-lo na *Alfa: Revista de Linguística*, entendendo-se os termos “reprodução” e “publicação” conforme definição respectivamente dos incisos I e VI do artigo 5º da Lei 9610/98. O ARTIGO poderá ser acessado tanto pela rede mundial de computadores (WWW – Internet), como pela versão impressa,

sendo permitidas, A TÍTULO GRATUITO, a consulta e a reprodução de exemplar do ARTIGO para uso próprio de quem consulta o periódico. ESSA autorização de publicação não tem limitação de tempo, FICANDO A UNESP responsável pela manutenção da identificação DO AUTOR do ARTIGO.

SAEPE – Seção de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão
Laboratório Editorial
Rodovia Araraquara-Jaú, km 01
14800-901 – Araraquara
Fone: (16) 3301-6275 ou 3301-6234
e-mail: laboratorioeditorial@fclar.unesp.br
site: <http://laboratorioeditorial.fclar.unesp.br/>

Produção Editorial:



Impressão:

